



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



**OS CICLOS DO CUIDADO: COSTURANDO OLHARES SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE AVÓS E NETOS**

MOHANA ELLEN BRITO MORAIS CAVALCANTE

João Pessoa/PB
Setembro/2022

MOHANA ELLEN BRITO MORAIS CAVALCANTE

**OS CICLOS DO CUIDADO: COSTURANDO OLHARES SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE AVÓS E NETOS**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Linha: Marcadores Sociais da Diferença: Relações Raciais, Religião e Infância.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Ferreira Pires

**João Pessoa/PB
Setembro/2022**

FOLHA DA FICHA CATALOGRÁFICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 23/2022 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 27 de Setembro de 2022

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR A
ALUNA MOHANA ELLEN BRITO MORAIS CAVALCANTE

Aos 28 dias do mês de setembro de 2022, às 08 horas, na sala de reuniões do CCHLA e por videoconferência <https://meet.google.com/mpk-yeti-cdm>, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "Os ciclos do cuidado: Costurando olhares sobre a relação entre avós e netos" apresentada pela discente **Mohana Ellen Brito Moraes Cavalcante**, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Flávia Ferreira Pires (Orientadora), Marina Moguillansky (PPGS/UFPB), Sérgio Botton Barcellos (PPGS/UFPB), Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) e Maria Cristina Soares de Gouvêa (UFMG). Dando início aos trabalhos, a professora Flávia Ferreira Pires, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de DOUTORA EM SOCIOLOGIA.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

(Assinado digitalmente em 28/09/2022 10:00)
FLAVIA FERREIRA PIRES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1679884

(Assinado digitalmente em 28/09/2022 06:15)
MARINA MOGUILLANSKY
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - VISITANTE
Matrícula: 1889290

(Assinado digitalmente em 29/09/2022 08:14)
SERGIO BOTTON BARCELLOS
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1350613

Processo Associado: 23074.092191/2022-24

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
23, ano: 2022, documento (espécie): ATA, data de emissão: 27/09/2022 e o código de verificação: 2a5bffb4ff

Ao anjo que passou por mim,

Às beneméritas famílias e mais especificamente às avós, pela afetividade e respeito à minha condição de curiosa aprendiz. Sinto-me honrada por toda troca,

Às mulheres da minha vida; Maria da Guia, Maria dos Prazeres, Hanna, Laura e minhas ancestrais, que tanto lutaram para que eu pudesse ser a mulher que sou.

AGRADECIMENTOS

Nunca estive só...

À minha família por toda colaboração, compreensão e torcida. Gratidão minha mãe, minha tia e minha irmã e sobrinha, SOU por vocês.

Ao amado Fernando, teu amor abrigo foi imprescindível nesta caminhada;

Ao meu pai, João Rodrigues, que ainda na distância se fez presente;

Aos colegas do Grupo de Pesquisa CRIAS – Criança, Cultura e Sociabilidades, pelas inúmeras contribuições e parcerias. Nossos encontros foram de riqueza ímpar para mim. Grata pelas leituras, risadas e pelos melhores cafezinhos!

Aos amigos que a UFPB me deu: Adailton Aragão, Geziane Oliveira, Sueli Alves, Karla Mendonça, Edilma Nascimento, Patrícia Oliveira, Christina Gladys, Tatiane, Núbia e a Professora Geovânia Toscano. Vocês me impulsionam! O processo foi mais leve com vocês ao lado;

À querida Flávia Pires que foi orientadora, amiga, companheira, acolhedora, incentivadora. Obrigada por se fazer presente;

À banca Prof^a Dra^a Rosamaria Carneiro, Prof^a Dra^a Marina Moguillansky, Prof^a Dr^a Cristina Gouvêa e ao Prof^o Dr^o Sérgio Botton Barcellos, que gentilmente reservaram tempo e esforço para corroborar na construção desse estudo.

As mães, avós, bisavós, parentes cuidadores e responsáveis pelas crianças, sem vocês esse trabalho jamais teria sido realizado. Obrigada por vencerem, junto comigo, a barreira das entrevistas online e toparem a parceria à distância. Agradeço por confiarem no meu trabalho e por confiarem a mim relatos de suas vidas íntimas;

Às crianças, sem as quais não seria possível a realização desse trabalho;

À Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa-Pb que concedeu autorização para que a pesquisa pudesse ser realizada em uma das instituições de ensino sob sua jurisdição;

Meus sinceros agradecimentos a UFPB e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, a todos os professores do departamento e aos funcionários da secretaria;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante o doutorado, a qual foi fundamental para pesquisa;

Em tudo daí graças (Tessalonicenses, 5:18).

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Morais. Os ciclos do cuidado: Costurando olhares sobre a relação entre avós e netos [Tese]. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba; 2022.

RESUMO

Este trabalho de tese é fruto de um estudo que se iniciou em 2016, durante meu mestrado em Sociologia, onde pesquisei com e sobre mães adolescentes, seus bebês e as avós. Pretendo, dessa forma, somar mais conhecimentos a tal investigação, com maior aprofundamento teórico e empírico. Assim sendo, esta tese busca analisar as relações entre gerações distintas, avós e netos, considerando aspectos como valores morais, culturais e afetividades particulares de cada geração, com o intuito de entender a construção de laços simbólicos entre esses membros da família. Minha investigação adentra no campo das “avós próximas”, aquelas que coabitam ou convivem diariamente com os netos. A pesquisa buscou identificar, a partir da percepção dos próprios envolvidos, a influência da infância vivida pelas avós, para a infância vivida pelos netos e co-experenciada por elas. As avós e bisavós cuidam dos netos junto com os pais, sendo assim, nenhuma delas se responsabiliza integralmente pela neta (o). Portanto, analisei um convívio essencializado no cuidado proferido pelo querer cuidar e também pela necessidade dos genitores e das avós e bisavós. (O caminho investigativo passou pelas discussões de infância, geração e cuidado em contextos familiares. Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo baseia-se na análise empírica de experiências constituídas por crianças alunas de uma creche pública da cidade de João Pessoa-PB e dez famílias paraibanas. A partir de uma perspectiva de análise qualitativa, considero a escuta dos sujeitos minha principal fonte informativa, a partir da observação participante e em conversas via *Google Meet* e *WhatsApp*. Conclui que as avós praticam a avoternagem ao cuidar dos netos, procurando, contudo, não substituir esse fazer com o fazer da mãe, buscando não se apropriar do lugar da maternagem genitora, guardiã legal, ligação biológica. Observou-se também que o cuidado pode ser encontrado nas duas pontas, as crianças também cuidam das avós na medida em que são cuidadas, as crianças e as avós se “*olham*” mutuamente. Evidenciou-se a presença de outros familiares cuidadores das crianças, sendo assim, assume-se a criança como pertencente à família coabitante, os familiares que vivem juntos têm algum grau de comprometimento no cuidado com o infante. Fitei o olhar sobre uma dinâmica estabelecida entre esses sujeitos que reverbera em algo parecido com um *ciclo*, que se movimenta a fim de tornar a *pessoa cuidada* em futuro *cuidador*. O estudo assumiu um desafio que implica no aprofundamento de um diálogo entre a Sociologia e a Antropologia, superando dicotomias entre as Ciências Sociais e possibilitando uma análise mais completa do que chamei de Ciclos familiares do cuidar e do servir. Por fim, chamo a atenção para o fato de que a pesquisa de tese ocorreu durante a pandemia de Covid 19, principalmente durante os anos 2020 até 2021, de forma que mencionei esse fato no texto, no que diz respeito aos métodos utilizados, perfil dos colaboradores e resultados alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Avoternagem; Netos; Cuidado; Infância.

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Morais. Carecycles: Sewing perspectives on the relation ship between grand parents and grandchildren [Thesis]. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba; 2022.

ABSTRACT

This thesis work is the result of a study started in 2016 during the Master's Degree in Sociology where I researched with and about teenage mothers, their babies and grandparents. It therefore aims to add to this investigation, but with greater theoretical and empirical depth. The present study seeks to analyze the relationships between different generations, grandparents and grandchildren, considering aspects such as moral and cultural values, affections and particularities of each generation, in order to understand the construction of symbolic bonds between these family members. My investigation enters the field of "close grandmothers", those who cohabit or live with their grandchildren on a daily basis. The research sought to identify, based on the perception of those involved, the influence of the childhood experienced by the grandmothers on the childhood lived by their grandchildren and co-experienced by them. Grandmothers and great-grandmothers take care of their grandchildren along with the care of their parents, so none of them was fully responsible for their granddaughter (o), therefore, I analyzed a conviviality, essentialized in the care given by wanting to take care and by the needs of different natures of the children, the parents and grandparents and great-grandparents. The investigative path passed through discussions of childhood, generation and care in family contexts. From the theoretical-methodological point of view, the study is based on the empirical analysis of experiences constituted by children who are students of a public day care center in the city of João Pessoa-PB and ten families from Paraíba. I start from a perspective of qualitative analysis, considering the listening of the subjects, my main source of information, I did it from the participant observation and in conversations via Google Meet and Whatsapp. It concludes that grandmothers practice avoternity when taking care of their grandchildren, however, trying not to replace this doing with the mother's doing, seeking not to appropriate the place of motherhood, legal guardian, biological bond. It was also observed that care can be found at both ends, children also take care of their grandmothers as they are cared for, children and grandmothers "look" at each other. The presence of other family caregivers of the children was evidenced, therefore, the child is assumed to belong to the cohabiting family, family members who live together have some degree of commitment in caring for the infant. I looked at a dynamic established between these subjects that reverberates in something similar to a cycle, which moves in order to turn the person cared for into a future caregiver. The study took on the challenge that implies the deepening of a dialogue between Sociology and Anthropology, overcoming dichotomies between the Social Sciences and enabling a more complete analysis of what I called Family Cycles of caring and serving. Finally, I draw attention to the fact that the thesis research was crossed by the Covid 19 pandemic, mainly during the years 2020 to 2021, so that I specified this fact in the text, with regard to the methods used, profile of employees and results achieved.

KEYWORDS: Avoternage; Grandchildren; Care; Childhood.

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Morais. Cycles de soins : Perspectives cousues sur la relation entre grands-parents et petits-enfants [Thèse]. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba; 2022.

RÉSUMÉ

Ce travail de thèse est le résultat d'une étude débutée en 2016 lors du Master en sociologie où j'ai effectué des recherches avec et sur les mères adolescentes, leurs bébés et leurs grands-mères. Il vise donc à compléter cette enquête, mais avec une plus grande profondeur théorique et empirique. La présente étude vise à analyser les relations entre les différentes générations, grands-parents et petits-enfants, en tenant compte d'aspects tels que les valeurs morales et culturelles, les affections et les particularités de chaque génération, afin de comprendre la construction de liens symboliques entre ces membres de la famille. Mon enquête entre dans le champ des « grands-mères proches », celles qui cohabitent ou vivent avec leurs petits-enfants au quotidien. La recherche visait à identifier, à partir de la perception des acteurs, l'influence de l'enfance vécue par les grands-mères sur l'enfance vécue par leurs petits-enfants et co-vécue par eux. Les grands-mères et les arrière-grands-mères s'occupent de leurs petits-enfants en même temps que les soins de leurs parents, donc aucune d'entre elles n'était entièrement responsable de sa petite-fille (o), donc, j'ai analysé une convivialité, essentialisée dans le soin donné en voulant prendre soin et par les besoins de différentes natures des enfants, des parents et grands-parents et arrière-grands-parents. Le parcours d'investigation est passé par des discussions sur l'enfance, la génération et les soins dans des contextes familiaux. Du point de vue théorique et méthodologique, l'étude est basée sur l'analyse empirique d'expériences constituées d'enfants élèves d'une garderie publique de la ville de João Pessoa-PB et de dix familles de Paraíba. Je pars dans une optique d'analyse qualitative, considérant l'écoute des sujets, ma principale source d'information, je l'ai fait à partir de l'observation participante et dans des conversations via Google Meet et Whatsapp. Il conclut que les grands-mères pratiquent l'avoternité lorsqu'elles s'occupent de leurs petits-enfants, essayant cependant de ne pas remplacer ce faire par le faire de la mère, cherchant à ne pas s'approprier la place de la maternité maternité, tuteur légal, lien biologique. Il a également été observé que les soins peuvent se trouver aux deux extrémités, les enfants s'occupent aussi de leurs grands-mères comme on s'occupe d'eux, les enfants et les grands-mères se « regardent ». La présence d'autres aidants familiaux des enfants a été mise en évidence, par conséquent, l'enfant est supposé appartenir à la famille cohabitante, les membres de la famille qui vivent ensemble ont un certain degré d'engagement à s'occuper du nourrisson. J'ai regardé une dynamique s'établir entre ces sujets qui se répercute dans quelque chose qui ressemble à un cycle, qui bouge pour faire de la personne aidée un futur soignant. L'étude a relevé le défi qui implique l'approfondissement d'un dialogue entre la sociologie et l'anthropologie, en surmontant les dichotomies entre les sciences sociales et en permettant une analyse plus complète de ce que j'ai appelé les cycles familiaux de soins et de service. Enfin, j'attire l'attention sur le fait que la recherche de thèse a été traversée par la pandémie de Covid 19, principalement au cours des années 2020 à 2021, de sorte que j'ai précisé ce fait dans le texte, au regard des méthodes utilisées, du profil des collaborateurs et des résultats atteint.

MOTS CLES:Avoternage; Petits enfants; Mise en garde; Enfance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Família Azul.....	30
Figura 2 – Família Multicolor.....	30
Figura 3 – Vivendo o campo.....	31
Figura 4 – Um pátio sem crianças.....	40
Figura 5 – As crianças no pátio.....	40
Figura 6 – O chão das crianças.....	43
Figura 7 – Árvore genealógica da turma.....	44
Figura 8 – Maquete do CREI.....	44
Figura 9 – Entre as Crianças.....	53
Figura 10 – Quatro mãos e muitos blocos.....	56
Figura 11 – Cartões de Família.....	56
Figura 12 – Somos Família.....	60
Figura 13 – A família, a casa e a rua.....	60
Figura 14 – Quem “me cuida”?.....	71
Figura 15 – Um céu sobre a família.....	95
Figura 16 – Família Rosa.....	95
Figura 17 – Presenças.....	105
Figura 18 – As boas vindas!.....	115
Figura 19 – Conversa, café e bolo.....	117
Figura 20 – Três gerações da família.....	153
Figura 21 – Declaração.....	163
Figura 22 –Brincando para escutar, escutando para aprender.....	168

SUMÁRIO

NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA.....	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	28
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO: SUJEITOS DA PESQUISA, METODOLOGIAS E ÉTICA	28
1.1 Começou na Creche: Os Espaços da Pesquisa	31
1.2 Tia Nova! O Projeto que (Não) foi no CREI.....	37
1.3 O Jogo, o Desenho e as Conversas: As Escolhas Metodológicas e Éticas.....	45
1.4 Achados do Campo: O que as Crianças do CREI me Contaram	58
1.5 Sobre Crianças e Infâncias	62
1.6 Quem Cuida das Crianças no Brasil? As Avós Ouvidas na Pesquisa	68
 CAPÍTULO II.....	 78
O OLHAR SOBRE OS MENINOS: O CUIDADO COM AS CRIANÇAS NO ESPAÇO FAMILIAR	78
2.1 Rede de Cuidado: Indo Além da Avó e da Mãe	79
2.2 Família e Cuidado: A Criança é da Família	91
2.3 Gerações: Teorias e Discussões.....	99
2.4 Em Campo: Observações a Partir dos Encontros com as Famílias Reunidas	105
2.4.1 Na casa de Dona Afrodite (66) e na casa da filha Artêmis (38)	106
2.4.2 Na casa de Dona Marta (70).....	114
2.4.3 Na casa de Dona Lúcia (62)	120
CAPÍTULO III	124
SOBRE CUIDAR E SERVIR.....	124
3.1 Maternagem? Avoternagem?	135
3.2 Considerações Sobre o Dilema Moderno (ou Não) das Maternagens	146
3.3 Ciclos Familiares do Cuidar e do Servir	152
3.4 Quando as Crianças Falam sobre Cuidado	165
3.5 O que Dizem as Avós sobre as Infâncias?	173
CONSIDERAÇÕES (NÃO FINAIS)	181
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICE A - Tabela como perfil e composição das famílias.....	198

NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA

Olhando

*“Eu sou essa gente que se dói inteira porque não vive só na superfície das coisas.”
(Raquel de Queiroz).*

Quando penso na minha infância recordo das mulheres; uma casa cheia delas. Uma avó, cinco tias, uma irmã, primas... mulheres que estavam sempre ali, perto. Me lembro dos cuidados que tinham com os familiares e comigo, me lembro das reuniões e das confusões que vez ou outra surgiam, lembro assistir vovó fazendo feijão - como hoje também faço: catar, colocar de molho, incluir a folha de louro, juntar todos os ingredientes na panela de pressão, tudo sem refogado!. Olhando-as aprendi muito, ressignifiquei um bocado e sigo encontrando nelas o apoio necessário para o enfrentamento da vida. Por certo toda essa trajetória [delas e minha] me conduziu até aqui.

A ideia de estudar com as avós e as crianças me “apareceu” durante a investigação da dissertação, mas, sem dúvida, esse processo foi um convite para que eu refletisse sobre o Ciclo de cuidado do qual faço parte. As histórias que reúno aqui se cruzam um pouco com a minha e me sinto feliz por ter vivido e ouvido sobre os atos de cuidado e serviços com as crianças, com as avós, com as famílias. No caminho da escrita cruzei com memórias e desafios pessoais.

Esse trabalho, assim como tantos outros realizados no recorte 2020-2022, foi construído em um tempo de caos. A pandemia da Covid-19 atravessou minha pesquisa e minha saúde mental. O isolamento, o medo do adoecimento, a eminente possibilidade de perder um ente querido, processos pessoais de luto e saúde e um discurso político intimidador, alimentaram minha ansiedade e desafiaram minha capacidade de resiliência. Adoecei. Conheci o que era a Síndrome de Burnout, e nesse contexto entendi a importância do acompanhamento médico e o privilégio de ter uma rede de apoio.

Pensei se registraria aqui, apaguei algumas vezes, me peguei a escrever novamente. Pensei... O processo compõe o resultado e, por isso, mantive o desabafo. Talvez seja importante pontuar que enquanto a pesquisa acontece, há uma vida que também precisa acontecer, um alguém que luta para tentar equilibrar as demandas e dar conta, porque precisamos dar conta. Não tem sido fácil ser pesquisadora no Brasil. Tenho tentado...

Olhando vejo que esse estudo me provocou a refletir sobre o que fui e trabalhar para seguir construindo o que sou.

INTRODUÇÃO

Os dados apresentados neste trabalho tentam responder questões levantadas e deixadas em aberto durante o mestrado, realizado entre 2016 e 2018, em que os focos de estudo foram “crianças” grávidas e seus bebês¹. O objetivo desse trabalho foi analisar a relação estabelecida entre mãe e bebê durante e após a gestação de mães menores de 18 anos, no intuito de aprofundar questões sobre o bebê, a maternidade, a gestação, sexualidade, questões afetivo-amorosas e geracionais. A pesquisa inicial me levou a perceber a participação efetiva das avós na vida dos netos; foi possível notar que existia uma relação entre esses indivíduos que reunia familiaridades, afetos, questões morais e sociais e tudo isso me despertou interesse. Dessa forma, durante a pesquisa do doutorado, procurei aprofundar tal investigação, porém com maior imersão teórica e empírica nas relações geracionais e de cuidado entre avós e netos. Tenho o firme propósito de levar a sério o chamado de Marcel Mauss² (2010, p.243), ao dizer que “o problema das gerações é fundamental em toda sociologia possível”.

Busquei abordar as relações intergeracionais entre adultos e as crianças e infâncias, a partir das vivências e perspectivas de infância dos adultos responsáveis pelas crianças, principalmente as avós, figuras que ocupam um lugar ímpar no seio familiar e a escuta das crianças sobre essas relações. Meu objetivo inicial foi focar nas gerações de mulheres da mesma família que se relacionam e se responsabilizam pela manutenção da vida das crianças. Contudo, apareceram avôs, padrinhos, tias e tios que ocupam lugares importantes no cuidado em relação à criança. Assim sendo, foi necessária a inclusão destes nos resultados da pesquisa. Desta forma, me debrucei sobre a análise de como se estabelecia e funcionava a dinâmica das relações entre os netos (crianças e alguns jovens) e avós. Inicialmente procurei olhar para avós e netos a partir das questões intergeracionais, nuances, distanciamentos e proximidades. Com o avançar da pesquisa o cuidado sobressaiu e apresentou-se como questão chave para essa investigação. O ponto de partida foi, então, a relação entre esses sujeitos, no convívio direto, avós próximas. O campo trouxe à tona o cuidado como base sólida dessas relações, bem como a informação de que ele se apresenta como uma troca: avós cuidam e os netos também cuidam.

¹CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Morais. **Mãe - bebê - avó: Dilemas geracionais da maternidade na adolescência**. Dissertação (mestrado)- PPGS/UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

² Três considerações sobre a infância, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a14>> acesso em 09/10/2019.

Orientei a pesquisa em direção analítica das características geracionais que envolvem esse processo relacional entre criança-adulto, contemplando, dessa forma, também o pensar/viver a infância e a sociabilidade através do tempo/geração das avós. Trago relatos das avós sobre as vivências com suas próprias avós, suas opiniões sobre avó-neto/a pela óptica de quando ainda eram meninas e *cuidadas*.

No entanto, contemplar apenas as diferenças e aproximações desse binômio avó-neto/a não me parecia algo fiel aos achados do campo. As relações de sociabilidade entre esses grupos atravessaram a discussão do cuidado, o qual parece nutrir esse vínculo e faz-se indispensável para a discussão ora proposta. Observou-se que a interação de outras gerações com as crianças, pequenas ou não, é movida e baseada na manutenção da vida dessas mesmas crianças aqui traduzida como cuidado. Veremos que esse movimento de cuidar é definido a partir da pessoa que cuida e que considera fatores como: afetividade, comprometimento moral, imposição social, obrigação legal, necessidade econômica e prática.

O adulto está quase que exclusivamente ocupando um lugar de cuidador da criança, de responsável pelo infante, a relação entre esse grupo parece ser sempre entre um *colonizador e um colonizado, entre alguém que tudo sabe e outro alguém que precisa aprender tudo*. Quando esse adulto é a avó ou/e avô o cuidado também pode ser observado na outra ponta, os netos também colaboram na manutenção da vida dos avós. As memórias das infâncias das avós também denunciam como as crianças sempre cuidaram quando também eram cuidadas; elas têm essas lembranças de cuidar enquanto cuidavam, como veremos no último tópico do capítulo terceiro.

Meu universo de pesquisa compreende famílias de três e quatro gerações, esse último em casos pontuais. É possível encontrar mais informações no quadro das famílias nos anexos do texto, contemplando a investigação das relações entre essas gerações em seus conflitos, concepção de família, trocas, ciclos de cuidado, competições, cooperações, afetividades e (in) diferenças. Ao conversar com avós e netos sobre a relação entre eles, a conversa era uníssona, o cuidado era/foi o princípio e o fim das conversas,

“Eu cuido do Apolo desde muito pequenininho, sempre foi um amor e quando ficou maior pude conviver mais ainda, ele é um grude com essa avó. Hoje vejo todo o cuidado que ele tem comigo.” (Dona Afrodite (66), via aplicativo *Meet*).

“Eu ficava com vó a tarde toda, né? Lembro até hoje dela preparando miojo para eu almoçar e vó tentando me deixar na escola, eu chorava muito [risos].” (Leticia (11), via aplicativo *Meet*).

Trago observações de uma socialização a partir da necessidade de cuidar das crianças, o que inclui sujeitos importantes: tias, tios, madrinha, irmãos, vizinhos e outros; esses, trazem colaborações-chave para o entendimento da relação entre gerações distintas, mas, sobretudo, reforçam a questão do cuidado como sendo elemento importante quando se trata de relações geracionais que envolvem adultos e crianças.

Durante um levantamento exploratório sobre a população idosa³, evidenciei um crescimento acelerado desse grupo de avós próximas que coabitam e exercem algum tipo de cuidado com os netos ou precisam ser cuidados por eles. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), idosos é todo aquele que possui 60 anos ou mais. No Brasil, de acordo com os dados divulgados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE⁴ em 2018, a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios. O aumento da expectativa de vida, aliado a outros fatores da vida urbana indicam que, no campo estudado, cada vez mais, gerações distintas tendem a conviver em mesmos espaços sociais e por maior período de tempo. As avós que participam dessa pesquisa estão na faixa dos 57/70 anos, algumas possuem pai e/ou mãe vivos - quando essa oportunidade me foi dada, também ouvi as bisavós.

Segundo Setton (2011) com o desenrolar da modernidade e a consolidação de novos processos culturais, surgem novas configurações sociais significativas que alteram a vida em sociedade. Segundo Dias (2002), as avós que tradicionalmente sustentavam uma imagem de delicadeza, fragilidade e sempre estavam disponíveis para cuidar e estar com os netos, estão adquirindo outros perfis frente à sociedade contemporânea. Além disso, os avôs também perdem as características de rigidez e autoridade que a eles eram atribuídas. Os avôs vêm desempenhando um papel essencialmente maternal que, cada vez mais,

³ Segundo a Organização das Nações Unidas/ONU (2016) a população mundial conta com 900 milhões de idosos, o que corresponde a 12% desta a população, em termos de estimativa.

⁴ Após sucessíveis cortes orçamentários o censo Brasileiro foi adiado para o ano de 2022. O próximo levantamento do IBGE terá menos questões, com impactos sobre políticas públicas, e prejudicando dados que são imprescindíveis para o mapeamento da sociedade. Sendo assim, os dados que apresento nesse trabalho foram colhidos há cerca de dez anos.

contrasta com o papel masculino instrumental que têm desempenhado ao longo dos séculos (DIAS, 2002, p.35).

Dias (2002) destaca a importância dos avós na dimensão social da vida dos netos. Os avós ocupam um lugar primordial na socialização dos netos, pois, segundo a autora, eles são os principais agentes socializadores da criança depois dos pais. A destarte, a educação que essas crianças recebem por parte da mãe, advém -em grande medida- das referências do cuidado transmitido pela avó à mãe. Em especial, essa questão foi observada nessa pesquisa nas falas das mães das crianças e avós.

Além da discussão da avó como agente socializador, Dias (2002) traz exemplos de situações exteriores que intensificam a participação das avós na vida dos netos: divórcio, gravidez na adolescência, dificuldade financeira, necessidade de trabalho, etc. Considerando esses acontecimentos, a autora conclui que há o que ela chama de *contribuição social* dos avós na vida dos netos, o que ajuda a amenizar sofrimentos, solucionar problemas familiares e até evitar desamparo aos filhos e aos netos em diversas instâncias da vida. (DIAS, 2002, p.36). Segundo Barros (1989, 2011) os avós ocupam um lugar fundamental na estrutura familiar e isso diz muito sobre as mudanças sociais e culturais na família,

Os avós foram os personagens centrais desta discussão. A perspectiva dos avós sobre a família permitiu a análise das mudanças sociais e permanências de valores na família e da própria família como um valor social nestas camadas sociais. Ao mesmo tempo a importância dos avós na organização familiar é pensada em função do próprio panorama das mudanças na sociedade e, em particular, na família, sobretudo, no que se refere ao lugar da mulher no mundo público e privado. (BARROS, 2011, p. 7).

A participação efetiva e intensa dos avós pode ser observada, inclusive, na circulação das crianças⁵. Fonseca afirma: “Nem mero resquício do passado, nem necessariamente augúrio do futuro, a circulação de crianças, tal como descrevo, consiste em uma entre várias normalidades possíveis entre as práticas familiares na sociedade complexa atual”. (FONSECA, 2002, p. 55).

Fonseca (2006) aponta para uma circulação de crianças que, em uma ponta tinham mães que precisavam entregar seus filhos aos cuidados de outras famílias e na outra ponta mães/cuidadoras que já tinham experienciado o cuidar. O contexto de pesquisa de Fonseca

⁵Para Cláudia Fonseca (1995), a circulação de crianças define a ação de passar/partilhar a responsabilidade de uma criança para outro adulto, seja ele familiar ou não.

envolve famílias pobres e menos pobres onde a circulação apresentava-se como estratégia de guarda e sobrevivência da criança. Além de ser uma espécie de acordo bilateral de ajuda entre os envolvidos,

[...] a circulação das crianças também serve para estreitar laços entre indivíduos da rede. Por exemplo, uma mulher que cria os filhos de seu irmão divorciado poderá eventualmente esperar ajuda deste. Uma avó terá muito mais contato com seus próprios filhos casados se ela aceita criar um de seus rebentos. Acolhendo um primo pobre ou um sobrinho órfão, uma pessoa em ascensão social poderá mostrar aos membros de sua parentela que ela não está ficando esnobe, que ela não vai esquecê-los. (FONSECA, 2006, p.20).

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que, historicamente, a circulação de crianças no espaço familiar é algo recorrente e comum em toda a história social brasileira. Sarti (1996) e Motta-Maués (2004) também trataram sobre esse assunto.

Várias questões corroboram para a intensificação do cuidado das crianças por parte das avós. Em uma pesquisa recente sobre maternidade em situação de cárcere, em um presídio feminino na cidade de João Pessoa-PB, Guedes (2020) aponta a importância das avós maternas na vida das crianças cujas mães encontram-se privadas do direito à liberdade. Guedes (2020) destaca que as avós maternas são a principal, senão única, rede de apoio das mães encarceradas. A pesquisa mostrou que recai sobre as avós a responsabilidade de suprir a ausência da maternidade ocasionada pelo sistema prisional, ainda que, a maioria das avós maternas já coabitasse com as crianças e suas mães antes da prisão. Segundo Guedes (2020) as crianças chamam suas avós maternas de mainhas, mamães ou mãezinhas e diferenciam suas genitoras chamando mãe após o seu prenome, deixando claro que as crianças fazem uma distinção entre a mãe biológica e a avó que está fazendo às vezes de mãe. Um fator que também observamos nesta pesquisa, ainda que a avó exerça um papel socialmente atribuído a mãe, o neto reconhece diferenças entre o “ser a mãe e o ser a avó”, e foi possível perceber que, para as avós, é importante que a criança perceba essa diferença nos papéis mãe/avó.

No estudo apresentado por Guedes (2020), foi observado a matrifocalidade nas transferências de cuidado sob as crianças que visitavam as mães. Apenas as avós maternas fazem às vezes do “pater genitore” do “pater Estado”, esse último presente apenas na hora do castigo. A pesquisa aponta a completa ausência da figura paterna e/ou participação da família paterna; não foi observada parentalidade cognata. A figura paterna era ínfima, chegando a causar estranhamento na pesquisadora. Nesse sentido, a pesquisa vai ao

desencontro dos achados de Fonseca (2002) onde, em seu estudo etnográfico na cidade de Porto Alegre, com famílias de camadas populares, destacou a participação das avós paternas e/ou a relação agnática era equivalente à participação das avós maternas nos cuidados com a criança. Essas questões também foram observadas na presente pesquisa, pois ainda que exista a presença da figura masculina, esse número é significativamente inferior à participação de figuras femininas. As avós paternas apareceram em quatro das dez⁶ famílias da minha amostra e, vale ressaltar, que a presença dos avôs foi destaque nas falas das avós.

Meu campo, assim como o de Guedes (2020), reflete um compartilhamento de cuidados que é, em sua grande maioria, matrifocal. A autora usa a categoria maternidade compartilhada para elucidar que as avós maternas não são meras avós, mas sim as mainhas, mãezinhas e mães dessas crianças. Aqui, tratarei também do conceito avoternagem, o qual busco construir a partir das minhas análises. Além disso, o conceito de maternagem também se fez necessário nesse estudo.

Ramos (2008) vai definir como *mito da avoternagem* a feminização do cuidado. A avoternagem seria o exercício de suprir e/ou substituir lacunas da maternagem, algo comum nas famílias que a autora chama de *avoternais*, a conclusão de Ramos (2008) é significativamente diferente da que tentei construir a partir da minha investigação. A avoternagem na minha análise se apresenta como um fazer relacionado ao bem estar do neto, que pode ser entendido como o exercício da maternagem, mas, sutilmente diferente, e quando digo isso, digo por perceber que essas diferenças entre os papéis ganha corpo no discurso das avós. A avoternagem parece se diferenciar da maternagem quando a avó e a mãe ocupam essa função de cuidadoras da criança simultaneamente. Sendo a maternagem o exercício de cuidado integral, considerando seu desenvolvimento psíquico, físico e social, é o zelo com a criança e a colaboração com essa para seu bem-estar no mundo. Se a mãe exerce essas funções, os outros sujeitos maternam com atribuição própria do seu papel, seja avó, avô, tios, padrinhos, irmãos e assim por diante.

As avós praticam a avoternagem ao cuidar dos netos, porém, procurando não substituir esse fazer com o fazer da mãe, buscando não se apropriar do lugar da maternagem genitora, guardiã legal, ligação biológica/genitora. As avós colaboradoras da pesquisa tinham essa preocupação, não queriam ocupar o lugar da mãe, pois acreditavam

⁶ Em anexo é possível ver um diagrama das dez famílias.

que isso prejudicaria o desenvolvimento da criança e até mesmo a relação entre elas e as filhas. Foi possível chegar a essa conclusão quando percebi, no discurso das minhas colaboradoras, a afirmação de que todos “maternaram” as crianças da família, mas que essa “maternagem” “de todos” não é uma substituição da figura materna, do papel social e afetivo da mãe. Em se tratando do pai, essa preocupação de “assumir o lugar” não chegou a ser citada pelas colaboradoras.

Nesse sentido, poderíamos falar de avoternagem, tiosternagem, primosternagem, irmãosternagem, familiaternagem⁷ infinitas possibilidades de nomear a ação de cuidar, comprometer-se com o desenvolvimento da criança, maternando, mas buscando um pouco de distância da figura materna. Embora seja impossível fazer essa reflexão sobre uma ótica de comparação ou equiparação dos fazeres, é inegável que, segundo minhas colaboradoras: primeiro vem a maternagem da mãe, depois a avoternagem, em sequência os arranjos que precisaram ser construídos em parceria com os outros adultos ligados a criança,

“Jamais, jamais pensei em substituir Mariza. A filha sempre foi dela, inclusive me afastei em muitos momentos para não atrapalhar as decisões dela. Claro que interfeiri na criação porque, primeiro moravam comigo e segundo Mariza era muito jovem. Agora, eu fiz às vezes de mãe? Não! Eu sou a avó. Já falei para você que vi casos assim na família, onde a avó tomou o lugar da mãe e, não deu certo. E não dá, cada um tem seu lugar.” (Dona Marta (70), escuta presencial).

Essa preocupação em não misturar os papéis pode estar relacionada aos desentendimentos que acontecem dentro dos ciclos de cuidado. Avós, mães e tios, como veremos nos capítulos seguintes, não compartilham os cuidados com as crianças sempre de forma harmônica. Há discordância sobre a forma de cuidar, há denúncias de sobrecarga e abuso da rede de apoio.

Destaco que o grupo ouvido para a construção desse estudo não é formado por pessoas que exerceram um cuidado compulsório, tão pouco retrata avós que cuidam exclusivamente dos netos sem apoio/suporte dos pais consanguíneos, elas são redes de apoio. Tratei da relação entre avós e netos sem “amarras legais” ou “imposição da justiça”, portanto, refiro-me a uma avoternagem voluntária, ao menos legalmente, desprendida da obrigação de substituição ou extensão da maternagem, mas movida por afetividades e até cobranças sociais. São avós que assumiram a responsabilidade pelos netos em horários em

⁷ O uso do T as palavras que uso, derivando de maternagem, remete ao termo “terno”, referenciando a afetividade e ternura.

que as mães estão desempenhando outras funções como o trabalho e o estudo, trabalho ou estudo.

Pensar na relação existente entre avós e netos, é considerar que além dela ser mediada por uma ligação consanguínea, existe uma tendência construída a partir da necessidade do cuidar, de viabilizar a vida, de educar a criança e de ajudar as genitoras.

O conceito de cuidado trabalhado nessa pesquisa será considerado dentro de uma perspectiva multidirecional⁸ e vendo o cuidado como uma prática que se constrói e é performada em ‘múltiplas versões’, todas elas interagindo e coexistindo entre si (FIETZ; MELLO, 2018). Os estudos de gênero da sociologia, das ciências sociais mais precisamente, têm se esforçado para conceituar o cuidado.

A categoria do cuidado, como aqui é entendida, do ponto de vista analítico e cultural, incorpora a noção de manutenção da vida – que compreende o ato de se responsabilizar pela criança, considerando aspectos de cuidados primários; alimentação, educação, supervisão doméstica, apoio econômico e emocional. Para a discussão dos conceitos de cuidado, velhice e curso da vida, que indiscutivelmente aparecem na minha pesquisa usei como aportes teóricos: Fine (2005), Debert (1997, 2008), Hareven (1999), Leccardi (2005), Tronto (2009), Hirata (2010, 2011), Fernandes (2018, 2021), Batthyany (2014, 2021), Longhi (2014, 2017, 2019), Langevin (1998), Beauvoir (1980), Biasoli-alves (2000), Franch (2015), Cronenberg e Franch (2020), Georges e Santos (2014) entre outros.

O cuidado era considerado atribuição da vida doméstica, ligado às obrigações da casa e manutenção da família; a mudança desses parâmetros a conteceria, significativamente, com a ascensão do feminismo e as mudanças sociais e econômicas associadas (FINE, 2005). A modernidade reformula a vida doméstica: os novos cenários sociais, novos arranjos familiares, mulheres no mercado de trabalho, famílias menores. A globalização trouxe mudanças para a família, para homens e mulheres, embora,

A globalização não tem os mesmos impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e militares sobre os homens e as mulheres. As dinâmicas de classe, de “raça”, e os movimentos migratórios não podem ser compreendidos sem a perspectiva de gênero. O gênero é um organizador chave da globalização neoliberal: tese central do livro que acabamos de publicar “O sexo da mundialização: gênero, classe, raça e nova divisão do trabalho” (2010) Consequências sobre a divisão sexual do trabalho: 1- a mundialização criou mais empregos femininos, mas empregos ao mesmo tempo mais precários e mais

⁸ Nesse estudo optou-se por considerar a amplitude do termo cuidar, entendendo o cuidar como as atividades desempenhadas frequentemente pelos avós como: alimentar, rotinas de passeios e lazer, levar para escola, acompanhar as lições de casa, banho, orientação educacional, companhia recíproca entre avós e netos etc.

vulneráveis; 2- a abertura de mercados e a política de desregulamentação implicaram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a carga de trabalho remunerado e não remunerado; 3- privatização – uma parte do trabalho de reprodução social assegurada antes pelo Estado, passa a ser remetido à esfera familiar e ao mercado de trabalho precário (trabalho feminino pouco remunerado para assegurar o trabalho de reprodução social). (HIRATA, 2010 p. 5).

A circulação da criança compõe a dinâmica familiar no século XXI (FONSECA, 2002), e as avós são atores importantes desse processo. Segundo minha pesquisa, apesar do aumento de oferta de vagas em creches e em pré-escolas e a popularização das mesmas, muitas mães e avós se sentem mais seguras quando a criança está sob o cuidado de alguma parente mulher, especialmente avós/bisas. No capítulo dois, veremos como as avós definem esse papel que “cabe” a elas com relação aos netos e poderemos perceber as diferenças quando a relação de “cuidar e/ou olhar” a criança parte de tias, tios, madrinhas e outros sujeitos.

Para a discussão proposta o conceito de geração foi problematizado numa perspectiva de marcador social, pois compreende grupos de jovens e crianças, adultos e idosos, bebês e adolescentes. Podemos associar o marcador geração com marcadores de classe e raça/etnia, quando se quer compreender a complexidade de tais intersecções relacionadas aos sujeitos e desses com a sociedade. Segundo Sarmiento (2005) “a geração não dilui os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar; antes, se exerce” (SARMENTO, 2005, p. 363).

Como aponta Castro (2013), o lugar da infância frente à geração mais velha é o que condiciona a própria definição de infância, considerando as grandes transformações que as relações intergeracionais têm sofrido nas últimas décadas. Para Sarmiento (2005), um dos maiores desafios e a primeira tarefa da sociologia da infância é “a de considerar a “geração” uma categoria estrutural relevante na análise dos processos de estratificação social e na construção das relações sociais” (SARMENTO, 2005, p. 363). Qvortrup (2010), por sua vez, usa o conceito de “geração” como categoria social estruturante da infância. Neste estudo tratarei a infância como uma geração em contato com as outras gerações que vieram antes dela. Segundo o autor, considerar geração como uma categoria estrutural trata-se de uma tarefa difícil, pois “o conceito de “geração” foi submetido, pela sua eventual diluição dos “principais” fatores de estratificação e, especialmente, por ocultar numa designação comum as diferenças e desigualdades de classe (2005, p.363).

Tratando-se de reconstruir o conceito de “geração” para/nos estudos da Sociologia da Infância, Sarmiento (2005) propõe uma relação integradora entre as perceptivas estruturais e interacionistas.

A discussão de geração proposta neste trabalho perpassa por dois pontos que assumi como linhas norteadoras: a infância vivida e do criar/cuidar. Ambas as linhas são apresentadas à criança desde seu primeiro momento de interação com o mundo social. A forma como as avós viveram a infância e foram cuidadas na infância compõem as formas que tomam o cuidado com os netos e modula como veem a infância deles. Ou seja, a maneira como se é cuidado interfere na vivência da infância, em outras palavras a maneira como se é cuidado impacta em como se vive e se vê a infância. É na infância (mas não apenas), momento da vida pelo qual todos os que se tornaram adultos passaram, que incide o constructo da relação com o outro, seja na esfera social, seja na esfera pessoal. À vista disso, a infância não é homogênea e as experiências individuais são marcadas por processos.

É importante destacar que, ao propor uma discussão que abrange mudanças geracionais, trago significantes questões sobre a família e/ou o que essa vinha e vem representando. Ressalto, família e geração são coisas distintas, “A geração não é um grupo social concreto, como é a família, tribo ou seita. É, assim como a classe social, uma situação social” (GROPPO, 2015, p. 6). Ou seja, é uma variável importante na composição de uma população. Assim como geração não é um conceito fechado e que precisa ser pensado a partir/atrelado a questões sociais, família deve ser compreendida num sentido amplo e a partir/atrelada às experiências do grupo estudado. Considerando isto, a relação indivíduo-família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando (FONSECA, 2005). Família é amplo e geração não é uma ideia fixa, não é um conceito estático.

Fonseca (1995) questiona se, de fato, há mesmo uma fragmentação da “família” modelo, extensa e acolhedora, posto que talvez ela nunca tenha existido para a maioria das sociedades. O modelo de Família que teoricamente está sendo ameaçada pelo “capitalismo selvagem”, pela “ameaça comunista” e etc. existiu? A autora aponta, após análise de pesquisas, que é um mito a “família unida de antigamente”, muitos membros ficavam de “fora” do núcleo familiar. No Brasil, a versão da “família unida” é a “família patriarcal”. Segundo Fonseca (1995), as pesquisas realizadas no final dos anos 80 comprovavam que o

modelo de família nuclear, idealizado por séculos, só aconteceu em uma minoria das famílias brasileiras. A família nuclear não aconteceu no Brasil como se desenha.

É interessante como podem existir mitos que gozam simultaneamente de grande sucesso apesar de se contradizerem entre si. Já examinamos a ideia de que a família começou unida e de que, com o tempo, se desagregou. Agora, consideramos um mito que vai na direção quase que oposta do primeiro: a família começou mal e só hoje chegou a ser cede das relações pessoais “esclarecidas”. (FONSECA, 1995, p.72).

Famílias matrifocais, caracterizadas como o arranjo matrifocal de família que é essa força centrípeta, centralidade e papel primordial desempenhado pela mãe (HITA, 2002), onde avós e até bisavós são responsáveis pelo prover não são novidades⁹. O que estou analisando quais são os tipos de cuidado com relação às crianças essas avós estão assumindo.

Reconhecer a centralidade da mãe e das redes de parentesco produzidas através dela não significa, entretanto, afirmar que, nas famílias como as aqui estudadas, se produza uma falta de homens e abundância de mães. Os homens existem e ocupam posição privilegiada neste modelo, a de filhos. Os arranjos matrifocais são sociedades de pessoas na qual os laços são possíveis somente se eles transitam por um lugar assinalável: o da mãe. (HITA, 2002, p. 4).

Minha pesquisa adentra lares que têm a presença masculina, ainda que nem todos correspondam à configuração familiar nuclear; a maioria das crianças coabita com homens que, em grande parte, são os pais. Nestes arranjos, a centralidade da organização familiar é representada na figura feminina e os papéis de manutenção da vida das crianças são exercidos pelas mulheres: o cuidado é exercido pelo feminino como apoio ao feminino, a avó que é, sobretudo, rede de apoio. Assim, nas famílias estudadas aqui podemos perceber que há o que Hita (2002) chamou de “*Princípio relacional de matrifocalidade*” o qual definiu como sendo um tipo de relacionamento onde o papel e o lugar da mulher são centrais, mesmo quando o grupo doméstico em questão pode não estar sendo chefiado por mulheres (HITA, 2002, p. 4).

Minuchin (1980) coloca que a família e a sociedade se constroem mutuamente, portanto as alterações do mundo social funcionam reciprocamente e interferem no domínio

⁹É possível ler pesquisas sobre famílias matrifocais em STRATHERN, M(1995), BARBOSA, Jacira S, (2016), SCOTT, Parry (1990), HITTA, Maria G. (2016).

familiar e é por este afetado. Em vista disso, é possível afirmar que a mudança no status da mulher na sociedade altera a rotina familiar, a mulher sai do ambiente doméstico e passa a ocupar outros espaços, tais como busca por formação profissional, inserção no mercado de trabalho e a busca por independência financeira. Esses novos aspectos fazem com que a figura da mãe que, tradicionalmente, era considerada a principal responsável pelos seus filhos, passe a dividir essa tarefa com outras pessoas. São mudanças que reverberam nas relações de cuidado, na responsabilidade legal e afetiva com a criança e, principalmente, nos tipos de infâncias que as crianças têm e como elas caracterizam sua família.

As transformações que ocorrem na família moderna, influenciadas pelas lutas e conquistas das feministas abarcam o debate sobre o direito de mulheres de controle do próprio corpo, da sexualidade e da reprodução. As famílias estão cada vez menores, o papel materno está acompanhado de outros papéis como o de provedora, trabalhadora, e muitas mulheres têm se permitido optar por não exercer a maternidade. (RAMOS, 2011, p.10).

Corriqueiramente a criança cresce sob os cuidados de outros adultos que não são a mãe ou o pai, esses outros adultos podem ser os parentes ou cuidadores remunerados. Contudo, na maioria das vezes, a responsabilidade sobre os filhos recai apenas sobre a figura da mãe, pois, apesar das mudanças no status da mulher, ela continua sendo, por vezes, associada ao papel de esposa, responsável pelos afazeres domésticos e todas as tarefas que são socialmente atribuídas às figuras femininas da casa (COUTINHO; MÜLLER, 2020; RAMOS, 2011).

Neste trabalho veremos, no capítulo segundo, que alguns ciclos de cuidados eram desenvolvidos a partir/com figuras masculinas – avôs, tios, padrinhos, pai-, veremos também que o cuidado provido por essas figuras masculinas tende a ser direcionadas às responsabilidades de ordem comportamental e econômica, com supervisão e auxílio de alguma mulher.

A relação de cuidar/criar dos avós com os netos pode ganhar dimensões de reciprocidade com o passar dos anos, e essa questão ficou evidente nos resultados da pesquisa, o cuidar pode ser fruto de algo que defini como “*ciclo do cuidado*”. No início dessa pesquisa de campo, a bisavó de uma das crianças me contou que sua neta deixou a

criança (bisneta) com ela para que a fizesse companhia¹⁰, assim, ela estava cuidando da bisneta e a bisneta cuidando dela. Fonseca (2002) coloca que,

Considerando essas práticas na sua dimensão temporal, o pesquisador vê esboçar-se a lógica do dom e do contra-dom. A simbiose entre avó e netos obedece aos imperativos do ciclo doméstico. Os primeiros-nascidos de uma geração frequentemente passam muito tempo com a avó que, desta forma, “dá uma mão” aos jovens adultos da nova geração. (FONSECA, 2002, p.61).

No capítulo terceiro, trago reflexões analíticas sobre o que chamo de *Ciclos Familiares do Cuidar e do Servir*, o qual é descontínuo, misto e envolve parentes consanguíneos e não consanguíneos. Trata-se da promoção do cuidado entre os integrantes de determinado núcleo familiar, o qual não é definido por tarefas concretas e recorrentes, mas sim pela *obrigação* que todos os envolvidos têm com todos. O *servir* apresentou-se como um termo nativo referente a um cuidado que é realizado de forma exacerbada e implica em um sacrifício daquele que cuida e servir como termo nativo que remete a ações de sacrifício. De acordo com minha análise, o termo foi utilizado para caracterizar uma vida de “serviço e manutenção da família”. O servir foi entendido como aquela posição de atender as demandas frívolas, como comer ou participar de atividades que não tem interesse para agradar ou ainda, abdicar de expor a opinião sobre qualquer decisão a ser tomada em casa. (aqui cabe ponto final em “casa” e início de nova frase com maiúscula “O servir”). O servir corresponde ao auxílio em momentos/coisas/ações que exige daquele que serve, sobretudo renúncias. Tanto o cuidar, como o servir apresentaram-se de forma cíclica; viu-se nas infâncias das avós e viu-se na infância dos netos.

Sendo a geração um marcador social, devemos considerar e pautar de forma reflexiva como a relação entre avós, mães, filhas, netas e demais membros do corpo familiar pode reconstruir e ressignificar formas de cuidado, considerando o contexto sócio-histórico atual. Sabe-se, indiscutivelmente, que é no seio familiar (quando há essa convivência) que começamos a aprender nossos valores, perspectivas religiosas, socializações e noções do ser mãe, pai, irmã, neto, avó, primo, responsável por alguém e si mesmo. É no encontro das gerações que se constroem os papéis coletivos e individuais.

Para a realização desse estudo, optei por uma análise pautada na transversalidade, pois considerei contextos históricos atuais, econômicos e sociais dos meus colaboradores

¹⁰Depois soube que a neta trabalha em uma “casa de família”, passava a semana nessa casa, portanto também precisava de alguém que cuidasse da filha durante a semana.

da pesquisa, na certeza que esses fatores interferem diretamente na relação estabelecida entre eles. A pesquisa pautou-se também pela observação, pois esse exercício corrobora para o aprofundamento do estudo, afastando os riscos de subjetividade, generalização e conclusões precipitadas. Foi um trabalho de cunho qualitativo, seguindo preceitos etnográficos, um resgate dos diversos elementos constitutivos das interações infantis com as gerações, discutindo historicamente como se apresenta essa relação e como vem sendo entendida pelos familiares sobre as formas de criar, cuidar e educar. No primeiro capítulo aprofundarei a discussão sobre metodologia e ética presentes neste texto.

Ao longo deste estudo, veremos que foi possível averiguar o envolvimento das famílias, direta e indiretamente nos cuidados com relação à criança. Percebeu-se que as avós entendem a relação com os netos sob uma linha de responsabilidade e exercício do cuidar, uma tarefa partilhada com os pais e por isso não as obriga prover e se responsabilizar por toda a formação moral da criança, sendo um trabalho conjunto, por vezes realizado para amenizar as demandas das filhas/filhos. As mães reconhecem a colaboração efetiva das avós, colocando-as em lugar de rede de apoio principal. Buscou-se ainda verificar as trajetórias de cuidado dessas avós, atentando para a repercussão dessas no papel que representam ao “ser avó”, e esse exercício proporcionou conceituar o que chamei de *Ciclos Familiares do Cuidar e do Servir*. Ouviu-se, por fim, o que as crianças têm a dizer desse cuidado, que assume forma de supervisão e participação das avós na sua infância e, em alguns casos, vida adulta¹¹.

Assim como foi dada atenção às escolhas metodológicas, me preocupei com a execução da pesquisa seguindo preceitos éticos. Portanto o estudo obedeceu às diretrizes do Código de Ética e suas recomendações para pesquisas que envolvem seres humanos. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba através da Plataforma Brasil (nº4.750.638).

No primeiro capítulo tratei de assuntos levantados na primeira parte dessa investigação empírica, ainda quando parte do campo de investigação se concentrava no CREI (Centro de Referência em Educação Infantil) e era pautado na escuta prioritária das crianças pequenas. Trago esses apontamentos por considerar que foram fundamentais para o desenvolvimento investigativo, pois foi nessa primeira fase que se abriu a

¹¹ Três das avós que participaram dessa pesquisa tinham netos na fase de juventude e adultez, os quais também foram ouvidos. Considerei ser fundamental a escuta daqueles que tiveram uma aproximação com os avós ao longo de toda trajetória de formação.

possibilidade de incluir na investigação outros responsáveis pelas crianças, além de produzir apontamentos para pensar a perspectiva de uma relação pautada pelo cuidado e cuidado cíclico. O capítulo primeiro dedica-se à apresentação do estudo, trazendo informações sobre os campos, as escolhas metodológicas e preceitos éticos, informações fundamentais para que o leitor esteja familiarizado com os elementos que ajudaram a compor a pesquisa apresentada. Nesse sentido, também explana sobre a situação na qual o mundo se encontrava durante a produção desse trabalho: a pandemia da Covid-19, evento adverso que afetou esta e tantas outras investigações acadêmicas ao redor do mundo. Ainda no capítulo primeiro, procurei trazer um breve panorama sobre a tutela e cuidado das crianças com o objetivo de elucidar a participação desses cuidadores na vida das crianças brasileiras. Por fim, trago considerações sobre as crianças e as infâncias e detalho o perfil das avós e famílias participantes.

O segundo capítulo é dedicado à apresentação das primeiras análises e resultados da pesquisa de campo em paralelo com as discussões teóricas existentes sobre a participação das avós, geração e família. Esse capítulo justifica-se pela necessidade de problematizar as avós como principais cuidadoras secundárias das crianças. Nele, entenderemos o porquê de, ainda que existam outros sujeitos nesse processo, serem as avós as que mais se responsabilizam por olhar, cuidar e gerir a manutenção da vida dos netos quando não estão presentes os pais, especialmente a mãe, ou cuidadores remunerados. A criação da criança é uma tarefa da família, e podemos, aí, evidenciar o entendimento de que a ajuda familiar também consiste na colaboração mútua com os membros da família, o que me levou a concluir que a criação das crianças é um trabalho social, no sentido de melhorar a qualidade de vida da família como um todo. Este capítulo serve como espaço para refletir sobre a diáde criança-adulto e discute a inegável relação entre esses pólos geracionais e sua linha de conexão: o cuidado e a manutenção da vida. A criação das crianças é um trabalho social para os adultos que estão envolvidos em algum nível com elas.

O terceiro capítulo traz a discussão que é a chave de investigação desse trabalho. Ao longo da pesquisa surge a observação de um cuidado que é gerido a partir de uma perspectiva implícita, como, se em algum momento da vida, a noção de cuidar de alguém nos fosse apresentada de forma obrigatória. Aqui, veremos como a “necessidade de cuidar” é algo construído no seio familiar e acaba dando início aos *Ciclos Familiares do Cuidar e do Servir*. Veremos também as aproximações e distanciamentos entre os conceitos de maternagem e avoternagem, tal qual estão sendo discutidos, observados, nessa

investigação. Por fim, a análise incide sobre a questão chave do “cuidar de quem? e cuidar para que? A relação adulto-criança é sempre baseada pela necessidade de cuidar?”, pois observei que os ciclos de cuidados também são ciclos de reciprocidade. Na medida em que a bisavó cuida, a avó também cuida e já foi cuidada, a mãe cuida e é cuidada e a criança, por sua vez, é cuidada e passar a cuidar de alguém, fornecendo companhia e possível cuidado doméstico em futuro breve, quando essas avós estiverem mais debilitadas ou em idade avançada para determinadas atividades.

Encerro o texto abrindo espaço para algumas colocações que, certamente, não combinam com o título de “conclusões finais”, pois neste espaço transcrevo meus pensamentos geradores de análise e crítica, frente aos temas que me propus a estudar: Relações intergeracionais/, o cuidar/, a avoternagem/, a maternagem/ e as infâncias/ são conceitos que não me parecem possam ser construídos sozinhos ou sem respingos de muitos outros; eles surgem atravessados por visões de mundo, vivências, relações de poder, ausências que, muitas vezes, passam despercebidas. São construídas socialmente, no coletivo e no individual, na interação com o mundo, em um intervalo de tempo e espaço que denuncia o dilema das gerações. O cuidado como manutenção da vida, plural e recíproco entre essas avós e seus netos não possui fronteiras fixas e imutáveis, esses processos podem ser vistos nos *ciclos de cuidado*.

Esta tese é sobre o cuidado gerado pelo ato de cuidar, é sobre um ciclo que se constrói por necessidade de vida e investimento para solidez familiar. Minha tese é sobre as crianças que cuidam dos adultos, é sobre crianças que têm uma participação ímpar na manutenção dos ciclos de cuidado dentro de suas famílias. Elas são o motivo de cuidar, pois precisam para a manutenção das suas vidas e são esperanças de cuidado para as gerações mais velhas. Os ciclos de cuidado evidenciam as mulheres como principais mantenedoras do cuidar no seio familiar.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO: SUJEITOS DA PESQUISA, METODOLOGIAS E ÉTICA



A transição do/no campo e as novas formas de coletar os dados acarretaram mudanças bruscas em todo o projeto. Essa necessidade de adaptação trouxe a presença forte dos adultos, reduzindo consideravelmente a escuta das crianças, embora não tenha excluído totalmente – a internet trouxe a presença dos adultos e diminuiu a das crianças. As crianças pequenas tiveram, inicialmente, uma participação quase que exclusiva durante meu trabalho de campo. Ainda que as tenha acompanhado por apenas cinco meses, elas trouxeram-me questões que foram além das temáticas que me levaram adentrar àquele espaço, inicialmente família e diferenças geracionais. As crianças fizeram críticas sociais (MARTINS, 1991), reclamaram do espaço escolar e faziam isso quando mostravam claro desconforto com algo ou quando buscavam maneiras de burlar a ordem estabelecida no CREI, primeiro espaço de pesquisa.

As crianças têm um jeito particular de apontar as coisas que lhe chamam atenção e, se estivermos atentos, sem dúvida vamos perceber como algumas críticas podem vir

através de ações e comportamentos. Assim como afirmam Santos e Pires (2018), as crianças me direcionaram para os interlocutores e para os temas. Por isso, preciso iniciar esse trabalho falando das crianças.

Lembro-me da primeira vez que propus que fizéssemos desenhos livres na turma do maternal II, com idades de três a quatro anos: fomos para o pátio da escola onde existem algumas mesas grandes, aquelas típicas de refeitórios. As crianças foram se acomodando, distribui papéis e coloquei no centro da mesa duas caixas de lápis, uma de madeira e outra de giz de cera e, ninguém pegou. Começou uma gritaria, cada um pedia uma cor, pois esperavam que eu distribuísse os lápis por cores. Naquele momento fiquei sem entender o que estava acontecendo. Expliquei que poderiam pegar qualquer cor e depois trocar com um colega, assim, poderiam fazer um rodízio com as cores. Obviamente, não deu exatamente certo e ao longo da atividade tive que apaziguar alguns conflitos, mas o que chamou minha atenção foi a ação de alguns deles. Algumas meninas e meninos correram animados para falar com a professora da turma, contando que eu permiti pegar qualquer lápis e depois trocar, diziam: *é para dividir, tia, posso pegar a cor que eu quiser*.

Uma semana depois entendi o que aconteceu; a escola tinha o hábito de entregar um lápis para cada aluno para evitar “bagunça”, as crianças também poderiam receber a cor desejada caso tivessem apresentado bom comportamento (também se notava o favorecimento de uma ou outra criança), era a estratégia do CREI de evitar gritaria e brigas nos momentos de pintura, mas evitavam também (em minha opinião), os desenhos coloridos e o aprendizado do compartilhar. Nas imagens abaixo é possível ver a diferença nos desenhos; o primeiro foi feito assim que cheguei ao CREI, o segundo foi feito 2 meses após minha chegada e quando eu levei as caixas de lápis.

Quando as crianças viram uma adulta fazendo a distribuição dos lápis de maneira diferente, trataram logo de mostrar às professoras que aprovaram a ideia, ou melhor, que poderiam compartilhar os lápis se elas quisessem. Situações assim se repetiram com relação às brincadeiras, à hora da soneca, com relação aos lanches... Elas estavam sempre apresentando suas opiniões, quando não verbalizada, por atitudes, bastava querer ouvir.

Figura 1. Família Azul

Fonte¹²: Autora, 2019.

Figura 2. Família Multicor

Fonte: Autora, 2019.

Entre suspiros e lembranças saudosas, agradeço o tempo que passei com os meninos do CREI e lamento não ter tido a oportunidade de finalizar esse estudo com/entre aqueles que me inspiraram tanto.

Assim, o capítulo primeiro versa sobre as questões éticas e metodológicas dessa pesquisa e a contribuição das crianças do CREI, no início da pesquisa. Analisei a participação efetiva das crianças nas minhas escolhas e no desenho deste trabalho. Tratei de práticas e demandas que foram necessárias para a realização da mesma em paralelo à realidade da pandemia da Covid-19, a qual me fez construir uma pesquisa a partir de dois momentos e dois campos: pré pandemia no CREI e pós pandemia, uma pesquisa quase que exclusivamente online. Além disso, detalho as etapas de pesquisa e trago também um breve perfil dos meus colaboradores e escritores¹³, que foi complementado com a tabela das famílias estudadas, que estão no anexo desse trabalho.

¹² Desenhos com o tema família. Autoria dos alunos do CREI, outubro de 2019.

¹³ Considero que meus informantes não só colaboraram com a escrita deste trabalho como escreveram junto comigo. Aqui faço um compilado onde reuni frases e ideias construídas com eles e não apenas a partir deles. Portanto, o trabalho foi redigido por mim e construído por nós.

1.1 Começou na Creche: Os Espaços da Pesquisa

Figura3. Vivendo o campo



Fonte: Autora, 2019.

A partir dos estudos no campo investigativo de pesquisas sobre infância e gerações, em especial os realizados para a elaboração da dissertação, me deparei com a forte participação das avós na vida das filhas que estavam vivenciando uma gravidez considerada precoce, principalmente com relação à manutenção da vida dos netos recém-nascidos. Em função disso, assumiam uma responsabilidade, inclusive financeira, com relação a estes. Dada à frequência da relação avós e netos, identificou-se este fenômeno como significativa chave de investigação empírica, que eu para o trabalho de doutorado.

Na pesquisa de mestrado, pude concluir que as avós maternas são a principal rede de apoio das mães adolescentes, muitas vezes, as únicas. O papel de cuidar dos netos é visto como uma obrigação, pois acreditam que, a filha, ainda não está pronta emocionalmente e psicologicamente para assumir integralmente os cuidados com o bebê. Conclui que, nesse contexto, além da preocupação financeira, existe uma angústia vivenciada pelas avós sobre a eminente mudança na trajetória da filha que, em um mundo ideal, deveria passar por outras fases antes de chegar à maternidade. Ainda na pesquisa, pude observar as diversas facetas que o genitor pode ter no contexto de gestar/criar o filho,

que vão desde a participação no cuidado de um ponto de vista financeiro até a ausência afetiva. Observei que o papel do genitor tinha influência direta na relação da adolescente com a gravidez e, posteriormente, com o bebê. Nesse contexto, o bebê apresentou-se como agente social ativo desde o momento da descoberta da gestação, desempenhando um papel fundamental nas tomadas de decisão e na relação mãe-corpo-bebê (CAVALCANTE, 2018).

As observações que fiz durante a pesquisa de mestrado me instigaram a entender a relação avó-netos em um contexto que não fosse, primeiramente, movido pela necessidade de cuidar legalmente das crianças, como era o caso dos filhos das filhas menores de idade. Esta pesquisa, então, é uma continuidade das curiosidades e das lacunas que surgiram frente à observação da relação entre avós que querem e precisam cuidar e netos que são cuidados e cuidam. Aqui, essencialmente, as relações de cuidado que não advém de uma imposição legal, salvo 2 casos de crianças do CREI.

Ao ingressar no mestrado, em 2016, tive a oportunidade de participar do grupo de pesquisa CRIAS (Criança, Sociedade e Cultura), onde iniciei as leituras sobre sociologia da infância, antropologia da criança, estudos da infância, textos escritos nas áreas de ciências sociais bem como textos de educação e psicologia, especialmente. Foi nesse período que comecei a transitar entre a discussão de juventude/adolescência – minha proposta inicial de investigação para o trabalho de dissertação- e as teorias sobre infâncias. O grupo de pesquisa, naturalmente, me fez mergulhar em leituras sobre infâncias e crianças e, com o início do trabalho de campo, as crianças se fizeram mais presentes no meu universo de pesquisa, em especial as crianças pequenas. Sendo assim, optei pela investigação com crianças por acompanhar trabalhos com crianças desenvolvidos no âmbito do CRIAS, do qual participo ativamente desde o início do mestrado PIRES (2007, 2011), SOUSA (2012, 2014), SILVA (2013), MONTEIRO (2017, 2020), SANTOS (2018, 2019), GUEDES (2020, 2022), CAVALCANTE (2018, 2019), dentre outros.

Durante meu trabalho de campo os bebês passaram a ocupar um lugar tão importante quanto o de suas mães e avós dentro da minha pesquisa. A cada conversa com as mães e avós eu percebia o quanto o bebê estava presente no discurso, o quanto ele era considerado nas tomadas de decisão e o quanto – antes mesmo de nascer- ele interferia/participava da dinâmica familiar. A iminência da chegada do bebê movia a família para uma reestruturação (CAVALCANTE, 2018), como a adaptação da casa, a busca por complementação de renda, mudanças de parentes para dar suporte à mãe recém

parida, além do entendimento que os chutes e/ou mexidos do bebê significavam acordar ou discordar do que estavam fazendo/falando/comentando.

Pensei, se os bebês antes de nascer já têm participação na vida doméstica, por que não fazer um estudo com crianças pequenas? E foi a partir disso que comecei a olhar meu campo com outros olhos, passei a costurar as recentes leituras dos Estudos da Infância à participação social das crianças pequenas que, apesar de consideradas no senso comum como participantes “discretos” (MARTINS, 1991), interferem massivamente na dinâmica social e familiar. Os bebês e as crianças pequenas seriam meus colaboradores no doutorado, faltava definir em que contexto e com qual objetivo isso aconteceria.

Concomitante a isso, ao observar a participação das avós na vida dos netos e a interferência delas na forma como as filhas se relacionavam com suas crianças, comecei a me interessar pelas diferenças geracionais e como se estabeleciam as relações intergeracionais nesses grupos. Assim, surgiu meu desejo inicial de ouvir as crianças pequenas sobre a vivência com as avós, julguei pertinente ouvi-las sobre algo que estavam vivenciando naquele momento. Elas, as crianças, se apresentavam como colaboradores possíveis e como um caminho investigativo novo para analisar uma atividade tão recorrente no Brasil, como à participação das avós na criação dos netos. Portanto, decidi por ouvir crianças e suas avós.

Acredito que ingressar no universo de pesquisa sobre infâncias e com crianças foi uma janela que se abriu para mim. Eu não escolhi as crianças desde sempre. Eu me encontrei, enquanto pesquisadora, pesquisando com elas. Por isso, a escolha do campo era, à época, pautada por onde as crianças pequenas estavam: a creche, o CREI.

Dessa forma, a primeira ideia foi começar a ouvir, prioritariamente, as crianças pequenas e bebês, com idades de 24 a 48, meses sobre a relação delas com suas avós e em um segundo momento da pesquisa ouvir as avós dessas crianças.

Ainda em 2018, início do doutorado, já havia decidido que o meu campo deveria ser feito a partir de uma creche e decidi, junto com a minha orientadora, que a creche não seria o “grande campo” por assim dizer, mas, seria o local de “início”, onde eu iria encontrar as crianças e, através delas, chegar às avós.

Optei por iniciar a pesquisa de campo em um CREI, localizado na região Sul da cidade de João Pessoa/PB. Na instituição, solicitei a autorização da direção e supervisão escolar, também pedi autorização à Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, processo que levou cerca de dois meses e meio para ser concluído. Assim que foi aprovado, conversei

com as professoras, majoritariamente mulheres, informando-as sobre os objetivos da pesquisa. As professoras e assistentes de sala passaram a auxiliar o meu ingresso nas turminhas e os primeiros contatos com as crianças. Frequentei o CREI até dezembro de 2019. O retorno para a segunda parte da pesquisa, fase que incluiria mais efetivamente a família das crianças, seria em fevereiro de 2020.

Os planos para a segunda etapa da pesquisa não deram certo. As atividades de defesa de projeto junto ao PPGS, matrícula das crianças e eventos como o carnaval adiaram meu retorno de fevereiro para março. Nesse meio tempo não foi possível retomar as visitas ao CREI, pois, ainda em março de 2020 foi declarado o isolamento em virtude da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2 ou Covid-19).

Yuen al. (2020), classificam o SARS-CoV-2 como um vírus novo, o qual foi identificado pela primeira vez na cidade de Wuham, epicentro da doença na China, em dezembro de 2019. De proliferação rápida, em menos de três meses chegou ao Brasil, mesmo tempo que levou para chegar aos seis grandes continentes¹⁴ e virar uma sindemia global como resultado da interação entre vários grupos de doenças e o contexto socioeconômico. (JUNIOR; SANTOS, 2021). Dois anos e cinco meses¹⁵ depois o mundo registra 604 milhões de contaminados pela doença e mais de seis milhões de mortos no mundo. No Brasil, passamos de 34.500 milhões de casos e batemos a triste marca de 684.000 vítimas do vírus até Agosto de 2022.

Diante dessa situação, as aulas da rede municipal de ensino foram canceladas e não havia previsão de retorno. Assim que o isolamento foi declarado, não tínhamos (o CREI, os pesquisadores em geral, a sociedade civil, o Estado, eu mesma) muita ideia do que iria acontecer ou se o isolamento duraria ou não¹⁶ e, nessas condições, a pesquisa de campo ficou parada.

Não houve retorno ao campo inicial de pesquisa. Não seria possível ir ao encontro das crianças em suas casas e, portanto, ouvir as avós. Sobretudo por fazerem parte do grupo de risco da doença.

Foi preciso então redesenhar o campo e, como feito na dissertação, precisei recorrer aos espaços virtuais. Busquei nas redes sociais o auxílio necessário para entrar em contato

¹⁴Fonte: <https://6minutos.uol.com.br/coronavirus/coronavirus-chega-a-todos-os-continentes-e-oms-declara-que-doenca-e-umapandemia/> acesso em 18 de mar. 2021.

¹⁵ Os números apresentados foram coletados em 05 de setembro de 2022 e trata-se de dados em crescimento, infelizmente.

¹⁶Até maio de 2021, quando escrevi esse capítulo, as aulas presenciais na rede municipal continuavam canceladas. Hoje, setembro de 2022, as escolas estão funcionando normalmente.

com os possíveis colaboradores, retomei ao mundo virtual que tanto me foi útil para estabelecer um vínculo com meninas de diversas partes do Brasil durante a pesquisa de mestrado.

Assim, meu campo de análise foi híbrido, pois uniu não só o presencial com o virtual, contou, também, com vários aplicativos e ferramentas: *WhatsApp*, *Zoom*, *Google Meet*, ligações de celular e, sobretudo, o boca a boca que me ajudou a encontrar novos colaboradores da pesquisa. O método bola de neve (VINUTO, 2014) possibilitou a reunião das famílias que compõem esse trabalho. Os colegas de curso indicavam famílias que se encaixavam no perfil da pesquisa, algumas vezes os próprios parentes, e assim consegui montar o grupo de dez famílias.

A realidade trazida pela pandemia fez com que eu precisasse mudar questões fundamentais do meu estudo. Antes, estava indo a partir das crianças para chegar aos adultos; depois da pandemia, passei a ouvir mais e primeiro as avós e depois, tentei ouvir algumas crianças, conversar virtualmente já que nem todas moravam no mesmo Estado.

No novo formato da pesquisa, pós/durante pandemia, alguns avós participaram das entrevistas, nesses casos eles também participavam da rotina da criança. Também ouvi as mães das crianças e, em algumas famílias, tive a oportunidade de conversar com os pais, sendo essa escuta a de menor frequência. Em quatro famílias foi possível observar a participação efetiva dos tios e madrinhas, algo que já havia percebido na creche.

De todo modo, a pesquisa pós/durante pandemia se concentrou na escuta das avós. A alteração no foco da escuta se deu por fatores maiores que a minha vontade pessoal- além da situação pandêmica-. O primeiro fator que corroborou com a mudança foi o fato das crianças com as quais conversei no CREI terem me apontado a necessidade de ouvir mais e melhor os avós e outros cuidadores.

Ao chegar ao CREI, passada a fase de apresentação aos funcionários, comecei a frequentar as turmas. Lembro de me sentar na cadeirinha e ficar observando a turma [nas salas de aula apenas três professoras me apresentaram aos alunos como pesquisadora]; eu chegava de mansinho e esperava a aproximação das crianças. No segundo encontro com as crianças eu tive o seguinte diálogo com Rita [quatro anos] e Matheus [quatro anos, alunos do maternal II,

“Tia, você também vai ser nossa professora?”, perguntou Rita e logo Matheus complementou “Você vai sentar aqui com a gente? Eu ri e expliquei o que estava fazendo ali “Eu sou uma estudante grande, vim lá da universidade e vim para

conversar com vocês, brincar, desenhar também [fui interrompida]”, “Mas brincar de que?” perguntou Matheus, “Muitas coisas, mas podemos brincar com esse joguinho aqui de montar a família que mora com vocês, quem são ...”, Rita tomou a palavra “eu moro com minha mãe, meu irmão, minha irmã e minha avó, [mas] minha prima e minha tia vão lá todo dia, [então] têm elas também”, “Tia! Eu também, e eu moro perto dela [de Rita].”. (Descrição de situação de campo)¹⁷.

A inclusão de outros cuidadores/coabitantes surgiu em muitos outros diálogos depois deste primeiro. Tive a certeza de que precisava incluí-los.

O segundo fator que motivou a mudança foram as dificuldades em realizar a pesquisa online com crianças pequenas. As crianças não se sentiam à vontade para sentar na frente do computador e conversar com uma “estranha”; afinal eram outras crianças, não as que me conheciam do CREI. Também encontrei dificuldades em prender a atenção de crianças pequenas durante uma conversa virtual, tentei algumas vezes e percebi que não seria um método viável. Primeiro porque teria que ser uma conversa mediada por outro adulto, segundo porque crianças pequenas são geralmente dinâmicas e as conversas na frente do computador deixavam-nas entediadas rapidamente e, além disso, não foi possível estabelecer contato com as crianças do CREI (que já me conheciam), muitas tinham apenas um aparelho celular na residência, o que comprometia meu contato com elas.

Não digo que é impossível fazer a escuta das crianças através das plataformas virtuais, inclusive tive a oportunidade de ler trabalhos recentes utilizando essa técnica e os pesquisadores conseguiram fazer belos estudos (TEBET, 2020; LARA, 2022; OLIVEIRA, 2022) e textos que provocam essa discussão do fazer pesquisa com crianças na pandemia (HARTMANN, 2020). Acredito que a dificuldade que encontrei pode ter sido potencializada pelo fato da minha pesquisa ser direcionada a crianças bem pequenas (24 meses a 48 meses) e a interação virtual ser mais difícil nessa idade. Dificuldade também enfrentada pelos professores da educação infantil ao tentar promover aulas no ambiente virtual (LACERDA; ANTONIASSI, 2020), considerando que o contato físico é fundamental para a primeira infância.

Diante do exposto, minha pesquisa se encaminhou para a união entre espaços domésticos, com o objetivo de suprir as lacunas do distanciamento social, e o computador, que já me acompanhava nas transcrições e anotações dos acontecidos no CREI, passou a ser ponte entre a minha casa e a casa dos gentis colaboradores.

¹⁷ Transcrição de um momento de vivência com as crianças do CREI. Ao longo do texto usarei esse recurso de destacar trechos com recuo em itálico para descrever situações vivenciadas em campo.

O celular também cumpriu seu papel de encurtar distâncias colaborando para trocas de informações. A maioria das conversas aconteceu através do *Google Meet*, pois era possível fazer a gravação das conversas (ótimo recurso para nós pesquisadores), Contudo, algumas avós não tinham afinidade com o programa e se sentiam mais confortáveis conversando através do *WhatsApp* e nesse caso, as conversas não eram gravadas.

Com isso, destaco como é relevante dentre o olhar das ciências sociais, em específico da sociologia, analisar como os arranjos desenhados no campo fazem com que a/ pesquisadora/o realinhe as ideias pretendidas no projeto de estudo e, esses mesmos arranjos impõem também a difícil tarefa de estarmos sempre atentos às mudanças necessárias para dar continuidade ao trabalho pretendido. Fala-se do campo como definidor de metodologias de pesquisa, mas a teoria e a situações-tempo do estudo também tem uma cota ímpar nos resultados futuros.

Contudo, é válido ressaltar que o meu primeiro lugar de pesquisa não foi excluído dos resultados que apresento aqui, afinal, ele foi imprescindível para que eu pudesse direcionar as conversas que tive com os novos colaboradores e nos novos espaços de pesquisa. E é sobre isso que me dedicarei a falar no tópico seguinte, sobre o projeto que não foi concluído, mas foi pilar para a finalização deste que apresento.

1.2 Tia Nova! O Projeto que (Não) foi no CREI

Ainda que não seja foco desse estudo, acho que preciso fazer algumas pontuações sobre o cenário pandêmico que vivemos e do qual ainda estamos em recuperação, especialmente frente à realidade acadêmica, afetando pesquisa, extensão e produção intelectual. É fato que não estávamos preparados para tamanho impacto, numa esfera macro e micro, pois a pandemia não afetou apenas a vida prática, mas nos obrigou a reaprender a viver em sociedade e a trabalhar em rede (rede mundial de computadores). As mudanças no cotidiano de todo o mundo atingiram desde o nosso mais absoluto direito, o direito à vida, até os considerados mais supérfluos, como fazer um passeio na praia ou reunir amigos.

No primeiro momento de pandemia, o CREI teve suas atividades paralisadas; muitas mães, avós e responsáveis trabalhavam no comércio ou como domésticas, e ficaram afastados do trabalho, tudo isso em paralelo a notícias difíceis. Em meio às questões de saúde, o governo falava diariamente sobre o agravamento da crise econômica que

implicaria na alta da taxa de desemprego, surgiam novas especulações em torno da Covid-19 diariamente e tínhamos um crescimento exponencial de idosos vitimados pela doença.

As famílias que encontrei no CREI, segundo as primeiras pesquisas sobre a Covid-19, integravam um grupo altamente suscetível a contaminação, pois moravam em casas ou apartamentos pequenos onde se reuniam mais de cinco familiares; entre os moradores havia aqueles que continuavam trabalhando mesmo durante a quarentena, compartilhando o imóvel com pessoas com mais de 60 anos, consideradas grupo de extremo risco. O isolamento, para esse grupo, seria uma utopia. Neste cenário, meus colaboradores estavam vivenciando ameaça de desemprego e morte, o caos.

Eram pessoas que estavam diante de muitas preocupações e incertezas: medo do vírus, medo do desemprego, não tinham onde deixar os filhos para trabalhar, não tinham dinheiro suficiente para fazer estoques de comida ou comprar vitaminas para reforçar a imunidade e outras questões que já eram motivos de preocupação antes mesmo da chegada do vírus. O fato é que o Covid-19 também potencializou as desigualdades, enquanto uma parte da população tinha que se preocupar em evitar a contaminação, a maior parte tinha que se preocupar *TAMBÉM* com a contaminação. Eu não poderia pedir para que, nesse momento, as mães me recebessem ou dessem um jeito de ceder o celular, muitas vezes um só, para que eu conversasse com as crianças. Achei que seria pedir muito.

Meu contato com as crianças e as famílias, até então, era exclusivamente através do CREI. Conversava com os responsáveis na saída das crianças ou em eventos chamados de “Culminâncias” que a escola preparava. Então, o fechamento do CREI e o isolamento social inviabilizaram meu contato com esse grupo. Houve a possibilidade de pegar os números dos celulares quando o CREI passou a distribuir cestas básicas para as famílias, mas eu não me sentia confortável para interpelar as pessoas enquanto esperavam na fila da cesta básica¹⁸.

Como poderia abordar essas mulheres durante a espera maçante e debaixo do sol escaldante em busca de alimento? Para os homens e para as crianças estar em casa ou ter de ficar em casa talvez represente algo novo (CARNEIRO;MULLER, 2020), mas para as mulheres, a pandemia acentuou as demandas, potencializou as obrigações e jogou no colo delas a administração da casa, dos filhos, do trabalho e da saúde física e mental.

¹⁸Poderia falar aqui sobre ética na pesquisa. Qual o limite do constrangimento? Me senti constrangida de levar mais um “trabalho” e “preocupação” para aquelas mães e avós. Imaginei que elas também poderiam ficar constrangidas. Elas já estavam ocupadas demais.

Acredito que muitas pesquisas em espaços escolares também tenham sido afetadas. Hoje, 29 meses depois do primeiro caso, as escolas públicas retornaram com as aulas presenciais, os professores da rede pública e particular da cidade de João Pessoa-PB completaram o esquema vacinal, o acesso à vacinação chegou a todas as pessoas maiores de cinco anos e a taxa de contaminação encontra-se minimamente controlada. Hoje, agosto de 2022, estamos na quarta dose da vacina para pessoas acima de 30 anos e não se sabe se precisaremos tomar outras doses futuramente.

O início foi no CREI e o fim deveria ter sido nas casas das crianças junto às famílias. A verdade é que o projeto foi bem até quando me foi possível realizá-lo. Contudo, os cinco meses no CREI me levaram a pensar em muitas questões tratadas com as avós e crianças participantes da “segunda fase” da pesquisa.

Estando no CREI, me propus estudar com um grupo formado por crianças que, em sua maioria, estudaram toda vida escolar naquela instituição de ensino, fazendo parte das mesmas turmas, apresentavam situações econômicas próximas, são moradores dos mesmos bairros e compartilham estruturas familiares semelhantes. Logo, pude considerar que eram sujeitos que compartilham o mesmo extrato socioeconômico, posto que estejam expostos a situações sociais semelhantes e, ao mesmo tempo, pertence à mesma geração. Esse perfil um tanto homogêneo das crianças me pareceu interessante, em um primeiro momento, pois a investigação sobre a relação com as avós e infância poderia ser sobre a óptica individual, considerando as particularidades das vivências pessoais, já que as condições sociais e econômicas eram equiparadas.

Nesse cenário, eu poderia analisar os fatores que marcam a relação entre esses dois grupos, quais fatores corroboraram para a participação intensa das avós na vida escolar dos netos, questionar sobre o compartilhamento do espaço doméstico, sobre a estrutura familiar. Mas a questão do cuidado não demorou a se sobressair, não demorei em perceber que a relação entre avós e netos é marcada pelo cuidado, mais que cuidado? Qual a motivação? Econômica, moral, afetiva ou social? O adulto-velho percebe que também é cuidado pela criança?

Em mais um diálogo no CREI, conversando com a turma da pré-escola I, o contexto era a construção representativa das famílias com as cartas e relacionando-as aos afazeres; Com todas as crianças sentadas em suas mesas, em frente aos cartões da brincadeira e com meu auxílio, íamos preenchendo as tirinhas de afazeres: “Então como é isso Júlia, sua avó cozinha, traz você para escola, assiste televisão, me conta o que mais

fazem juntas” Júlia me respondeu “nós vamos ao mercado, minha vó gosta de ir lá em Mangabeira (bairro de João Pessoa), faz a comida, ela me leva tudo [para todo lugar] canto. Você sabia que ela entra na frente e eu vou com ela? Entro junto.”

Figura 4. Um pátio sem crianças.**Figura5.** As crianças no pátio.



Fonte: Autora, 2019.



Fonte: Autora, 2019.

Ao brincar no pátio com as crianças, perguntei sobre o mural da/que estava na parede [segunda foto], perguntei se eles sabiam o que era.

-Tia, é para falar que precisamos ficar juntos! me disse Carol. Eu perguntei se eles sabiam o que era cidadania, um ou outro fez gesto com a cabeça dizendo que sim, outros ficaram calados e quando perguntei se alguém queria me contar, ninguém falou nada. De repente todos começam apontar para os desenhos no mural: Eu sou esse! Eu sou esse! Não, você é aquele ali! Eu quero ser a de blusa laranja! [começava mais uma arenga¹⁹]. Percebi que os desenhos que eles “queriam ser” nem sempre tinham as mesmas características físicas deles.(Descrição de situação de campo).

O CREI²⁰ fica localizado na região sul da cidade de João Pessoa/PB, em paralelo à avenida principal do bairro e tem acesso facilitado aos bairros circunvizinhos, atendendo assim, crianças de diversas localidades. O espaço conta com uma estrutura ampla, possui salas climatizadas, biblioteca, jardim, solários, um pequeno parquinho, cozinha, pátio com

¹⁹ No Nordeste brasileiro o termo *arenga* é usado para definir uma situação de discussão/briga/confusão entre uma ou mais pessoas.

²⁰ Como escolha ética, considerando as situações relatadas nesse trabalho, não usarei o nome real do CREI. Ainda que minha entrada tenha sido autorizada, algumas passagens podem ser usadas como denúncia e prejudicar os informantes que trabalham na instituição educacional.

refeitório, banheiros dentro e fora das salas, berçário, sala de atividades de apoio e uma espécie de círculo de areia destinado às atividades sensoriais.

As salas e o pátio estavam sempre bem decorados, quase sempre com cartazes e atividades realizadas com as crianças e/ou cartazes referentes a algum projeto que o CREI esteja realizando ou realizou. Em 2019, eles trabalharam quatro projetos, três deles aparecem registrados nas fotos acima. A fotografia 1, à esquerda, foi tirada em setembro de 2019 e mostra o mural com o anúncio do projeto que estava em vigência quando iniciei o campo “Fazendo Arte no CREI: Sou Criança, Sou Artista” e à direita o projeto anterior “Patrimônio Cultural a Praça da Paz é nossa: Um Patrimônio Bem ao Nosso Lado”, que foi trabalhado no segundo bimestre de 2019. A segunda foto, tirada em novembro de 2019, registra as crianças realizando atividades comigo no pátio e ao fundo da imagem podemos ver o mural da escola com a divulgação do projeto trabalhado no quarto bimestre “Ética e Cidadania: Um Mundo Melhor em Nossas Mãos”.

Das arengas nas brincadeiras

Rafael: ei, é a minha, me dê!

Pedro: Essa é a minha massinha!!!

Rafael: A sua está “mais grande”, esse pedacinho é do meu.

Pedro segura a massinha e dá de ombros para Rafael.

Rafael: Tia nova! Ele pegou a minha massinha [referindo-se a mim].

A “tia nova” apazigua tão rápido quanto pode para não esquecer e anotar direitinho o “nome presente” que ganhou.(Descrição de situação de campo).

Os assuntos que eles trabalhavam ajudaram, inclusive na minha conversa com as crianças. Assistindo as atividades realizadas pelas professoras, pude perceber como eram apresentadas as noções de direito das crianças, participação na família e até sobre a individualidade deles. Cheguei a puxar brincadeiras a partir dessas atividades e ir tomando nota das definições que as crianças iam dando às coisas.

Inclusive, achei confuso falar em direitos e individualidades e em seguida, na prática, ter como regra levar as crianças ao banheiro em grupo. As professoras reuniam um número x de crianças para poder levar ao banheiro, então se uma criança pedisse, ela deveria esperar que mais uma ou duas crianças também externasse o desejo de ir ao banheiro. O mesmo acontecia com a distribuição de água, essa era feita nas horas das refeições ou se várias crianças pedissem ao mesmo tempo.

Inicialmente fiquei encantada com a boa estrutura e a conservação do espaço, me chamou atenção as crianças terem tantas opções para atividades ao ar livre. Contudo,

durante os meses iniciais da pesquisa, não registrei muitos momentos em que as crianças tivessem realizado atividades fora da sala de aula, utilizando o solário, por exemplo. Na maior parte do tempo, ficavam confinadas ao espaço da sala: brincavam, lanchavam, jantavam, trocavam de roupa, tudo em sala. Até mesmo as atividades que eu propunha fazer com as crianças deveriam, preferencialmente, ser feitas em sala de aula. Nessas ocasiões, as professoras reservavam um “cantinho” da sala onde eu poderia ir conversando com um pequeno grupo de crianças de cada vez, geralmente de quatro em quatro como em um esquema de rodízio.

Um dos meus maiores desafios em campo foi realizar as atividades com as crianças dentro da sala de aula, pois as turmas eram formadas por cerca de 30 crianças, o que tornava complicado manter o pequeno grupo reunido, enquanto os outros coleguinhas faziam outras atividades ou estavam brincando. O inverso disso também acontecia. As crianças que não estavam fazendo atividades comigo vinham constantemente “olhar o que a tia nova estava fazendo” e quase sempre o grupo de quatro crianças virava um com 10 crianças, às vezes mais, não raramente a turma toda acabava virando um só grupo.

Assim que comecei a frequentar o CREI, fiz uma visita em todas as turminhas, passei algumas tardes acompanhando as crianças do berçário até o maternal II (até os quatro anos e 12 meses). Eu ficava sentada em alguma das mesinhas, brincava com eles, auxiliava alguma das professoras ou cuidadoras a distribuir as refeições, conduzia as crianças até a saída, na hora de ir para casa ou levava as crianças ao banheiro e, principalmente, buscava me aproximar delas. Eu imaginei que esse “tour” pelas turmas seria uma espécie de apresentação para as crianças, seria o momento de mostrar que eu não era “estranha” e tentar me tornar um rosto “conhecido” deles. Imaginei que esse exercício de aproximação deixaria as crianças mais confortáveis para conversar e brincar comigo.

Contudo, minha entrada em campo foi bem mais tranquila do que imaginei. As crianças me receberam com muita receptividade, em pouco tempo já começaram a me chamar de tia e conversar/brincar comigo. Apesar de me chamarem de tia, acredito que tenham percebido rápido que eu não era como as outras tias. Concordo com Pires (2007, p.232) “Se as crianças me vissem como um aprendiz e não como uma professora que sabe todas as respostas e ensina, seria mais fácil desencadear uma relação de cumplicidade e confiança, o que tornaria possível a pesquisa”.

Cheguei ao maternal I no mesmo dia que Luiz [dois anos]. Aparentemente Luiz, muito atento, me percebeu no fundo da sala, sentada no chão junto às outras crianças. Ele

buscava alguém que o pudesse “socorrer”. As crianças acostumadas ao ambiente circulavam e brincavam sem muita resistência. Luiz não, Luiz chorava muito. Começamos uma troca de olhares, um passinho aqui, outro ali, uma tentativa de colo com a professora onde não obtive sucesso [a professora não teria braços para todos que quisessem um colo, portanto era melhor evitar. A regra era essa], Luiz me achou, não neguei o colo, quebrei a regra da professora.

Figura 6. O chão das crianças.



Fonte: Autora, 2019.

Eu era mais permissiva, pegava no colo quando alguém estava chorando, sentava no chão com eles, brincava no fundo da sala e permitia que os maiores se sentassem amontoados, eu levava ao banheiro tão logo pedissem- o que me fez ir ao banheiro inúmeras vezes todas as tardes-, era a adulta que dava água sem muita demora [o que se tornava uma brincadeira para eles]. Lembro de ter ficado admirada ao perceber que aqueles pequenos de dois e três anos haviam entendido e passado a “usufruir” desse fato, recorrendo a mim quando queriam algo.

As crianças deixam claro se estão confortáveis ou de acordo com a atividade que está sendo realizada: participam ou vão embora, se envolvem ou ignoram a brincadeira. E essa sinceridade sempre me deixou receosa, mas ao mesmo tempo tranquila, pois sabia que se estavam sentados brincando e fazendo as atividades comigo é porque estavam

confortáveis, de acordo e interessados. Mesmo tendo o aceite e autorização da prefeitura, tomei a livre participação e o engajamento como sendo o termo de consentimento deles.

O CREI realizava um evento chamado “Culminância” que acontecia a cada bimestre e reunia as crianças, os professores e os responsáveis para mostrar as atividades realizadas e temas trabalhados. Nesse evento, são feitas apresentações de cada turma e um lanche compartilhado. Pude participar de dois eventos como esse. Nesses momentos há uma grande participação da família e foi muito interessante poder acompanhar de perto as crianças e a família no espaço escolar.

Figura 7. Árvore genealógica da turma



Fonte²¹: Autora, 2019.

Figura 8. Maquete do CREI



Fonte: Autora, 2019.

Foi a partir desses eventos, que consegui conversar e me aproximar de algumas avós, pude me apresentar para elas e falar um pouco sobre o que eu estava fazendo dentro da creche. Aproveitei essas oportunidades para observar a relação entre a instituição escolar e a família, registrei também a participação de muitos parentes das crianças. Vi, por exemplo, famílias inteiras chegarem para assistir as apresentações, mas vale ressaltar que também vi crianças sem familiares presentes, nesses casos elas iam para casa com os pais ou responsáveis de outro aluno da escola.

²¹ As fotos mostram alguns dos trabalhos feitos no terceiro bimestre e apresentados aos pais, responsáveis e familiares durante a culminância.

Cheguei na Culminância antes do início, circulei entre as salas, fotografei os trabalhos das crianças, fiquei conversando um pouco com o vigia e depois me sentei nas últimas cadeiras espalhadas pelo pátio. Fiquei observando quem chegava, procurando alguém em potencial para conversar. Eis que Dona Carminha se senta ao meu lado, ela aparentava ter mais de 50 anos e eu presumi que fosse avó de alguma criança. E era. Cabelos curtos, cacheados e bastante grisalhos, segurava uma sacola plástica de alguma loja e já se sentou ao meu lado com aquele semblante de quem estava aberta a conversa [eu posso ter enxergado o que quis enxergar]. Avó de dois alunos do CREI; ela estava responsável pelas crianças enquanto a filha trabalhava e o genitor estava preso. Na medida em que ia me contando sua história ela ia apontando as outras avós que chegavam à Culminância “Olha, ela também é avó, aquela dali cuida do neto também... você sabia que a representante dos pais é uma avó?...deixa eu ver se ela está por aqui” e continuava “Eu vim no sol, está um calor hoje, né? depois que se cria, eles nem ligam [sobre o esforço de cuidar dos netos].”. (Descrição de situação de campo).

Consegui estabelecer uma boa relação com as professoras e o corpo escolar, eles já entendiam o meu objetivo de estudo, conversei bastante com as crianças sobre as famílias, sobre cuidado, sobre as avós e outros cuidadores. Brincamos, brincamos bastante, desenhamos e guardo todos os desenhos que ganhei deles. Conversei com muitos familiares na saída do CREI, fiz anotações, gravei conversas, me preparei para a segunda fase do campo.

O mês de dezembro de 2019 veio e trouxe as notícias do Corona vírus Sars-cov 2. Em fevereiro de 2020 fiz a apresentação do projeto reformulado no PPGS/UFPB. Em 26 de fevereiro de 2020 foi detectado o primeiro caso do vírus no Brasil. Nesse período, eu estava organizando as ideias, reformulando os conceitos chave pós banca de projeto, estava pronta para retomar o campo e ir para a casa das crianças. Em 17 de março de 2020, o Governo da Paraíba lança decreto²² paralisando as aulas e outras atividades no Estado como medidas de contenção do vírus. Findou-se a etapa de pesquisa no CREI.

1.3 O Jogo, o Desenho e as Conversas: As Escolhas Metodológicas e Éticas

A escolha da técnica utilizada nesta pesquisa foi feita em paralelo à escolha dos temas a serem investigados e à formulação do problema, pois acredito que são tarefas que, ao serem realizadas em conjunto, trazem melhores resultados.

A partir das relações coletivas das crianças com/e outras gerações, a pesquisa focou-se no campo da análise qualitativa. De acordo com Queiroz (2008, p. 23) “As

²²Informações disponíveis em <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-19-03-2020.pdf>> acesso em 18 de maio de 2021.

técnicas qualitativas procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, isto é, tudo aquilo que os diferencia dos demais” e são essas particularidades que pretendi analisar. Assim que tive os primeiros contatos com as crianças, percebi a infinitude de definições que eles traziam para o conceito de família, cuidado, para os relacionamentos com as avós e individualidades que não permitiria outra escolha metodológica que não fosse a abordagem qualitativa.

Acredito que, metodologicamente, a análise de cunho qualitativo se encaixou de forma mais completa aos objetivos deste trabalho. Contudo, não descartei o uso de outros métodos de análise, como o uso de dados secundários oferecidos por órgãos como o IBGE, análise de matérias jornalísticas e outros de caráter quantitativo, recursos amplamente utilizados em pesquisas acadêmicas. Inclusive, as atividades realizadas pelo CREI foram interessantes para minha análise, como por exemplo, a construção da árvore genealógica das crianças, que corroborou para o desenho da estrutura familiar dos alunos atendidos pela instituição.

Segundo Nazário e Tizatto (2019) a alteridade deve ser trabalhada no processo de escuta das crianças e em toda e qualquer pesquisa. Para as autoras, a alteridade se torna fundamental não somente para entender o *outro*, mas também do pesquisador como um *outro*. Assim, busquei exercitar a alteridade ao longo do trabalho em campo.

Para Cláudia Fonseca (2002) é preciso considerar as diversidades culturais do grupo estudado, é preciso ponderar as particularidades de cada sujeito da pesquisa, posto que não há mais espaço para se considerar “diversidade cultural” apenas coisas/pessoas que estão geograficamente distantes,

Antropólogos atuais contrariam essas visões tradicionais, frisando que a diversidade cultural que deve nos preocupar hoje não é necessariamente ancorada em grupos nacionais ou étnicos. Geração, gênero, orientação sexual e classe (entre outros) podem ser fatores igualmente decisivos, multiplicando os critérios de diferença, ao mesmo tempo que complicam a demarcação de territórios exclusivos a uma “cultura” ou outra. Rompendo assim com a ideia de que exista um “nós” *versus* um “eles”, hoje, coloca-se a questão da alteridade dentro da sociedade complexa. (FONSECA, 2002, p.53).

Como dito anteriormente, meu grupo de colaboradores reúne sujeitos de geração e faixas etárias diferenciadas, foram quatro gerações distintas: A bisavó mais velha tinha 86 anos na época das conversas e a criança pequena de menor idade tinha 15 meses no início

do estudo. Assim, procurei elaborar maneiras diferentes de abordar/pesquisar com esses sujeitos.

Pesquisar com cada grupo geracional requer uma linguagem e uma negociação entre pesquisadores e pesquisados, processos éticos diferentes, os quais procurei respeitar. Esse trabalho, ao analisar relações intergeracionais entre avós e netos, entra em um campo comum a mim, experienciado durante minha infância e adolescência.

Cresci em um lar matrifocal que, segundo Parry Scott (1990), consiste em um grupo doméstico onde existe uma complexa teia de relações montadas e onde, mesmo existindo homens, há um favorecimento do lado feminino do grupo. Segundo o autor, existe nesse espaço doméstico uma relação mais solidária entre mãe-filho do que entre pai-filho, portanto existe um destaque do feminino. Cresci sob os cuidados de uma avó materna, de uma tia Velha²³ muito querida e dedicada, e uma mãe que era professora do ensino fundamental. Eu sou/fui retrato das crianças que ouvi e sou/fui criança que cresceu em um lar feminino e com gerações diferentes: a diferença de idade entre vovó e tia Velha é de 22 anos, da minha tia Velha para a minha mãe a diferença é de dez anos e a minha diferença de idade com relação à minha mãe é de quase 33 anos. Os motivos que me levaram a compartilhar a casa com essas gerações também foi um compilado de coisas que vi no meu campo: divórcio dos pais, questões econômicas, mãe trabalhando fora de casa, companhia para a avó doente; desta maneira foi por partilhamento, demandas e rede de apoio.²⁴

Portanto, assim como coloca Fonseca (2002), meu papel, enquanto socióloga e pesquisadora foi me debruçar sobre o meu campo e buscar um entendimento do mundo e do outro. Acredito que não há entendimento do outro sem considerar seu contexto social, econômico e educacional. Por isso, refletindo sobre o exercício de realizar pesquisas qualitativas e trabalhar com sujeitos e suas particularidades, devo considerar que qualquer pesquisador sério não pode esquecer as variáveis sociais que encontra durante sua pesquisa de campo (FONSECA, 2002, p. 63).

Busquei desenvolver uma pesquisa a partir da observação participante (MALINOWSKI, 1976; FOOTE-WHYTE, 1980; VELHO, 2008). Concordo com os apontamentos de Cardoso de Oliveira (1996) sobre essa prática, que a classifica como uma

²³ Todos os sobrinhos chamam a Tia Prazeres de tia Velha. Ensinarão-nos assim. Minha família fez uma adaptação da expressão “moça *velha*” que é quando uma mulher que não casa ou aquela que ficou pra *tia*.

²⁴ É pertinente dizer que nenhuma dessas semelhanças pessoais influenciaram conscientemente na escolha do meu campo e objeto de pesquisa. Quem sabe depois, na terapia, eu descubra que essa tese não é só fruto das inquietações pós pesquisa de dissertação.

oportunidade de captar detalhes nas entrelinhas. A observação participante nos permite ouvir e ver atos cognitivos que somam ao trabalho de campo. Assim, apesar de poucos momentos de convívio com as famílias por causa da pandemia, esses momentos foram fundamentais por me proporcionarem envolvimento, observação de perto, conversas, que não teríamos se eu tivesse aplicado questionários fechados.

Frente à imersão na pesquisa empírica, a ética é para mim um ponto importante a ser considerado. Os questionamentos éticos acerca das pesquisas com crianças e sobre infâncias ganha espaço concomitante à ampliação das pesquisas sobre/com esse grupo, na década de 90. Priscila Alderson (1995) contribui com essa discussão com alguns dos seus trabalhos, entre eles *Crianças como Investigadoras: Os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação*. A autora defende que as pesquisas feitas com crianças devam ser feitas a partir do consentimento informado e voluntário das próprias crianças, pois isso as protege e também impede que a pesquisa seja invasiva, camuflada e abusiva com relação aos participantes. Tomando a colocação da autora como pertinente, fiz algumas escolhas técnicas na tentativa de respeitar o desejo das crianças: informei-as sobre a pesquisa, fiz convites para participar das atividades no CREI e optei por não realizar a pesquisa com crianças “pré selecionadas” pelo CREI, como foi proposto pela instituição. Com as crianças das famílias que conversei fiz a mesma coisa, tratei de explicar o meu objetivo e consultá-las sobre o desejo de participar.

Resolvi que não levaria questionários para trabalhar com as crianças, pois concordo com Sousa (2014), e sei que as “conversas informais viram grandes aliadas do pesquisador que investiga a infância por poder se desenrolar enquanto se brinca com eles, se trabalha ou se aprende, em qualquer ambiente sem formalismos” (SOUSA, 2014, p. 53). As conversas informais me abriram os olhos para muitos detalhes do/no campo.

A pesquisa empírica, com metodologia qualitativa e dentro das ciências sociais ainda carrega vários entraves quanto às aprovações e validações pelos comitês de ética de pesquisas científicas. A grande crítica é que os comitês não alcançam o âmago das pesquisas das ciências humanas, deixando a desejar, principalmente, na negação das subjetividades implícitas às pesquisas de cunho qualitativo. No entanto, apesar dessas faltas, a validação das pesquisas por parte dos comitês está sendo, cada vez mais, exigidas para a publicação em muitas revistas científicas. Dada a demanda da academia e para resguardar meu trabalho, optei por submeter minha pesquisa ao comitê de ética da UFPB.

Segundo Fernandes (2016), existia uma invisibilidade sobre as questões éticas envolvendo as pesquisas com crianças e essa invisibilidade era sustentada, fundamentalmente, por dois argumentos: o primeiro era de que crianças não eram confiáveis²⁵, uma vez que estas eram fundamentalmente definidas a partir de registros de déficits e incompetências e o segundo argumento era um registro paternalista, que defendia que as crianças não deveriam participar de pesquisas, pois são tidas como vulneráveis e poderiam ser exploradas pelos pesquisadores (FERNANDES, 2016, p. 762). Segundo a autora,

Qualquer um dos argumentos propõe o afastamento da criança do processo de pesquisa, status quo que se foi mantendo, com implicação direta, também, na ausência de uma necessidade de pensar eticamente algo que não tinha qualquer estatuto ontológico e epistemológico. (FERNANDES, 2016, p. 762).

Invisibilizar ou diminuir a importância da discussão ética sobre as crianças, em uma pesquisa que diz respeito a elas parece-me ir contra a concepção de infâncias e crianças como atores sociais. Segundo Fernandes (2016), no caso da infância, parece registrar o que a autora chama de “eticocídio” do conhecimento, pois ignora a ontologia ética das crianças nos processos de construção de conhecimento acerca de si, desvalorizam-se suas perspectivas, sua autoria e ação social, justificando a subalternidade das crianças como sendo em decorrência do respeito à ética (FERNANDES, 2016, p.762),

Sem salvaguardarem-se essas pré-condições na pesquisa, todo o processo de construção de conhecimento fica inevitavelmente comprometido, bem como o estatuto atribuído às crianças nesse processo, subalternizando-se as perspectivas de uns (crianças) em detrimento de outras (dos adultos), invisibilizando dessa forma a riqueza que adviria dos seus contributos e heterogêneas visões e perspectivas (FERNANDES, 2016, p. 762).

Fernandes (2016) nos convida a pensar sobre as questões de poder que se estabelecem entre adultos e crianças, as quais são observadas inclusive nas pesquisas, havendo, indiscutivelmente, hierarquias protocolares e a maneira como estas podem contribuir para a invisibilidade epistemológica das crianças na pesquisa. Para a autora, a partir da discussão sobre ética, abriram-se novas perspectivas metodológicas no que se refere a pesquisas com crianças, a pesquisadora deixa de emergir num campo de pesquisa complexo e com dilemas, entende que não há escolhas éticas à *La carte* e, finalmente, compreende que as relações éticas são dotadas de diversidade,

²⁵Para mais ver Sarmento (2007).

[...] se considerem novas possibilidades de aceder metodologicamente às crianças, como informantes, o que implica mobilizar novos posicionamentos metodológicos e éticos respeitadores das especificidades de que se reveste a investigação com esse grupo. Significa considerar que não há uma infância homogênea, mas sim uma diversidade de infâncias; que não há métodos de investigação indiferenciados à espera de serem aplicados às crianças, mas sim que há uma heterogeneidade de possibilidades metodológicas na investigação com crianças. Significa, finalmente, que não há uma ética à lacarte passível de ser replicada em cada contexto, mas sim que as relações éticas são portadoras de diversidade e complexidade e exigem um cuidado ontológico permanente de construção e reconstrução, porque a ética está ligada à construção ativa de relações de investigação e não pode ser baseada em pressupostos ou estereótipos acerca das crianças e da infância – depende, afinal, da consideração da alteridade que configura a infância. (FERNANDES, 2016, p. 763).

Para investigar crianças e infâncias, precisa-se considerar a individualidade e as múltiplas infâncias. A pesquisadora²⁶ deve atentar tanto para faixa etária que se encontram os colaboradores, quanto à forma como se aborda o assunto a que se pretende analisar. Coadunado a isso está à responsabilidade de não prejudicar ou colocar em posição de desconforto aos colaboradores, visto que a conjunção familiar, compartilhamento do lar ou a transferência de cuidado podem ser temas delicados dentro de alguns contextos de vida.

Dessa maneira, o preceito ético norteador desta pesquisa foi o respeito ao sujeito, criança e adultos, e a neutralidade/imparcialidade diante dos dados colhidos. Considerarei as instruções de Paul Thompson (2002) sobre o posicionamento em relação aos informantes da pesquisa, manter “[...] interesse e respeito pelos outros, como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar” (THOMPSON, 2002, p. 254).

No âmbito espacial dessa pesquisa, considero a infância enquanto categoria geracional ímpar para a compreensão de/em trajetória de vida e da formação da sociedade. A infância é um constructo social (PROUT, 2010; ALANEN, 2014), ainda que existam ambiguidades, variáveis constantes e estruturais segundo Qvortrup (2010) e limites sociais impostas ao conceito de infância, justamente pela negativa por parte do adulto de uma infância como categoria completa,

A questão é que há uma infância que modela a criança. Quem concebe a infância é o adulto, que a pensa de maneira pregressa, e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. A criança está

²⁶ Este é um trabalho a partir e com mulheres, portanto, optei por usar o gênero feminino quando necessário.

empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, por isto também, prisioneira política. Sabemos já, infinitamente, que a infância é uma construção social, uma invenção territorializada na modernidade, com funções estratégicas muito específicas e oportunas. (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p.34).

Considerando isto, é importante compreendermos que a infância se altera a partir do espaço social, que sua concepção varia de lugar para lugar e de geração em geração. Assim, cada criança que participou desse estudo teve experiências pessoais e, portanto, tem concepções de família diversificadas. Prout (2010) mostra que as crianças crescem aprendendo a agir, inseridas no mundo, diante daquilo que lhes oferecem; assim, compreender o que/como elas entendem a relação com as avós, diz muito sobre aquilo que lhes é ofertado dentro dessas relações, requerendo um acompanhamento do próprio agir e se relacionar com o outro e entre pares.

Partindo do princípio de que a sociedade está em constante transformação, pesquisar as relações intergeracionais a partir das crianças e com as mesmas - nos diferentes contextos em que estão inseridas - requer um levantamento exploratório de autores dentro das ciências sociais, em especial da sociologia, que coloquem as crianças como principais colaboradores. São importantes exemplos de pesquisas que colocam as crianças como principais interlocutoras Martins (1991), Alderson (2005) e Sarmiento (2005, 2007).

Na primeira etapa desta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as teorias de geração, criança, cuidado e infâncias com atenção especial aos intelectuais que trabalharam essa perspectiva dentro do universo familiar e infantil. Essa etapa de levantamento bibliográfico se estendeu até o último ano da pesquisa, considerando que o campo diariamente fornece elementos novos, elementos que necessitam de investigação e bases teóricas para serem discutidos.

Como parte importante para a contextualização e descrição dos perfis dos colaboradores presentes no meu campo, considere dados divulgados pelos principais institutos de pesquisas que abordaram o universo da família, geração, cuidado e infância no Brasil. Por exemplo, realizei um levantamento das avós e das crianças que moram juntas, tendo como base a pesquisa socioeconômica e cultural do perfil de formação das famílias brasileiras, dados apresentados pelo Censo (2010), o último realizado no Brasil²⁷. Assim,

²⁷ O Brasil deveria ter realizado um novo censo em 2020, devido à pandemia ele foi adiado para 2021, posteriormente sofreu mais um adiamento, mais uma vez por causa da pandemia e agora, também, por falta de orçamento. O atual presidente da república do Brasil se posiciona contrário a necessidade da realização do censo e desde que assumiu vem questionando sua necessidade. Segundo especialistas, o adiamento do censo

utilizei na pesquisa dados quantitativos secundários, esses dados foram importantes para apresentar o contexto socioeconômico dessas quatro gerações em nível de Paraíba e Brasil. Segundo Queiroz (2008),

O conhecimento qualitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada; em seguida, a abordagem quantitativa desvenda o número de vezes em que ocorre o fenômeno e sua intensidade, segundo as divisões já efetuadas. (QUEIROZ, 2008, p. 24).

De acordo com Queiroz (2008), a junção de técnicas qualitativas e quantitativas é algo positivo, pois possibilita que a autora possa unir as duas técnicas, possibilitando à pesquisadora se aprofundar mais no tema estudado, explorando vários vieses, contemplando melhor o objeto de pesquisa.

A segunda etapa desta pesquisa contemplou a revisão e definição do grupo estudado, da localização e das faixas etárias. A priori, minha orientadora e eu delimitamos que o recorte etário seria feito a partir da idade das crianças, posto que seja fundamental que a criança consiga interagir com a pesquisadora. Decidimos, assim, antes do advento da pandemia, que o referencial empírico da pesquisa seria realizado com crianças pequenas, entre dois e cinco anos incompletos, de ambos os sexos, suas mães, avós, bisavós e demais parentes na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, primeiramente no espaço físico do CREI.

Durante a formulação da pesquisa há certa autonomia do pesquisador na escolha de seus colaboradores. E essa escolha, por vezes acaba excluindo interlocutores que não são considerados “confiáveis”. Segundo Martins (1991, p.53),

[...] a tendência é o cientista social interessar-se por informantes que estão no centro dos acontecimentos, que têm certo domínio das ocorrências, que têm, supostamente, uma visão mais ampla das coisas, que são os arquitetos da cena e da encenação social. Basicamente, essa opção tende a selecionar informantes que têm poder ou que têm, ao menos, algum poder: o líder local, os dirigentes, o chefe de família, o adulto. (MARTINS, 1991, p.53).

Para Martins (1991), o pesquisador tende a não escolher como informantes aqueles que ele chama de seres humanos silenciosos. Segundo Martins (1991, p.54) os

traz consequências para a formulação de políticas públicas, alienação com relação à real situação econômica e social da população, comprometimento na distribuição de recursos entre Estados e Municípios e tantos outros problemas. Para mais, acesse a reportagem de Arthur Magon em: <<https://jornal.unesp.br/2021/05/06/por-que-ha-um-boicote-ao-censo-e-ao-ibge-no-governo-bolsonaro/>>.

seres humanos silenciosos “são os que em público e diante do estranho permanecem em silêncio: as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor”. Nesta pesquisa optei por pesquisar com as crianças e não sobre as crianças, pois entendo que essas têm fundamental importância para as mudanças geracionais,

[...] a infância é a idade do não-falante, o que transporta simbolicamente o lugar do detentor do discurso inarticulado, desarranjado ou ilegítimo; o aluno é o sem-luz; criança é quem está em processo de criação, de dependência, de trânsito para um outro. (SARMENTO, 2005, p. 368).

Sarmento (2005), ao falar sobre a significação da infância nos mostra o quanto as crianças ainda são apresentadas/vistas em posições de vulnerabilidade, de um sujeito não pleno de seus direitos, mas com deveres e dependentes do outro. Diante disso, a criança permanece numa posição não favorável, que é reproduzida no meio acadêmico, onde poucas vezes é colocada como interlocutor principal e legítimo. A criança tem, quase sempre, sua participação social e política limitada, poucas vezes é reconhecida como um sujeito ativo. Para Fernandes e Tomas (2008, p.02) as dificuldades teóricas e metodológicas de se pesquisar com crianças se relacionam com “a participação das crianças enquanto princípio para a consolidação da sua imagem, enquanto sujeito ativo de direitos, atores sociais com espaço na sociedade”.

Figura 9. Entre as crianças



Fonte²⁸: Autora, 2019.

²⁸Fotografia tirada durante o horário de jantar das crianças. Deixei o celular em modo automático registrando nossas vivências. As crianças perceberam o celular em pé, quiseram fazer poses para os registros e alguns vídeos curtos. Na imagem é possível me ver ao fundo.

Tentei levar a campo um caderno e ir anotando algumas coisas, tentei por pouco tempo, logo percebi que agradava as professoras “levar aparatos, aparentar ser pesquisadora”, mas despertava uma curiosidade muito grande nas crianças. Isso fazia com que elas deixassem de brincar/conversar para me observar fazendo as anotações. Recorri a outras coisas. Os aparatos “reparados” por eles me agradavam com momentos como esse da foto. Carol (três anos e 11 meses) percebeu que eu havia deixado o celular em pé, encostado em uma cadeira e filmando nossa brincadeira, ela tratou de avisar aos colegas, que correram para pegar o celular e a partir daí decidiram que a nova brincadeira seria uma sessão de fotos... Automáticas! Porque a graça era ver a foto que ninguém apertou para tirar.

Até pouco tempo atrás, os estudos acadêmicos voltados para o campo das relações infantis destinavam-se a discutir, em sua maioria, apenas aspectos psicológicos e biológicos das crianças, considerando tão somente o desenvolvimento cognitivo, intelectual e o corpo dos infantes. Esses estudos eram realizados, principalmente, nas áreas de saúde, as crianças eram tidas como sujeitos incompletos, ainda por se desenvolver. Segundo Sarmento (2005, p. 372) “a psicologia do desenvolvimento tem sido a mais consistente promotora de uma representação social da infância, sustentada na incompletude, na incompetência e na imperfeição das formas de pensamento [...]”. Para o autor, a mudança no campo interdisciplinar dos estudos da criança, alterações na forma como se pesquisa com crianças e o que se pesquisa, principalmente na sociologia, vem colaborar para mudar a ideia de crianças como sujeitos incompletos, e essa é a preocupação central da Sociologia da infância, segundo o autor.

Nazário e Tizatto (2019) apontam o crescente interesse, a partir do século XXI, na escuta das crianças. Para as autoras o campo das ciências críticas procura fugir das generalizações sobre as infâncias e visa a construção de um conhecimento situado local e historicamente sobre a infâncias e as crianças, através de novas relações disciplinares, para criar estabilidades e referências que não significam verdades absolutas. Deste modo, buscam construir as descrições das infâncias a partir das crianças.

As crianças são autoras de suas histórias, biografias que estão sendo construídas no agora; logo, nada mais conveniente que estudar as relações intergeracionais a partir dos relatos das crianças, daqueles que vivenciam efetivamente esses impasses geracionais. Sobre a importância em ouvir as crianças, Rocha (2008) argumenta,

Conhecer as crianças permite aprender mais sobre as maneiras como a própria sociedade e a estrutura social dão conformidade às infâncias; sobre o que elas produzem das estruturas ou o que elas próprias produzem e transformam através da sua ação social; sobre os significados sociais que estão sendo socialmente aceitos e transmitidos e sobre o modo como o homem e mais particularmente as crianças – como seres humanos novos, de pouca idade – constroem e transformam o significado das coisas e as próprias relações sociais. (ROCHA, 2008, p. 48).

A pesquisa não poderia ser construída sem ouvir as crianças, mesmo não sendo da forma como planejei. Afinal, a proposta foi narrar aspectos de suas infâncias e, nada mais legítimo do que fazer isto junto com as crianças, que são os principais personagens dessa história. Compreendo que apenas através da escuta das crianças será possível preencher lacunas e “completar uma visão de mundo que ficaria incompleta se só ouvisse os adultos” (COHN, 2005, p. 7). Ainda nesse sentido, Pires (2008, p. 134) defende que para investigar as experiências infantis é preciso estudar com as crianças, considerá-las enquanto informantes e não investigar a partir do que os adultos têm a dizer sobre infância e crianças.

A terceira etapa da pesquisa correspondeu à aproximação e reconhecimento do espaço de pesquisa. Esta etapa foi iniciada no primeiro semestre de 2019, no mês de março, quando fui até o CREI conhecer a direção escolar e as responsáveis pela secretaria da escola; foi também quando dei início, junto à prefeitura, aos trâmites legais com relação à autorização para a realização da pesquisa no CREI. Onde, infelizmente, não pude continuar.

A etapa de pesquisa no CREI se estendeu por um período de cinco meses, ocorrendo de forma fracionada, sem contar os dois meses de pré entrada em campo. Esse tempo foi destinado para conhecer as crianças, ouvir o que as crianças contam sobre suas avós, como os definem e enxergam e as variáveis que poderiam ser identificadas a partir da convivência com elas. Nesse período utilizei o gravador do celular, fotografias, desenhos, cartões com imagens, rodas de conversas em grupo e vídeos.

Metodologicamente, assim como feito por Pires (2007), o presente trabalho se valeu do uso de materiais de pesquisa não convencionais na tradição de estudos antropológicos e sociológicos, recorri às brincadeiras e desenhos livres como principais técnicas facilitadoras entre as crianças e eu. Além das atividades de desenho, brincávamos com massinha e peças de montar, geralmente eram momentos de descontração e eu

aproveitava para perguntar sobre as avós, o cuidado e a rotina familiar. A utilização de cartões também foi fundamental.

Figura 10. Quatro mãos e muitos blocos



Fonte²⁹: Autora, 2019.

Figura 11. Cartões de família



Fonte: Autora, 2019.

O desenho foi à primeira técnica que utilizei e promoveu o contato inicial com as crianças. Assim como Pires (2011), o desenho apresentou-se na minha pesquisa como técnica agregadora junto à observação participante. O desenho livre possibilitou que, em um primeiro momento, as crianças distanciassem a minha imagem da imagem de professora deles, afastasse um pouco a ideia de que eu era uma adulta que estava ali impondo uma relação de ensino-aprendizagem. Para Pires (2007), “o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança. [...] os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante” (PIRES, 2007, p. 236). As professoras também gostavam das atividades com desenhos que eu realizava com as crianças, pois “ajudava a ocupar os meninos”, possibilitando que elas trabalhassem mais “tranquilas” com a outra parte da turma. Então, a técnica do desenho me ajudava com os adultos e as crianças. As crianças amavam desenhar livre, usar as cores e o tipo de lápis que preferissem e as professoras gostavam porque preenchia o tempo das aulas.

²⁹ Registros fotográficos de algumas brincadeiras realizadas com as crianças. Na primeira imagem estávamos brincando com blocos de montar enquanto esperávamos os pais virem buscar. A segunda imagem é das brincadeiras com os cartões que eu produzi para montarmos as famílias de cada um e as atividades que cada membro fazia com as crianças.

Dentre os métodos possíveis de serem utilizados dentro de uma pesquisa de cunho qualitativo, estão a escuta de relatos de vida e a entrevista, mais próximas de conversas, apenas com o tema semi-definido, técnicas que utilizei para trabalhar com os adultos, avós-bisavós-mães-tios, que participaram desta pesquisa. O objetivo foi conhecer melhor as trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos que participam da pesquisa, bem como as suas formas de interação com as crianças, assumindo como objeto a memória social e o cotidiano desses sujeitos.

Diante disso, tornou-se interessante trabalhar alguns aspectos da história de vida das avós e bisavós dessas crianças. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (2008), a história de vida define-se como relato de uma narradora sobre sua existência através do tempo, reconstituindo os acontecimentos que vivenciou e relatando a experiência que adquiriu, a partir das suas relações com os membros de seu grupo, da camada social, e da sociedade global. Assim, embora não tenha feito a pesquisa a partir dos relatos de história de vida das avós, tentei ouvi-las sobre alguns principais aspectos das trajetórias das avós e bisavós.

A quarta etapa dessa pesquisa se fez presente em todo o caminho percorrido: a escrita. A escrita do trabalho compreende processos diversos que acontecem ao longo de toda pesquisa, a escrita do diário de campo, a transcrição das falas, as observações sobre entrevistas e questionários que serão feitas ou não, registros de acontecimentos, artigos para participação em congressos e coletâneas etc. Considerando esse emaranhado de detalhes que existem ao longo do processo de pesquisa, desenvolvi o trabalho de campo e de escrita juntos, considerando, claro, uma revisão contínua do que está sendo escrito.

Desde o início do trabalho efetivo no campo, em setembro de 2019, comecei a manter um diário de campo mesclado entre: o escrito, o filmado e as gravações. Optei por utilizar o gravador do celular como depósito de informações depois de ouvir de um colega, do grupo de pesquisa CRIAS, sobre os benefícios de gravar nossas observações assim que tivesse um intervalo no campo. O gravador de celular acabou me ajudando a registrar informações mais rapidamente e evitar que eu esquecesse alguns detalhes. Contudo, o exercício de escrita ainda me parece essencial, então não abandonei o caderno.

Para Minayo (2001), o diário de campo ocupa um lugar ímpar na sistematização das informações, afinal, nele o pesquisador pode pontuar as questões mais pertinentes, as dúvidas que surgiram naquele momento. Pode ser um instrumento usado para comparar avanços e retrocessos da pesquisa, pode ser um aliado para as outras técnicas escolhidas.

Segundo a autora, o diário de campo é “um amigo silencioso”. E assim foi, ele foi fundamental para ligar alguns pontos soltos deste estudo.

A escrita sociológica envolve uma série de preocupações nas quais o pesquisador deve se atentar, por exemplo, questões que Lemieux (2015) aponta: resistir a críticas feitas por outros sociólogos, escrever bem, respeitar padrões e preocupar-se com a veracidade do que se escreve. Minha preocupação com escrita é/será atentar para o fato de que “[...] um texto sociológico deve ser acima de tudo a exposição das diferentes etapas de uma pesquisa cujo objetivo é o de responder a uma questão.” (LEMIEUX, 2015, p. 311).

Por fim, a quinta e última parte da pesquisa se dedicou a análise do material obtido e, posteriormente, o cotejamento dos resultados com a bibliografia pertinente e com os documentos recolhidos.

1.4 Achados do Campo: O que as Crianças do CREI me Contaram

[Entrei em campo com o objetivo de analisar a relação entre avós e netos numa perspectiva geracional, entre conflitos e proximidades]

Ao longo desse estudo tive a oportunidade de ouvir as crianças com dois perfis diferentes. Primeiro conversei com as crianças do CREI, as quais me ajudaram a construir o alicerce da pesquisa que apresento aqui. A partir do que elas me contaram, pude redesenhar meu campo de pesquisa e partir para as entrevistas com um olhar direcionado a questões mais específicas. Tive, nesse momento inicial, a importante contribuição das crianças pequenas que compunham o corpo de alunos da escola.

Gostaria de pontuar essas contribuições que as crianças do CREI me deram porque, de certa forma, a participação efetiva delas na pesquisa se findou aqui. O que virá nos próximos capítulos, principalmente, são observações feitas com outros colaboradores, crianças, jovens e adultos. É possível que eu chegasse a conclusões diferentes se analisasse esses fenômenos com o grupo inicial. Contudo, depois do início da segunda fase do trabalho de campo, as chaves de investigação se apresentaram necessárias e presentes no cotidiano de ambos os grupos. As questões geracionais envolviam cuidado, família, diferenças e aproximações culturais, maternagem e avoternagem.

Frequentei assiduamente seis turmas com cerca de 30 alunos cada, onde encontrei crianças muito dispostas a interagir e me acolheram rápido, o que me surpreendeu

positivamente. A maioria das crianças participou de alguma atividade desenvolvida por mim, embora não houvesse assiduidade. Entre os desenhos que guardo comigo e os registros de atividades como fotos, vídeos e caderno de campo, é possível verificar o envolvimento direto de mais de 60 crianças.

Não demorei a perceber que as discussões sobre relações intergeracionais iriam além das discussões sobre diferença cultural e comportamental desses grupos. As minhas concepções pré campo me fizeram criar hipóteses, notadamente sobre conflitos familiares e troca de aprendizagens. Enfim, pensei que olharia para problemas de convivência e obrigatoriedade de convívio movido por fatores externos como divórcio e/ou economia doméstica. Isso aconteceu, havia conflitos dessa natureza, mas outros conceitos foram surgindo e mostrando que essas relações eram marcadas, sobretudo, por questões de cuidado. As crianças correlacionaram o cuidado a questões afetivas, familiares, financeiras e de responsabilidade social. E o cuidado mostrou-se um elemento chave de análise.

A primeira grande questão foi com relação à amplitude do conceito de família dado pelas crianças. Logo de início ficou claro que as crianças não achavam que família se resumia apenas ao modelo moderno e nuclear de mãe, pai e filhos. Muitas moravam com mãe, avós, tias e primos ou moravam vizinhos a madrinhas/padrinhos e consideravam, portanto, família. Os animais domésticos também foram incluídos como parte integrante da família, os coleguinhos de sala que moravam perto e/ou os que vão para casa juntos, as crianças incluíram uma infinidade de sujeitos como membros de suas famílias. Observei inclusive que as crianças com famílias consideradas nuclear, também conceituavam “família” como sendo algo muito maior do que o grupo de pessoas que residiam na mesma casa que elas, junto com pais e irmãos. Então, o primeiro tópico que eu deveria aprofundar a análise seria essa família conceitualizada pelas crianças, e isso por si só daria uma tese.

Para essas crianças, a família ia além das relações parentais e consanguíneas, elas atribuíam à família uma lógica de pertencimento. Elas consideravam sendo da família pessoas que tinham relações próximas (professores e padrinhos), pessoas que conviviam (vizinhos e colegas de turma), pessoas que exerciam algum tipo de cuidado sobre elas (tios, primos, cuidadores pagos). Pareceu-me uma versão despretensiosa e afirmativa daquela máxima que estamos acostumados a ouvir: “O que temos são parentes, família se escolhe”. A definição de família é construída dentro de uma lógica de pertencimento.

Em uma das atividades pedi para que desenhassem a família, em outra atividade pedi para que montassem com cartões a família deles. Nas imagens abaixo podemos ver a

construção que fizeram de suas famílias; nelas é possível observar a inclusão de familiares não consanguíneos. No cartão temos a inclusão da colega de turma e no desenho a inclusão da casa do vizinho como parte da família.

Figura12. Somos família



Fonte³⁰: Autora, 2019.

Figura 13. A família, a casa e a rua



Fonte: Autora, 2019.

Entrei na sala da pré-escola no início da tarde de quarta-feira, ainda havia crianças acordando da soneca pós almoço, as camas de empilhar ainda estavam separadas e eles tentavam fazer o silêncio exigido para aquela hora do dia. Thiago, Marcos e João (quatro anos) já haviam despertado e se juntaram a mim. Iniciei uma conversa sobre família. Já havíamos feito desenhos sobre a família e brincado com os cartões em dias anteriores

-Sabe o que eu queria saber? Queria saber sobre a família de vocês, quem são?

-Eu, minha mãe, meu pai, meu irmão (pausa e coçada na cabeça), minha avó, meu primo Breno, minha irmã Ana, mas ela não mora lá em casa, ela mora lá em Cabedelo-PB [cidade vizinha], ela vai vir no meu aniversário (Thiago, quatro anos)

- Eu e Marcos, tia! (João, quatro anos)

- Você e Marcos são da mesma família?

-Sim, [porque] ele é meu amigo e a gente vem para a escola junto e lancha (João).(Descrição de situação de campo).

A segunda observação que pude fazer naquele momento foi com relação às crianças que moram com a avó e a mãe. Ao conversar com essas crianças percebi que elas definiam de forma muito clara quais as atividades eram de responsabilidade da avó e quais eram as da mãe. As crianças separam o que cabe às mães e às avós. Embora todas, tanto a mãe

³⁰ A primeira figura registra a brincadeira com os cartões, nesse momento as crianças montavam suas famílias e iam dizendo o que faziam com cada um dos membros. Diziam com quais membros da família brincavam, iam para a escola, quem fazia as refeições ou compravam as roupas e assim por diante. A figura 11 mostra a arte de Jonas (quatro anos) ilustrando a sua família, sua casa e a rua onde mora.

como a avó, fizessem as atividades que quase sempre são destinadas às mulheres da casa, independentemente de serem mães ou avós da criança. Nesse momento questionei: Se não é a atividade que diferencia uma da outra, o que é? O que faz a avó? O que faz a mãe? Passei a me questionar então o que difere os papéis sociais representados pelos cuidadores para as crianças, me questionei inclusive sobre o que legitima esses lugares.

Poderemos ver, mais à frente, nas falas das avós, que essa separação entre o ser avó e o ser mãe também é uma preocupação delas. A preocupação em não ocupar o lugar da mãe ou não ultrapassar a autoridade da mãe era algo quase que unânime entre as avós que participaram desta pesquisa.

O terceiro ponto diz respeito às avós. Conversei com algumas que participam ativamente da vida social e escolar dos netos, inclusive a representante dos pais da escola é uma avó. As crianças estavam sempre animadas ao falar das avós, não demorava a dar exemplos sobre como elas estavam presentes em suas vidas. Então, na etapa de conversa com as famílias, procurei ampliar o assunto com as avós para entender como elas veem o papel que ocupam na vida dos netos e a relação entre elas e a mãe da criança. Conversei também sobre o conceito de infância e a infância vivida por elas, além das questões sobre o cuidar de si e do outro.

Quando questionava as crianças sobre a família, sobre a relação com os avós, quase que instantaneamente o assunto era levado para o tema de cuidado. A quarta observação foi com relação às formas de cuidado e como as crianças percebem isso. Conversando com as crianças sobre o que é cuidado e quem cuida delas, percebi que a maioria apontava qualquer pessoa mais “velha” próximo a ela como um cuidador em potencial qualquer pessoa mais velha que goste dela pode ser cuidadora! – para as crianças. Então, quando eu perguntava sobre quem cuidava deles eu ouvia: meu tio, meu pai, minha avó, minha mãe, tia Sandra³¹, minha irmã mais velha, meu padrasto, a mãe de *Rafaela* (*nome fictício para englobar o todo*). Mas as avós ocupavam lugar de destaque, era apontada como cuidadoras delas e da casa. Se a pergunta era diretamente sobre a relação que tinham com as avós, a conversa era marcada por descrições de atos de cuidado como o preparo das refeições, a limpeza da casa, a compra de roupas e brinquedos, companhia em passeios e a responsabilidade de levar e buscar na escola.

³¹Nome fictício para englobar todas as tias.

Nessa altura da pesquisa e com aquelas crianças, entendi cuidado como manutenção da vida. Mas também afeto, troca, ação moral. A relação entre crianças e outras gerações parece nascer da necessidade de cuidado numa perspectiva de manutenção da vida. O que há de se observar de novo não é o porquê acontece, mas o que mantém essa relação. Há de se observar o fato social (DURKHEIM, 2002) que faz da criança também um ser cuidador, cuidador do outro, que perceba a avó como cuidadora em potencial e entender o porquê dessa avó também se colocar como cuidadora/responsáveis pelos netos. Fato social é definido pelo autor como sendo “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 2002, p. 11).

Em muitas realidades, acompanhando as crianças, vi que elas também exercem a função de cuidadora das suas avós; esse cuidado aparece desde a companhia para a realização de tarefas fora de casa como a troca de afetos, pontuadas pelas avós como uma forma genuína de cuidado das crianças em relação a elas. Aprofundarei, no terceiro capítulo, a criança como cuidadora.

[Parti para outros campos e/com mais colaboradores com o objetivo de analisar as relações entre avós e netos, considerando as questões de cuidado, geração, infância e família, pois, as crianças do CREI me mostraram que são conceitos intimamente ligados]

1.5 Sobre Crianças e Infâncias

Sobre o objetivo desse estudo, qual seja a relação das crianças e avós através das gerações, seus avós, seus cuidadores e as questões geracionais que perpassam essas relações, foi necessário conceitualizar a construção do conceito de infâncias e crianças, sendo que esse conceito atravessou todo o meu campo investigativo.

Em seu processo de construção ao longo dos anos, o conceito de infância passou por muitas transformações, decorrentes, em grande medida, do contexto histórico-cultural ao qual pertencia cada formulação. O conceito de infância passou a ser considerado para além das definições biológicas e de desenvolvimento cognitivo da criança. A condição social da criança passa a ser considerada apenas por volta do século XV em paralelo às mudanças sociais (ARIÉS, 1981).

O debate sobre o conceito de infância ampliou-se ao longo do século XX, quando as teorias epistemológicas dos estudos da infância foram ganhando forma, com destaque para os escritos de Philippe Ariès (1981, 1978), Alan Prout (2005), Allison James (1993), Willian Corsaro (1992, 1993, 2005), Chris Jenks (2002), dentre outros autores que se dedicaram a esse intrincado campo de abrangência. No Brasil encontramos muitos trabalhos nas décadas de 80 e 90, podemos destacar nomes como Maria Machado Malta Campos (1985, 1991, 2013), Fúlvia Rosenberg (1993, 1994, 2006), Sonia Kramer (1989, 2002, 2005), Ana Lucia Goulart de Faria (1994, 1999), Tizuko Morchida Kishimoto (1994, 1999, 2001) e Irma Rizzini (1996, 2000), entre outros, que trabalharam com crianças em situação de rua, infância pobre, educação infantil, ética na pesquisa com crianças. Além de pesquisas como as de Claudia Fonseca (2002, 2004), Clarice Cohn (2005), Flávia Pires (2008), Léa Tiriba (2005), Ângela Coutinho (2010), Lúcia Rabello de Castro (2001, 2008) e tantos outros nomes que falam/fazem pesquisas no âmbito dos Estudos da Infância, nos campos da antropologia, sociologia da infância, educação e psicologia, abordando temas como crianças e a cidadania, participação social das crianças, crianças indígenas, bebês, direitos das crianças e muito mais. As pesquisas com crianças pequenas e bebês também começam a ganhar mais espaço nas ciências sociais a exemplo de trabalhos como de Tebet (2013, 2017, 2020), Gottlieb (2009) e Coutinho (2017, 2019, 2020).

Teóricos da educação e da psicologia também dedicaram estudos em torno da criança, a exemplo de Piaget, que enfatizava suas investigações sobre o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos considerando o desenvolvimento biológico, bem como o desenvolvimento se dá de forma contínua. Já Vygotsky deu ênfase à interação com meio sociocultural. Os autores apresentaram consideráveis contribuições acerca da necessidade de observar as crianças.

Para Müller e Carvalho (2009), a sociologia, por um bom tempo, canalizou seus interesses investigativos no campo da juventude e adolescência, “tendo sido as crianças incorporadas aos estudos da sociologia da família e da sociologia da educação” (MÜLLER; CARVALHO, 2009, p. 21). Contudo, essa incorporação tratava-se muito mais de pesquisar o meio onde a criança estava inserida- como o espaço familiar e educacional-, do que propriamente a criança.

No início dos anos de 1980, sociólogos, psicólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores britânicos, dentre os quais, Allison James, Alan Prout, Chris Jenks, J. Qvortrup e J. Hockey desenvolveram estudos com o objetivo de adentrar o universo

infantil e trazer essa discussão para a academia. Essa linha de investigação foi denominada de *New Social Studie sof Childhood*. No Brasil, no mesmo período, estavam sendo desenvolvidas pesquisas com crianças em contexto de rua e pobreza. Temos exemplos de trabalhos como o de Campos (1985, 1991) e Kramer (1989), entre outros citados anteriormente, que desenvolveram pesquisas sobre o advento da Constituição de 1988, criação e consolidação do ECA, além dos diversos movimentos civis que aconteceram, como movimento dos meninos e meninas de rua.

Dessa iniciativa surgiu um amplo material teórico. Entre essas obras clássicas dos estudos ingleses sobre a Sociologia da Infância está o livro *Theorizing Childhood*(1998) de James, Jenks&Prout. O trabalho tinha como objetivo desmistificar algumas ideias existentes sobre a infância, pré-noções que ganharam reforço a partir de teorias da psicologia do desenvolvimento infantil e da psicanálise e que não traduzem de forma fidedigna a infância, pois esses estudos não consideravam questões sociais, culturais e individuais, tal qual é a proposta defendida pelos *New Social Studies of Childhood*. Marcel Mauss (1910), por exemplo, no texto *Três considerações sobre a infância*, discute sobre as considerações feitas por Piaget sobre as crianças francesas. Mauss (1910) deixa claro, nesse texto, que as crianças vivem em contextos diferentes e isso precisa ser considerado, a diversidade das infâncias e do ser criança.

Como dito anteriormente, realizar uma pesquisa e tomar crianças bem pequenas como colaboradores principais é algo relativamente novo nas pesquisas acadêmicas. Até então podíamos encontrar, ainda na década de 1940, trabalhos como o que Margareth Mead e Gregory Beatson a obra *Balinese Character: A Photographic Analysis* (1942), na qual os autores analisam através de fotografias os costumes e características do povo Balinês, nesse trabalho as crianças participam e aparecem através das fotografias.

De forma corriqueira, o entendimento sobre o que é ser criança, a infância e suas culturas é relatado a partir do olhar de um adulto. Muito tempo se passou até a consideração da criança enquanto informante possível. Jenks (2002, p.187) argumenta que “assim sendo, a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção adulta, mas também é impossível criar uma noção precisa da adultez (MÜLLER, 2008) e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança”. Assim sendo, para o autor não existe conceber o que é o “ser adulto” sem configurar o “ser criança”. Para Jenks (2002), a relação adulto-criança tem se formado a partir de um raciocínio binário, é preciso pensar os dois em paralelo.

O ser adulto apresenta-se como um elemento importante na pesquisa com crianças. Couto (2016) ao pesquisar com crianças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, (MST), moradoras de um acampamento localizado em Brazilândia, no Distrito Federal, observou que nesse grupo, crianças e adultos não eram concebidos a partir de ontologias distintas. A partir de sua análise Couto (2016) fala da necessidade de não essencializar a criança e o adulto, pois essas são categorias móveis para os nativos, embora sejam categorias fixas para fins burocráticos. O autor coloca que,

A experiência no Canaã ensina não só sobre a importância de incorporar os adultos nas pesquisas com crianças, como para a importância de pesquisar as diferentes concepções e formas de ser adulto. Adultos e crianças são produzidos um a partir do outro. Assim como Pires, muitos adultos no Canaã não caberiam no que se espera de um adulto em Catingueira. É uma concepção particular que entende que adultos não brincam, não vão para a escola, não fazem guerra de pipoca e não assistem desenhos animados. O que é ser adulto em determinado lugar não deveria também ser uma questão? O que é igualmente obliterado nas pesquisas que tomam esta concepção de adulto como universal? (COUTO, 2016, p. 75).

A relação criança-adulto, geração-geração, percorre caminhos de aprendizagem e construção social mútuos, nas quais as experiências individuais e os espaços de socialização são muito importantes, sobre isso,

As crianças são indivíduos com a sua especificidade biopsicológica: ao longo da sua infância percorrem diversos subgrupos etários e varia a sua capacidade de locomoção, de expressão, de autonomia de movimento e de ação etc. Mas as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem à raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças. (SARMENTO, 2005, p.370).

De acordo com Sarmento (2005) apontar as diferenças intrageracionais e experiências individuais infantis tem sido algo desenvolvido pela Sociologia da Infância, corroborando para desmistificar a ideia de infância uniformizada. Considera, sobretudo as diferenças e as desigualdades que perpassam a infância.

Com base em Jenks (2002), existem dois elementos habituais nos estudos da infância; primeiro, a ideia de que a criança é um exemplo de particularidade e diferença e segundo, a noção de que se pode explicar a interação dessa diferença numa noção de ordem e generalidade que engloba a sociedade adulta. É necessário considerarmos que as crianças, em suas infâncias, têm suas próprias formas de enxergar e conceber o mundo,

independente da integração com os adultos. Portanto, como concebem e entendem a família e a noção de cuidado é algo particular e fruto da maneira individual com que essa criança compreendeu o mundo.

A partir das relações sociais, a criança ressignifica espaços e culturas. Não são apenas os ensinamentos dos adultos que formam a socialização da criança, mas todas as informações culturais, as relações sociais e a interpretação individual que colaboram para a concepção única do mundo, do ponto de vista das crianças. Nessa lógica, podemos concluir que “a criança aprende no e com o mundo, mas este mundo é feito de pessoas com diferentes idades, culturas, crenças e valores [...]” (REDIN, 2007, p. 84).

De acordo com Corsaro (2002), a socialização infantil pode ser denominada como interpretativa, a criança não imita os adultos, mas ela reproduz e interpreta essa cultura com seus pares, ocupando, portanto, um papel ativo no processo. De acordo com o autor “as crianças começam a vida como seres sociais inseridos numa rede social já definida e, através do desenvolvimento da comunicação e linguagem em interação com outros, constroem os seus mundos sociais” (CORSARO, 2002, p. 114).

De acordo com Philippe Ariès (1981) a criança era compreendida como um “adulto pequeno”, era considerada um adulto em construção, não possuindo um espaço social próprio e, muitas vezes, tendo seu papel social desconsiderado. Segundo Ariès (1981), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, existe historicamente uma “invenção” da infância na modernidade, a qual foi influenciada pelas mudanças estruturais na sociedade. Essas mudanças estruturais levaram à criação de novas perspectivas de cuidados das e com crianças. A infância passa, então, a ser uma fase de vida visibilizada inicialmente por parte da Igreja e da família de estratos superiores a partir do surgimento de diferentes sentimentos em relação às suas particularidades, a qual se percebe oposta à fase adulta.

Segundo aponta Ariès (1981), apenas com mudanças na estrutura social das famílias, principalmente ligadas às condições sociais, passa-se a perceber a criança diferente do adulto. Ao passo que melhoram as condições de vida, muda-se o foco com relação às novas gerações. Assim a sociedade passou a dar uma atenção especial para as crianças, considerando a educação e a formação como um todo, já nesse estágio da vida. Posterior a essa fase é que se começa a atribuir características e conceituar a infância e o ser criança.

Portanto, antes desse marco social, as crianças não tinham qualquer papel social além de “futuros adultos”, eram pouco ouvidas em espaços importantes de convívio para elas, como a escola e dentro da própria família. Para Qvortrup (2014, p. 31), a mudança social para a modernidade, restringiu as crianças a um posicionamento de invisibilização,

É que a criança nunca foi visível no espaço público ao longo da história: na pré-modernidade, porque a categoria não existia e, portanto, não havia uma relação com adultos ou idade adulta [...] na modernidade, as crianças são invisíveis no espaço público porque foram colocadas à margem dele [...] (QVORTRUP, 2014, p. 31).

Tendo as crianças, como categoria de estudo, fez-se necessário empreender uma discussão acerca da Sociologia da Infância, um olhar que os identifica como agentes sociais. Afinal as crianças produzem e reproduzem a cultura. De acordo com Sarmiento e Pinto (1997, p. 65), “há realidades sociais que só a partir do ponto de vista das crianças e dos seus universos específicos podem ser descobertas, apreendidas e analisadas”,

O estudo das crianças fora dos respectivos contextos sociais de pertença poderia iludir numa categoria comum a existência de diferenças essenciais à compreensão dos seus modos diversos de agir socialmente. Parece por isso indispensável considerarm a investigação da infância com categoria social a multivariabilidade sincrônica dos níveis e fatores que colocam cada criança numa posição específica na estrutura social. Em simultâneo, é necessário considerar os fatores dinâmicos que possibilitam que cada criança na interação com os outros produza e reproduza continuamente essa estrutura. Preconiza-se, deste modo, uma perspectiva para a inteligibilidade dos mundos de vida das crianças que não ilude a natureza individual de cada ser humano, mas que a considera no quadro relacional múltiplo e dinâmico que constitui o plano da estrutura e da ação social. (SARMENTO & PINTO, 1997, p. 11).

Para Sarmiento (2005, p. 363), “a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social”; ainda segundo Sarmiento (2005, p. 365), identifica-se que “a infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade”. De acordo com o autor (2005, p.367) a construção moderna da infância foi possível através de um trabalho que proporcionou a separação do mundo dos adultos e a institucionalização das crianças. O autor, referindo-se à teoria da disciplina de Foucault (2000), conclui que a construção simbólica da infância na modernidade desenvolveu-se em torno do processo de disciplinação da infância (SARMENTO, 2005, p. 369).

Ao tratar da temática geracional, Castro (2013) questiona as demarcações identitárias entre adulto e criança que dá lugar à problematização da diferença visando outros modelos teóricos de concebê-la. Neste sentido, é possível encontrar muitos autores que colocam a relação inter e intra-geracional como fundamental nos estudos com crianças. Para Sarmento (2005, p.366), por exemplo,

[...] o conceito de geração não só nos permite distinguir o que separa e o que une, nos planos estruturais e simbólicos, as crianças dos adultos, como as variações dinâmicas que nas relações entre crianças e entre crianças e adultos vai sendo historicamente produzido e elaborado. (SARMENTO, 2005, p. 366).

É fato que “tratar das populações infantis em abstrato, sem levar em conta condições de vida, é dissimular a significação social da infância” (KRAMER, 2002, p. 43). Portanto, construí aqui uma investigação que perpassa a discussão de infâncias, famílias e geração, entendendo que ela cruza com a vivência de bebês, crianças, adolescentes, jovens e velhos.

1.6 Quem Cuida das Crianças no Brasil? As Avós Ouvidas na Pesquisa

Figura 14. Quem “me cuida”?



Fonte: Autora, 2019³².

³² As duas imagens mostram as atividades realizadas para eles falarem das famílias e correlacionar as ações de cuidado. Na imagem com figuras é possível ver a quantidade de atividades atribuídas à mãe.

O número de avós responsáveis por algum tipo de cuidado com os netos cresce no Brasil e no mundo, seja o cuidado de maneira integral ou parcial, especialmente a avó materna, como podemos observar em pesquisas³³. Apontei, na minha investigação, para a dissertação, alguns motivos que colaboram para essa responsabilidade de avós com netos e para a confiança que as filhas têm em suas mães para cuidar/educar os netos, considerando-as como “as mais competentes.”(CAVALCANTE, 2018).

Os múltiplos arranjos familiares contribuem para que outros atores sociais também participem desse cuidado ou que arranjos se formem para possibilitar qualidade de vida e até sobrevivência. Quem não conhece uma família com características que fogem ao padrão da família nuclear? Quem não conhece uma tia que cria os sobrinhos, esses que, na verdade, são filhos de um ex-companheiro? Quem não conhece uma avó que mora com os filhos, netos e bisnetos? Quem nunca viu um padrasto que exerce a função de pai? Quem já ouviu falar ou conhece casais que dividem a mesma casa no intuito de dividir as despesas? Quem não conhece uma mãe que cria os filhos sozinha ou até mesmo um pai que cria os filhos sozinho? Quem conhece casais que optaram por não ter filhos? Há famílias unidas por laços consanguíneos e não consanguíneos, entre outros arranjos, há famílias de diversas formas. Assim como as estruturas familiares fogem do padrão de família nuclear formada por pai-mãe-filhos, o cuidar das crianças e com as crianças é dinâmico e sai da esfera familiar consanguínea e até do Estado.

É fato que o Estado, muitas vezes, se ausenta das suas responsabilidades com as crianças e os próprios sujeitos, obrigando-os a procurar soluções alternativas para os imbróglios da vida. É dever do Estado assegurar creches e escolas, com boa estrutura e próximo à residência, é dever do Estado traçar e pôr em prática políticas públicas de assistência para as famílias em vulnerabilidade.

Quando pensamos em cuidados referentes às crianças ou jovens menores de 18 anos, na lógica do senso comum, conclui-se que esse é um dever da família, a qual teria a obrigação moral e social de se responsabilizar pelas crianças e jovens. Na legislação brasileira existe uma clara definição sobre quem/quais sujeitos devem se responsabilizar pela criança e pelo adolescente. Na constituição de 1988, art. 227, que diz,

³³A exemplo de DALY, Martin; PERRY, Gretchen. Grandmaternal childcare and kinship laterality. Is rural Greece exceptional? 2019. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1090513818303416>> acesso em 05 jul. 2021.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Legalmente, os responsáveis pelas crianças são os pais e quando esses não podem assumir o cuidado social e econômico essa responsabilidade é passada aos avós na letra da lei, desde que esses tenham condições de zelar pela criança e/ou adolescente. De acordo com o art. 1.698 do Código Civil de 2002, os avós têm a obrigação legal de prover o sustento dos netos, quando os genitores não puderem arcar com o provimento. Posterior a isso, uma lei de 2011, concede aos avós direitos, além dos deveres já estabelecidos, conferindo aos avós direito de convivência, a qual beneficia também os netos.

Na legislação brasileira, a Lei nº 12.398/2011 estende aos avós o direito à convivência³⁴ com os netos, considerada e respaldada para garantir os interesses da criança e do adolescente, prezando pela convivência dos mesmos. O inciso VII do art. 888 do Código de Processo Civil, diz que “A guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visitas que, no interesse da criança ou do adolescente, pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós”, os avós que já tinham a obrigação de sustento, quando necessário e possível.

É fato que, em muitos núcleos familiares, as avós estão presentes na relação familiar de cuidado com as crianças em maior frequência que outros parentes. Como observado em pesquisa anterior, as avós quando cuidam dos netos independentes da motivação estão, também, cuidando da filha e dando assim, suporte à família,

Foi possível observar, pelas declarações das meninas uma mobilização familiar em torno delas a partir da notícia da gravidez. Após o susto inicial, os membros da família uniram-se para ajudar à recém-mãe de alguma forma. As avós tiveram destaque nesse processo de aceitação e cuidados com a nova futura mãe; as avós foram apontadas como as mais solícitas e/ou as primeiras a aceitar a gestação, independente de ter vivenciado ou não a gravidez em idade precoce. (CAVALCANTE, 2018, p. 113).

³⁴Está lei assegura que avós consigam visitar/conviver com netos mesmo que um dos pais ou os dois genitores neguem aos avós esse direito. É possível encontrar diversos casos de exclusão de avós e a reversão dessa situação mediante processos jurídicos. A Associação de Avós Excluídos compila muitas dessas histórias na página <https://www.facebook.com/Associa%C3%A7ao-dos-avos-excluidos-434816206558101/> na rede social *Facebook*.

Ainda de acordo com minha pesquisa anterior, as participantes alegaram receber mais atenção, tanto da sua mãe, avó do bebê, quanto da sua própria avó e afirmaram que ambas as avós passaram a demonstrar maior preocupação com a alimentação e bem-estar da mãe (CAVALCANTE, 2018), além de esclarecer que esse cuidado era ofertado de forma voluntária.

Tanto na investigação anterior quanto nessa, pude perceber que esse cuidado vindo da avó passa por uma ideia de obrigatoriedade construída socialmente e atribuída à figura da “avó”. Como veremos mais adiante, as avós se colocam no lugar de cuidadoras e as filhas também classificam essa avó como uma das pessoas mais confiáveis para cuidar de sua cria. Cuidar da/o neta/o é cuidar da/o filho/a (CAVALCANTE, 2018), e o cuidado com o/a filho/a é algo que deve ser perpetuado nas futuras gerações.

O último censo realizado no Brasil, no ano de 2010, mostrou que cresce o número de mulheres optando por ter menos filhos e mais tarde, destaca-se também um aumento das famílias formadas por casais sem filhos, que já representa 20,2% do total. Contudo, a configuração familiar mais comum continua a ser a de casais com filhos que totaliza 55% da amostra. Um sexto (16,3%) desses casais vive com enteados, além de filhos, ou só com enteados, mostrando diversidade e/ou recasamentos o que nos leva a considerar características diferentes mesmo entre as famílias “nucleares”.

Os dados mostram tendência de mudanças na composição de famílias, o que é possível observar nessa amostra e em muitas pesquisas. Por consequência, amplia a diversidade entre aqueles que cuidam nesses contextos familiares. Embora algumas questões não mudem drasticamente, como por exemplo, o protagonismo feminino no cuidado com as crianças.

Ainda segundo o censo, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010. As mulheres consideradas chefes do lar são responsáveis pelo cuidado básico (manutenção da vida) e provimento econômico. Logo, não surpreende que as crianças participantes dessa pesquisa tenham apontado as avós como principais cuidadoras depois das mães; além disso, as avós que mais participam são as mães das mães, ou seja, reforçando a lógica do cuidado vindo da linhagem feminina, matrifocal. Portanto, quem cuida das crianças no Brasil é a mãe, mulher... Quando essa não pode é a avó, mulher... Quando essas não podem, entra em cena uma tia ou madrinha, mulheres e assim por diante. O que se repete é a figura feminina incumbida do cuidado.

No Brasil, historicamente, os avós participam da criação dos netos, o que pode ser justificado pela constituição dos papéis femininos, que foi formada por estereótipos e preconceitos propagados pela Igreja, pelo Estado e pelo poder masculino, atribuindo à mulher: maternidade, cuidado dos filhos e do corpo (DEL PRIORE, 1993). Relatos históricos mostram que desde o Brasil Colonial, a mulher e a mãe pobre são vistas como chefe da família, sendo responsável pelo sustento da casa e o cuidado dos filhos, já que, em muitos casos, não eram casadas ou os homens não faziam parte da vida familiar. Assim, as avós maternas auxiliavam no cuidado das crianças (DEL PRIORE, 1993, 1997).

As pesquisas apontam os benefícios da relação entre avós e netos, a exemplo de Oliveira (2011), que analisa a participação intergeracional das avós na vida dos netos e família dos filhos, mostrando que o diferencial são os motivos que levam a essa participação. Em alguns casos, se antes era com proximidade física das casas, hoje são questões ligadas à mulher no mercado de trabalho, maior estimativa de vida e reforço dos laços afetivos.

Pude constatar que a relação dos avós com os netos é permeada pelo cuidado, mas um cuidado multidefinido. Segundo Fine (2005), até meados do século XX, havia formas diferentes de cuidado, havia maneiras formais e informais de cuidado, que eram separadas de um jeito relativamente claro. Segundo o autor, por exemplo, cuidados informais, prestados em casa, eram bastante distintos dos cuidados formais prestados nas instituições como escolas e igrejas. Em uma perspectiva de cuidado institucionalizado, os familiares não tinham um lugar real e seu envolvimento era desencorajado. A desinstitucionalização, as novas tecnologias de cuidado e o surgimento de abordagens de cuidados comunitários derrubaram essas divisões, resultando que cuidado formal e informal deixaram de ser alternativas (ou / ou) para parcerias, híbridos e novas formas de cuidados mistos (FINE, 2005, p. 248).

Nesse contexto de cuidado o *Protagonismo Feminino* assume um papel ímpar. Indiscutivelmente o papel de cuidar é predominantemente feminino na sociedade, parir e cuidar dos filhos são atos políticos, segundo Carneiro (2019). O trabalho de cuidado pode ser um exemplo das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores, muitas vezes, são mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes (HIRATA, 2016, p. 54), perfis presentes nas duas investigações que me propus a fazer envolvendo o cuidado.

Para esta pesquisa cheguei a conversar com pais, avôs e tios, não posso invisibilizar a participação dos mesmos, mas, esses não passam de 35% da amostra e, além disso, são colaboradores/ajudantes das cuidadoras mulheres. As mães exercem um trabalho doméstico não remunerado, que sustenta o capitalismo, mas por ele é invisibilizado há séculos e foi preciso uma pandemia para o que é vivido por mulheres fosse discutido, ao menos nos espaços acadêmicos, já que, até hoje o trabalho feminino no espaço doméstico não é legitimado (CARNEIRO, 2020). Em pesquisa divulgada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2011, é possível conhecer o “Retrato das desigualdades de gênero e raça³⁵”, mostrando que houve um aumento de 13 pontos percentuais na proporção de mulheres chefes de famílias nas cidades – passando de 24,8%, em 1995, para 37,8%, em 2009. Em contraponto, a média salarial dos homens se mantém, em média, 53% a mais do que a das mulheres. As mulheres dedicam cerca de 25 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam cerca de 10 horas semanais. A conta não fecha.

Protagonismo feminino no cuidado não pode ser resumido a sinal de força, braveza, resiliência ou qualquer outro adjetivo pretensioso que tente transformar a sobrecarga feminina com os afazeres domésticos e manutenção da vida em atos de amor, sacrifício e doação. Essa romantização do sacrifício feminino tem sido observada com excelência na atual situação de pandemia. A demanda do lar e do cuidado nesses tempos denuncia a (não) nova situação das mulheres, como bem apontam Carneiro e Müller (2020),

No Brasil, a antropóloga Débora Diniz (MARQUES, 15/04/2020), logo no início da quarentena, disse apostar em um vocabulário feminista pós-pandemia, enquanto Heloisa Buarque de Almeida na possibilidade de uma “nova divisão sexual do trabalho” (O GLOBO, 02/04/2020). Tudo por conta do doméstico, espaço ocupado eminentemente por essas mulheres mães. Ora, por que a sociedade brasileira não queria ver antes o que se passava dentro dos lares? Quanto do trabalho materno de cuidado, organização social e inserção cultural alicerçam a nossa cultura? (CARNEIRO; MÜLLER, 2020, p. 447).

De acordo com as autoras, a pandemia, enquanto evento extraordinário tem escancarado o ordinário das mulheres mães em suas casas e esse ordinário, fatos que em muitas situações foram naturalizados em uma sociedade brasileira que sobrecarrega as mulheres não somente agora, mas, sobretudo estruturalmente (CARNEIRO; MÜLLER, 2020, p. 447).

³⁵ Para acessar os dados completos da revista entre em < <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>

As mulheres são a principal rede de apoio de outras mulheres. Segundo Kipper e Lopes (2006), em pesquisa realizada com avós, a relação dessas avós com os netos permitiu que se renovassem os vínculos com suas filhas, suas mães, e com mulheres da família. Uma nova constelação familiar se formou e novos papéis se agregaram aos já existentes, inaugurando uma nova etapa de vida, reorganizando a identidade feminina (KIPPER; LOPES, 2006, p. 33). No estudo desses autores, o neto representa uma oportunidade de viver experiências diferentes das que tiveram com os filhos, participando mais. Os avós poderiam imaginar que agora com o neto (a) iriam conseguir realizar os desejos que não puderam ser realizados com seus próprios pais ou filhos, na atual posição de avós. Os netos operam como a possibilidade de viver o que não viveram com os filhos.

Veremos que essa questão também apareceu nesta pesquisa. Algumas avós relataram que não participaram tão intensamente da infância da filha quanto estão participando da dos/as netos/as, e essa participação atual é uma espécie de segunda chance para aproveitar a fase da infância de um familiar, chance de ter experiências de convivência que não pôde ter com a/o filha/o.

Também é grande o número de famílias que tem como fonte principal de renda a aposentadoria da moradora mais velha. Dessa forma, como aponta Longhi (2018), embora as mulheres estejam galgando outros espaços e frente às transformações sociais, essas somaram tarefas domiciliares aos trabalhos fora de casa e estão submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho. A autora ressalta que quando há rede de apoio, essa também é formada por outras mulheres da família, remuneradas, professoras ou outra que se disponha a ajudar. Para Longhi (2018), o cuidar é algo feminino na cultura brasileira, dialogando com os marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração. As discussões revelam uma realidade que incide diretamente na divisão sexual do trabalho, na sociedade ocidental moderna e seus desdobramentos, geralmente nefastos, no que diz respeito às desigualdades de gênero (LONGHI, 2018).

As participantes desta pesquisa, bisavós-avós-mães-crianças-parentes, em sua gama de relações sociais e de cuidado, ilustram o que pode ser observado na esfera nacional: o retrato de um cuidado que não pode ser medido apenas na esfera do afeto (BADINTER, 1980). As mulheres não cuidam das crianças porque tem um dom, ou porque naturalmente nascem com o instinto materno como já afirmou Badinter (1980) ou porque amam e se sentem convidadas a atender as demandas do pequeno infante, seja seu ou da família.

O perfil das avós que foram ouvidas nessa pesquisa diz muito sobre a forma de cuidar que estou apresentando aqui. Não se trata de pessoas que se responsabilizam integralmente por seus netos, nem as avós e nem as bisavós ouvidas. Nos casos apresentados aqui há a participação dos pais consanguíneos, os avós não são diretamente obrigados a cuidar dos netos ou assumem o provimento financeiro. Trabalhei com dois perfis de avós e bisavós. A maioria de avós e/ou bisavós se consideram pertencentes à classe média brasileira, trabalharam externamente ao trabalho doméstico, em sua maioria são pessoas com algum nível de instrução (quando não tinham formação acadêmica, possuíam capital cultural e social) mais elevado. São famílias que possuem renda fixa, casa própria, a maioria são avós que já estão aposentadas e optaram por dispor um tempo de suas vidas para o cuidado dos netos. Uma pequena parte da amostra são avós que ainda trabalham de forma autônoma, recebem algum tipo de auxílio governamental (seja diretamente em nome delas ou em nome da/o neta/o que coabita com ela), não possuem casa própria e não chegaram ao ensino superior ou equivalente.

Essas famílias apresentam configurações que permeiam o campo do que chamamos de família não nuclear, mas não estão distantes do núcleo familiar consanguíneo. São crianças que convivem com o pai e a mãe, mas dividem o lar e as demandas de cuidado com avós, avôs, bisas, tias/os, padrinhos/as etc. Reforçando a afirmativa de Fonseca (2002, p. 51), nessas famílias “percebemos que para a possibilidade de dinâmicas familiares “alternativas”, que apesar de não se encaixarem no modelo dominante de família, gozam de popularidade e de legitimidade entre determinados setores da sociedade”, pois, compartilham os cuidados, mas não fazem sem a legitimação dos pais consanguíneos.

Entre as dez³⁶ famílias que fizeram parte da pesquisa pós pandemia, apenas quatro crianças moravam na casa dos avós em tempo integral, as demais passavam temporadas ou/e parte do dia na casa dos/da avó. Sendo assim, a maior parte das avós tinham um tempo para outras atividades além do trato com o neto, algumas participavam de grupos de idosos e/ou faziam aulas de dança e música, cultivavam flores e assim por diante. Essas consideravam equilibrar o tempo “para elas” e o cuidado com os netos como algo essencial.

³⁶ Em anexos deste trabalho trago uma tabela detalhando as famílias e seus membros.

A mudança do campo alterou o perfil sociodemográfico das avós participantes tínhamos também outro recorte socioeconômico. E essas questões, sem dúvidas, interferiram no conceito de cuidar das/com crianças apresentados aqui. As infâncias, avoternagens e maternagens são situadas em diferentes contextos.

As avós que pude conhecer no CREI, em sua maioria, tinham a responsabilidade sobre os cuidados básicos dos netos (nutrir e prover), algumas cuidavam integralmente das crianças com ajuda de outro integrante da família que não os pais consanguíneos. Houve casos também onde esse cuidado era algo definido judicialmente, não restando a ela outra opção a não ser assumir a tutela da criança ou crianças, tal quais as avós pesquisadas por Guedes (2020) onde as avós assumiam integralmente o cuidado com os netos, enquanto as filhas cumpriam pena em regime fechado. As avós com quem conversei no CREI afirmavam que contavam com a aposentadoria, trabalho autônomo e/ou auxílio de programas assistenciais do Governo Federal para prover financeiramente a criança e em alguns casos, também a pensão recebida pela criança.

Portanto, falo de famílias contemporâneas pessoenses em que os avós, alguns já aposentados ou trabalhando com o objetivo de complementar a renda, e em certos casos estabilizados financeiramente, se prontificam para cuidar das crianças, seja para amenizar as demandas das filhas, tardar a ida da criança pequena à creche, estabelecer uma companhia mútua ou colaborar para que os netos não fiquem com um responsável remunerado desconhecido pela família.

A composição desses perfis reúne dez avós, três bisavós e três avôs, além de dois tios, duas tias e dois pais ouvidos. Todos os colaboradores cuidam/cuidavam sistematicamente de netos, variando entre cuidados diários integrais e cuidados em dias específicos da semana, principalmente para que os pais, especialmente as filhas, mães das crianças, pudessem trabalhar. Moravam com ou próximos aos filhos, também, em sua maioria, em casa própria.

As avós e bisavós entrevistadas atualmente não trabalham formalmente, quatro delas não são aposentadas, uma trabalha como feirante e as outras sete vivem da aposentadoria. Entre os avôs apenas três não são aposentados, os tios e os pais que participaram trabalham em regime CLT. Outra característica importante desse grupo é que apenas uma das dez avós não vive com o avô da criança e/ou segundo marido, uma bisavó é viúva há mais de 30 anos e a outra é divorciada. Sendo assim, para a maioria, a chegada

de um neto mistura-se com uma rotina doméstica de cuidado já conhecida, acrescentando afazeres específicos da criança.

A participação efetiva das mulheres no cuidado das crianças, tão presentes em estudos que se debruçam sobre a investigação da maternidade, cuidado infantil, avoternagem, maternidade e trabalho, maternidade e feminismo, relação pais, crianças e desenvolvimento cognitivo (CARNEIRO; MÜLLER, 2020; CARNEIRO, 2020, 2019, 2015; BADINTER, 2010; (FONSECA, 2007), se repetiu na minha investigação. Ainda que existam esses outros indivíduos, a maior participação é das mulheres da família, são as mulheres as principais cuidadoras. É a mãe da mãe que cuida, a avó também foi cuidada por outra mulher, a bisavó da mesma forma. Veremos mais sobre essas questões nos capítulos subsequentes. No capítulo seguinte trarei relatos do campo onde veremos como acontece essa relação entre avós e netos e a participação de outros sujeitos. Na sequência, trarei a fala das avós e cuidadores secundários das crianças onde perceberemos como essas relações são construídas pelo fio condutor do cuidado e o quanto as relações geracionais marcam esse processo.

CAPÍTULO II

O OLHAR SOBRE OS MENINOS: O CUIDADO COM AS CRIANÇAS NO ESPAÇO FAMILIAR



Ao longo do texto venho reafirmando o lugar importante e central que as avós ocupam na vida dos netos, mas ao mesmo tempo não nego que exista a participação de outros sujeitos. Esse capítulo é destinado à discussão da participação efetiva desses cuidadores consanguíneos e/ou não consanguíneos na vida das crianças. Objetiva discutir o papel da família, as questões geracionais entre adultos e crianças e é também onde relato a experiência de pesquisa com as famílias reunidas. Müller (2020), parafraseando Débora

Diniz e as demandas de cuidado em meio à pandemia da Covid-19, nos convida a assumir que o cuidado com as crianças e com os mais vulneráveis é um bem (dever?) coletivo, o que pôde ser observado no meu campo.

A rede de apoio é a rede de cuidado. As famílias implicadas na relação de comprometimento com a criança também se tornam redes de apoio uns dos outros, em uma tentativa de viabilizar a rotina cotidiana, seja ela de trabalhos domésticos e/ou remunerados fora de casa, para que tenha certa tranquilidade com a intenção de corroborar com as atividades rotineiras. Essa rede de apoio em torno da mulher, muitas vezes, é formada para que ela consiga *equilibrar os pratos* de demandas: filhos, maridos, emprego, afazeres domésticos... demandas que parecem fixas no *colo* das mulheres.

Veremos que, dentro dos arranjos familiares, outros indivíduos compartilham da responsabilidade de manutenção da vida das crianças da família, inclusive homens. No entanto, esse cuidado dar-se-ia de diferentes formas se requer graus de comprometimento diferenciados. É possível observar também que nas famílias onde existe uma participação mais efetiva de um homem, esta acontece com acompanhamento de alguma figura feminina. Para ilustrar essa desproporção existente entre os cuidados conduzidos por homens e os cuidados conduzidos por mulheres, relato o funcionamento das famílias de Dona Inácia, Dona Lúcia e Dona Marta, onde os avôs participavam mais ativamente do cuidado com os netos.

Os homens, sejam eles pais, avôs ou tios, cuidam quando e se quiserem, colaboram com as atividades que preferem fazer e essas escolhas pouco envolvem sacrifícios dos confortos e preferências como: abdicar do sono, marcar médico, comprar roupas, organizar o quarto da criança, fazer a higiene da criança. A(des)igualdade entre os sexos no cuidar fica evidente ao analisar os atos de cuidado. A avó materna se mantém como principal cuidadora depois da mãe, reforçando a ideia de que a maternagem da criança da família se estende, principalmente, às linhagens femininas da família.

Portanto, olhar a relação entre avós e crianças significaria investigar como as famílias se organizam com relação à manutenção da vida da criança. A criança para quem é destinado o cuidado, não necessariamente vê como sua principal cuidadora a “mãe”, ela reconhece a participação dos outros sujeitos e o trato destinado a elas. E os familiares, comprometidos com a rede de cuidado, vêem a criança como sendo da família.

2.1 Rede de Cuidado: Indo Além da Avó e da Mãe

“Eu não saberia existir no mundo sem os cuidados de vovó, mamãe e meus padrinhos. Lembro de vovó permissiva, mamãe longe porque precisava trabalhar e de madrinha [tia consanguínea] sendo rígida quando necessário. Cresci rodeada de cuidadores.” (Manuela(23) escuta via aplicativo *Meet*).

Quando cheguei ao primeiro campo de pesquisa, o CREI, perguntei às professoras se elas sabiam quais eram as crianças que moravam ou eram cuidadas por outras pessoas que não os pais, já pensando nas avós. As professoras me mostraram várias e várias crianças que tinham as avós como responsáveis, mas mostraram também as que tinham os tios, o pai, madrinha ou padrinho e até irmãos. Inclusive, esses casos últimos, eram os que mais chamavam a atenção das professoras, afinal, ver crianças morando com as avós era comum para elas, os casos especiais eram as crianças cuidadas pelo pai, pelos tios e tias, adotadas, criadas por algum parente,

“Muitas crianças moram com os avós, só nessa turma tem uns seis [alunos]. É bom você perguntar nas outras turmas porque você vai ver que tem também muitas morando só com a mãe ou parente, essa aqui mesmo (colocando a mão na cabeça da menina) ela mora com a tia, não é moça? (interrogando a menina, que não respondeu).” (Josilene, professora da pré escola, escuta presencial).

Na segunda visita ao CREI conheci Jorge (três), um menino que vivia na companhia dos tios há pouco mais de um ano. Uma tia e um tio, irmãos. Os tios ficaram responsáveis pela criança quando a irmã deles, mãe do menino, não pôde ficar com ele, os dois eram chamados de *tios*³⁷ e os tios gostavam de serem vistos como *tios*. A preocupação com a confusão das representações do ser mãe ou pai foi algo relatado pelos cuidadores, partiam sempre do princípio que cuidar da criança não os tornava pais ou mães, ainda que a criança não convivesse/tivesse cuidado advindo dos genitores consanguíneos.

Nunca ficou claro o porquê de Jorge (três) estar na companhia deles, as professoras tinham suas suposições, mas nada comprovado. E com o passar dos dias no CREI conheci mais crianças que tinham como responsáveis outros familiares. Nesse momento percebi que não poderia olhar apenas para a relação avó-neto;existia, no campo que me propus estudar, um emaranhado de construções familiares, formadas por uma

³⁷A forma como as crianças chamavam os cuidadores me chamou atenção desde o início do trabalho de campo no CREI. As crianças que tinham o cuidado dividido entre os pais e algum outro cuidador, atribuía a ideia de família para o grupo, mas separava bem – mãe, pai, avó, tio, tia e etc-. Por outro lado, muitas das crianças que viviam apenas com os cuidadores não genitores, atribuía a figura de mãe e/ou pai a eles. Nesse contexto, pude perceber que alguns desses cuidadores não queriam ser chamados de mãe ou pai pelas crianças, nem que a escola os visse como tal.

complexa teia que se constrói a partir da necessidade de garantir a sobrevivência da criança e possibilitar uma maneira menos sofrida de viver. Ou, como pode ser entendido em Guedes (2020), um cuidado que busca amenizar as mazelas trazidas pelo distanciamento da mãe.

No campo do CREI, o cuidado familiar era obrigação moral, econômica, judicial e por fim, afetiva (não necessariamente nessa ordem de importância, nem só um desses elementos). No discurso daqueles familiares, muitas vezes só havia espaço para as lamentações, relatavam as dificuldades de se responsabilizar por uma criança integralmente. É possível que a sobrecarga do cuidado, dos afazeres e demandas da vida sejam fatores que tenham corroborado para a ruptura da “amorosidade” no discurso, ainda que estejam presentes nas relações entre eles. Acredito que isso acontecia não por falta de amor, mas por dificuldade em excesso.

Acho que essa foi a primeira expectativa quebrada pelo/no campo, ou melhor, a primeira abertura forçada de olhos: Existem muitos cuidadores diretos e, salvo algumas exceções, uma rede familiar, embora, casos como o de Jorge (três) sejam minoria. Mas que pesquisadora eu seria se ignorasse exceções que fazem tanta diferença? Sendo assim, eles estarão presentes aqui.

O caso de Jorge (três) me levou a questionar a presença de uma construção de interseccionalidade dentro das redes de cuidado dessas crianças e a necessária reflexão sobre esse fenômeno de redes de cuidado dentro de uma ótica que não exclua as interferências de intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados à opressão, dominação ou discriminação, “a expressão ou campo “interseccionalidade” tem uma marca: traz um aporte feminista e antirracista. Mas esses marcadores ou clivagens estão presentes em outras análises. Não se trata, portanto de se entender esse como um campo homogêneo.” (MOUTINHO, 2014, p. 211).

De acordo com Moutinho (2014), a interseccionalidade é fundamental para que possamos entender o impacto dos marcadores sociais da diferença na construção da sociedade, principalmente quando a discussão envolve gênero, trabalho, raça e etnia. É claro que esses marcadores influenciam nas redes de cuidado aqui estabelecidas. Apenas as afetividades não fazem a avó “olhar” o neto, apenas afetividades não implicam na participação de tios e padrinhos na criação das crianças. Contemporaneamente, a interseccionalidade obedece a dinâmicas diversas e multifacetadas, por exemplo [...] uma série de reivindicações dos movimentos sociais (negro, homossexual e de mulheres

(MOUTINHO, 2014, p. 227) acabou por resultar em conquistas que levam em consideração esses marcadores sociais, alterando aspectos da sociedade, os quais também atravessam a organização da família moderna ocidental.

Os tios do menino Jorge (três) queriam *ser* apenas os tios dele, durante nossos encontros, percebi o esforço para se afastarem da figura de pais da criança. A responsabilidade legal sobre Jorge (três) veio de forma imposta, baseada em circunstâncias da vida que não ficam explícitas nem a escola nem a mim, mas, subentende-se que envolve fatores socioeconômicos e/ou judiciais. O caso de Jorge (três) serve para nos manter atentos para o fato de que não existe apenas (nessa pesquisa e fora dela) o cuidado familiar livre e voluntário, a rede de cuidado familiar existe também para suprir lacunas. Não podemos ignorar os fatores exteriores aos afetos que constituem a rede. A rede parece se estabelecer involuntariamente.

Assim como a participação das avós surge por diversos fatores, incluindo o fator afetivo, a participação dos outros familiares é movida por motivos variados. Nas minhas análises, essas questões aparecem principalmente relacionadas a fatores econômicos, seja por ocupação dos pais no mercado de trabalho ou a falta de condições financeiras para se responsabilizar integralmente. Esse perfil corresponde a 30% da minha amostra, três crianças têm como um dos cuidadores avôs, tias, tios e/ou padrinhos, devido a questões socioeconômicas, afetivas ou as duas motivações. A avó, moralmente, se coloca nesse lugar de ser responsável também pela criança, porque se sente responsável pela manutenção da vida dos filhos, e nesse sentido os filhos dos filhos. Portanto, são extensão da sua própria maternidade. Já os outros familiares assumem esse papel de forma menos compulsória, geralmente.

Ao conhecer e acompanhar as famílias fora do CREI também observei a participação efetiva de outros cuidadores diretos das crianças que não são os genitores ou avós. Tios, tias, alguns responsáveis legais, outros que tiveram os filhos cuidados pelos pais e hoje ajudam no cuidado com os sobrinhos, vi ainda as primas mais velhas cuidando das primas mais novas, vi irmãos com cuidados mútuos. Também é importante destacar a participação recorrente de crianças maiores e/ou adolescentes no cuidado com as crianças pequenas, nesses casos o cuidado advindo deles era uma espécie de apoio-descanso para os cuidadores efetivos, avós em avançada idade, as tias e até a própria mãe da criança.

Dona Marta (70), por exemplo, é uma avó próxima dos quatro netos, inclusive, ela havia cuidado da neta mais velha durante toda infância e adolescência da menina,

coabitando na mesma casa. Agora, a neta já adulta, colabora em situações esporádicas no trato com a prima mais nova que, apesar de não morar com Dona Marta (70), passa boa parte do dia com ela, no contraturno da escola. Durante o período de pandemia, a tia Mariza (39) passou a ficar com a sobrinha, de modo a evitar que sua mãe ficasse exposta ao novo corona vírus, já que a criança tinha contato com muitas pessoas e voltou à escola. Tia Mariza (39) é mãe da neta mais velha de Dona Marta (70), que hoje já a ajuda com a neta mais nova. Mariza teve ajuda de Dona Marta (70) quando engravidou de sua filha na adolescência, aos 15 anos. Era Dona Marta (70) quem ficava com Manuela (23) para que Mariza (39) fosse à escola e, posteriormente, pudesse cursar a faculdade,

“Fui a criança da casa por muitos anos. Morava com 5 adultos, até que minha bisavó precisou vir morar conosco. Foi naquele momento que senti a necessidade de cuidar de alguém, eu senti que deixei de ser o bebê e que ela também era alguém que precisava de cuidado. Com frequência ela se agitava e dizia que queria ir para a casa dela então, fechei o portão muitas vezes para evitar sua fuga.” (Manuela (23) escuta via aplicativo *Meet*).

Percebo aqui, na família de Dona Marta (70), algo presente também no meu estudo de dissertação; a avó que toma conta da neta para que a filha retome a vida pós gravidez na adolescência (CAVALCANTE, 2018). Nesta família os ciclos de cuidado envolvem todas as mulheres da família, três gerações distintas: Dona Marta, as duas filhas e as duas netas. Menciona Manuela (23): “Meu sentimento de gratidão me faz me sentir responsável por mamãe e vovó. Sinto, inclusive, que faço pouco.”.

Como Mariza (39) teve a filha muito jovem e voltou a morar com os pais após sua separação, quando Manuela (23) era bebê, existiu uma convivência intensa da menina com os dois tios, a avó e o avô. Segundo Mariza (39), todos colaboravam um pouco com os cuidados com a menina, tanto de forma afetiva como financeira e educacional,

“Meu irmão gastou todo o primeiro salário dele com coisas para Manuela, o dinheiro todo, do primeiro emprego! E ele tinha só 18 anos! E olha, como já te contei, ele ficou com muita raiva quando soube da gravidez.” (Mariza (39) conversa através do aplicativo *Meet*).

“Acho que todos maternaram um pouco com a Manuela.” (Mariza (39) conversa através do aplicativo *Meet*).

“A mãe dela é a Mariza e eu sempre me preocupei com isso. Acompanhei uma colega que se esqueceu que era a avó e não foi bom, por isso eu sempre procurei respeitar as decisões da mãe. Não vou dizer para você que não me meti, mas eu tentava me segurar (risos).” (Marta (70) conversa através do aplicativo *Meet*).

Vejam que o “maternar” apresenta-se como um termo nativo. Dona Marta (70), assim como sua filha Mariza (39) utilizaram o termo diversas vezes para traduzir o cuidado mútuo com as crianças da família. Elas ampliam o significado para além da prática/lida da avó com relação aos cuidados das meninas Manuela (23) e Melissa (quatro anos e 11 meses), incluindo os tios e o avô.

O termo maternar ou maternagem tem sido abordado com frequência nas pesquisas acadêmicas das áreas de psicologia, saúde, sociologia e tantas outras, tendo adquirido muitos significados. A forma como Dona Marta (70) e Mariza (23) utilizam o termo com o mesmo sentido que tenho dado a ele. Entendo maternar ou maternagem como sendo a ação de proteger, cuidar e zelar pela criança, considerando o bem-estar físico, social e emocional. Maternar não é algo que apenas a mãe (genitora ou não) pode exercer, esse zelo pode partir de qualquer indivíduo que verdadeiramente se comprometa com o pleno desenvolvimento da criança. Maternar é abraçar o compromisso com outro ser. Maternar está para além da figura da mãe.

“Todos cuidaram de todos aqui, se você olhar bem, sou eu, meu marido e foi minha sogra também me ajudou muito, muito mesmo, dava todo apoio. O meu filho tinha o jeito dele de estar presente, a minha mais nova estava sempre com Manuela, agora é a Melissa... Todo mundo se ajuda.” (Dona Marta (70) conversa através do aplicativo *WhatsApp*).

“Sempre percebi a preocupação dos meus avós com relação ao papel de mamãe na minha vida. Mesmo ela morando em uma cidade longe, por conta do trabalho, eles me faziam pedir a autorização dela para qualquer coisa. Nunca quiseram ocupar o lugar de pais.” (Manuela (23) escuta via aplicativo *Meet*).

Hoje, com a idade um pouco mais avançada e alguns problemas de saúde, Dona Marta (70) fica com a neta mais nova, Melissa (quatro anos e 11 meses) com menos frequência do que ficava com Manuela (23), mas me relatou que observa como a rede de cuidado da família cresceu e como sua filha mais velha colabora com a filha mais nova, como a neta mais velha cuida da neta mais nova. A rede de cuidado dentro da família se assemelha a um ciclo e, a partir da organização dessa família em torno do cuidado, comecei a perceber esses ciclos de cuidados, aprofundarei a discussão no capítulo 3.

O marido de Dona Marta (70), também teve uma presença forte no cuidado com as netas, ele conviveu com a neta mais velha durante toda sua infância e adolescência, representando a figura masculina. Apesar disso, Dona Marta (70) e seu esposo me relataram haver uma preocupação de evitar a confusão de papéis e procurava não cruzar a linha da paternidade e maternidade. Ao menos é o que eles disseram que sempre buscaram

fazer: serem vistos como os avós de Manuela (23). Como a menina nasceu quando a mãe ainda estava terminando o ensino médio e não exercia trabalho remunerado, Dona Marta (70) e seu marido ocuparam o lugar de provedores da família por um bom tempo. Segundo Dona Marta (70), cabia a eles subsidiar meios para que a filha pudesse dar continuidade aos estudos e criasse a neta,

“Foi um choque muito grande quando soube da gravidez. Quando recebi a notícia eu estava em casa, depois de muito trabalho, tinha sido um dia agitado e menstruada, após a notícia passei 40 dias sangrando, depois disso nunca mais veio, foi muito marcante, não tem como se esquecer desse dia. Mas o choque foi no primeiro momento, passei um tempo refletindo sobre tudo, depois fiz o que pude, tudo que estava ao meu alcance para as duas. A questão psicológica era uma preocupação, a educação, o sustento [...] eu me aposentei antes do nascimento de Manuela, então eu não acompanhei o crescimento de perto dos meus filhos mas acompanhei o da minha neta, por isso não acho que foi um peso tão grande assim.” (Dona Marta (70), conversa através do aplicativo *WhatsApp*).

“Levávamos para que a mãe amamentasse no intervalo da aula. Foi importante manter isso (amamentação) apesar das dificuldades. (Dona Marta (70), conversa através do aplicativo *WhatsApp*)

“Hoje nem tanto, mas eu tive também a figura do meu padrinho [tio consanguíneos] ele é casado, tem a família, eu adulta, mas o laço permanece.” (Manuela (23), escuta via aplicativo *Meet*).

Nesse contexto, as crianças dessa família vivenciaram relações de cuidado com e entre todos os membros. A participação familiar para além dos avós não foi algo exclusivo da família de Dona Marta (70). Uma das primeiras famílias com quem conversei foi a de Dona Inácia (60); ela mora com o marido e o neto mais velho, Iago (12), e cuidava dos netos mais novos durante o dia, estes com idades de quatro e cinco anos.

É característico dos grupos familiares do Sul, no continente Africano, que todos os membros da família participem e auxiliem com os cuidados, trata-se de uma ação que faz parte do “ser família”, além disso, muitas vezes a sobrevivência está condicionada a esse cuidado familiar (COLONNA, 2012).

Dona Inácia (60) e seu marido criam o neto mais velho desde que ele nasceu, o neto é filho da filha mais velha do casal³⁸. Nesse núcleo familiar também encontrei a presença forte do tio do menino, Ivan (39), que conviveu com ele desde o nascimento e estabeleceu uma relação próxima ao que entendemos socialmente como relação de pai e filho. Além

³⁸ Quando Dona Inácia (60) conheceu seu atual marido ela já tinha os três filhos, todos estavam na tenra idade e reconhecem como pai o companheiro de vida da mãe. Há alguns anos, o companheiro de Dona Inácia (60) reconheceu legalmente Ivan (39) como seu filho, constando agora na certidão de nascimento dele como seu pai.

disso, Seu Inácio (61) sempre trabalhou como autônomo o que possibilitava a presença efetiva dele em casa e, sendo assim, o menino cresceu sob os olhares da avó, do avô e do tio.

Dona Inácia (60) e Seu Inácio (61) foram um dos primeiros casais que conversei em conjunto, não presencialmente. Era uma noite de setembro de 2020 e comecei o contato via *Whatsapp*. Tentamos fazer uma vídeo chamada, mas, Dona Inácia (60) não gostou muito, ela falava que conversando pelos áudios seria melhor “ela teria tempo para pensar nas respostas” assim fizemos. Os áudios dela são marcados pela participação de Seu Inácio (61) que fazia questão de complementar alguma informação da companheira. Sobre o filho tratar o sobrinho como dele, Seu Inácio (61) pontuou “todos são meus filhos, se estão comigo, cuido. Ele faz assim,

“É inexplicável a relação que eu tenho com [Iago] sinto como se fosse algo de outras vidas. Desde que ele nasceu, faço tudo por ele. Vi esse menino crescer e me sinto feliz por poder proporcionar as coisas para ele, pago curso de inglês, ajudo com as atividades da escola, dou conselho e reclamo também. Ele é um filho para mim.” (Tio Ivan (39), conversa através do aplicativo *Meet*).

No caso de Iago (12) não existe apenas a participação dos avós e do tio, ele tem a participação efetiva da mãe e com o pai, com este último ele mantém contato esporadicamente. Contudo a participação da avó ganhou centralidade, inclusive morar com ela foi escolha do menino. Hoje é a avó quem acompanha as atividades da escola, a avó que o leva ao médico e ao curso de inglês, ela é a responsável pela rotina e alimentação de Iago (12).

O menino acabou não querendo retornar para a casa da mãe, que depois da separação constituiu nova família, tendo, inclusive, um novo filho que também fica aos cuidados de Dona Inácia (60) enquanto a mãe trabalha. Hoje, o menino já ajuda a avó nos cuidados com o irmão e com o primo que passam o dia na casa de Dona Inácia (60) e só pernoitam com as mães. Nesse contexto, Iago (12) também é visto como um cuidador dos avós e das crianças menores da família,

“Ele [Iago] faz pareia com o tio, vive querendo mandar em mim, tu já pensasse? Não posso comer nada que começa a ladainha “cuidado pra não ficar doente, a senhora não pode comer isso.”. (Dona Inácia (60), via *WhatsApp*).

Dona Inácia (60) adentrou a vida dos netos para dar suporte para as filhas, em primeiro momento como apoio psicológico pós separação, apoio econômico frente à

mudança de estrutura familiar e auxílio para que elas pudessem trabalhar. Sendo assim, uma rede de cuidado que abarcam seus netos, as filhas e a família como um todo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, o Tio Ivan (39) não estava morando no Estado da Paraíba, por causa do trabalho; já estava distante da família há três anos. Acontece que próximo ao fim do trabalho de campo, ele conversou comigo sobre os problemas de saúde mental que a distância da família estava lhe causando. O tio procurou ajuda médica e psicológica, fez terapia e fez uso de alguns medicamentos para tratar suas questões. Nesse meio tempo, em comum acordo com seu médico, pediu afastamento do trabalho e retornou à Paraíba. O tio Ivan (39) precisava voltar para perto da família, onde se sentia seguro e acreditava ser o lugar onde recuperaria sua saúde. Vale ressaltar que, ao conversar comigo, ele apontou a responsabilidade pelo cuidado com os pais e com o sobrinho como fatores que colaboraram para que ele se sentisse sobrecarregado e com exaustão mental. Se por um lado, a distância da família afetou sua saúde, por outro a implícita obrigatoriedade do cuidado entre/com os membros da família também lhe causa problemas. A rede nem sempre traz apenas benefícios para seus membros.

Observei, na família de Dona Inácia (60), o mesmo visto na família de Dona Marta (70). Elas compartilham o fato de serem avós que “vivenciavam” a gravidez das filhas por achar que assim, amenizariam as dificuldades que as filhas enfrentariam: adolescente e grávida. O cuidado com o bebê, por parte da avó, era uma extensão do cuidado com a própria filha (CAVALCANTE, 2018). Nesses casos então, foi uma avoternagem com maior cobrança, segundo elas, pois cuidavam de dois sujeitos ainda em desenvolvimento, as filhas adolescentes e os netos. E nas duas famílias também tivemos a criação das crianças com a ajuda dos tios.

Segundo o tio Ivan (39), ele aproximou-se de Iago (12), principalmente, por motivos afetivos, como ele bem coloca, a convivência familiar criou um laço forte entre eles, algo que o tio classifica como sendo de outras vidas. O tio passou a se sentir responsável pela criança e buscou proporcionar ao menino bens de consumo que os pais não poderiam prover. Assim, hoje ele faz parte do grupo responsável economicamente pela criança, o grupo inclui: mãe, pai, avó e tio. Dessa forma, a avó é responsável pela educação, pelos cuidados básicos e manutenção da vida, os outros contribuem, principalmente, financeiramente,

“Sinto uma alegria muito grande em proporcionar a [Iago] e a mainha coisas que eu não pude ter na infância. Esse menino é tudo para mim, é como se ele tivesse sido meu filho em outras vidas, não sei explicar. Agora, no ano passado, consegui levá-los para Gramado, era um sonho nosso! Foi incrível ver a alegria dos dois. Espero conseguir fazer isso mais vezes. Painho e mainha fizeram o que puderam, mas éramos muito pobres e poder ajudá-los é muito bom.” (Tio Ivan (39), conversa através do aplicativo *Meet*).

O exemplo de Iago (12) e Melissa (quatro anos e 11 meses) mostra como, em algumas situações, a criança se torna da família, a presença dela naquele espaço demanda um comprometimento de cada um dos membros daquele núcleo. A responsabilidade unida às afetividades, nesse caso, acaba impulsionando a distribuição de tarefas entre os membros da família e os genitores. Contudo, mesmo um homem – nesse caso tio e avô-, assumindo uma participação comprometida na vida da criança, essa participação é direcionada ao prover financeiro, cabe às figuras femininas, sobretudo a avó Inácia (60), os cuidados essenciais, entendidos por mim como os de manutenção da vida: alimentação, higiene e tutela doméstica. Atribuições que ela julga sobrecarregar sua rotina, ainda que tenha se comprometido com os netos, ela diz que não tem mais o pique de antes e “*que tem muitas responsabilidades nas costas*”. Algo próximo ao que foi dito por Dona Marta (70) que também sente o peso da idade ao cuidar da neta mais nova.

Há outra similaridade entre os cuidados com Jorge (três) e Iago (12) por parte dos tios; há a coincidência de serem homens se responsabilizando por crianças do sexo masculino. Na minha amostra não observei tios homens, sozinhos ou com maior responsabilidade, dedicando cuidados a uma sobrinha.

Já falei sobre isso, mas vale à pena retomar: ainda que exista a participação de outros sujeitos, as avós ocupam um lugar de responsabilidade maior: na falta das mães, quem assume, legalmente, são as avós, se a mãe precisa trabalhar, as avós entram em ação, se as mães precisam ir ao médico, ir a um curso, fazer o mercado, administrar a vida e a família, as avós entram em ação. Apesar desse protagonismo das mães e avós, os tios e padrinhos são chamados por algo que podemos definir como uma mistura afetiva-moral e financeira de cuidar dos sobrinhos, crianças da família, como é o caso das famílias de Dona Inácia (60) e Dona Lúcia (62),

“Por uns bons anos Letícia foi à única criança da família. Leandra nasceu oito anos depois; então nos curtíamos muito ela, ela passou muitas tardes com a tia e na casa da bisavó, os primos/tios ensinaram muita coisa.” (Tia e madrinha Lúcia (33), escuta presencial).

Existe uma rede em torno do cuidar, isso não é algo específico das famílias estudadas aqui, embora as dez famílias retratem isso bem. É algo macro, afinal o cuidado é algo relacional, feito permanentemente e resultado de pontos de vista da própria rede que cuida. Pode ser que para alguns o cuidado com a criança, quando é dividido entre vários sujeitos, represente um problema e seja considerado ruim para a criança. Mas, pode ser que esse núcleo tenha observado elementos que o conduziram a tomar essa decisão ou, como é o caso da família de Letícia (11), não tenha tido outra opção,

“Menor, eu me preocupava com os vínculos, dela confundir os papéis ou não ter lembranças de momentos importantes com o pai. Acho que até outras pessoas da família também pensavam isso. Hoje está aí, todo mundo bem! Como já está uma mocinha, os pais têm levado ela para os passeios, aparentemente deu tudo certo.” (Tio e padrinho Lúcio (41), escuta presencial).

A construção/existência de uma rede não quer dizer que todos cuidem igualmente da criança. Cada um dos integrantes das famílias parecia exercer um tipo de função, cada um assumia uma demanda, de acordo com o tempo que tinham disponíveis. Na família de Dona Inácia (60), por exemplo, vi de forma explícita essa divisão de tarefas. Notei diferenças de tarefas entre a filha, mãe de Iago (12) e com o filho Ivan (39), tio do menino. A mãe da criança provia algumas coisas materiais e exercia algum nível de autoridade, era dela o papel de impor obediência quando ele falta com os avós. O tio Ivan (39) era mais responsável pela educação e o lazer do menino e Dona Inácia (60) era responsável pela manutenção da vida, saúde, alimentação, moradia e formação do menino, cabia a ela também a supervisão das outras relações.

Os cuidadores compartilham tarefas que ajudam na manutenção da vida da criança a partir da plena ciência (ou talvez valor moral) de que alguém precisa fazer “isso” porque os pais não podem,

“Nunca tive paciência de ver uma coisa errada e deixar para lá. As minhas coisas, se eu posso fazer, não espero por ninguém. Hoje em dia melhorei porque o pai e a mãe estão levando Letícia que agora cresceu né? Pequeninha eu carregava e cuidava, não ia deixar largada e sem as coisas.” (Dona Lúcia (62), escuta presencial).

Há diferentes tipos de cuidadores nos contextos estudados: os fixos, os esporádicos, os pagos, os familiares e não familiares. Contudo e indiscutivelmente existe preocupação em torno da criança; essa preocupação sustenta a rede, fazendo com que ela se mantenha

durante toda a fase em a criança é vista como um sujeito vulnerável, incompleto e em desenvolvimento psicossocial.

Observei entre a minha amostra que o surgimento dessas redes de cuidado no ambiente familiar acontecia de maneira orgânica, aos olhos dos membros. Quando questionava a alguém em específico sobre o como, quando e o porquê de estar cuidado de determinada criança, as respostas eram genéricas. A relação de apoio parecia, para eles, ter surgido de forma espontânea, simplesmente aconteceu, “*a criança está aí e precisa de cuidado*”. Era um questionamento que não demorava a ser respondido, principalmente pelas avós, embora me parecesse que aquelas pessoas não haviam parado para pensar em como surgiu,

“Ah minha filha, começou quando a mãe dele [Iago] veio aqui para casa e ela trabalhava com as coisas dela, fazendo unha, cansativo demais, o dia todo, então ele ficava comigo, eu vendia minhas coisas e ele aqui. Os outros dois a mesma coisa. Vão para a escolinha agora, antes ficavam o dia todo comigo até as mães virem buscar.”. (Dona Inácia (60), via *WhatsApp*).

“Mohana, minha neta né? Deus me livre deixar a bichinha novinha em uma creche, sem saber falar nem se defender. Mesmo cansada, eu fiquei e não me arrependo, não.” (Dona Lúcia (62), escuta presencial).

Percebo forte influência do meio social, da lógica moral e até das obrigatoriedades jurídicas nesse cuidado com as crianças. A rede era construída a partir das várias necessidades e do precisar cuidar “aqui e agora”.

Além de promover cuidados físicos, financeiros e sociais, especialmente para as crianças pequenas, os cuidadores contribuíam com as mães. Uma rede de cuidado estruturada favorece, ou melhor, colabora com a mãe e a vivência da maternagem, que demanda tempo, condições físicas, emocionais e financeiras da mãe. Pois ainda que haja outros sujeitos cuidadores, estes, consanguíneos ou não, a figura da mãe aparece na literatura clássica como um ser insubstituível e detentora primordial da responsabilidade pelo bom desenvolvimento social, cognitivo e físico da criança, sobrecarregando-a.

Badinter (1980) faz uma crítica, citando uma conferência feita por Winnicott para a BBC, onde o pediatra e psicanalista expõe sua definição do que seria um bom pai e chama a atenção para a mãe como protagonista frente ao pai. Ao tentar construir uma definição da paternidade, o autor coloca, mais uma vez, a centralidade de tudo na figura da mãe – e então, estendo à mãe a responsabilidade sobre a boa relação da criança com o pai. Segundo o psicanalista, a criança prefere sempre a mãe; o autor defende que o pai não pode

substituí-la e conclui que a única coisa que se pode esperar do pai é que ele esteja vivo durante os primeiros anos do filho (BADINTER, 1980, p. 318). Há décadas, Winnicott colocava a responsabilidade das crianças completamente nas mães, décadas depois Badinter denunciava o quão errônea, sexista e socialmente construída é a ideia da maternidade como desejo/realização pessoal de toda mulher. Décadas se passaram e continuamos aqui, discordando de Winnicott e buscando alcançar um lugar onde se possa falar de uma vivência da maternidade que não seja imposta, limitante e sexista.

Três famílias, a de Dona Marta (70), a de Dona Inácia (60) e a de Dona Lúcia (62) têm a participação dos tios, primas e padrinhos impulsionada por motivos parecidos, nessa ordem: separação dos pais da criança e gravidez na adolescência, separação dos pais da criança e mãe no mercado de trabalho, gravidez no fim da adolescência e mãe no mercado de trabalho.

A de se considerar que esse cuidar das crianças também é movido pelo deleite, pelo desejo de compartilhar as crianças, estar entre elas, apreciá-las. Quando as crianças ficam com as avós, também estão fazendo companhia a elas, quando o tio cuida como se fosse pai, também se deleita do sentimento de ter alguém para cuidar/amar/sentir-se ajudando alguém. Veremos como esse movimento se aproxima da lógica da dádiva maussiana no capítulo terceiro.

Também é interessante observar que nas três famílias citadas nesse subcapítulo, o cuidado dos tios ou padrinhos com os sobrinhos, de forma mais efetiva, se deu em contextos nos quais eles ainda não eram/são pais de crianças e/ou crianças pequenas.

Quando observamos os vários sujeitos que estão envolvidos no cuidado da criança, é inegável que se constrói uma rede. Acredito que as redes de cuidado também devem ser objeto de políticas públicas e considero necessário dar a elas sua devida importância.

Há uma rede de cuidado em volta da criança, mas essa mesma rede também envolve os próprios membros da família, constituindo um apoio familiar. Essa participação de outros adultos, parentes, na vida da criança, nos traz a ideia de que ela pertence à família. Todos são responsáveis. É sobre isso que falaremos no tópico a seguir: a criança da família.

2.2 Família e Cuidado: A Criança é da Família

No subcapítulo anterior falei sobre a participação de cuidadores para além da mãe e da avó, trazendo a participação dos familiares e parentes. Para complementar a discussão, trato aqui sobre a importância da família e da criança como responsabilidade de todos.

As crianças dessa pesquisa, rotineiramente, estavam circulando entre as casas dos familiares. Essa perambulação organizada dava-se de modo a mantê-las sobre constante vigilância e cuidado. A maioria tinha a casa dos pais como lugar de pernoite e durante o dia as crianças estavam entre a escola regular e a casa de algum familiar.

Fonseca (2002), ao fazer uma pesquisa etnográfica em vilas de Porto Alegre, também identificou o fenômeno da circulação de crianças. A partir das diversas histórias relatadas, a autora foi levada a acreditar que, para muitas pessoas, cuidar de uma criança é um assunto que não se limita à mãe, nem ao casal (FONSECA, 2002, p. 57), fator também observado na minha amostra.

As avós escutadas acreditam ter responsabilidades com relação aos netos, assim como os membros adultos da família também se sentem responsáveis pelas crianças. Existe um sentimento de responsabilidade coletiva familiar. As avós, por exemplo, compartilham da ideia de que ambientes como a creche são espaços destinados as crianças que não tinham quem cuide em casa. Sendo assim, elas, estando em casa, não poderiam deixar as crianças nas mãos de quem não conhecem, de quem não é da *família*. Nesse sentido, a participação da família possibilitava que as crianças não frequentassem uma instituição escolar em tempo integral, inclusive essa era uma das motivações para a intensa participação da figura da avó aposentada nos cuidados.

As crianças, na maioria das vezes, têm seus genitores como responsáveis principais, mas o estudo me mostrou que, no seio familiar, todos têm alguma responsabilidade sob “a criança da família”. O que não é um fenômeno novo, exemplo disso são os relatos de memórias apresentados pelas avós e mães, nos quais elas me contaram sobre situações em que foram cuidadas/vigiadas por irmãos mais velhos ou ficaram sob a guarda de alguma tia, madrinha, figura feminina mais velha, principalmente,

“Eeee eu lembro do meu irmão mais velho brigar demais, demais mesmo comigo. Eu não podia fazer nada, ele já queria me bater, me castigar... E minha mãe não dizia muita coisa né? Porque ele era o irmão mais velho, ele também achava que estava nesse direito. Olha, sou revoltada com isso até hoje” (Artêmis (38), escuta presencial).

“Eu tinha uma tia que ficava olhando a gente, até os meus dez anos ela ajudava papai. Eu olhava os meus irmãos mais novos” (Dona Eva (53), via aplicativo *Meet*).

Os depoimentos ao longo da pesquisa mostram o reforço, dentro do núcleo familiar, da ideia de direcionar cuidados as crianças/adolescentes que são parentes com laços consanguíneos. Sendo assim, a moral familiar diz que todos os membros são responsáveis pelo bem-estar coletivo, pelos mais velhos e mais novos. Segundo Fonseca (2005, p. 52), os laços familiares são importantes e marcados “[...] pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuas”. Independente da geração ou fase da vida, crianças – adolescentes – adultos, todos os membros têm um nível de comprometimento, exemplo disso são os cuidados dos irmãos mais velhos com os mais novos ou das crianças com os idosos da família.

Indiscutivelmente, com o passar das gerações, há mudanças na forma de cuidar/criar as crianças e constantes transformações nas organizações familiares. Essas mudanças dentro da família, primeiro espaço de socialização, alteram a sociedade na qual vivemos. Considerando os processos pelo qual esse grupo tem vivido e, sobretudo, assumindo a multiplicidade dos arranjos familiares e configurações conjugais, concordo com as afirmações de Nogueira e Nogueira (2002, p. 17) de que “as famílias e os indivíduos não se reduzem à sua posição de classe [...]. Cada família, no entanto, e mais ainda, os indivíduos tomados separadamente, seriam o produto de múltiplas e, em parte, contraditórias influências sociais”. Sendo assim, esse cuidado mútuo expõe as diferenças geracionais e nos conduz à lógica de que se aprende sobre o cuidar quando se é cuidado e quando também cuida. Há uma preocupação da família com relação aos cuidados futuros, então se procura educar as crianças dando exemplo de cuidado no dia a dia, na expectativa que ela seja influenciada “Aqui, o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro.” (LECCARDI, 2005, p. 35).

Segundo Durkheim (1978) a família é um corpo social ligado pela solidariedade, é no espaço familiar que a criança começa a se socializar. Para Durkheim (1978, p.41) a geração mais velha é responsável pela educação dos mais novos; segundo o autor, é dever do Estado se responsabilizar pela educação das crianças. De acordo com Reis (2001, p.99), o ambiente familiar é imprescindível para a integração social da criança, “é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos

situarmos nele” De acordo com a autora, a família é a nossa primeira identidade social e sendo assim, as relações entre a criança e os adultos da família dizem muito sobre as novas interações familiares e sobre o comportamento e a identificação da própria criança com esse núcleo.

Com o início da pesquisa de campo pude perceber que a noção de família, por elas descritas, é bastante variada. O mesmo se aplica sobre a concepção de parentes. E antes que me pergunte, sim, ao serem questionados sobre o que é ser família, as respostas eram muito próximas a uma ideia do que eu mesma definiria como família, qual seja, nas palavras dos interlocutores,

“Minha família é muito grande: minha mãe, meu pai, meus padrinhos e Leandra [padrinhos, tios e a filha deles], vó Lúcia e vô Lúcio, Vó Lindalva... muita gente.” (Letícia (11), escuta presencial).

“[quem é a sua família?] Aqui em casa, é a minha casa. [como assim a casa?] Olhou em volta e fez sinal com as mãos de que a família era aquilo tudo” (Nayara (quatro anos e cinco meses), escuta presencial).

“Minha família é muito grande. Além da minha mãe e do meu pai tem vó, vô e Gerlane [tia], minhas tias, irmãs do meu pai e a minha vó [nome], meu avô [nome], minhas primas Ana, Carol, Flávia, Fernanda, é muita gente, não lembro de todo mundo, não” (Gabi (11), escuta presencial).

“Às vezes parece que todo mundo dessa cidade [Mari] é da minha família, eu ando com vó na rua e ela diz que não sei quem é meu parente, oxê!” (Gabi (11), escuta presencial).

“Provavelmente eu seria outra pessoa se não tivesse essa relação com minha família materna. A outra família [do genitor] pouco tenho contato, sempre tive muitas decepções. Então, assim, não é o sangue que faz a família [...] Minha relação com meu padrasto é muito mais familiar do que com o meu próprio pai” (Manuela (23), escuta via *Meet*).

Figura 15. Um céu sobre a família

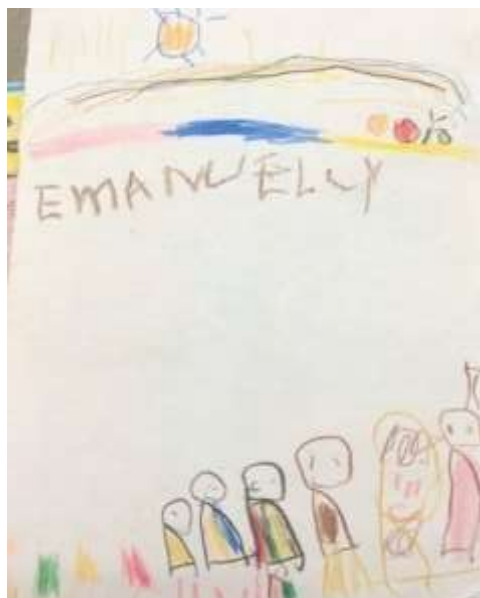


Figura 16. Família Rosa



Fonte³⁹: Autora, 2019

Fonte: Autora, 2019

Motta-Maués (2004) problematiza a circulação de crianças e a diversidade de arranjos familiares que a vida moderna gerou. No artigo *Na "casa da mãe"/na "casa do pai": Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças*, a autora apresenta a história de um menino “moderno” que por situações externas a sua vontade passa a conviver com os avós maternos, com os novos companheiros dos pais, com os tios e os primos. Motta-Maués conta a história de uma criança que cresce transitando em diversos ambientes e começa a considerar pessoas sem ligações consanguíneas como pertencentes a sua família. Me lembrou a trajetória de circulação de algumas crianças da minha pesquisa como Letícia (11), Elisa (quatro anos e nove meses) e o menino Jorge (três).

No meu campo de pesquisa, muitas vezes, a construção familiar é estabelecida através de relações de proximidade e afeto, evidenciando que, na definição das crianças do que seja família, os fatores consanguíneos somam-se a muitos outros, que descreverei durante a pesquisa. O relato das crianças sobre o que é “família” misturava-se às descrições sobre as relações de cuidado e participação dessas pessoas no dia a dia das crianças.

Para as crianças, era/são considerados membros da família aqueles que tinham algum tipo de proximidade, seja afetivamente ou economicamente e conviviam com relativa frequência. Gabi (11) por exemplo, falava constantemente da família grande que tinha e como eles sempre estavam se encontrando, fazendo festas e almoços juntos. A menina considerava as primas de segundo e terceiro grau como sendo próximas porque estava em constante contato, brincando e “vivendo” uma na casa da outra. As esposas dos tios e os maridos das tias também eram consideradas por ela como tios, além disso, dois deles também são padrinhos da menina, inclusive.

Entre as crianças e os netos adolescentes ficou claro que “família” era o nome dado a quem estava presente, eram as pessoas que, de algum modo, eram vistas no ciclo. O se fazer presente não era unilateral, a família era representada por aqueles que eles gostam, por aqueles adultos ou crianças que eles querem por perto. Isso ficou evidente nas falas de

³⁹Procurei fazer com as crianças do CREI desenhos livres e desenhos direcionados aos temas que íamos conversando ao longo do dia. Desenhamos as casas, as famílias, os avós, os amigos, os vizinhos. Nos desenhos, nem sempre apareciam apenas familiares consanguíneos. Imagens de outubro e novembro de 2019.

algumas crianças: elas esqueciam um ou outro familiar, mesmo que esse familiar, numa árvore genealógica, estivesse mais próximo dele do que uma prima de quarto grau, com a qual ele conversa e visita rotineiramente ou, até mesmo um parente que mora na mesma casa da criança. É válido lembrar que as crianças também apresentaram como familiares os vizinhos, as madrinhas não aparentadas, madrinhas de fogueira⁴⁰, alguns colegas que foram criados como “irmãos” e tantos outros sujeitos, não são apenas familiares, e essa observação também foi feita por Cláudia Fonseca entre as famílias que ela investigou nas vilas de Porto Alegre.

Entre as avós, também encontrei relatos e depoimentos sobre a inclusão de amigos e/ou parentes distantes considerados “famílias”. Um dos casos é o de Dona Eva (53) que têm por neta a enteada do seu filho, enquanto, com a neta consanguínea, não há convivência e, segundo ela “A mãe não deixa ela [neta consanguínea] vir aqui em casa, o pai não faz questão, então eu me aproximei dessa que está na minha casa, mesmo não sendo a avó dela”.

Vivendo em um mesmo espaço e compartilhando as experiências que são importantes para os familiares, é comum que cada membro participe ativamente da formação do outro, o que se intensifica nas díades avós-neto (a), tios (as)-sobrinhos (as) e demais parentes, uma relação que se constitui no seio familiar. Mas o que é família afinal? O que as crianças dizem sobre o ser família? Como podemos defini-la nos dias de hoje?

Não posso simplesmente partir da ideia moderna de família como a união afetiva e sexual entre um casal heterossexual e sua prole, uma vez que essa não me parece ilustrar a realidade que encontrei em campo. É preciso compreender como as crianças pensam a família, principalmente porque observei o cuidado delas no cerne familiar e a valorização que elas dão aos sujeitos que, de fato, participam de suas vidas.

De acordo com a literatura especializada hoje, além da família nuclear, temos a família extensa (SAMARA, 2002), composta por pais, avós, tios, primos e etc. todos coabitando no mesmo espaço; família recomposta, que seria caracterizada pela união de casais que já tem filhos de outros relacionamentos e acabam casando e tendo filhos consanguíneos em conjunto; Família monoparental (SANTANA, 2014), quando apenas o pai ou a mãe é o chefe da família; Família homoparental (PASSOS, 2005), representada por famílias de pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos; Famílias comunitárias, quando

⁴⁰ O batismo de/em fogueira é um ritual típico na Paraíba e outros Estados do Nordeste. Trata-se de alguns dizeres trocados entre padrinhos e apadrinhados, em volta das fogueiras acesas durante os festejos juninos.

pessoas, parentes consanguíneos ou não, coabitam compartilhando as despesas econômicas e os cuidados com as crianças, embora nenhuma das famílias trabalhadas lance mão desses conceitos para falar de si próprio.

Apesar de todas essas mudanças na configuração familiar- a qual não se resume apenas à mãe, pai e filhos-, é interessante notar que as discussões sobre o processo de relação entre gerações, já exploradas nos meios acadêmicos, a exemplos de Mannheim (1928), Castro (2013) e Bauman (2007), tiveram pouca receptividade nas relações entre adultos e crianças, considerando relações familiares e de cuidado, salvo pesquisas sobre circulação de crianças, algumas já citadas aqui, que fazem um paralelo entre essa prática brasileira e a repetição ao longo das gerações subsequentes.

Ainda entre as famílias temos o exemplo da Família de Dona Lúcia (62), a primeira neta, Letícia (11), nasceu quando o filho mais novo acabara de chegar aos 20 anos e tanto ele, quanto a esposa, estavam começando a vida profissional e sem renda suficiente para arcar com as despesas de uma casa. Desta forma, a menina cresceu coabitando em um terreno que dispunha de uma casa grande e dois pequenos quartos-sala no fundo do quintal. Essas “três” casas eram distribuídas da seguinte forma: a casa principal era habitada pela avó e pelo avô, a segunda pela tia e seu marido e a terceira pela menina e os seus pais, todas ligadas pelo quintal. Os tios foram tomados por padrinhos da menina e por vezes se responsabilizaram por questões educacionais e financeiras ligadas a ela; a avó e o avô também dispunham dessa responsabilidade, tornando a menina, desde o nascimento, a criança da família,

“Eu não tinha paciência em ver muita coisa, eu ia ficar esperando a mãe lembrar? Sabendo que ela trabalhava o dia todo? E o pai, que é o meu irmão, só a misericórdia! Então o que eu podia, eu fazia. Sempre avisando a mãe, mesmo assim, vez ou outra tinha uma coisinha [desentendimento]” (Tia e madrinha Lúcia (32), escuta presencial).

“No início tivemos muitos problemas, eu não concordava com Dona Lúcia, pois ela estava sempre em defesa do filho e eu estava naquela preocupação de uma gravidez aos 19 anos e as raivas que ele fazia na época. Hoje as coisas estão bem melhores e eu reconheço que ela me ajudou muito” (Mãe de Letícia (30), escuta presencial).

“Sempre cuidamos de Letícia, para onde íamos, levávamos ela; praia, festinha de aniversário, eventos da escola, tudo que você possa imaginar. Na nossa feira sempre tinha as coisinhas para ela. Festa de aniversário? Fazíamos também! Aliás, ainda fazemos e participamos da vida dela” (Tio e padrinho Lúcio (41), escuta presencial).

Quando há um entendimento entre os adultos sobre a necessidade de cuidar da criança, como podemos acompanhar nas duas famílias, ao que parece, a discussão vai além daquela pautada em quem faz o que e quem tem a obrigação com o que, ainda que esse seja o primeiro argumento utilizado nos momentos de desentendimento.

Nas famílias ouvidas, a discussão fica entre o que precisa ser feito, quem está disponível no momento e a obrigatoriedade do fazer, o que não significa que esse exercício seja harmônico e livre de impasses. Percebi, no discurso do tio e padrinho Lúcio (41), certo ar de denúncia de sobrecarga e até queixas sobre a realização de tarefas que entende que vão além do seu papel enquanto tio e padrinho. O cuidar partido da avó também entra em disputa com as decisões tomadas pelos pais o que gera problemas em todo o ciclo. Na família de Dona Lúcia (62) esses desentendimentos aparecem, com recorrência, no discurso de todos os membros,

“Quando ela (Letícia) era bem bebezinha, eu segurava ela no peito da mãe para que pudesse mamar, eu acordava da minha casa ouvindo o choro da menina. Dei muito banho, comida, participei de tudo porque precisava e ela estava sempre conosco. [...] A mãe sempre trabalhou muito, mainha ficava quando eu estava trabalhando e assim foi: Mainha, Lúcio, a outra avó e eu.” (Tia e madrinha Lígia (33), escuta presencial).

A mãe de Letícia (11) também não esconde as dificuldades de relacionamento que teve com a avó paterna da menina. Há de salientar que Dona Lúcia (62) é a avó paterna, portanto é parte de um pequeno grupo ouvido aqui, composto principalmente por avós maternas. Inclusive, desavenças entre a mãe de Letícia (11) com alguns familiares reverberam até os dias atuais, resultando em *intrigas*⁴¹ que têm a mesma idade da menina.

Ainda que eu não aprofunde a discussão, essa ideia da “criança da família” promove desavenças entre o grupo familiar, questões que vão desde o comprometimento com a criança até disputa de autoridade sob decisões que envolvem os infantes. Foi possível ver conflitos dessas naturezas nas famílias de Dona Eva (53) e Dona Lúcia (62).

Isto posto, é evidente que os adultos desta pesquisa conheciam e se comprometiam com as crianças da família, caso contrário, o rumo da investigação seria outro. Eu falo e analiso parentes que assumiram esse papel, mas há muitas realidades diferentes e quem sabe, seja pauta de uma próxima pesquisa.

⁴¹ Intriga pode ser entendido como o rompimento das relações familiares e sociais entre pessoas. A mãe de Letícia e outra familiar estão “intrigadas” ou seja, não se falam.

Essas famílias viam os infantes como sendo *da família*. As crianças, por outro lado, pareciam responder contrariamente a essa ideia dos adultos, pois, consideravam família, em grande parte, aqueles que tinham alguma relação direta com elas. Sendo assim, as crianças são da família que elas reconhecem como *família*. Entende-se que a relação de pertencimento familiar é construída, sobretudo, a partir das vivências.

Essas crianças estão *entre*⁴² adultos que cuidam delas de formas diferentes e com visões de infância e cuidados diferentes, há desavenças e impasses. No próximo subcapítulo discutirei sobre a questão das gerações.

2.3 Gerações: Teorias e Discussões

O conceito de geração vem sendo utilizado de diversas formas e por várias áreas do conhecimento, desde explicar conflitos entre grupos etários distintos, até mudanças culturais que atingem comportamento, alimentação, arte, dentre outros. “A geração, em um sentido amplo, representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo. Daí o sentido dinâmico ou instável e plural que essa condição, de saída, representa” (BRITTO DA MOTTA, 2010 p. 226),

O sentido mais plenamente sociológico, ou macrosociológico – geração, propriamente dita – designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal. (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 226).

No âmbito da sociologia, nós temos a visão positivista de Comte e de Dilthey com sua perspectiva histórico-romântica, que foram influência direta para os escritos de Mannheim sobre geração. Minha reflexão sobre geração nesse trabalho parte das concepções de geração defendidas por Dilthey e Mannheim, sem desconsiderar autores que falam de geração na perspectiva dos Estudos da Infância, a exemplo de Sarmiento (2005), Qvortrup (2010) e Mayall (2002), autores que também utilizei ao longo das minhas pesquisas. Dilthey defende que as experiências históricas delimitam o pertencimento a uma geração, porque se fundam na existência humana. A perspectiva do autor só é compreensível se tivermos em mente a interpretação ampla que ele atribuiu à

⁴² No meio deles, entre as rotinas, as conversas, a vida.

temporalidade (FEIXA E LECCARDI, 2010, p.188). De acordo com Feixa e Leccardi (2010),

Ele opôs o tempo humano – concreto e contínuo – ao tempo abstrato e descontínuo da natureza. A continuidade do padrão provém da capacidade da mente humana – ao contrário da qualidade do tempo que a natureza possui – de transcender o tempo percorrido e construir acontecimentos individuais dentro de um todo homogêneo e coerente. (FEIXA E LECCARDI, 2010, p.189).

Quando analiso a relação contínua de avós e netos estou analisando um tempo e uma conexão íntima, construída a partir das particularidades de determinado grupo, baseado em experiências próprias. Sendo assim, falo de pessoas que estão em idades diferentes, mas que partilham de muitas experiências sociais e históricas. Claro que os níveis de percepção dos acontecimentos são diferentes, mas eles vivenciam experiências comuns. Nesta perspectiva, o que mais importa é a qualidade dos vínculos que os indivíduos das gerações mantêm em conjunto (FEIXA E LECCARDI, 2010, p. 189).

O conceito de geração descrito por Mannheim também é considerado neste estudo; suas colocações apontam a geração como caminho para o entendimento das mudanças sociais, as quais, inegavelmente, contribuem para a aproximação das avós-avós, avós-netos e netos-netos das quais falo neste trabalho. Portanto, para Mannheim, a geração não é formada pela data de nascimento comum – a “demarcação geracional” é algo “apenas potencial” (MANNHEIM, 1952), geração é “sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes” (BOURDIEU, 1983, p.7).

Mannheim (1964,p. 529)⁴³ em *O Problema das gerações* apresenta algumas definições para geração; entre elas está que "a conexão geracional [...] não é outra coisa senão uma modalidade específica da mesma posição dada pela proximidade do ano de nascimento no âmbito histórico-social". Karl Mannheim descreve que pessoas que fazem parte da mesma geração, são pessoas que viveram os mesmos fenômenos sociais, culturais e históricos, as quais compartilham experiências igualmente significativas durante o mesmo período de tempo. Segundo o autor, também é importante considerar que todas as pessoas convivem com pessoas ao mesmo tempo e com diferentes idades, embora, para cada uma o mesmo tempo seja um tempo diferente (MANNHEIM, 1952). É importante lembrar que Mannheim chama a atenção para o fato de que o pertencimento a uma geração

⁴³Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200002 acesso em 12/10/2019.

não pode ser deduzido imediatamente das estruturas biológicas, concluindo que o problema sociológico do conceito surge quando ele ganha relevância, “a situação de classe e a situação geracional apresentam aspectos similares devido à posição específica ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico.” (WELLER, 2010, p. 211),

De acordo com Mannheim, não basta haver nascido em uma mesma época, ser jovem, adulto ou velho nesse período. O que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. Poderíamos argumentar que os modernos meios de comunicação ampliaram as possibilidades de participação de jovens residentes em continentes distintos, em um conjunto de acontecimentos e experiências semelhantes colocando-os em uma mesma posição geracional. No entanto, a identificação geracional comum implica em formas semelhantes de ordenação e estratificação dessas experiências. (WELLER, 2010 p. 212-213).

Considero que as relações geracionais também envolvem grupos de indivíduos que partilham das mesmas experiências sociais e culturais: independente do recorte etário atingir a fase da infância e adolescência ou adolescência e adultez, acredito que crianças e adolescentes possam compartilhar experiências de uma mesma geração, ainda que não estejam na mesma fase biológica; é possível ter experiências juntos, mesmo que venham dar significados diferentes a essas vivências,

Mannheim [...] define geração em vários momentos e etapas de desenvolvimento do seu texto na Sociologia do conhecimento, sempre acentuando seu sentido histórico [...] Na sociedade longeva que vem se constituindo nas últimas décadas – quando, cada vez mais frequentemente, coexistem quatro e até cinco gerações na mesma família, pois, desse ponto de vista, as gerações quase não se substituem, se sucedem (Attias-Donfut, 1993) –, a reflexão de Mannheim constitui-se em importante ponto de partida analítico e inspiração para a pesquisa”. (BRITTO DA MOTTA, 2010 p. 229-231).

Ao conversar com avós e netos, ao vê-los no contexto doméstico, observei situações que mostravam o compartilhamento de experiências entre eles. Dona Inácia (60), por exemplo, aprendeu a fazer vídeo chamada por causa das aulas online do neto. Ela não gosta de “filmar e falar” ao mesmo tempo, tanto que optou por conversar comigo via áudios, mas sabia fazer e acompanhava as aulas do neto. Ela também sabia muitas coreografias e músicas do *TikTok*⁴⁴ e falou que até gostava “da presepada”, inclusive ela

⁴⁴O *TikTok* é um popular aplicativo de vídeos curtos, disponível para celulares Android e iPhone (iOS). Fenômeno principalmente entre os jovens, foi o app mais baixado no mundo em 2020. No *tiktok* é possível

brincava com a possibilidade de fazer sucesso na rede e ganhar dinheiro “*igual um monte de velha que estão é ricas! Você viu a mãe do Carlinhos Maia?*”, querendo saber se eu também conhecia algumas figuras famosas do *Instagram*.

Na outra ponta, temos o exemplo da bisneta de Dona Neide (87), Nayara (quatro anos e cinco meses). A menina cresceu ao lado da avó que, com avançada idade e muitas limitações de saúde, passava a maior parte do dia sentada, às vezes na cozinha, às vezes na sala. Onde ela estivesse também colocavam a criança, a ideia é que pelo menos a avó poderia “olhar” enquanto ela brincava. Nessa rotina do dia a dia, Nayara (quatro anos e cinco meses) aprendeu muitas cantigas do tempo da bisá e a bisá, sem muito esforço, já gostava de assistir um canal infantil no *Youtube* chamado Maria Clara e JP, além de ser uma fã de carteirinha das novelas infantis. Como nem tudo são flores, Dona Neide (87) dizia não aceitar essa “*modernidade de deixar menino fazer o que quer*” porque “*desse tamanho já não obedecem e querem fazer o que quiser*”.

A ideia que se faz dos estudos das gerações é que eles se destinam a descrever mudanças históricas, culturais e particularidades de grupos, rotineiramente buscando características próximas e colocando grupos em caixinhas: “*Grupo A tem características do tempo A, Grupo X tem características do tempo X*”. Contudo, acredito eu que o estudo das gerações é algo muito mais voltado para entender como as interferências exteriores/anteriores interferem na geração ou como as gerações atuais ressignificam a cultura, as tradições, a sociedade. Afinal, as culturas vão sendo passadas ou deixadas de lado e o estudo das gerações nos mostra que os comportamentos, gostos, culturas, ideias, sujeitos não são estáticos, estão em constante processo de transformação.

As gerações vivem um contínuo processo de construção e desconstrução, proporcionando que várias vivam simultaneamente em contato. Castro (2013, p. 21), citando as contribuições de Alanen e Prout, destaca que, segundo esses autores, “de diferentes maneiras, as diferenças entre crianças e adultos, se tornaram essencializadas e naturalizadas no curso da consolidação de uma visão de aperfeiçoamento sobre a natureza humana, devem ser desconstruídas”.

Tratando-se de reconstruir o conceito de “geração” para/nos estudos da Sociologia da Infância, Sarmiento (2005) propõe uma relação integradora entre as perceptivas estruturais e interacionistas,

[...] julgamos ser possível a reconstrução do conceito de “geração”, considerando, para além das suas dimensões externas e internas e de variável independente ou dependente, os elementos sincrônicos e diacrônicos presentes na respectiva construção social. O objetivo é “historicizar o conceito de geração, sem perder de vista as dimensões estruturais e interacionais.” (SARMENTO, 2005, p.365).

A relação das crianças com seus pares, com outras gerações e com adultos, sejam parentes ou não, contribui para que esses atores sociais compreendam as regras sociais e a cultura da sociedade em que estão inseridos. Esse contato possibilita que as crianças ressignifiquem o que lhes é apresentado.

Para Barros (1989), a transmissão de valores e costumes para as gerações seguintes são um dos principais mecanismos de manutenção da representação familiar e os avós são figuras importantes desse processo,

A transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e, ao mesmo tempo, o veículo da preservação dos valores familiares. Em torno dessa ideia de transmissão de valores, está presente a noção de um tempo que se repete, de um tempo cíclico. (BARROS, 1989, p. 36).

Para falar das relações sociais entre crianças e adultos é impreterível que se discuta sobre as questões geracionais. Dirceu Nogueira Magalhães (2000) enxerga as gerações muito além de cortes demográficos. Para ele, as gerações envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre vizinhos, amigos e colegas de trabalho, envolve grupos culturais, esportes, enfim, implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, ideais, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. Comporta todos os aspectos da vida humana, ou seja, a interação das crianças com adultos, com costumes advindos de outras gerações tende a interferir na infância vivida.

Na perspectiva de Sarmiento (2005), geração pode ser entendida como um constructo sociológico com o objetivo de abarcar as interações sociais no plano sincrônico e diacrônico, ou seja, a geração-grupo de idade, isto é, as relações estruturais e simbólicas dos atores sociais de uma classe etária definida e a geração-grupo de um tempo histórico definido, respectivamente (SARMENTO, 2005, p.367).

De acordo com Corsaro (2011), as relações sociais coletivas envolvidas no universo das culturas infantis são fundamentais- como as crianças se organizam,

comunicam e criam cultura entre elas e com os adultos- e o conceito de *Reprodução Interpretativa* de Corsaro é fundamental para entendermos isso. Segundo Corsaro (2011 p.31), as relações infantis não podem ser compreendidas pelo termo sociológico de socialização. Para o autor, o termo socialização traz uma conotação individual e reforça a ideia da criança enquanto um sujeito num processo preparatório para a vida adulta.

Corsaro (2011) defende que o conceito de Reprodução Interpretativa compreende a relação das crianças com o todo,

O termo ‘interpretativo’ abrange os aspectos inovadores e criativos da participação da criança na sociedade [...] o termo reprodução inclui a ideia de que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudanças culturais. O termo também sugere que as crianças estão, por sua própria participação na sociedade, restritas pela estrutura social existente e pela reprodução social. (CORSARO, 2011, p.31).

As crianças são pertencentes a uma geração dentro de um percurso de vida, cuja infância vivida pode se mostrar diversificada pelos modos de viver dentro da comunidade e dentro das suas relações inter e intrageracionais no contexto da instituição. Cada criança vivencia uma infância única, com suas particularidades e características próprias “a infância é um construto cultural sendo a sua vivência determinada por diferentes fatores que sofrem alterações de lugar para lugar” (SOUSA, 2012, p.5).

As considerações sobre geração feitas aqui pontuam observações importantes sobre o meu campo e os sujeitos, sobretudo com relação às articulações feitas por esses frente às diferenças que levam a conflitos. A construção da relação entre avós e netos, além dos laços afetivos e de cuidado, é marcada pelas questões geracionais e como elas denunciam “acordos” e “concessões” para que as diferenças entre as gerações não representem apenas negatividade. A geração anterior está presente, de algum modo, na geração atual e isso pode ser visto inclusive na descrição de família e cuidado feita pelas crianças.

Com a certeza de que as entrevistas individuais são indispensáveis e interessantes, mas consciente de que meu objeto de estudo pede uma atenção para toda a família, procurei, assim que a proliferação do corona vírus diminuiu, visitar a casa das famílias e conversar com os membros reunidos. Acompanhei um movimento muito interessante: a complementação de memórias e a reafirmação das noções de cuidado construídas entre eles, que veremos a seguir.

2.4 Em Campo: Observações a Partir dos Encontros com as Famílias Reunidas

Figura 17. Presenças



Fonte: Autora, 2022.

Ao longo do trabalho de campo a pandemia oscilou entre momentos de maior ou menor taxa de contaminação. Assim, em algumas situações pontuais consegui encontrar as famílias presencialmente e de forma coletiva. A dinâmica era basicamente uma conversa distanciada, eu ficava na calçada nos primeiros encontros, na frente das casas ou nos terraços, de máscara e com o gravador do celular entre nós para facilitar a captura do diálogo. Nesse momento consegui visitar duas famílias de João Pessoa-PB e outra de Mari-PB. Com o avanço da vacinação, recebi o convite de ir à casa de outras quatro famílias.

Os encontros presenciais não passaram de 12 e nessas oportunidades fiquei uma tarde ou uma manhã conversando com as colaboradoras sobre temas variados. Meu objetivo era voltar a assuntos que já tínhamos conversado por celular ou vídeo chamada, só que agora em busca de aprofundar as respostas e com a presença de outras pessoas que também participaram do estudo. Conversei com mães, avós, pais, tias e crianças juntas, em momentos que mais pareciam reunião de família do que entrevista para pesquisa. Que bom! Essas oportunidades serviram para complementar as informações embora, em todas elas, surgissem dados novos; a mãe complementou a história da avó, a neta lembrou-se de

um momento especial, a criança solicitou o colo do pai após a mãe reclamar por uma birra, a neta mais velha disse ter tido uma relação com a avó diferente da mais nova... Foram momentos para me lembrar da riqueza do trabalho de campo presencial e que a escuta da família tende a trazer novas perspectivas e olhares sobre um mesmo tema.

Vi, nesses encontros, efetivamente, as relações entre as crianças e os adultos nos espaços domésticos, ouvi sobre os ciclos de cuidado de forma colaborativa (a partir das lembranças contadas), vi, na prática, os cuidados das avós com os netos e dos netos com as avós. Além disso, pude ouvir sobre os conflitos e memórias “ruins” que foram deixadas de lado durante as conversas virtuais.

Já na reta final de escrita da tese, consegui realizar mais alguns encontros. Esses últimos foram menos formais, com cafezinho e bolo, conversando e celebrando o sucesso da vacinação, que a partir de 2022 permitiu que estivéssemos reunidos sem tanto medo.

2.4.1 Na casa de Dona Afrodite (66) e na casa da filha Artêmis (38)

Assim que a pandemia da Covid-19 diminuiu de intensidade, começamos a cogitar um encontro presencial. Tanto Dona Afrodite (66), quanto à filha Artêmis (38) me fizeram o convite para tomar um café com bolo e dar continuidade à pesquisa presencial, o que também possibilitaria uma conversa com as crianças. Foi durante as conversas virtuais com essa família, especificamente, que percebi a necessidade de reuni-los e ouvir sobre as relações construídas a partir da visão coletiva. Não organizei algo como um grupo focal com eles, foram encontros mesmo, sem perguntas estruturadas e indagações iguais para todos os membros.

A primeira visita foi à casa de Artêmis (38) e, na ocasião, Dona Afrodite (66) não estava presente. Essa visita foi na casa da filha por questão de segurança, preferi não começar pela casa dos mais idosos antes que eles tivessem tomado, pelo menos, duas doses da vacina. Minha preocupação em não oferecer risco a eles me fez adiar esse encontro presencial por um tempo, já que uns dois meses antes, a flexibilização dos encontros aumentava.

Um tempo depois desse primeiro momento,consegui marcar uma visita à casa de Dona Afrodite (66), encontro que também rendeu uma tarde/noite de conversa. Nessa ida até a casa dessa senhora, tive a oportunidade de encontrar também sua filha, os dois netos e seu esposo.

Cheguei à casa de Artêmis (38) no início de uma tarde ensolarada de fevereiro. A residência fica na cidade de João Pessoa-PB, em uma região com aspectos rurais; entre a praia, um braço de rio e uma Avenida bem conhecida da cidade. Uma mistura do rural com o urbano. A casa, que ainda está em fase de construção, é erguida, literalmente, por Artêmis (38) e seu marido, que montam as ideias estruturais e colocam a mão na massa na hora de construir. A residência é grande, confortável, arejada e com um jardim em construção logo na entrada do imóvel. Chegando lá estavam seu filho Augusto (12), sua filha Atena (um ano e cinco meses na época de início da pesquisa) e os bichos de estimação, uma gata e um cachorro. No início da noite o marido Apolo (41) chegou do trabalho e se juntou ao grupo.

É válido dizer que Artêmis (38) é a filha do meio de Dona Afrodite (66), é funcionária pública concursada, possui formação em nível de pós-graduação, é pesquisadora atuante, envolvida em projetos sociais e grupos de arte e dança. Casada, mora com o marido Apolo (41) há sete anos em João Pessoa e já passou por alguns bairros da cidade. Devido à profissão do pai dela, militar, viajou muito em sua infância e adolescência; antes de chegar à Paraíba morou em diversas cidades e três Estados.

Nós nos sentamos em frente à porta de entrada da sua casa, sentei-me na calçada alta que divide o espaço entre a fachada da casa e o seu interior; esse movimento de sentar na calçada me lembrou as pesquisas realizadas em Mari-PB (CAVALCANTE, 2018) onde as calçadas se tornaram um espaço importante de escuta. Artêmis (38) sentou em um banquinho ao meu lado e Atena (um ano e cinco meses) se aconchegou no colo da mãe, solicitando sua atenção com recorrência e mostrando desconfiança com relação à minha estadia em sua casa. A menina recusou interação comigo e a mãe afirmava que a “desconfiança com as pessoas” é um traço característico da personalidade da menina. Durante nossa conversa Atena (um ano e cinco meses) sempre esteve no meio, fazendo intervenções quando precisava de um pouco de atenção, de um novo desenho ou algum brinquedo; a menina estava sempre preocupada com minha aproximação com relação à mãe ou com ela. O filho Augusto (12) também participou do encontro, ele ficou próximo, atendendo a demanda da irmã para que a mãe conseguisse conversar comigo. O menino estava ali ao lado dando assistência a irmã, *olhando-a*.

Enquanto tentava conversar comigo, Artêmis indagou: Tá vendo? É sempre assim, ela fica em cima de mim o dia todo. É um grude, acho que a pandemia ajudou. Às vezes ela fica um tempinho assistindo Pocoyo, eu peço para Augusto

ficar olhando ela, porque se não, não faço nada. A Atena é muito desconfiada, Mohana, ela tem uns estresses dela que eu não tenho paciência, só a minha mãe que tem um jeitinho com essa nesses momentos. Minha mãe entende Atena e isso você anota, ela só troca o meu braço pelo dela [a trilha sonora da nossa conversa foi O mundo Bitá e Pocoyo, desenhos animados]. (Descrição de situação de campo).

Artêmis (38) teve o primeiro filho enquanto morava na cidade de Curitiba-PR, na época ela já trabalhava como professora da educação infantil, o marido também trabalhava e sua mãe ainda não havia se aposentado. Nesse contexto, Augusto (12) foi matriculado em um berçário, primeiro no berçário onde a avó Afrodite (66) trabalhava como coordenadora, mesmo que a avó não cuidasse diretamente do neto, a presença dela na instituição influenciou na escolha de Artêmis (38), afinal ela estaria perto, *olhando*. Contudo, após um tempo do menino no berçário e a observação das atividades realizadas com as crianças, Artêmis (38) voltou atrás na escolha. Por não concordar com a conduta do espaço, ter receio quanto às ações desenvolvidas e outros posicionamentos preferiu transferir o menino para outra instituição. Para a família de Dona Afrodite (66) e Artêmis (38), o berçário foi a opção/solução quando não houve a possibilidade dos familiares cuidarem do menino. Quando nasceu Atena (um ano e cinco meses) já que o cenário era outro, a ida da filha mais nova para um berçário não foi necessária.

Segundo Artêmis (38), a mãe [Afrodite] começou a pegar [cuidar/ficar/olhar] o menino para passeios, viagens e ficar na casa dela quando ele tinha por volta de um ano e seis meses. *“Ao fazer uma viagem e levar Augusto, os avós gostaram da experiência, não tiveram tanto trabalho e isso foi se repetindo por mais vezes”* disse ela. Tanto os pais quanto os avós relatavam o quanto era fácil e tranquilo cuidar de Augusto (12), uma vez que de tão calmo, o trabalho que ele dava era justamente por causa da passividade e falta de entrosamento com outras crianças,

“Ele é apaixonado pela minha mãe, ele é muito companheiro dela: assiste novela junto, televisão, sai com ela, topa tudo mesmo! Não sei se outras crianças nessa idade têm essa disposição toda de ficar com a avó, ser amigo da avó. Ela também faz tudo que ele gosta quando estão juntos, todos os lanches, doces, a comida preferida. A relação maior é com ela mesmo, mais do que com meu pai. Toda vez que vamos para lá almoçar no domingo temos que comer macarrão com galinha e batata porque ela cismou que ele ama comer isso” (Artêmis (38), escuta presencial).

Quando seus pais se aposentaram e vieram morar na Paraíba, Artêmis (38) resolveu sair de Curitiba-PR e tentar a vida em João Pessoa. Ela passou em um concurso na capital

paraibana e se mudou para a cidade com toda a família. E foi nessa fase que ela diz que a relação entre o filho mais velho e a avó foi intensificada.

A aposentadoria marca a intensificação da participação das avós na vida dos netos, no grupo estudado. A maioria das avós estão aposentadas e o cuidar dos netos começou logo após o fim da vida profissional remunerada. Esse caso se repete na família de Dona Neide (87), Dona Duta (86) e Dona Lúcia (62). Entre aquelas que ainda estão trabalhando, como Dona Inácia (60) e Dona Eva (53), elas estão em empregos informais e por isso conseguem conciliar atividade remunerada, o trabalho doméstico e os cuidados com os netos.

Segundo Artêmis (38), a relação do filho com a avó é harmoniosa, de cuidado e amor mútuo. Contudo, ela diz que essa relação de Dona Afrodite (66) com seus filhos a surpreende até hoje, porque a mãe sempre disse que não tomaria conta dos netos e não teve essa convivência (relacionada ao cuidado) com os netos mais velhos, filhos do seu irmão mais velho, embora isso possa ser justificado pela distância física entre eles, já que o irmão mora em um Estado vizinho.

Artêmis (38) diz, inclusive, que nos primeiros anos de Augusto (12), a mãe não ficava com a criança da mesma forma que fica hoje com Atena (um ano e cinco meses), de quem toma conta desde bebê para que a filha pudesse trabalhar e estudar. Mas é importante dizer que Atena (um ano e cinco meses) nasceu quando a avó e o avô já estavam aposentados e já tinham passado a cuidar de Augusto (12) durante o dia.

Os netos mais velhos de Dona Afrodite (66) são filhos do filho mais velho, que tem uma diferença etária de apenas 15 anos da mãe. Morando em um Estado vizinho, o filho é descrito por ela como uma espécie de irmão mais velho, a quem ela recorre em momentos de desabafo. A relação de Dona Afrodite (66) com esse filho foi pauta em muitos dos nossos encontros, ao lembrar da relação que ela tinha com a própria avó. Ela contava sobre a parceria estabelecida com o filho-irmão, Dona Afrodite (66) diz ter crescido junto com o filho.

É possível que a diferença de relações entre ela e os outros netos, filhos dos filhos homens, tenha acontecido também por questões de gênero. Augusto (12) e Atena (um ano e cinco meses) são filhos da filha, da linhagem feminina e, como vimos anteriormente, é mais comum o suporte da avó materna. A aproximação da avó materna tende a ser maior, a mãe da criança tende a manter a mãe, quando há vínculo, próxima dos filhos. Podemos observar esse fenômeno na pesquisa anterior (CAVALCANTE, 2018).

Minha conversa com Artêmis (38) entrou tarde afora e fiquei na sua casa até o anoitecer. Nesse meio tempo, seu marido chegou do trabalho e se juntou a nós para a conversa, ele chegou trazendo seu ponto de vista da relação dos filhos com os avós, além de falar da sua infância, das suas lembranças e dos ensinamentos que considera ter trazido dessa época para o trato com os filhos.

Apolo (41), marido de Artêmis (38), trabalhou por muitos anos na construção civil e agora é encarregado em uma empresa de internet. Ele não tem o mesmo nível de formação acadêmica da esposa, cresceu em um lar conturbado na periferia de Curitiba-PR e carrega muitas lembranças difíceis da infância, como relatou. A relação dele com as próprias avós também foi tema de conversa.

Quando Apolo (41) se juntou a nós, na sala, expliquei um pouco sobre o que estava pesquisado e qual era a minha intenção com a visita. Sentamo-nos a mesa para um café e a conversa continuou: Artêmis (38), Apolo (41), eu e a presença de Augusto (12) e Atena (um ano e cinco meses), que estavam atentos aos assuntos. Conversamos sobre a influência da infância deles na criação dos filhos,

“Se eu for comparar a minha infância com a dos meninos, olha... a minha foi bem doida. Eu tive uma infância muito difícil, meus irmãos e eu catamos papelão por um bom tempo. Com cinco anos eu já ficava sozinho em casa. Nossa casa ficava na beira de um rio que dividia a favela imensa onde morávamos e a parte dos ricos. Tive um pai muito violento em casa, ele espancava minha mãe, mas não batia nos filhos. Já minha mãe nos batia muito, espancava meus irmãos e eu. Então eu tenho isso de trazer o discurso de bater, mas eu me controlo, até eu bater demora, a Artêmis está atenta a isso, acho que Augusto só apanhou uma vez na vida” (Apolo (41), escuta presencial).

“Outra coisa é a questão do alimento, nós tivemos muita dificuldade com essa questão na infância. Meu primeiro iogurte foi tirado do rio sujo que passava na frente da minha casa, aqueles descartados pelos supermercados, vencidos que eles não podem dar ou vender. Eu comia a sobra do biscoito recheado que minha mãe trazia das casas de família que ela trabalhava. Sabe aqueles meninos que comem só o recheio? Pronto, minha mãe trazia as bolachas com as marcas dos dentes... Então, isso daí, estragar a comida? Não aceito” (Apolo (41), escuta presencial).

“Tudo que é coisa que tem na geladeira ele come, nem olha a validade. Já chegou a comer pão mofado, Mohana! Ele nem olha, sai pegando e comendo” (Artêmis (38), escuta presencial).

“E nem olho mesmo (risos) [...] Muita coisa eu não quero que eles cheguem a fazer porque eu não sei qual seria a minha reação. Fui criado na violência então a luta é para educar fora disso. O desafio de cuidar de outro jeito entendeu?” (Apolo (41), escuta presencial).

Vejam como as questões que marcaram as infâncias dos pais modifica a forma como olham para a infância dos filhos, Apolo (41), por exemplo, diferencia uma infância da outra considerando as ausências e dificuldades. O pai falou muitas vezes o quão privilegiado seus filhos são, já que têm acesso a alimento, cultura e saúde. Tive um segundo encontro com Apolo (41) e ele tornou a mencionar essa vivência da infância como um marco que divide quem ele é e quem os filhos serão, segundo ele, foi a infância difícil que o formou tal como é.

Os resultados daquele papo em grupo foram o impulso que faltava para tentar reunir outras famílias em encontros conjuntos. Os pais de Augusto (12) e Atena (um ano e cinco meses) começaram a falar sobre as infâncias, as relações com os pais e com os avós,

“A mãe do meu pai morou conosco por um tempo e eu tenho péssimas lembranças disso. Minha avó, que eu não chamo de avó, me maltratava demais, ela judiava, fazia as coisas e dizia que tinha sido eu, dizia que não gostava de mim. Chegou ao ponto que eu fiz uma carta questionando o porquê daquilo tudo e entreguei a ela, eu queria entender o porquê dos maus tratos” (Artêmis (38), escuta presencial).

“Augusto é uma criança calma e educada e as pessoas acham que foi assim, do nada, que nasceu assim! Mas não, é um trabalho de educar e de fazer diferente. Eu sei o quanto o discurso de ódio e a violência podem prejudicar, nenhuma criança deve ouvir e ver essas coisas. Eu ficava em choque com a mãe do meu pai dizendo que eu não servia para nada, os irmãos dizendo que eu era chata, lesa, mole, então aquilo me machucava demais... Eu cresci com isso e para tirar isso só terapia e muitos banhos [limpezas do candomblé]” (Artêmis (38), escuta presencial).

Para Artêmis (38), essa experiência com uma avó amorosa nunca existiu. Ela não teve uma boa convivência com sua avó paterna e não chegou a conhecer a avó materna. A avó materna consanguínea morreu quando sua mãe ainda era um bebê e ela não teve a oportunidade de conhecer a bisavó paterna, que foi quem criou Dona Afrodite (66). Essas experiências avoternais de Artêmis (38) se refletiram na ideia que ela construiu sobre o ser avó e se relacionar com os netos; ela, por exemplo, não via a mãe Afrodite (66) como uma possível cuidadora para os filhos, nem projetava na mãe a postura de avó doce, angelical, amorosa que tanto é construída no imaginário popular. Ideias reforçadas pelo discurso da própria Dona Afrodite (66) que afirmava que não cuidaria dos netos,

“Conheci minha avó paterna que era branca [Apolo é negro], era crente e benzedeira. Minha avó me fazia catar graveto para ela e ela nos dava um dinheiro. Era uma senhora muito brava e não gostava da minha mãe, então ela

maltratava a gente para atingir a minha mãe! *Pô!* me lembro dela brigar muito, por nada” (Apolo (41), escuta presencial).

“Nós não tivemos essa vivência com os avós que meu filho e minha filha estão tendo. É outra coisa, outra referência” (Artêmis (38), escuta presencial).

Quando visitei a casa de Artêmis (38), já havia feito algumas entrevistas com Dona Afrodite (66) e então, pude perceber as experiências diferentes com relação às avós. As conversas anteriores também possibilitaram que eu cruzasse informações e pudesse conduzir o assunto em direção a temas que haviam me chamado a atenção ao conversar com Dona Afrodite (66). Como, por exemplo, os diferentes pontos de vista que elas tinham sobre a avoternagem e as experiências pessoais.

Morando no norte do país, Dona Afrodite (66) foi criada pelo pai e pela avó paterna. Sua avó, uma senhora de origem portuguesa, assumiu os cuidados das filhas do filho depois da morte precoce da nora. Foi a avó que a ensinou sobre as atividades básicas, era a avó que organizava a casa e tratava da educação das meninas enquanto o filho trabalhava fora e provia a família financeiramente. Sua avó paterna participou ativamente de sua formação, esteve presente durante toda a infância e adolescência até que Dona Afrodite (66) se casasse. Ao contrário de Artêmis (38), Dona Afrodite (66) tem em seu imaginário, fruto da relação vivida, uma ideia de avó extremamente amorosa e participativa, uma avó que foi extensão da mãe e colaborou integralmente para o desenvolvimento da neta.

Dona Afrodite (66) também fez questão de dizer que seu pai participava da criação das filhas e, embora trabalhasse bastante, era presente na rotina delas. Ela fala que, apesar de ser sua avó a responsável pela rotina da casa, suas decisões só eram tomadas mediante a consulta ao seu pai, ele é quem decidia *o sim e o não*,

“Minha avó era muito educada, ela e meu pai falavam tão baixo e pausadamente que dava trabalho ouvir e entender. Sempre foram muito rigorosos com a educação. Isso aprendi com ela, que ensinou a ele... Conversa alta, gritaria, desorganização, tudo isso me incomoda, não fui acostumada com isso” (Dona Afrodite (66), escuta presencial).

-Dona Afrodite, o que a senhora trouxe da sua infância para a infância dos seus netos?

[Dona Afrodite] -Olha, a minha avó era uma pessoa extremamente educada, rígida e forte. Ela não suportava desorganização, mentira, desobediência, então isso eu procurei levar para os meus filhos e para os meus netos. Eu tenho lembranças maravilhosas dela, tinha as reclamações também, mas sempre sem exageros. Ela e meu pai não suportavam quem falasse alto, então eu falo baixinho até hoje por causa deles dois, você pode ver que eu não

altero o meu tom de voz, o Augusto também fala baixinho(...) ela nos dava muito amor, muito carinho então eu procuro seguir o exemplo dela. Então eu cuido deles e sou avó a partir do que ela foi comigo também.

[Artêmis interrompe]

[Artêmis]-É né, eu não tive nada disso, não tenho referência de avó, a minha mãe sabe, ela sabe de tudo isso que já te contei. Então assim, o que eu vivi é um exemplo do que não fazer ao ser avó.

[Dona Afrodite] -Depois que ela falou, eu tentei intervir. Era a mãe do meu marido e estava na minha casa. (Descrição de situação de campo).

Ao conversar com Dona Afrodite (66) fica claro a importância que ela dá às experiências que viveu com a avó e de como essa convivência influenciou na construção dela enquanto pessoa e percebi isso também na forma com que se relaciona e cuida dos netos. Artêmis (38) também percebe essas influências, embora, sejam influências do que não fazer ou de como não ser avó,

“Quero que meus netos saibam que aqui podem se sentir acolhidos. A minha casa é um espaço para eles e eu fico muito feliz em vê-los aqui. Eu não sou a mãe, a mãe é ela, mas estou para amparar, dar carinho e amor.” (Dona Afrodite (66), escuta presencial).

*“O Augusto é tudo na minha vida. Olha, ele é um menino assim, amoroso, educado. Ele nunca me deu trabalho, escuta o que eu digo, é um companheiro. Às vezes eu olho para ele e só no olhar nos entendemos. Se eu ligar e dizer vou buscar, ele corre para cá. É um amor, um amor [...] A Atena também, outro dia ela chegou aqui e estava naqueles dias, eu *aninhei* ela no meu braço, levei para a rede e ela dormiu no meu colo à tarde, e ela não é de fazer isso, mas comigo ela se acalma” (Dona Afrodite (66), escuta presencial).*

Estando lá, na casa delas, e acompanhando a conversa em família, pude presenciar desabafos sobre as diferenças no cuidar e a pluralidade do ser avó. Não há um modelo correto, tão pouco a coabitação faz com que a avó seja mais participativa e amorosa com os netos, vejam o exemplo de Artêmis (38) e a avó materna, moraram juntas, mas não construíram laços afetivos. O que parece existir são graus de comprometimento com a criança, motivado, sobretudo por relações de afetividade e moralidade do cuidar.

O fato é que, se analisarmos a descrição da conversa com as duas, Dona Afrodite (66) e Artêmis (38), vamos perceber que a vivência da infância sob o cuidado de uma mulher, e está ocupando/representando o papel que se espera da avó, trouxe impactos na relação de cuidado delas com filhos e netos. Menciona Artêmis (38): “Minha mãe tem referência do que é ser avó, eu tenho do que definitivamente não ser [risos]. Ela me torturava, extremamente abusiva.”.

As lembranças de Dona Afrodite (66) sempre caminhavam para o bom, o doce, o florido das relações, já a filha Artêmis (38) trazia para o diálogo um pouco de reflexão, e sempre que possível convidava a mãe a lembrar de um ponto ou outro da convivência familiar que não era tão doce ou livre de conflitos, inclusive questionando-a sobre a relação dela com os netos mais velhos e com os outros filhos, além de provocar a mãe sobre as divergências sobre educação, cuidado e criação das crianças. Artêmis (38) também questionava a mãe sobre histórias de conflitos entre ela e avó que a criou, justamente por ser muito rígida, característica que anteriormente foi falada apenas em contexto de elogio por Dona Afrodite (66).

Estar nas casas facilitava o diálogo e ouvir os grupos promovia o conflito de memórias e sentimentos com relação aos ciclos de cuidado que se estabeleciam no contexto familiar. Permitiu ver que existem muitos problemas nas relações e que eles são facilmente esquecidos quando se trabalha a escuta das memórias.

2.4.2 Na casa de Dona Marta (70)

Figura 18. As boas vindas



Fonte⁴⁵: Autora, 2022.

⁴⁵O adereço na porta de entrada da casa de Dona Marta com os dizeres “Na casa do vovô e da vovó a gente deita e rola” me chamou a atenção, ele se juntava a diversos outros bibelôs espalhados pela sala os quais mostravam que ali era uma casa de avós.

“eu vivo com minhas netas o que não pude viver com meus filhos. Hoje a saúde não permite, mas, ainda assim, brinquei com Melissa o que não brinquei com a mãe dela” (Dona Marta, 70, via WhatsApp).

Conheci o casal Dona Marta (70) e Seu Manuel (71) a partir de indicações dentro do grupo de pesquisa de que participo. São avós de Melissa (quatro anos e onze meses) e Manuela (23) e mais dois meninos que não participaram diretamente dessa pesquisa. Os dois avós conversaram comigo via *WhatsApp* em algumas tardes no auge da pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021. Durante esse período os dois estavam isolados fisicamente da família, evitando encontros e os contatos eram apenas durante o recebimento dos mantimentos e medicação. Eles não iam a supermercado ou farmácia, ficaram realmente em casa, pois, com idade avançada e alguns problemas de saúde, os filhos optaram por redobrar os cuidados e mantê-los seguros. Como o isolamento físico foi rígido, nossas tardes de conversa, segundo eles, também foram momentos de companhia.

A princípio as conversas virtuais seriam apenas com Dona Marta (70), mas seu Manuel (71) estava sempre por ali, principalmente a partir do terceiro encontro. Sempre começávamos a conversar só nos duas, pois era um horário quando Seu Manuel (71) ainda estava tirando o cochilo da tarde, e terminávamos os três.

Desde o início da pesquisa ele demonstrou vontade em participar, o senhor mostrava interesse nos assuntos que debatíamos ao telefone e sempre que possível interrompia acrescentando algo, uma lembrança da própria infância ou algo que Dona Marta (70) já o havia contado e esqueceu-se de me dizer. De início, Dona Marta (70) permitia as interferências com frequência, depois ela tentou diminuir e se afastar um pouco; percebi certo desconforto dela em determinados assuntos quando ele estava presente, então acredito que ela buscou afastá-lo para ter privacidade em suas declarações, o que era difícil, pois estavam sempre os dois no apartamento.

Um pouco sem graça, Dona Marta (70) me dizia “Manuel adora conversar, se deixar ele passa a tarde toda aqui do lado, está te atrapalhando? Vou pedir para ele me trazer um café”. Em todas as tardes de conversa Seu Manuel (71) lhe trouxe café com bolachas.

Dona Marta (70) tem lembranças fortes da avó durante a sua infância, que apesar de não morar junto com ela, estava sempre presente e tocar nessas lembranças trazia muita emoção para nossas conversas. Dona Marta (70) me falava da vida na vila em que viveu,

no interior de São Paulo, lembrava da liberdade, da família grande e de como todos da vizinhança se ajudavam. Segundo ela, foi lá onde aprendeu a *olhar* as crianças mais novas, mesmo as que não eram da sua família.

A vivência da maternidade e do casamento para Dona Marta (70) também conta com a presença/marca da mãe de Seu Manuel (71), a qual a ajudou muito na fase em que os três filhos ainda eram crianças e moravam em uma grande cidade do sudeste. A importância dessa senhora é tão grande que foi por intermédio dela que toda família veio morar em João Pessoa-PB.

[Nesse momento, quando o assunto era a infância da mulher, Seu Manuel participava com mais intensidade. Ele também queria falar sobre sua mãe e como ela ajudou os filhos a cuidar dos próprios filhos]

Figura 19. Conversa, café e bolo.



Fonte⁴⁶: Autora, 2022.

⁴⁶As entrevistas presenciais tinham o benefício do café quentinho e do bolo. Também era agraciada pela conversa ao redor da mesa, na qual sempre entrava algum novo familiar. Esse registro foi tirado durante encontro presencial com a família de Dona Marta, na foto podemos ver o bolo e Seu Manuel. 31 de maio de 2022.

Apesar de ser uma família com a qual conversei logo no início da pesquisa, ela foi a última com que consegui conversar pessoalmente. Além das preocupações com o vírus, tivemos dificuldade para encontrar um horário e dia quando todos, ou pelo menos a maioria dos integrantes da família pudessem participar. Por fim, conseguimos marcar uma tarde de conversa no apartamento da família, reunindo a filha Mariza (39), seu Manuel (71), Dona Marta (70) e a neta Melissa (quatro anos e 11 meses).

Assim como nas outras famílias, nessa oportunidade pude retornar a assuntos tratados em momentos anteriores. Sendo assim, foi-me dada a oportunidade de ouvir algumas vezes, a mesma história familiar de cuidado e com pontos de vista diferentes.

Dona Marta (70) mora em uma região nobre da cidade de João Pessoa, em um apartamento próprio, com três quartos, elevador e varanda ampla que possibilita a vista do mar. A família possui renda estável, advinda da aposentadoria dela, Seu Manuel ainda exerce trabalho remunerado- atendimentos de terapias holísticas- e, como nunca contribuiu para a previdência do INSS ou privada, não vislumbra a possibilidade de aposentadoria.

O campo vivo, o estar lá, nos permite observar os detalhes, os trejeitos, os contatos entre os interlocutores, vantagens que passei a valorizar bastante quando comparava a experiência do virtual e do presencial. E chegando ao apartamento dessa família, comecei a reparar alguns adereços que remetiam ao papel de serem avós. Na entrada avistei um quadrinho que continha dizeres sobre ali ser um *lar de avós*, o móvel da televisão tinha como enfeite um porta-retrato com a mensagem “Este é meu avô” e uma fotografia dos dois senhores rodeados de todos os netos. A sala também estava ocupada com uma mesinha, brinquedos e coisinhas da neta mais nova. Tinha uma bolsa escolar fora do lugar, umas almofadas no chão, algumas manchas no estofado (que a avó prontamente denunciou a autoria a mim), livrinhos infantis e uma menina bem acomodada no sofá. Na televisão passava um desenho do agrado de Melissa (quatro anos e 11 meses), televisão que Seu Manuel (71) me disse ser comandada pela neta, era ela quem decidia o que passava ali.

Ainda nesse assunto sobre a televisão, ao ser questionada pela avó com relação ao irmãozinho que estava por chegar e a proibição de telas para ele, Melissa (quatro anos e 11 meses) deu a solução: “Quando ele chegar vou assistir no celular, então ele não vai precisar ver telas!” “Resolvido!”, complementou a avó sorrindo. Realmente a menina sabia das coisas e a sala dos avós era mesmo seu pequeno reinado. E vejam só, ela não

chega a questionar o porquê do irmãozinho não poder assistir telas, ela resolveu propor uma solução para que ele dividisse a sala com ela, sem se prejudicar olhando os desenhos animados na televisão. Acho que Melissa (quatro anos e 11 meses), à sua maneira, já estava buscando meios de cuidar do irmão.

O encontro com Dona Marta (70) e Seu Manuel (71) foi atípico e marcado por um acontecimento ímpar: o início do trabalho de parto da filha mais nova deles. A família se preparava há um tempo para o nascimento do menino, ainda assim, foi pega de surpresa pelos sinais repentinos de sua chegada.

Marcamos nosso encontro para uma semana que teoricamente antecederia o nascimento do menino, o dia estava chuvoso em João Pessoa, a situação atípica já começou daí, já que a cidade tende a ser ensolarada. Cheguei ao apartamento acompanhada de sua filha Mariza (39), fui recebida por Melissa (quatro anos e 11 meses) e Seu Manuel (71), que prontamente começou a organizar o ambiente para nossa conversa.

Chegamos próximo ao horário do almoço e Dona Marta (70) tratou de organizar uma refeição rápida para filha e para mim, nesse meio tempo começamos a falar um pouco sobre as lembranças das avós.

[Mariza]- Eu me lembro da minha avó já velhinha me dando conselhos sobre casar, namorar, arrumar trabalho. Lembro quando ela veio morar conosco já idosa,

[Seu Manuel] -Minha mãe foi uma mulher de muita fibra, costurava para fora a vida toda e ajudou muito meu pai.

[Dona Marta] - Eu chegava em dia de final de semana e ia pra lá, ela pegava as crianças e me mandava descansar. Imagina isso naquele tempo? Minha sogra estava por perto e me acolheu, a mim e as crianças.(Descrição de situação de campo).

Em pouco tempo de conversa fomos interrompidos por uma ligação da filha mais nova de Dona Marta (70). Ela havia saído para trabalhar (véspera do parto) e depois do almoço se sentiu mal. A filha estava ligando enquanto se dirigia ao hospital acompanhada do motorista do trabalho.

[Mariza] Alô? Não estou te ouvindo, calma. O que está acontecendo?

[Dona Marta] quem é? É ela? (Não diziam o nome para Melissa não saber que estavam falando da mãe) O que aconteceu?

[Seu Manuel] aconteceu alguma coisa? O bebê está bem?

Eu que nesse momento brincava com Melissa, parei e acompanhei o movimento.

[Em poucos minutos algumas ligações aconteceram, mensagens no grupo de WhatsApp da família, mobilização para ir ao hospital].(Descrição de situação de campo).

Mariza (39) tratou de almoçar correndo, juntar algumas coisas que faltavam para levar à maternidade e, em meio tudo isso, atendia as ligações da filha Manuela (23), que também quisera acompanhar a tia no hospital. Como só poderia ter um acompanhante, Mariza (39) não abriu mão de estar com a irmã e correu para o hospital.

Ficamos no apartamento Dona Marta (70), Seu Manuel (71), Melissa (quatro anos e 11 meses) e eu, a tarde seguiu com uma conversa divertida, café e um total desvio do roteiro que eu havia planejado para nosso encontro. Dona Marta (70), preocupada por não estar conversando sobre o que eu “queria” ouvir, se desculpava entre um assunto e outro. Mal sabia ela que presenciar aquela mobilização em torno da chegada da criança me disse mais do que qualquer conversa que poderíamos ter dito.

Naquele momento, vi materializado o que ela me disse em todas as nossas conversas anteriores, vi o que sua filha e neta também haviam me dito: Aqui todos cuidam, de um jeito ou de outro, porque já foram cuidados. Dona Marta foi à primeira avó a me falar sobre a maternagem como sendo algo desenvolvido também pela família.

Em instantes, Dona Marta (70) ficou responsável pela neta Melissa (quatro anos e 11 meses) e preocupada em não demonstrar o que estava acontecendo à menina (o combinado era que os pais contassem sobre o momento de chegada do irmão). Seu Manuel (71) ficava atento às informações no grupo de *WhatsApp* e nesse momento pude ver algumas mensagens que estavam sendo trocadas no grupo; vi também outros membros da família mobilizados em prol do nascimento. Vi que a cunhada de Mariza (39) e o irmão também se colocando à disposição para auxiliar em alguma necessidade. Vi Manuela (23) ligando e se prontificando a ficar no hospital e buscando ajudar a avó com os cuidados com Melissa (quatro anos e 11 meses).

Fiquei por lá até o final da tarde, não mais como pesquisadora, mas como alguém que estava para fazer companhia a Dona Marta (70), e, segundo ela, o encontro tinha que ter sido naquele dia para que ela pudesse esquecer um pouco as preocupações e ansiedade. Segundo ela, minha visita ajudou a passar mais rápido o “tempo para o neto chegar”.

Na casa de Dona Marta não só ouvi sobre os ciclos do cuidado, pude acompanhar ele girando, tomando corpo e abraçando o mais novo integrante. Ela gostava de comparar

as avoternagens de “antes e do agora”, falava do papel que as avós tinham antes e dos que têm hoje. No final do dia, resumiu o seu prazer em ser avó como sendo “a paz de ver nascer, ver crescer, ter saúde e, como Manuela (23) já está fazendo, conquistando suas coisinhas”

[O bebê nasceu na manhã do dia seguinte]

2.4.3 Na casa de Dona Lúcia (62)

Dona Lúcia (62) me recebeu na casa da filha, onde “mora” quando está na “rua”⁴⁷, [Há pouco mais de dois anos ela desocupou sua casa, cedeu ao filho mais novo e foi morar com o marido na região rural de João Pessoa]. A casa da filha Lúcia (33) fica a uma distância de 500 metros da casa que era da mãe e onde agora mora seu irmão com a filha e a esposa. Na mesma rua da casa da filha mora a mãe de Dona Lúcia (62), a bisavó materna das netas Letícia (11) e Leandra (três anos e cinco meses). Praticamente todos os dias as meninas estão na casa da bisavó de 87 anos, mesmo que em passagem rápida, já que as meninas não fazem refeições ou ficam apenas em companhia da bisavó.

Na mesma quadra vivem 14 pessoas da mesma família distribuídas entre três casas e dois quatinhos de fundo. A organização da família de Dona Lúcia (62) é cheia de raízes, por assim dizer, ela vai se ramificando e incluindo parentes de segundo grau, agregados, sobrinhos netos etc. Característica familiar que agrada a Dona Lúcia (62), pois ela considerava uma “benção” ter tantos familiares por perto, apesar dos conflitos existentes.

Dona Lúcia (62) se orgulha de ter conseguido manter os filhos próximos e ela aponta a proximidade física das casas como sendo algo privilegiado. Dona Lúcia (62), por exemplo, saiu do emprego antes da aposentadoria, época que também coincidiu com o nascimento da primeira neta, motivo por que ela considerou importante a decisão de não voltar ao trabalho remunerado fora de casa. A aproximação entre as famílias, entendida como dádiva pela matriarca, também é um dos maiores motivos de desavenças entre os parentes, como veremos nos trechos que destaco aqui.

Nosso primeiro encontro foi em uma tarde de terça-feira, não consegui marcar uma data que reunisse todos de uma vez para a conversa. No encontro, de maneira continua,

⁴⁷ Ela usa esse termo para se referir à parte mais central de João Pessoa, onde morava e a família ainda mora.

ficaram as duas netas, a filha Lígia (33) e Dona Lúcia (62). Durante a tarde o genro se juntou ao grupo para tomar café e conversar, depois o avô das meninas também chegou. A noite chegaram o filho e a nora, momento em que o avô já havia saído novamente. Todos reunidos em um espaço que era a sala/cozinha/quintal de Lígia (33), um ambiente aberto, integrado e que possibilitava ver quem circulava em toda a casa.

Nosso encontro se integrou ao ritmo da casa. Dona Lúcia (62) não parou para conversar comigo, íamos falando e ela circulando o ambiente: faz café, arruma a sala, dobra roupas, começa a preparar o jantar, liga para o marido trazer algo da rua, brinca com Leandra, comenta do que está passando na televisão e assim fomos. Lígia (33) atende o telefone, vai buscar alguma coisa para a mãe, leva um café para o marido, brinca com a filha. O avô entra, sai, entra, sai.

-Dona Lúcia, como era a sua relação com sua avó?

- Mainha, a gente chamava ela de Mainha, já estava bem fraquinha quando veio morar com a gente, então ela veio lá pra casa para que ajudássemos com os cuidados com ela. Eram três mulheres, todas morando em casa ainda, então mamãe ia ajudar papai no comércio e ficávamos com ela. Na realidade ela foi pra gente cuidar né? E isso era muito comum, até hoje é. Porque você vê, minha irmã mora com mamãe, mamãe não tem mais idade de ficar só, então precisa de companhia.

- Como ela era como avó?

-[Lígia]Eu lembro de Mainha, tem aqui uma foto dela, vou buscar para te mostrar

[Dona Lúcia] -Ela era calma, gostava de rezar. Era uma mulher muito devota, católica, ela ia amar essa gruta que mamãe colocou em casa. Tai uma coisa que as duas passaram para a gente, a fé em Nossa Senhora.(Descrição de situação de campo).

Quando a conversa era em torno da própria avó de Dona Lúcia (62), todos paravam para prestar atenção⁴⁸, afinal eram histórias de uma pessoa que muitos ali desconheciam, a nora, o genro e a netas não haviam conhecido. Nesse contexto, pouco precisei conversar, o grupo fazia as perguntas por mim. Interessante pontuar que a neta mais velha, Letícia (11), confrontava a avó sobre o que ela dizia: “vó, então ela era bem mais calma que a senhora, a senhora não fica quieta”, questionava a menina, arrancando sorriso de Dona Lúcia (62).

⁴⁸Esse movimento de interesse nas lembranças das avós foi comum em todas as famílias. Vamos ver isso na família de Dona Marta, Dona Eva, Dona Lúcia e nas outras também aconteceu. Os netos e até os filhos paravam para ouvir e perguntar sobre detalhes que nunca haviam ouvido falar antes. Fiquei me perguntando sobre a importância de contar sobre as nossas próprias trajetórias em casa e aos descendentes.

Também tive a oportunidade de um segundo encontro com a família de Dona Lúcia (62), dessa vez com a presença de sua mãe, Dona Lora (87), bisavó de Letícia (11) e Leandra (três anos e cinco meses). Esse encontro, apesar de mais rápido, teve a mesma dinâmica de entra e sai dos familiares, eles sempre chegando e ouvindo parte da conversa, na sequência complementando com detalhes ou até questionando se a história era verdadeira ou não.

Na sala da casa da bisa tinha dois quadros grandes, um de Dona Lora (87) com todos os filhos e outro dela com todos os netos. Na estante da sala há muitos retratos com imagens da família, lembranças de maternidade, lembranças de formatura e muitos vestígios de uma família grande, cheia de crianças que, ao menos nos objetos, estão por ali. A mesa grande ajudou a acomodar as filhas, netas, bisnetas e eu. Os detalhes da decoração denunciavam o perfil da moradora: matriarca de uma grande família.

Dona Lora é uma senhora que, perto dos 90 anos, sabe o nome e se relaciona com todos os seis filhos, nove netos, cinco bisnetos e 15 agregados. Entre os netos, sete são casados e coabita com um dos netos até hoje. Ela me recebeu em sua casa com um cafezinho e um convite para conversar na mesa da cozinha, lá ela me falou da sua infância, casamento e dos cuidados com *Mainha*, sua mãe.

[Dona Lora]- Tive uma vida de muito trabalho, hoje quero fazer minhas coisas e não posso. É uma dor no joelho, minha filha, só Jesus sabe. Às vezes me dá uma tontura, eu não sou mais como era antes.

- E seus netos, me fale sobre eles

[Dona Lora]-Aah são umas bênçãos! Tudinho bem, trabalhando, Lucas já já chega ai para tomar café. Essa [apontando para Lúcia] vive doentinha, mas também está sempre por aqui com a menina [Leandra], semana passada a gente foi no médico. Ai é assim.

-A senhora cuidava deles?

[Dona Lora]- Cuidava nada, olhava que eu não aguento, trabalhei muito cozinhando [Lúcia interrompe]

[Lúcia] –Oh vó e a senhora não ficava com a gente e criou [nome dos dois primos] não?

[Dona Lora] –Isso foi quando eu era gente! {sala tomada por risos}. (Descrição de situação de campo).

Lúcia (33) via a participação da avó de forma muito significativa: a avó tinha uma casa que recebia os netos, ela durante a infância ficava lá enquanto a mãe trabalhava ou precisava resolver alguma coisa; a avó hoje em dia ainda contribui financeiramente não só com ela, mas também com outros netos e filhos, sempre que esses precisam. Já Dona

Lora (87) não se sente útil aos netos, pois não consegue mais preparar grandes almoços no domingo, cuidar da casa sozinha ou ficar sozinha com os bisnetos pequenos. Dona Lora (87) vê esse papel do ser avó marcada por ações de serviço: ela seria uma boa avó se pudesse servir aos netos.

Por outro lado, Lígia (33), olha a avoternagem num ângulo de afetividade. E eu me pergunto o que faz com que pessoas (avó e neta) vejam a relação/ concepção de relação de formas tão diferentes, será a questão geracional? A formação? A visão de mundo? Imagino que a própria trajetória de vida e os valores morais tenham papel decisório desse olhar para a avoternagem.

As rodas de conversa serviram para presenciar essas diferenças dos pontos de vista sobre o papel do “ser avó”. Foi a oportunidade de ouvir que nem mesmo as pessoas envolvidas diretamente na maternagem ou avoternagem, veem as relações da mesma forma. Também foi interessante perceber a importância dada às relações anteriores para a construção da relação familiar estabelecida. Trouxe esses três relatos dos encontros presenciais para ilustrar as diferenças entre as dinâmicas de pesquisa estabelecidas entre os encontros presenciais e os encontros virtuais individualizados.

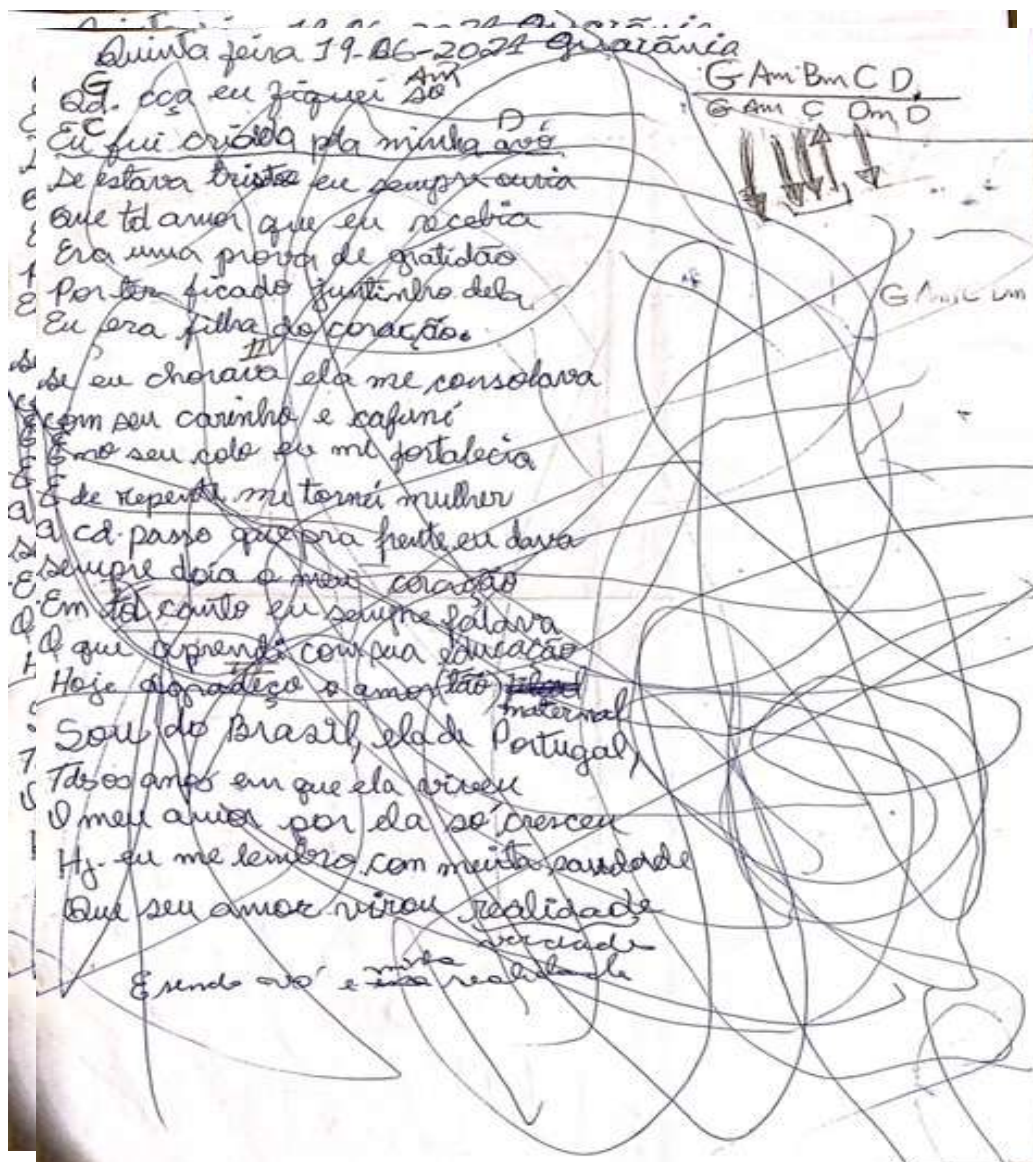
O capítulo terceiro encerra esse trabalho, ao menos do ponto de vista de dados e análises de pesquisa. A partir daqui procuro focar a conversa na tríade avós- netos- cuidado. Trago nele algumas das ideias e análises que proponho discutir sobre as falas das avós abrangendo o cuidado com os netos, como foram cuidadas, as infâncias vividas e trarei também as falas das crianças. Nesse capítulo, especialmente, abordarei teoricamente as discussões sobre maternagem e avoternagem, conceitos que são fundamentais para a tese proposta.

Pretendo transcrever as falas das avós e das crianças, especialmente sobre a vida compartilhada por eles, numa esfera de cuidado que foi observada em ambas as partes: avó e netos. Avós e bisavós denunciam que o ser avó não é algo que se aprende, apenas quando o/a neta/o nasce, mas, quando também se é neto/a. Experiências familiares de cuidado são importantes para a construção de maneiras de cuidar, as avós diziam ter aprendido o que fazer e o que não fazer, sendo assim, as trajetórias serviam de referencia em seus aspectos negativos e positivos.

Vamos conversar também sobre o papel da mulher no cuidar e como ele é naturalizado dentro de uma sociedade patriarcal que impõe à mulher a tarefa/obrigação de manutenção da vida.

CAPÍTULO III

SOBRE CUIDAR E SERVIR



Fonte⁴⁹: Autora, 2021.

⁴⁹ A figura apresenta uma foto da Música composta por Dona Afrodite, avó de Atena (dois). Na imagem também podemos observar as intervenções artísticas de Atena (dois) na obra da avó. A composição tem como inspiração a sua avó paterna, a quem Dona Afrodite teve como inspiração e com quem diz que aprendeu a ser avó. A música foi feita durante a elaboração desta pesquisa de campo e escrita depois de nossa conversa inicial.

A história das mulheres, não são só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. (DEL PRIORE, 2006, p. 7).

O cuidado, a priori, parece um conceito amplo e fluído. E é. Ele dá margem para interpretações e discussões que estão ligadas a conceitos sociais como políticas públicas, familiares, geracionais, cuidado básico, manutenção da vida, saúde, enfim, conectadas a um cuidar em absoluto e inerente a quem vive, em diferentes graus. Eu trouxe, ao longo do texto, alguns teóricos que se preocuparam com o tema, e com esse exercício é possível entender a complexidade do assunto.

Hoje, escrever sobre o cuidado, carrega uma densidade teórica muito grande. No contexto da América Latina, a temática está em plena expansão, com debates bastante atuais. A importância que o cuidado começou a adquirir na agenda de pesquisa foi produto de sua estreita ligação com as desigualdades de gênero, como aponta Batthyany et al (2014). A história mostra, no contexto familiar e social, que as obrigações/atribuições relacionais e afetivas ao exercício de cuidar do outro estão associadas à identidade feminina, o que posiciona o cuidado como uma das questões substantivas diretamente relacionadas ao exercício real do que a sociedade classifica como cidadania feminina (BATTHYANY *et al*, 2014), (HIRATA, 2010).

Para Joan Tronto (2009) o cuidado é relacional; além disso, para a autora, foi construído historicamente acompanhado de uma ideia de desvalorização com relação a quem exerce o cuidado. Os responsáveis pelo cuidado na esfera doméstica, tradicionalmente, ocupam um lugar de inferioridade. Como a sociedade patriarcal coloca a mulher, o feminino nesse lugar, a ela é atribuída essa tarefa de cuidar, à inferioridade.

A mulher é responsabilizada por um cuidado que podemos entender como prático: limpar a casa, fazer a comida, dar banho nas crianças, lavar a roupa suja, ações que não trazem alto status perante a sociedade. Já o homem também recebe a obrigação do cuidar, mas, em um aspecto tipicamente econômico. Embora estejamos acompanhando mudanças dessa concepção (HIRATA, 2010), o homem ainda é visto como o provedor financeiro, o detentor do poder capital e, portanto, ao contrário da mulher, é beneficiário no lugar de cuidador que ocupa, já que essa responsabilidade financeira no cuidado lhe acrescenta poder, domínio, legitimação. “Assim, assiste-se à remodelação das novas formas de organização do trabalho e da divisão sexual do trabalho, mas manutenção de formas de

segregação e hierarquização pré-existentes” (HIRATA, 2010, p. 3). Essas observações puderam ser vistas nessa amostra e descritas no capítulo II.

Veremos também que o cuidado com os mais velhos é, por muitas vezes destinado àqueles que, no contexto familiar, não exercem trabalho remunerado/efetivo/fora de casa (BRUSCHINI, 2006; BIROLI, 2018), portanto, ou às mulheres donas de casa, aposentadas ou às crianças, a partir de uma faixa etária muito tenra em que já seja possível a linguagem verbal; assim sendo, essas crianças são capazes de fazer companhia e/ou pedir ajuda se necessário. Do mesmo modo, as crianças que também ocupam lugar de inferioridade, podem cuidar, pois, são indivíduos “disponíveis” e por isso podem/devem fazer companhia para os mais velhos.

Embora o cuidado seja um fenômeno social relevante, só recentemente começou a receber a atenção séria que merece dos pesquisadores sociais (FINE, 2005).

Cuidado parece ter sido incluído no tópico geral de apoio social, com a devoção pessoal e o dever envolvido sendo implicitamente atribuídos a gênero, operando através da primazia do parentesco e do casamento [...]Nessas condições, a importância fundamental do cuidado para a vida social era facilmente ignorada. Mas, na última parte do século 20, o cuidado foi trazido para o domínio público como o efeito cumulativo de uma série de fundamentos que chegaram a um ponto onde a disponibilidade e prestação de cuidados tornou-se um aspecto cada vez mais contencioso da vida moderna (FINE, 2005, p. 248).

A partir do lugar que os estudos sociológicos sobre o *care*⁵⁰ parece ocupar, a exemplo dos trabalhos de Guimarães, Hirata e Sugita (2011) e Hirata (2010) e o levantamento bibliográfico feito por Cantatore *et al* (2019) apontam o crescente interesse dos pesquisadores acadêmicos sobre o tema e uma diversidade de conceitualizações para o termo cuidado.

No Brasil, as pesquisas sobre o cuidado, em maioria, têm se concentrado no campo dos trabalhadores domésticos e o papel deles na sociedade (GUIMARÃES; HIRATA, 2020). Em minoria estão os estudos de cuidado direcionados a idosos e ao cuidado infantil. O cuidado infantil depende, sobretudo, dos cuidados familiares e maternos, mas como no caso de idosos e pessoas com deficiência, também pode ser realizado por trabalhadores remunerados (BATTHYÁNY, 2020, p. 32), os cuidados remunerados acontecem com ressalvas principalmente, ligados a fatores socioeconômicos.

⁵⁰ O termo inglês que se refere ao trabalho de cuidado e, geralmente, é mantido sem tradução equivalente nas pesquisas sobre o tema em português.

Contudo, essa pesquisa foi desenvolvida com famílias que, apesar de se declararem de classe média (em maioria), não dispunham de condições econômicas suficientes para contratar algum funcionário para o trabalho de cuidador/babá da criança “O cuidado não é, por definição, de natureza remunerada ou não remunerada, é antes uma consequência de escolhas políticas, valores culturais compartilhados e sistemas de gênero” (BATTHYANY *et al*, 2013, p. 49). Esse também era um dos motivos que condicionava a família para uma organização interna em prol dos cuidados com as crianças. Mas, quem pode, quer ou precisa cuidar dessas crianças?

O cuidar sai do campo exclusivo da saúde e, à luz das discussões nos campos das Ciências Humanas e Sociais, adquire aspectos de apoio social para a manutenção da vida. Dentro desses campos, o cuidado não está restrito a questões que envolvem saúde (CANTATORE *et al*, 2019). O tema, no campo da sociologia e antropologia, é um conceito que vem sendo discutido associado com outras temáticas que atravessam nossa investigação, como Maternidade e Maternagens (MÜLLER, 2019, 2020; RIBEIRO, 2015), (CRONEMBERGER; FRANCH, 2020; SCAVONE, 2001; DONATA, 2016; CARNEIRO, 2021), Infância (SARAIVA; CARNEIRO, 2021), Trabalho e Gênero (SORJ, 2014; ALVES, 2011; MOLINIER, 2014; BADINTER, 1980, 2010; BATTHYANY *et al*, 2014), Relações Familiares e cuidado (GUIMARÃES; HIRATA, 2020; SUGITA, 2011; SEGALIN, 2013; BONET, 2014; TRONTO, 2009; SAAD, 2004) e etc. Essas diversas vertentes comungam do cuidado como fio condutor das relações sociais e manutenção da vida, tal qual pude perceber nesta pesquisa, ainda que todos esses conceitos não possam ser abarcados como eu gostaria, nesse trabalho. Eles se entrelaçam à medida em que o cuidado (ou a ausência dele) é o elemento que dá “liga” na relação dos avós com os netos.

Meu objetivo aqui foi questionar o que essas avós e essas crianças consideram como sendo o cuidado, como e porque acontece. Portanto, cabe apontar as múltiplas conceitualizações existentes para esse termo, no meu campo. É possível que avó e neto, filha e mãe, bisavó e neta vejam e deem importâncias diferentes ao cuidar e à própria relação estabelecida entre elas; há subjetividades implicadas nas concepções a partir de vivências.

Aqui, o cuidado é pensado não apenas por ‘práticas’ que dele advém, mas também enquanto ‘virtudes’ a ele atreladas. Nesse sentido, trata-se de uma prática que é permeada também por moralidades (FIETZ; MELLO, 2018, p. 117).

Nesses estudos, o conceito de cuidado muitas vezes refere-se à interação solidária entre as pessoas e a construção dos seus sentidos, o que não está diretamente ligado ao uso que lhe é característico no campo da saúde, mesmo quando a discussão sobre o tema perpassa tais práticas. O cuidado foi descrito por meus colaboradores como uma expressão de apoio social intenso, relacionado à família e aos entes queridos.

O cuidado entre e de familiares não é apenas e simplesmente uma questão de preferências da família próxima e/ou nuclear, o interesse por ele deu margem à ampliação do interesse acerca do que é e o que faz o cuidar. O cuidar não se limita à atenção destinada ao outro: em vez disso, o conceito tornou-se uma arena de conflito social, tanto implícita quanto explícita, marcando novas divisões sociais importantes e tensões subjacentes (FINE, 2005). De acordo com Boff (2013, p. 39), o cuidado é essencial ao ser humano, caso o homem não receba cuidado, desde o nascimento até a morte, este se desestrutura, definha, perde o sentido e morre [...] por isso, o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana e, portanto, é fundamental para qualquer ciência que se proponha a estudar o indivíduo.

Tronto (2009) procura construir uma discussão sobre o *care* do ponto de vista político, especialmente em se tratando da prática do cuidado. A autora pontua que nossa trajetória de existência, considerando todas as fases, desde o nascer ao morrer, é marcada pela necessidade do ser cuidado, o que denuncia a vulnerabilidade humana, vulnerabilidade que sustenta a lógica do cuidado. Ao mesmo tempo que postula a politização das práticas de cuidado, Tronto (2009, p. 147-150) conceitua o que vem a ser a ética do cuidado. O cuidado, segundo ela, encerra quatro fases: (a) se ocupar, se preocupar (*careabout*); (b) a responsabilidade (*takingcareof*); (c) a prestação de cuidados ou a competência para cuidar (*caregiving*); e (d) a capacidade de resposta daquele que é cuidado (*carereceiving*).

Aqui, estamos acompanhando, através das observações com as famílias, como essas quatro fases podem se apresentar não só no cuidado com as crianças, mas no cuidado da mulher, hoje avó, com os membros da família. Dona Eva (53), é um bom exemplo do *care giving*, não só cuidando como servindo a família durante toda a vida. Com seu relato, aprendi um pouco sobre um cuidado que também fala de doação, sacrifício e entrega. Boff (2013) ressalta o cuidado como sendo um ato de responsabilidade com o outro,

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (BOFF, 2013, p.12).

O fato é que precisamos ser cuidados, sempre e ao longo de toda nossa vida. Em algumas situações mais e outras menos, em diferentes níveis e tipos de cuidado. O cuidado é um princípio que estrutura a vida social e, também, uma questão de justiça social para aqueles que dele necessitam em caráter temporário ou como condição de sobrevivência (DINIZ, 2012). O cuidado constitui-se de várias formas, assumindo muitas versões e, por conseguinte, pode incorrer em efeitos diversos tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado (FIETZ; MELLO, 2018, p. 117).

O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim, de sua vida. Cuidado significa então desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Como dizíamos, estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude (BOFF, 2013, p. 42).

Se o cuidado pode ser entendido como a doação para com o outro, o zelo com o ente querido, não se demora a conectá-lo com a figura das mulheres frente à família. De acordo com Saad (2004) as relações de troca e ajuda mútuas - entende-se aqui como práticas de cuidado- entre pais e filhos são o principal fator que tem assegurado, ao longo da história, a sobrevivência das gerações mais velhas, sendo assim, as relações de cuidado possibilitam a vida.

Entre as famílias que tive a oportunidade de conhecer, a família de Dona Eva (53) é um bom exemplo para refletirmos sobre a questão de cuidado ao longo das gerações, para entendermos sobre o cuidar e o servir a família através do “ato de cuidado” e “obrigação de cuidar”.

Dona Eva, (53), matriarca da família, me conduziu a questões importantes e seu relato atravessa a histórias das outras cuidadoras com as quais conversei. Todas as mães, avós e bisavós ouvidas aqui construíram um paralelo entre as relações familiares e os atos de cuidado. De forma orgânica, os traços desse cuidado familiar faziam-se presentes nos resgates de memória e na contação do dia a dia hoje.

Dona Eva tem (53), nasceu e cresceu no interior da Paraíba, mudou-se para uma cidade na grande João Pessoa-PB quando casou e depois da morte dos familiares que

dependiam dos seus cuidados. Segundo ela, isso foi deixado bem claro a todos os envolvidos: não iria abandonar ninguém para casar. Segundo ela, o marido sabia que ela só se casaria se ela pudesse cuidar do pai e do avô até a morte de ambos. Ela cuidou do avô até a morte, os cuidados com o pai acabaram por serem divididos com a família do outro irmão, seu pai faleceu em 2020. Seu relato me levou a entender que, no desenrolar de toda sua vida, ela esteve envolvida em funções de cuidado. Situações que aconteceram sem que coubesse a ela escolher algo diferente disso.

“O que eu me lembro muito, da minha infância, é da minha mãe passando muito tempo no hospital, ela passava meses. Papai ia visitar de tempos em tempos, naquela época ninguém tinha dinheiro nem essa facilidade de carro, meus irmãos e eu nunca íamos. Eu ficava com os meninos e cuidando da casa.”. (Dona Eva (53), via aplicativo *Meet*).

Quando criança, sua mãe estava sempre internada, segundo Dona Eva (53), sua mãe era uma senhora de uma saúde muito frágil, “sofria dos nervos”, o que a impossibilitava de assumir a responsabilidade com os cinco filhos pequenos. A mãe de Dona Eva (53) passava temporadas de dois, três meses internada em hospitais na capital paraibana e devido às condições financeiras da família, esse também era o tempo que passava sem ver os filhos e o marido. Quando passava a crise, vinha para casa, mas, continuava sem condições de administrar e cuidar da família, essa responsabilidade ficava com a filha mais velha, Eva (53).

Para Velho (1981), doenças de nervos é uma expressão usada em camadas de renda mais baixa, que cobre uma grande variedade de diferentes estados emocionais. Em nossas conversas, ela não definia a doença da mãe de outra forma que não fosse “sofrer dos nervos”. A filha de Dona Eva (53), que acompanhou algumas de nossas conversas, também não sabia dizer exatamente o que a avó tinha, pois não chegou a conhecê-la. É importante salientar que no interior da Paraíba há uma crença de que “falar da doença” é “atrair o mau agouro”⁵¹, então é comum evitar o nome técnico das doenças entendidas como sérias ou consideradas graves como é o caso do termo câncer que rotineiramente é substituído pelo termo “C.A”. Um irmão de Dona Eva (53) também apresentou “problemas nos nervos” quando tinha por volta dos 12 anos e passou um tempo sem falar e se isolando, o que fez com que ela “cuidasse” do irmão com mais afinho.

⁵¹ Entende-se mau agouro como ação, prática ou verbalização que possa trazer azar, doença ou qualquer negatividade.

Como Dona Eva (53) não se sentia confortável para manusear o computador ou fazer a chamada pelo *WhatsApp* para conversarmos, sua filha, auxiliava durante nossos encontros e por esse motivo, vez ou outra, também participava da conversa. Nos dias em que a filha participava diretamente, virava uma grande conversa mesmo, falávamos de várias histórias da família Gonçalves, sobre as infâncias dela, dos cuidados com os irmãos, dos filhos e agora dos netos. Dona Eva (53) contava também sobre a saúde e comportamentos de sua mãe e isso despertava curiosidade na filha. Em outro momento, a filha confessou que não sabia de muitas coisas porque a mãe evitava o assunto, dizia preferir não falar sobre coisas que a deixava entristecida ou simplesmente mudava de assunto quando a conversa ameaçada caminhar para relatos de infância. A crença popular, o estereótipo que poderia trazer para toda a família e o caso do irmão, fizeram com que Dona Eva (53) não falasse disso com os filhos.

Nossas conversas eram marcadas por muitos risos e momentos de choro. Dona Eva (53), com voz embargada, interrompia sua fala ao recordar momentos felizes e tristes. Em uma conversa emocionada, através do *Meet*, ouvi dela relatos sobre sua infância, marcada pelo penar da *lida* familiar e no campo, percalços financeiros e emocionais, ela falou sobre o tempo e esforço que destinou aos cuidados e serviços com pai, irmão, marido, filhos e netas.

“minha filha, a vida toda eu trabalhei e para os outros, primeiro de casa e depois de fora. Só fui criança quando meus irmãos eram rapazes, depois [cuidei de] papai, meu marido, a vida toda servindo aos outros” [semblante de tristeza], eu perguntei, tentando acolher sua tristeza e entender melhor a narrativa: *E como a senhora se sente sobre isso? [entonação] “aah, conformada né? Eu fiz a minha parte”*. O cuidar e o servir, para ela e para outras avós que trago aqui, é múnus para com a família.

Ainda em uma idade que consideramos demandar cuidados, tutela e proteção, Dona Eva (53) assumiu a responsabilidade dos cuidados com os irmãos, com a casa e com o próprio pai, ao passo que ela dividia com ele a responsabilidade de educar e manter os irmãos “vivos”. Segundo ela, assumiu a responsabilidade da manutenção da casa e de “olhar” os irmãos, aos dez anos. Antes disso, ela lembra que uma tia “olhava” seus irmãos e ela, essa tia também era a responsável pela comida, pois esperaram um pouco mais para deixa- lá assumir a cozinha – o que aconteceu aos 11 anos, se não lhe falhou a memória (palavras dela).

Ao conversar com Dona Eva (53) e ouvir os relatos de sua infância e a infância dos filhos percebi que, quase sempre, os acontecimentos da vida eram marcados por momentos em que ela estava comprometida/responsável pelo cuidado com algum ou alguns membros da família. Ao falar de uma fase da vida ela já começava: “nesse tempo eu estava morando com meu avô”, “casei e só me mudei depois que cumpri meu dever com meu avô”, “agora já estão os dois [filhos] criados e estou esperando todos os netos”, as memórias eram pautadas pela participação na vida de outro alguém.

Ela diz que aos seis anos tinha como obrigação ficar atenta aos irmãos e chamar a tia caso algo acontecesse, aos dez anos já ficava com os irmãos⁵² sozinha, aos quase doze anos preparava comida, limpava, passava, passou a assumir toda responsabilidade com a casa. Infância mesmo ela diz que foi “ter” apenas em uma idade que hoje consideramos como adolescência, quando os irmãos já estavam um pouco maiores.

Entendi, a partir de nossas conversas, que a infância para ela é vinculada à não responsabilidade. É preciso atentar para a construção da infância, sobre que moldes se pensa o viver a infância (SANTOS, 2020). Segundo Santos e Pires (2020), no nordeste do Brasil, há um ideal de infância que se encontra relacionado ao não trabalho, à escolarização e à ludicidade. Contudo, essa não é a realidade de muitos nordestinos hoje, tão pouco foi a vivenciada por parte das gerações de avós e mães que participaram da minha pesquisa. Por outro lado, mesmo sem ter vivido o ideal de infância, elas não negam sua existência.

Dona Eva (53) assumiu a responsabilidade social de cuidar dos irmãos e do pai, ela vestiu o papel de irmã mais velha, fez as vezes de mãe e administradora do lar, portanto, a cuidadora *mor* desse núcleo familiar. Este tipo de cuidado está inserido na esfera do privado, a sua prática ininterrupta traz, para quem cuida, consequências sociais que se aproximam da exclusão.

O viver a infância, nos moldes que ela considerou, durou pouco, já que logo precisou cuidar do pai e da avó. Os irmãos saíram da fase de precisar de cuidados, entraram nessa fase os adultos mais velhos da família.

Minha vida foi cuidando de um, cuidando de outro, não foi fácil (choro) mãe não poderia, pai ia trabalhar, os meninos eram pequenos e eu era a mais velha. Eu lembro [assim] de muito trabalho, vivi cuidando e servindo, até hoje. Quando os

⁵²Dona Eva tem por volta de dez irmãos, informação imprecisa que a filha me deu em um encontro que eu tive apenas com ela. A filha não sabia exatamente quantos tios tinha. Dona Eva, em nossas conversas dava a entender que tinha quatro irmãos. Quando eu levei a dúvida para a filha, entendi que ela falava para mim apenas dos irmãos que ela tem relação/contato próximo hoje.

meninos eram rapazes, veio o meu avô, cuidei até o dia que Deus levou (Dona Eva (53) via aplicativo *Meet*).

Ela absorveu tanto esse papel de cuidadora das crianças da família que hoje planeja qual será o melhor momento para que a filha mais velha engravide do primeiro filho, pois, segundo ela, tem que ser em tempo dela estar disponível e com saúde para cuidar da criança. Ora ela me diz, sorrindo, que não cuidará da/o neta/o, sorrindo mais ainda ela narra como será seu comportamento quando o/a futura/o bebê chegar

Eu vou para a casa de Élide quando ela tiver menino, eu me mudo para lá com meu marido [risos]. Ela vai precisar da minha ajuda e mãe está aqui para isso mesmo, vou com prazer! Eu vou dar banho, comida, porque se depender de Élide (risos), depois eu roubo a criança para mim (risos). (Dona Eva (53) via aplicativo *Meet*).

Dona Eva (53) assume tanto essa postura de cuidadora que planejou como a nova criança iria se encaixar na sua rotina. Porque, segundo ela, terá que ajudar e olhar a criança, ela quer ajudar, sabe que a rede de apoio é ela, mais uma vez e talvez não possa imaginar outro cenário diferente desse. Mas dessa vez, (quem sabe nas outras também) ninguém precisou dizer que ela deve cuidar da/o futura/o neta/o, era implícito. Não me pareceu que em algum momento da vida ela não se imaginou como cuidadora dos seus netos.

Trago um trecho da história de Dona Eva (53) para ilustrar como as relações sociais e familiares podem ser construídas com base nas redes de cuidado e como essas questões marcam a trajetória individual de um sujeito. Dona Eva (53) sempre cuidou de alguém; ao olhar para sua vida, ela destaca essas relações de cuidado e serviço e, automaticamente traz em seu discurso que terá esse mesmo tipo de ligação com a/o futura/o neta/o. Ela já faz o mesmo com a enteada do filho; a menina, na época da pesquisa, coabitava com ela e, embora Dona Eva (53) me relatasse que procura não estabelecer relações de avó, ela prepara almoço, compra agrados, faz companhia e recebe companhia da menina, se preocupa com ela, procura dar conforto e a menina a chama de avó. Como menciona dona Eva: “Não sou a avó, cuido porque ela está aqui, ela é criança, eu não tenho a minha outra neta por perto. Agora eu não sou avó mesmo.”.

Ao falar sobre a enteada do filho, Dona Eva (53) afirmava que não era a avó da menina, sua justificativa era a questão sanguínea e, principalmente, a relação conturbada com a mãe da menina. Segundo Dona Eva (53), já que a mãe da criança “não presta” ela não quer nem “se apegar mais” porque sabe que é sofrimento. Ser avó é sinônimo de

apego, no seu ponto de vista e, para não sofrer com um futuro distanciamento, Dona Eva (53) nega o ser avó, ainda que todas as suas ações configurem o que chamo de avoternagem.

Mainha traz a Elisa para minha casa, fica com ela o dia todinho, uma é apegada a outra. Agora é aquela gritaria, reclamação, Mainha implica demais com a mãe da menina aí, quando está com raiva, desconta na criança que não tem nada a ver. Minha mãe tem um gênio forte, por isso fica com essa história que não é avó, que isso, que aquilo, mas não vive sem Elisa, isso eu tenho certeza. (Élida (32) escuta presencial).

Apesar de ter cuidado ao longo de toda sua vida, Dona Eva (53) reluta em receber cuidados, ela inclusive, dizia que não “dava trabalho” a ninguém. Quando questionei sobre quem acompanhava ela durante a ida ao médico, ao hospital ou quando estava doente, ela apontava a figura da filha, embora reforçasse que só pedia ajuda como último recurso.

O cuidado, ao mesmo tempo em que aparece como um fardo e como algo que definiu todo o seu estar no mundo é, também, a ação que ela sabe exercer sobre os outros e dentro da sua família. O lugar de cuidadora e a posição de estar a serviço de todos está tão presente que, segundo sua filha, parece que Dona Eva (53) não aprendeu a pedir ajuda ou não se sentir confortável em recebê-la.

“Eu digo a Mainha que pare de fazer tudo para todo mundo. Ela não está mais com idade para essas coisas não. Para você ter noção, esses dias ela estava doente, com febre em casa e eu só fui saber por que o Emerson (genro) chegou lá e me disse. Ela é muito teimosa.”. (Élida (32), escuta via aplicativo *Meet*).

Dona Eva (53) tem apenas o ensino fundamental, assim como seu esposo; ela diz que não sobrou tempo para a formação educacional. Sua filha Élida (32) foi a primeira da família a entrar em uma universidade. Élida (32) formou-se na Universidade Federal da Paraíba, onde também fez um curso de mestrado. A filha é a única que não foi trabalhar na feira pública em companhia dos pais, embora também tenha começado a trabalhar cedo, aos 17 anos, para uma instituição privada de ensino.

Além dos cuidados domésticos, Dona Eva (53) trabalha como diarista e, até a pandemia começar, ela tinha algumas faxinas fixas. A Covid-19 fez com que ela parece de trabalhar por um tempo. Depois, segundo ela, a situação econômica do país prejudicou seu trabalho, já que teve todas as faxinas canceladas sob a justificativa de que “corte nas despesas domésticas”. Logo, Élida (32) voltou a ser a principal fonte de renda da mãe, já

que ela paga a faxina que a mãe faz semanalmente na sua casa, uma forma de colaborar financeiramente com a mãe. Das diversas motivações que levam às transferências de apoio intergeracionais (SAAD. 2004), está a questão econômica. A seguir veremos mais sobre as transferências de cuidado, numa dimensão de ciclos.

Dessa ajuda/remuneração da filha, Dona Eva (53) ajuda o filho e compra suas coisas pessoais. É nesse contexto também que ela busca organizar a rotina doméstica para colaborar com a vida de todos. Limpando a casa da filha é também cuidar dela já que, para Dona Eva (53), a filha “não tem uma pessoa estranha em sua casa e tem gente que não limpa direito, estraga as coisas e produto” além do fato de “Élida trabalhar o dia todo fora de casa e, por isso não tem condições de cuidar de casa”.

Dona Eva (53) é uma mulher jovem, está mais próxima aos 50 do que aos 60 anos, em uma idade que muitas mulheres ainda estão terminando de criar/formar os filhos mas ela fala da sua vida como se já estivesse no fim. Como ela assumiu esse lugar da vida em que está sempre a serviço de sua família, hoje ela acha que chegou aonde deveria chegar. Dona Eva é jovem, mas se sente no fim da vida. Faxina. Cuida até mesmo da neta chamada de postixa.

Dona Eva (53) espera ansiosa para a chegada dos filhos da filha para seguir com sua missão, como ela me disse. Como menciona Dona Eva (53): “Se eu parar, eu morro e antes de morrer quero ver o menino dessa daqui.”

O cuidado com a família é, organicamente ou não, a função social das mulheres, sejam elas filhas, mães, avós ou bisavós. Ele se mistura a uma vertente de aspectos socioculturais que, assim como outros fatos sociais coercitivos, externos e gerais (DURKHEIM, 2002), moldam as relações sociais.

3.1 Maternagem? Avoternagem?

Complementando a apresentação dos conceitos maternagem e avoternagem, feitas no início desse texto, nesse subcapítulo retomo-os, contemplando, também, a questão da maternidade, fazendo uma análise sobre o que têm sido dito sobre esses conceitos e como eles se apresentaram na minha pesquisa. Essas questões perpassam também o processo de reconfiguração familiar e de relações geracionais. Minha ideia não é refutar ou comparar o que tem sido dito com os meus achados de campo, mas promover um diálogo entre eles.

A pesquisa de campo serviu para abrir minha perspectiva sobre o conceito da maternagem como algo fundamental para o tipo de relação de/sobre cuidado que me propus a investigar, além do que, esse conceito parece transcender a figura da mãe, da parenta e até do feminino. Sim, do feminino. Como aponta Rocha-Coutinho (2004) é entendido como sendo responsabilidade da mulher os cuidados com os filhos – e eu estenderia aos membros femininos da família. Essa lógica está arraigada na antiga ideia de que “mãe é mãe”, sendo assim, não há pessoa mais adequada para cuidar dos filhos do que ela, conclusões que chegam, segundo a autora, pela identificação da maternidade e feminilidade. Para Rocha-Coutinho (2004, p.122) tal posição é, em grande parte, reforçada pela inscrição da maternidade no corpo feminino.

Os estudos de gênero nos mostram como a relação entre o cuidado e o feminino é uma imposição histórica. Para Batthyany *et al* (2014) uma das razões que explica o forte papel que o cuidado adquire é o que o distingue de outros tipos de trabalho não remunerado, principalmente por sua dimensão relacional e afetiva, que é culturalmente atribuído às mulheres, como responsabilidade “naturalmente” feminina. Somente com a modernidade, na constituição da família nuclear e valorização do infantil, surge a função de mãe cuidadora (STELLIN *et al.*, 2011, p.171).

Um simples levantamento da história da família brasileira, como aponta Rocha-Coutinho (2004, 1994), mostra que a maternidade, enquanto tarefa de significativa responsabilidade e comprometimento da mãe, é algo recente, do final do século XIX e início do século XX, considerações também apontadas por Ariés (1986) e Badinter (1980). Segundo a autora, a necessidade de sobrevivência fazia com que o trabalho industrial e fora de casa sobressaísse às demandas domésticas e reprodutivas assim, as mulheres não dedicavam-se exclusivamente à criação dos filhos. Badinter (1980) mostra que o ocidente vai criar essa ligação entre a mulher e o ser mãe por volta do século XIX, unindo a capacidade de parir ao que é ser mulher, fazendo da maternidade a forma da identidade do feminino.

Não preciso ir longe para identificar o processo apontado por Rocha-Coutinho (2004, 1994). Minha avó materna, nascida na década de 1930, pariu 16 filhos, oito sobreviveram e foram criados por ela, que dividiu essa função com a filha mais velha. Os outros oito filhos morreram na primeira infância, quando ainda consideramos bebês, todos por algum problema de saúde que nem minha avó, nem minha tia sabiam precisar. “Um morreu de uma febre que deu, eram todos machos, nasciam, mas não se criavam, todas as

mulheres se criaram”, disse tia Velha. Quando viva, vovó falava dos filhos *anjos* sem muitos detalhes, não lembrava do nome de todos, os que morriam nos primeiros meses eram batizados com qualquer nome, afinal era pecado enterrá-los sem nome, segundo sua crença católica. Com limitações financeiras para ter acesso à assistência médica, a preocupação sempre foi com os filhos que estavam com ela, os vivos.

Além do trato com os filhos, minha avó, para sobreviver, costurava para fora, trabalhava no roçado com meu avô (nessa tarefa os filhos com mais de 6 anos também ajudavam), vendia *sulanca*⁵³ em feiras nos interiores e, mais para o final da vida, organizava viagens para visitar santuários religiosos. Para a minha avó, a maternidade fazia parte do curso natural da vida pós casamento; parir tratava-se de uma etapa pela qual toda mulher casada passava, nunca a ouvi falar sobre ser uma escolha – e olha que conversávamos bastante sobre a vida. Quando eu a questionava sobre a grande quantidade de filhos, ela me dizia que Deus tinha mandado e que ela não iria “tomar as loucuras⁵⁴” que as outras mulheres tomavam, dando como exemplo sua vizinha, uma senhora de mesma idade que teve apenas três filhos, um número ínfimo se comparado às outras mulheres da sua faixa etária e contexto social.

Durante sua vida corrida e sofrida, a maternagem ficava em segundo plano, ela acontecia apenas quando as preocupações com a sobrevivência permitiam (ou essa preocupação com a sobrevivência era a forma dela maternar?). Assim, quem assumiu esse papel foi minha tia Velha. Tia Velha não casou, não constituiu família própria e diz que isso aconteceu porque vovó nunca permitiu “Ela não gostava de ninguém que eu trazia para casa, ela queria que eu ficasse para tomar conta dela e dos outros”. Antes de vovó morrer e com tia Velha já idosa, essa sobrecarga de cuidar dos irmãos era motivo de briga entre elas, até hoje minha tia reclama do que fez com a vida dela: cuidou dos outros e não dela. Ela criou os irmãos e os sobrinhos e, hoje também ajuda com a sobrinha-neta, maternou-os.

A história da maternagem de Dona Marta (70) também reflete essa terceirização dos cuidados com os filhos por causa das demandas profissionais, no caso dela com

⁵³ A Feira da Sulanca é uma feira que surgiu inicialmente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, na zona do agreste de Pernambuco, a partir dos retalhos de helanca trazido da cidade de São Paulo. O termo se popularizou e é usado para se referir às feiras ao ar livre dedicadas a venda de roupas a preço popular. Também é usado, pejorativa, para se referir a roupas de má qualidade.

⁵⁴ Quando vovó falava em “tomar as loucuras” ela fazia referência a alguns tipos de chás, misturas de ervas, conhecidas como eficazes para “fazer descer” a menstruação. Hoje entendo a diferença entre “fazer descer” e aborto. A lógica era a de que o chá deveria ser tomado antes do atraso menstrual, no máximo no atraso, mas antes de se saber se estava grávida ou não. O aborto era considerado pecado, “fazer descer” com chá, não.

cuidadora remunerada. Ela, precisando e querendo trabalhar fora de casa, dizia não ter praticado uma maternagem como gostaria com os filhos, nos moldes que ela considerava o ideal, já que passava muito tempo trabalhando. Os filhos ficavam aos cuidados de ajudantes remuneradas enquanto ela cuidava de outras crianças na escola onde lecionava. Dona Marta (70) diz que a experiência de matinar, como aprendeu com sua avó, ela só teve quando os netos chegaram. Com as “crianças das suas crianças” ela diz que pôde se “preocupar” apenas em acompanhar o desenvolvimento deles de perto, coisa que não conseguiu fazer com seus filhos.

A figura materna tem uma representação social muito grande. Há uma cobrança de que a genitora garanta as necessidades físicas, biológicas e psíquicas do infante para seu desenvolvimento pleno e saudável. Cabe à mãe, segundo as diretrizes socialmente construídas, se responsabilizar para que a criança cresça plenamente, cercada de cuidado e afeto, sem falar que essa responsabilidade sobre o bem-estar também a responsabiliza pelos cuidados com o esposo, provedor financeiro (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 123). As mulheres carregam a sobrecarga do cuidar, obrigatoriedade construída para uma vida inteira de prestação de serviço. Em casa e no trabalho, mas sempre, em favor de alguém, em prol do outro.

As mulheres são, muitas vezes, definidas como fortes/guerreiras/vencedoras, talvez porque a sociedade cobra que sejam, femininas, vaidosas, mães, esposas zelosas, bem-sucedidas, trabalhadoras assalariadas ou autônomas, e ainda, fazendo maternagem. Às vezes a obrigação do matinar é com relação aos filhos, maridos e pais, como é o caso de Dona Eva (53), Dona Inácia (60) é o exemplo pessoal que trouxe, Tia Velha. A obrigatoriedade do cuidado com a família acentua a sobrecarga por trás do discurso de amor e abnegação dos Ciclos do Cuidar e Servir, eu poderia dizer: Ciclos femininos do Cuidar e Servir.

A existência dos ciclos de cuidado e serviço foi observada a partir das conversas com essas avós e bisavós, sendo a estruturação do cuidado estabelecido dentro do contexto familiar. Trata-se de um processo que não surge necessariamente com o membro da família que está na fase da infância; antes dele, já havia algum nível de cuidado entre os familiares. Um cuidou, outro agora cuida, quem é cuidado também oferece algum tipo de cuidado e assistência em troca. O sentimento de pertencimento à família reforça a ideia moral de que os membros precisam se comprometer e cuidar uns dos outros. Veremos mais sobre esses ciclos no subcapítulo 3.3.

As mulheres que participaram dessa pesquisa se colocam como sendo avós amorosas e próximas dos netos. São pessoas que “*decidem*” ficar com os netos quando os filhos precisam de ajuda, e isso é muito importante para entendermos a avoternagem. Ela é possível porque essas avós querem estar nesse lugar, do contrário não seria possível atribuir esse conceito ao grupo estudado. Portanto, compreende-se que a avoternagem não é algo exercido por todas as avós, já que ter netos e viver com eles, inclusive possuindo a guarda, não é o mesmo que avoternar. É preciso firmar o compromisso com o cuidado visando o pleno desenvolvimento do neto, fornecendo subsídios alimentares, afetivos e cuidados para manutenção da vida.

Nem todas as entrevistadas tiveram uma relação com a avó, não são todas, também, que tiveram uma boa experiência. Vejam o exemplo de Artemis (38) que retratou ter tido uma avó amarga, bruta e maldosa, exemplo citado também por Dona Eva (53) que não chegou a conhecer as avós. Isso reforça a lógica que ter netos é diferente de avoternar.

As avós e bisavós têm a lembrança da participação das próprias avós e/ou tias na fase em que eram crianças e até na vida adulta, quando passaram a ter filhos e precisaram de ajuda. Vê-se isso em Dona Marta (70), Dona Guta, Dona Afrodite (66), Dona Duta (86) e Dona Neide (87). Dona Lúcia (62), por exemplo, chamava a avó de *Mainha*, diferenciando-a da mãe, porém colocando-a em um lugar de mãe-avó, já que esta, segundo ela, também era sua mãe. Todas referem a participação e influência de outras mulheres sob a forma como se tornaram avós. Elas avoternam representando os papéis que a construção social impõe como padrão. Fato perceptível quando perguntava sobre o que era ser avó: avó cuida, dá carinho, amor, brinca, estraga a criança, a mãe educa.

Entendo que a maternidade não contempla tudo o que envolve a criação dos filhos, já que parece ser um termo que não descreve com precisão os acordos/comprometimentos que estão intimamente conectados na criação de uma criança em sua completude.

A maternidade/gestar não garante a experiência de maternagem, assim como o cuidar do neto não é um exercício de avoternagem. Em um contexto em que se tem mãe, se tem avó, se tem cuidadora, as crianças crescem ao lado de muitas figuras femininas que colaboram com a manutenção da vida e educação delas; essas mulheres não precisam representar papéis de mães ou avós, necessariamente.

O termo maternagem transcende esse significativo limitante, ele também pode ser percebido no cuidado dos velhos com os novos, das crianças com os bebês, dos tios com os sobrinhos, dos padrinhos com afilhados e tantos outros arranjos, o exercício do zelo

enraizado no compromisso com a criança. Badinter (1985) fala de algo que também está nos discursos nativos do meu grupo: qualquer pessoa e todas as pessoas podem maternar uma criança desde que se comprometam com isso. Dona Eva (53) com seus irmãos, Dona Marta (70) e Dona Lúcia (62) e os filhos para a criação compartilhada das netas, por exemplo.

O gestar é algo biologicamente obrigatório da pessoa com útero, portanto, o parir ainda é algo do universo feminino biológico. Porém, o fato de ter uma mãe/genitora ou a avó, não garante que a criança terá cuidado afetivo e físico, já que não é o laço biológico que garante esse cuidado. O exercício do não maternar tem variadas motivações, desde as psíquicas até as socioeconômicas. Para entendermos mais sobre isso, precisamos compreender que existem importantes diferenças entre os conceitos de maternidade e maternagem.

Nesse sentido, podemos ir de encontro ao exposto por Badinter (1980), a autora defende que o amor materno é um construto da sociedade, sendo possível comprová-lo se observarmos que não existe comportamento materno uníssono. Há diferentes maneiras de maternar e a alternativa de não maternar. Há mulheres que parem, mas não maternam, há mulheres que não se encaixam na maternidade após parir, outras que apenas geram o bebê de outras pessoas, sem que construam com esse uma relação afetiva, há mães que não se sentem prontas para maternar sozinhas e tantos outros exemplos. Nesse sentido, a lógica de “instinto materno” não se sustenta. Segundo a autora, esse suposto sentimento que “nasce junto com o gerar” não passa de um mito, uma lenda construída. E é por ser uma construção social que os mecanismos sociais precisam reforçar a ligação entre a mulher e a maternagem com aspectos de *amor, carinho, doação, abnegação, etc.*

Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternos". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da "maternagem" à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza. Será preciso lembrar também que em outras sociedades — e não das menores — a "boa natureza maternal" tolerava que se matassem as crianças do sexo feminino ao nascer? (BADINTER, 1980, p.18).

Houve uma construção histórica da figura feminina limitada à maternidade, correlacionada à figura da abnegação da mulher em prol da prole familiar, pela qual é responsável afetivamente e também economicamente, em muitos casos. Para comprovar

que essa ideia é um equívoco e foi construído socialmente, Badinter (1985) faz um mergulho na nossa história social e mostra como essa ideia de amor abnegado surge há quase dois séculos, por volta de 1800; antes disso as crianças eram criadas pelas empregadas da casa, ainda muito pequenas eram encaminhadas a colégios internos, eram alimentadas por amas de leite e pouco conviviam com os pais. A autora assegura que, assim como todos os comportamentos sociais, a figura representativa da mãe/maternidade muda com o tempo e com as condições socioeconômicas da família,

Em decorrência da “naturalização” dessas funções femininas, começou-se a demarcar uma série de características – como, por exemplo, abnegação, dedicação, docilidade, entre outras – quase todas vinculadas àquelas características necessárias a uma “boa” mãe, levando-se a uma identificação entre maternidade e feminilidade que, em diferentes graus, permanece até os nossos dias. Assim é que a definição da identidade feminina, durante muito tempo, caminhou paralelamente a uma maciça discriminação das mulheres, uma vez que, a partir dela, foram negadas às mulheres todas as capacidades socialmente valorizadas se que garantiram, por longo tempo, a primazia dos homens na vida pública (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 124).

Maternidade muitas vezes parece resumida a uma condição biológica, única da mulher aquela que gestou e pariu. Além disso, a palavra maternidade parece trazer um peso para a mulher, é como se ela representasse o momento de desligamento entre o ser mulher e o ser mãe, aquela ideia de “morrer e nascer outra” após o filho. Segundo Machado *et al* (2020) a questão é que se estabeleceu um culto à maternidade e todas as funções exigidas pela manutenção do bem-estar da prole era/é da mulher; segundo a autora, essas questões tornaram-se “terreno fértil para que o amor materno fosse naturalizado e generalizado enquanto condição feminina referendada pelo determinismo biológico.” (MACHADO *et al.*, 2020, p. 1121).

A mulher vem de um processo de desenvolvimento físico e emocional que a fez mulher e de repente, a maternidade lhe coloca como mãe, abnegando do seu eu e tornando-se alguém sacerdote do outro. A maternidade é compulsória, o maternar não, o maternar é fruto das nossas escolhas e concepções de mundo.

Segundo Fidelis e Mosmann (2013) antigamente, as mulheres que permaneciam solteiras ou optavam pela não maternidade eram consideradas como incompletas, infelizes e muitas vezes as acusavam de não serem femininas. Esta ideia, perpetuada pelo senso comum, reforçava a pressão a favor da maternidade compulsória.

Romper com o modelo imposto pela sociedade, no qual a mulher é feita para procriar, é um processo difícil. Podemos pensar que por isso esta escolha gera ambivalência, ao mesmo tempo em que a mulher é livre para tomar a decisão, é demandada a lidar com as consequências de suas escolhas neste contexto. (FIDELIS & MOSMANN, 2013, p. 129).

Abranches (1990) fez uma pesquisa no começo dos anos 90 sobre/com mulheres que optaram pela não maternidade, em um contexto histórico onde a maternidade era muito cobrada. Segundo a autora, a decisão de não ter filhos acontece em meio a conflitos internos, esta decisão levava em consideração as condições externas como fatores econômicos, sociais e de saúde, até a predisposição de cada mulher. O que a autora propõe é que pensemos se há de fato liberdade para a mulher escolher se quer ser mãe ou não, quais fatores, além da vontade da mulher, condicionam a maternidade ou não maternidade. Que mulher pode escolher parir e/ou maternar? Quem é essa avó que pode escolher avoternar e/ou ser responsável pelos netos?

Compartilho da máxima defendida por Rocha-Coutinho (2004) no que diz respeito à mulher contemporânea. Para a autora uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes continua a ser a maternidade para a mulher moderna, para o estilo de vida dessa mulher. Acrescento a isso a questão da maternagem e até avoternagem. Pude observar, no levantamento bibliográfico apresentado nessa seção, que ambos os conceitos são definidos de forma fluída, buscando atender às “novas roupagens” do que deveriam ser as relações de cuidados com as crianças. Contudo, é evidente que perspectivas de gênero tornam essa mudança, gradativa, lenta, complexa e longe de acompanhar a família contemporânea.

Portanto, é preciso pontuar que, por enquanto, apenas a gestação e o parto são biologicamente definidos, embora existam tecnologias de reprodução avançadas que permitem driblar os supostos ditames do sexo, mas tanto o exercício da maternidade quanto o da paternidade são fruto de um aprendizado social (BARBOSA E ROCHA-COUTINHO, 2007). A maternagem está aqui, como um conceito fundamental para ressignificar essa relação entre mulheres-cuidados-crianças/família.

“Toda mulher tem o instinto maternal” foi a primeira afirmação do senso comum desconstruída por mim, após começar a estudar sobre maternagem. A maternidade se impõe como compulsória quando nos é apresentada, desde os primeiros momentos de vida, ainda nas brincadeiras infantis quando, por exemplo, direcionam principalmente à menina brincadeiras que envolvem cuidado: boneca, casinha, médica. Apresenta-se como uma

condição intrínseca da mulher, do feminino, ligada ao amor, cuidado, dedicação, que também “devem” ser atributos incontestáveis da mulher. Assim, “O cuidado, este atribuído, culturalmente, ao papel feminino. Ou seja, as mulheres exercem a maternagem, mesmo sem que tenham filhos (MACHADO *et al.*, 2020, p. 1128).

Nesse sentido, a forma como a maternidade é apresentada às mulheres não caracteriza opção de vida, mas parte do processo da vida. Essa concepção desumaniza as mulheres pois, quando são mães tornam-se, acima de tudo, mães. A maioria das avós cuidadoras são as avós maternas e isso pode ter ligação com essa suposta “escolha” voluntária. Vi, no campo, a importância da escolha em cuidar e vi na literatura a construção social em volta da mãe e mulher para criar essa ideia de “dom” materno

Por exemplo, um observador desavisado poderia considerar que aquela avó que assimilou no seu núcleo doméstico e arcou com as despesas dos primeiros netos está numa relação de “mão-única”, na qual ela ajuda seu filho e neto sem receber nada em troca. No entanto, devemos lembrar que esta avó está marcando seu lugar na rede familiar, reforçando através de seu dom a obrigação que seus descendentes têm de cuidar dela anos mais tarde na velhice – justamente quando ela passa a ocupar o lado mais fraco da relação familiar. Não se trata de um cálculo consciente nem de um investimento garantido, que sempre dê retorno. Entretanto, a lógica da rede extensa de família – a lógica do dom, como nos ensina Marcel Mauss (1974) implica numa reciprocidade a longo prazo; uma reciprocidade que, contrariamente à lógica do contrato ou até mesmo de amizades fugazes, coloca uma fé difusa em um retorno eventual, em alguma data futura, por algum membro da rede implicada na dádiva original (FONSECA, 2005, p.5).

A maternagem é um conjunto de ações realizadas por qualquer pessoa que se disponha a acolher e atender as necessidades da criança em todas as fases de seu desenvolvimento. Podem desenvolvê-la homens e mulheres, não se trata de uma questão definida por gênero ou fator consanguíneo. A maternagem é construída ao longo do vínculo com a criança, passa também por questões de provimento econômico e o ambiente em que se cria para a criança. Ela é produto das nossas escolhas, é planejada, é parte do compromisso de preparar a criança de forma integral para a vida.

A maternagem não é só fornecer alimentação e fornecer uma casa, vai além do físico. Toda a experiência de vida da cuidadora que decide maternar, serve como base para o seu exercício.

“Criei meus três filhos de um jeito, Iago já foi um pouco diferente e agora vejo esses meus dois netos mais novos com outras novidades. Antigamente não tinha tanta violência na rua e os meninos brincavam lá, hoje é só dentro de casa, no celular ou na televisão. Além disso, tem o respeito e a obediência, antes se

respeitava muito mais. Então eu vejo muita diferença [na criação] entre a época que eu fui mãe e agora avó, entre os três mesmos [netos] eu vejo diferença.” (Dona Inácia (60) via *WhatsApp*).

Quem pratica maternagem prepara a criança para o mundo e se preocupa com o mundo que a receberá. Além disso, também está ligado à cultura de quem materna e da sociedade onde ela está inserida, e assim, não tem um jeito certo ou único de maternagem. O que a torna subjetiva é fruto da cultura, da sociedade, das vivências, das relações sociais e dos aspectos geracionais. Mas, será que é assim tão potente?

A maternagem que se vive é situada, individual e construída para aquela criança. Observei formas diferentes de relacionamento entre avós e netos, entre eles e os genitores, o comum era a necessidade de cuidar para manter a criança viva, bem e em pleno desenvolvimento. O cuidado da maternagem não se restringe à manipulação física e a suprir as necessidades básicas ele “diz respeito aos recursos psíquicos que uma mãe emprega para que seu filho se constitua como sujeito” (STELLIN *et al.*, 2011, p. 172). Entende-se como uma relação que não é condicionada ao aspecto biológico da maternidade, e sim ao afeto e desejo de cuidar (MACHADO *et al.*, 2020).

O contexto social da pesquisa mostra uma maternagem dividida entre mais de uma pessoa, todos os presentes na vida da criança, embora não necessariamente coabitam com o infante. No campo creche e no campo com as famílias foi possível observar a construção da maternagem coletiva e simultânea. As avós e tias/os, junto com os pais, buscavam atender as necessidades básicas de desenvolvimento das crianças. Acolher e cuidar também é maternar.

Quando o cuidado é direcionado à criança, especialmente às bem pequenas, o cuidador realiza práticas que conceituo como sendo características da maternagem. Contudo, os outros cuidadores, se atentam para não ocupar ou substituir o lugar de mãe, maternar não é um sinônimo de ser mãe. É possível avó, avô, tios, padrinhos, primos maternar sem ocupar o lugar de mãe.

Parece que o termo maternagem é o novo querido entre pesquisadores e estudiosos da maternidade/relação mãe-filho-família, é o que está na moda quando se pesquisa textos atuais sobre esses temas, embora o conceito tenha relação com um comportamento que pode ser observado há séculos na cultura brasileira. Se observamos as pesquisas de Cláudia Fonseca, veremos relatos de avós, tias e outros parentes que já exerciam a maternagem coletiva em relação às crianças da família.

Nascida em 1955, numa família interiorana, nada pobre, foi “dada”, depois da separação dos pais, para uma tia paterna - uma professora desquitada que acolheu a menininha como dádiva. Assim, ao mesmo tempo que manteve contato quase diário com seu pai e a avó paterna (com quem sua tia morava), ela cresceu ciente que tinha duas “mães”. (FONSECA, 2002, p. 50).

O cuidado na minha pesquisa se apresenta como algo “escolhido” por aqueles que cuidam, então, nesse sentido, mesmo que tenham sido iniciadas por motivos diversos, as pessoas que cuidam, optaram por maternar e avoternar a criança. Ramos (2008) usa o termo avoternagem na sua tese de doutorado. Segundo a autora,

O mito da avoternagem de forma gradativa e silenciosa tem substituído o mito do amor materno, uma vez que os corpos enrugados têm assumido crescentemente os papéis familiares de pai e mãe, têm sido o chão estável das novas gerações que estão cambaleantes de tantas tristezas e incertezas. (RAMOS, 2008, p.252).

A autora coloca que a avoternagem é uma invenção moderna/hipermoderna com a intenção de suprir lacunas na vida da criança. Segundo a autora, a prática de uma suposta avoternagem tem contribuído para impedir a morte do filho e da infância, já que a morte da mãe de família e do pai de família já é um fato histórico no cenário atual (RAMOS, 2008, p. 265). No contexto de pesquisa da autora, bairros periféricos de João Pessoa e Campina Grande na Paraíba, a figura da avó representava a tábua de salvação, o único amparo possível da criança quando lhe faltava mãe e pai, o que contribuiu para a construção do mito da avoternagem. Ainda que eu concorde com a ideia de que a avoternagem oferece conforto e mais segurança às crianças, percebo que ela não se resume apenas a isso e/ou não acontece apenas em contexto de substituição materna e paterna.

Parece-me que a avoternagem é diferente da maternagem, pois uma não substitui a outra. Como já disse, as avós que se dedicam aos cuidados dos netos e aqui foram entrevistadas, se preocupam em não ocupar o lugar dos pais, porém, são pessoas que assumem a responsabilidade em relação ao bem-estar e desenvolvimento da criança. Sendo assim, avoternam oferecendo companhia, alimentação, educação, participando da vida social da criança, zelando pela segurança, sendo suporte para os pais, ou seja, contribuindo para o pleno desenvolvimento do neto. Logo, entendo que o que diferencia os dois conceitos, entre as avós da minha amostra, é a participação efetiva ou não da mãe ou outro cuidador que assuma a responsabilidade de maternar; apenas na ausência deste, a avó maternaria ao invés de avoternar. Então, avoternar pode ser entendido como o maternar das

avós, dentro de um contexto em que elas podem ser apenas avós. Não se trata apenas da doação indiscriminada do amor, avoternagem não é só amor, é, sobretudo, compromisso com o bem estar e desenvolvimento da criança, sem a intenção de substituir/ocupar/parecer os pais da criança.

3.2 Considerações Sobre o Dilema Moderno (ou Não) das Maternagens

Não podemos falar de uma única maternagem, assim como não podemos falar de um único modelo de infância, ambos são múltiplos e situados. É preciso construir uma discussão dos tipos e possibilidades de maternagens e a relação delas a partir das implicações trazidas por determinados marcadores sociais da diferença e da concepção social da maternidade.

A maternagem tem trajetórias diferentes entre mulheres em distintas situações sociais, mulheres e mães negras, mães-solo, mães adolescentes, mães gays, mães de múltiplos, mães por adoção e demais modelos que se possa encontrar ou ser formado. Em um contexto em que a discussão gira em torno do cuidado com crianças é importante discutir sobre “quem pode” e “quem quer” maternar e ir além, pensando nas diferentes implicações que estão imbuídas no ser ou não mãe, no maternar ou não. Afinal, são escolhas/dilemas que estão sujeitos a valores sociais, religiosos, culturais, econômicos que, muitas vezes, se sobrepõe ao bem-estar da mãe e do filho.

A maternidade e a maternagem estão correlacionadas a uma série de marcadores sociais, entre eles, o de gênero. Nossa construção histórica coloca as mulheres em um lugar de inferioridade e destinadas à maternidade e ao cuidado doméstico (ALMEIDA, 2007). Podemos concluir que as mudanças na estrutura da própria sociedade e na constituição da família moderna ocidental colaboram para uma mudança sutil nessas condições, embora não tenhamos avançado o suficiente para podermos falar em um exercício do cuidado equiparado entre homens e mulheres em relação às crianças (ALMEIDA, 2007). Relembremos os casos retratados aqui, onde os tios e os avós, apesar de cuidar das crianças, faziam isso conforme suas disponibilidades e sempre sob o auxílio de alguma mulher da família. O cuidado principal advindos deles era o provimento financeiro.

Os séculos XX e XXI, pós-revolução industrial e avanços tecnológicos, representam tempos históricos que trouxeram mudanças consideráveis e relativamente rápidas para a sociedade, tanto na esfera individual como em grupo. Entre as mudanças nos

papéis sociais, está o da mulher e suas múltiplas funções sociais que, cada vez mais se posicionam além do ser mãe (ABRANCHES, 1990; ROCHA-COUTINHO, 2004; FIDELIS E MOSMANN, 2013).

Contudo, não são todas as mulheres que gozam do direito livre e esclarecido sobre as escolhas maternas e, mesmo aquelas que podem escolher, estão sujeitas ao julgamento social por sua escolha. O tipo/escolha sobre o/como maternar passa também por um recorte socioeconômico que muitas vezes exclui boa parte das mulheres, colocando a escolha do gestar e inclusive do como parir, apenas para uma pequena parcela das mulheres e, apesar disso, esse seleto grupo de mulheres também irá enfrentar algum tipo de questionamento sobre essa decisão.

Scavone (2001) aponta que, hoje, se pressupõe que a escolha da maternidade é um fenômeno moderno consolidado no decorrer do séc. XX e em um momento quando se constata o avanço da industrialização e da urbanização, além da possibilidade de controle da fertilidade, com maior tecnologia e acesso das mulheres a métodos contraceptivos. Para a autora, as mulheres passaram a ter acesso à educação formal e à formação profissional, o que fez com que elas ocupassem o espaço público, embora mantivessem a responsabilidade da criação do(a)s filho(a)s. Segundo Scavone (2001), isso fez a maternidade se tornar uma escolha reflexiva. Contudo, e, sobretudo, essa escolha restringiu-se, na maioria das vezes, a um grupo de mulheres que usufruem dos privilégios do direito à educação e à informação, além de ocuparem um lugar de privilégios, considerando suas relações de classe, raça/etnia, opção sexual e gênero.

[...] o controle da fecundidade (com o uso de contraceptivos e/ou abortivos) não é novo na História. Diferentes sociedades utilizaram diversas formas de evitar os nascimentos. Para Shorter (1992, p.168) as mulheres sempre tiveram a possibilidade de acabar com uma gravidez indesejada, principalmente pelo meio de drogas abortivas. Algumas dessas drogas eram muito perigosas e precisava uma vontade firme para usá-las. Assim, o aborto foi quase sempre um ato desesperado. Foi no final do séc. XIX que essa situação começou a mudar e segundo Shorter, acontece a “primeira grande explosão do aborto”, como meio de limitar os nascimentos. Esses fatos sugerem que a realização da maternidade não foi sempre aceita como irreversível, ocorrendo na História, em épocas distintas e por motivos diversos, uma recusa circunstancial da maternidade frente aos padrões de natalidade dominantes, sobretudo entre as mulheres solteiras e/ou entre aquelas que já tinham tido muito(a)s filho(a)s. Vale dizer, a condenação social desta recusa sempre foi muito forte, ainda persistindo em sociedades nas quais o aborto é proibido. (SCAVONE, 2001, p. 50).

A autora fala sobre suas observações frente às mudanças nas maternidades no início dos anos 2000. À época, ela apontava ser possível observar, em relação à família e à experiência da maternidade, que estaríamos “vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, o qual tem como ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental e cuja efetivação ainda está longe de ser alcançada em todos seus aspectos” (SCAVONE, 2001, p. 57). Passados 21 anos do texto, continuamos na busca por uma equidade entre os sexos com relação aos cuidados da prole e, também em busca da “nova sensibilidade social que derrube o ideário do determinismo biológico” (SCAVONE, 2001, p. 56), da qual a autora já falava.

Nas últimas três décadas, as mulheres das camadas médias e altas vêm conseguindo uma inserção social cada vez maior e, aos poucos, vêm alcançando uma situação de relativa igualdade com os homens, pelo menos no espaço público (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO, 2007). Por outro lado, as mulheres de camadas populares não chegaram ainda nesse nível, principalmente porque o fato de compartilharem do mesmo gênero, por serem mulheres, não as torna iguais; a sociedade constrói outros mecanismos de distinção como etnia, classe social, fatores econômicos etc. Há contextos sociais e culturais que colaboram para que muitas ainda vejam na maternidade uma porta de saída para o que acham ser a “emancipação dos pais” ou a “ascensão social” no meio onde vive (CAVALCANTE, 2018) e, apesar de ser garantido por lei o fornecimento de métodos contraceptivos pelo SUS⁵⁵, no Brasil, nem sempre as mulheres têm acesso e/ou podem escolher um método de sua preferência.

Hoje, ainda, discute-se o direito de escolha da mulher em relação à reprodução e nesse momento de discussão, a mulher parece igualar-se a figura da criança perante a sociedade: os outros sabem mais e melhor sobre elas mesmas, por isso, a decisão sobre isto é do interesse de todos. A real necessidade de trabalhar o tema justifica-se porque a urgência não é só compreender/informar/defender que a mulher detém a escolha de ter ou não filhos, mas, que apesar disso, praticamente todas as mulheres, estão sujeitas a modelos de sociedade que insistem em regulamentar o gestar, o parir e o maternar. O útero não deveria ser um órgão de domínio público, principalmente em um contexto onde o sistema

⁵⁵O Sistema Único de Saúde (SUS), teoricamente, oferece um leque de métodos contraceptivos gratuitamente, entre os principais estão; camisinha, pílula anticoncepcional, contraceptivo hormonal injetável, DIU (dispositivo intra-uterino), laqueadura e vasectomia.

público, na maioria das vezes, não fornece a assistência adequada para a saúde da mulher e para uma gestação, parto e pós-parto seguros.

Antes de concordarmos que os avanços alcançados pela luta feminista possibilitaram a plena escolha da mulher do século XXI sobre a maternagem e maternidade, precisamos pontuar as ausências e refletir sobre essa precipitada generalização.

Não há, nas escolas e em muitos lares, principais instâncias formadoras, uma discussão pública ou uma formação sobre planejamento familiar para crianças, adolescentes ou adultos. Os brasileiros crescem sob a falta de políticas públicas eficazes que tratem sobre economia doméstica, sobre saúde reprodutiva, sobre procedimentos de parto e uma série de implicações do processo de gestar, parir e maternar. Faltam assistências psicológicas e físicas, falta rede de apoio, falta uma sociedade preparada para uma mulher com filhos. Quando não há acesso a informações e assistência, não há como usufruir do direito de escolha, portanto não podemos generalizar dizendo que todas as mulheres escolhem ou não parir e maternar. Assim, “tanto a possibilidade de realizar uma escolha mais reflexiva da maternidade, como a valorização da criança, varia em intensidade, de acordo com as condições socioeconômicas-culturais de cada mulher, sugerindo as múltiplas influências nesse processo de mudança” (SCAVONE, 2001, p. 55).

De acordo com Laura Gutman (2013), as mulheres das sociedades modernas acabam não se reconhecendo ao se tornarem mães, já que a identidade feminina, nesse novo contexto societário, está relacionada ao trabalho. Portanto, parte das mulheres não sabem viver entre o contexto profissional e materno, a maternidade nesse sentido, anularia a mulher.

As mães modernas foram aprisionadas por duas culturas: a antiga, que dava identidade e valorizava a maternidade, mas preconizava, implicitamente, a submissão sexual e econômica ao homem; e a atual, que lhes concede liberdade e autonomia, mas, como também querem ser mães e assumir a maternidade, acaba deixando-as em situações confusas de solidão e isolamento. (GUTMAN, 2013, p.120).

Ter ou não ter filhos pode ter também muitos significados e motivos, a depender do contexto social e da cultura (CARNEIRO, 2019, p. 192). A pesquisa de Fidelis e Mosmann (2013) mostra que as mulheres que optaram por não ter filhos priorizaram a vida profissional e/ou tiveram relacionamentos amorosos mal-sucedidos. A pesquisa analisou

mulheres com capital econômico e cultural acima das camadas populares. Segundo as participantes do estudo, a opção por dedicar-se à vida profissional está diretamente relacionada à sua escolha por não viver a maternidade. A partir da rotina de trabalho, tempo dedicado à ascensão profissional e financeira, a ideia do ser mãe foi sendo adiada, bem como providências relacionadas ao ter filhos, como a escolha de um parceiro afetivo. Segundo Fidelis e Mosmann (2013) a maternagem, entre o grupo estudado, era vista como algo a ser vivenciado em conjunto, dentro de uma relação amorosa.

Se a escolha do gerar ou não um filho, decisão tomada antes da concepção, é algo problemático e julgado pela sociedade, questões como o aborto, laqueadura⁵⁶ ou a histerectomia⁵⁷ antes de ter algum filho são, sem sombra de dúvidas, debates polêmicos na sociedade brasileira que se diz, boa parte, conservadora e tem forte influência religiosa. Essas são pautas cotidianas nos veículos de comunicação e entre grupos feministas e, apesar disso, ainda consideradas tabus. Sustentados por ideias religiosas, valores sociais e/ou familiares todos (acham) têm o que dizer sobre o corpo feminino, sobre o útero. Parece que procuram dominar o corpo feminino em busca da efetivação do ideal da maternidade ou pela manutenção do lugar social e biológico da mulher. Decide-se quando se deve ter filhos, o contexto ideal para tê-los, como deve ser a via de parto, como se deve criá-los... um eterno processo de padronização da maternidade que vai se moldando às perspectivas sociais e aos discursos médicos.

Sabemos que o ditado “ser mãe é padecer no paraíso” não é de hoje, mas o **cansaço** contemporâneo aparece em outro registro, em que essas mulheres se veem mergulhadas em teorias médicas, maternas e de criação dos filhos das quais têm que se apropriar, desde o parto até a criação, para serem “boas mães”. Retorna assim a ideia de “boa mãe” ou para parafrasear o psicanalista “mãe suficientemente boa”, muitas vezes não somente por parte dos profissionais de saúde, mas das próprias mulheres que cobram de si mesmas (a partir desse ideário naturalista atual) um desempenho já pré-determinado, seja pelo abandono estatal e conjugal [...] (CARNEIRO, 2019, p. 198).

Carneiro (2015) ao detalhar sua etnografia sobre as experiências do parir, situa o quanto a maternidade e/ou a maternagem também pode ser um lugar de luta feminista. Em

⁵⁶ A Câmara dos Deputados no dia 08 de agosto de 2022 o projeto de lei que diminui de 25 para 21 anos a idade mínima a partir da qual é autorizada a esterilização voluntária, permitindo ainda sua realização na mulher logo após o parto. A proposta (PL 736quatro/1quatro) será enviada ao Senado. Fonte: Agência Câmara de Notícias disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/856395-CAMARA-APROVA-DIMINUICAO-PARA-21-ANOS-DA-IDADE-MINIMA-PARA-ESTERILIZACAO-VOLUNTARIA>>acsso em 15 de ago. 2022.

⁵⁷ No Brasil, o desejo de não ter filhos não justifica uma cirurgia de histerectomia. O procedimento é, normalmente, indicado para mulheres com problemas graves na região pélvica.

sua pesquisa, a autora trabalhou com mulheres brancas, alfabetizadas, heterossexuais, na faixa etária dos 30 anos e que buscavam conhecimentos sobre o parir e o gestar. Além de afirmar que as mães podem ocupar a rua como um lugar de luta, o estudo nos conduz a refletir sobre as mulheres que, de fato, podem ter acesso a outras maternagens, a outros partos. E essas mulheres não têm o perfil socioeconômico e étnico da maior parte das mulheres brasileiras; nem mesmo as mulheres que fizeram parte do meu estudo são contempladas pelo exercício da maternidade e avoternagem políticas.

Toda mulher nasceu para ser mãe? Toda mulher mãe precisa maternar? Tenha-se ou não filhos, não importa, a realidade é que é praticamente impossível uma mulher fugir dessa discussão sobre o gerar ao longo de toda vida. A mulher que decide não ter filhos precisará justificar a decisão de negar a “dádiva” do “dar a vida” para a sociedade. Além disso, tem surgido também a necessidade de se justificar por colocar filhos no mundo, a depender do contexto social em que a mulher está inserida; o que vai mudar é o sentido da pergunta, mas o objetivo será sempre o mesmo: julgar as escolhas reprodutivas.

Fala-se sobre as mudanças no papel da mulher, mas, ainda hoje, é vendida a ideia de que o papel da mulher é ser mãe e que sua função social é zelar pela família e, por outro lado, ao homem é cobrado o provimento financeiro, essencialmente. Pouquíssimas cobranças são dirigidas ao homem com relação à manutenção da vida dos filhos e à educação destes. A participação paterna na família é passível de muitas ressalvas que, não se precisa de muita investigação para concluir, são aceitas e socialmente validadas. A mulher que casa, tem filhos, trabalha, cria os filhos e gere a casa está fazendo apenas o “seu papel de mulher”, já o homem que trabalha e paga as contas de casa é um “bom homem, excelente marido e pai”. Então, estamos falando de escolhas para quem? Quantos homens precisaram responder se queriam ou não ser pais? Quantos homens ponderaram sobre a vida profissional e a criação dos filhos? A quantos passos estamos da verdadeira mudança?

Parece-me que não só as mudanças, mas as próprias discussões sobre o tema estão condicionadas a uma bolha social, em se tratando da questão específica da maternagem. Vivenciar escolhas e refletir sobre o peso do ser mãe, gira em torno de condições propícias como rede de apoio, engajamento político, comprometimento do genitor e até valores morais e religiosos.

As avós da pesquisa se sentiam responsáveis pelos netos, pois são frutos da sua própria maternidade e, a negativa desse cuidar seria negligenciar os próprios filhos. É

possível que se essas avós, aposentadas, e teoricamente disponíveis não se voluntariassem para “olhar” os netos, enfrentassem julgamentos sociais. A lógica presente nesse sentido é de que “Ora, quando a avó se nega a ficar com os netos e a outra opção é a creche, essa avó está colocando a criança na mão de desconhecidos”. E confirmando esse raciocínio, metade das avós entrevistadas disseram que preferem os netos com elas do que sob a responsabilidade de “estranhos” já que elas estão em casa. Qual é o peso da culpa de não tentar garantir o bem-estar de toda a família?

No texto “Dilemas de uma maternidade consciente” a autora Rosamaria Carneiro (2019) tenciona os imbróglis de mães de camadas médias e assumidamente privilegiadas sobre a prisão da maternidade consciente, sobre a cobrança e o autojulgamento do maternar. Mesmo as mães, conscientes do seu papel e minimamente amparadas, se encontram às voltas com a pressão interna socialmente construída do ser mãe, do ser responsável por alguém.

O mundo mudou, porém, parece que o lugar da mulher na maternidade e no cuidado, não. A mulher continua com a carga de principal responsável pelo “andamento” da família. O dilema da mulher moderna se encontra exatamente no mesmo lugar onde sempre esteve: na culpa, na obrigação e no julgamento. A diferença é que para algumas existe espaço seguro para falar e lutar para/contra a culpa e os julgamentos. Quem sabe um dia...

3.3 Ciclos Familiares do Cuidar e do Servir

Figura 20. Três gerações da família.



Fonte⁵⁸: Colaboradora, integrante da família, 2022.

⁵⁸Ao longo da pesquisa pude acompanhar as famílias crescendo e se transformando. A foto registra a chegada do novo membro, um dia depois da minha ida até a casa da família. Vi de perto a ansiedade da avó e a alegria

Neste subcapítulo abordo, de forma mais detalhada, os ciclos de cuidado observado dentro das famílias pesquisadas. Foi possível perceber, ao resgatar as relações das avós com suas próprias avós e com as infâncias vividas, que o cuidado pode acontecer de maneira cíclica. Ao conversar com as mães e alguns pais percebi que o fenômeno se apresenta também nas gerações mais recentes e representou um ponto importante para minha pesquisa. O ciclo era/é construído a partir da relação adulto-criança/ criança-adolescente/ adulto-adulto-adolescente-criança, as quais são pautadas pela necessidade de cuidar para a vida e para viver e, rotineiramente, um cuidar familiar que é construído e/ou exigido ao longo das gerações. Há um esforço para se construir e manter os ciclos.

A existência do cuidado nas famílias pôde ser notada em situações diversas e, esses aparecimentos denunciam o quanto pode ser diferente e assumido por qualquer familiar, independentemente da idade, conforme vimos no capítulo 2. O interessante aqui é entender como essas diferentes situações e sujeitos se organizam, cabe entender como e porque esses familiares estão cuidando uns dos outros dentro da esfera doméstica.

As famílias entrevistadas afirmavam reproduzir e/ou transferir cuidados e atos de serviços com/entre os membros, posto que esses atos reafirmavam as ligações de parentesco. Também pude identificar as transformações nesses atos de cuidar e o entendimento do que ele é e do que seria o *servir* alguém, especialmente as avós e as crianças. As mães e as avós traziam os registros dos cuidados entre eles como provas do comprometimento mútuo com o bem-estar da família e com a possibilidade dos membros estabelecerem rotinas de trabalho ou de lazer, além das demandas das crianças ou dos mais velhos.

Saad (2004) analisou famílias na cidade de São Paulo e Fortaleza a fim de entender como se estabelecem o que ele chamou de transferência de apoio entre as gerações. Em seu estudo, o autor conclui que os idosos no Brasil e na América Latina em geral, não apenas recebem, mas também prestam intensa ajuda na forma de bens, serviços, dinheiro e outros, o que caracteriza a existência das transferências de apoio informal entre os idosos e a família. Saad (2004) diz que essa troca se trata de um processo de intercâmbio recíproco entre gerações. Esse padrão de reciprocidade também pode ser observado aqui, quando

da irmãzinha com a chegada da nova criança da família. Registro feito em junho de 2022, a foto foi autorizada e enviada pela família.

pude verificar a construção dos ciclos de cuidado e serviço no seio da família, incluído diferentes gerações.

Os ciclos que observei são, indiscutivelmente, costurados pela presença do feminino, independente da fase da vida. Embora tenha encontrado, na minha amostra, tios, avôs e padrinhos incluídos no ciclo, na maioria das vezes é a menina pequena que faz companhia à avó, é a neta pré-adolescente que acompanha a avó nas saídas de casa, é a filha mulher que resolve os problemas dos pais, é a avó materna que está com mais frequência “olhando” os netos. Carneiro (2019) conclui que, no limite do cuidado, as mães – e eu estendo às mulheres- exercem um trabalho doméstico não remunerado, que sustenta o capitalismo, mas é invisibilizado por ele. Esse cuidado doméstico feminino é o que também parece sustentar o ideário da instituição família, parece ser ele a liga dos ciclos.

Durante as conversas com os netos mais velhos, um comentário sobre o cuidado prestado aos avós tornou-se comum: *faço pouco e/ou não faço nada por ela*. Acontece que os netos não viam o zelo e serviço prestado aos avós como sendo atos de cuidado “louváveis ou suficientes”. Ao passo que os avós mostravam que não queriam incomodar e sair do lugar de cuidadores, os netos diziam fazer pouco ou quase nada pelos eles. Me pareceu que, quando é chegada a hora de inverter os papéis de cuidadores e cuidados, as questões de dependência, valor social, valor moral, gratidão e troca *florescem* em ambas as partes.

Apesar disso, ao ouvir as gerações mais jovens, me deparei com muitas situações onde eles se colocavam como cuidadores dos mais velhos e em um lugar de retribuição com relação ao cuidado que receberam um dia e/ou ainda recebem. As crianças, ainda crianças e sujeitas a um cuidado de manutenção da vida, já demonstravam essa ação de cuidar de outras crianças e dos adultos. Esse movimento me lembrou Marcel Mauss (1974) em o Ensaio sobre a dádiva.

Em *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, o antropólogo Marcel Mauss (1974), fala sobre as características das formas arcaicas do contrato e de diversos sistemas de trocas ditas econômicas e para isso compara os sistemas de trocas de alguns grupos. Mauss (1974) chega à conclusão de que eles têm algo em comum, a obrigatoriedade implícita de dar, receber e retribuir. O autor procura mostrar que esse sistema de trocas não acontece de forma mecânica e apenas para a subsistência dos clãs, ele aponta que há uma instância moral que pauta as relações sociais estabelecidas pela/com a dádiva.

Nesta obra vemos que as dádivas são trocadas e há uma obrigação de retribuí-las, os ciclos familiares de cuidado parecem carregar essa obrigatoriedade da dádiva. É compreensível que a dádiva produz a aliança, alianças de todas as naturezas: religiosas, afetivas, econômicas etc. O cuidado referido também tem essa função de firmar alianças, o serviço prestado hoje pode ser cobrado, às vezes veladamente, às vezes expressamente. A troca pode acontecer de maneira simultânea: te cuido aqui, você me ajuda ali.

Na pesquisa realizada, a criança que passa o dia com a avó para ser “tomada de conta” também faz companhia à avó, e ambos estão conscientes desse acordo implícito e moral sobre o cuidado. A avó “olhava” a criança e a criança “olhava” a avó, sobretudo uma troca de companhia. A definição dada à dádiva por Mauss (1974) vai além dos objetos materiais. A dádiva pode ser conversas, amizade, prestação de serviço, celebrações, doações, afetividades etc. E isto está presente nos ciclos de cuidado, a dádiva do afeto estava presente no discurso dos meus colaboradores,

“Eu não sei dizer o quanto sou grata a vovó por todo amor, carinho e dedicação. Tudo o que faço não é nada diante do amor que recebi.” (Manuela (23), escuta através do Google Meet).

“Zaza [como chama a avó] brinca comigo e eu com ela.” (Nayara, quatro anos e cinco meses, escuta presencial).

“Eu gosto da minha mãe e tal, mas minha casa é aqui com vó. A vida todinha ela me cuidou, meu lugar é aqui com ela e vô [...] minha mãe já sabe, mas se eu fosse embora vó não iria gostar [...] ela dizendo aí que eu que tomo conta dela [risos] também! Às vezes....” (Iago (12), escuta via aplicativo WhatsApp).

“Minha avó me entende mais do que a minha mãe, se eu pudesse ficaria mais na casa dela. Ela assiste o que eu gosto, gostamos das mesmas coisas, ela me leva para encontrar os amigos, faço companhia para que ela não fique sozinha com o meu avô. O sábado é o nosso dia.” (Gabi (11), escuta presencial).

As avós e bisavós também falavam sobre a infância, lembrando-se dos familiares e/ou parentes que tinham uma participação efetiva na criação delas, trazendo para nossa conversa momentos que marcaram, desde um banho de rio até o ensino de corte e costura. As memórias traziam a revelação de que essa construção do cuidado no seio da família não é algo, por assim dizer, orgânico, a obrigatoriedade do cuidar vai sendo alimentado, ao ponto de que, se a pessoa não receber o cuidado que um dia prestou a alguém, está sendo injustiçado/a. A lembrança de que um dia foram cuidados por alguém, fazia com que sentissem a obrigatoriedade de cuidar dos familiares ou presumiam que os familiares tinham a obrigação de cuidar delas, como foi o exemplo de Dona Neide (87),

“Hoje me vejo sozinha durante vários momentos do dia, se eu precisar tomar água, não tem quem dê. Mas, escute minha filha, cuidei dos 3 [filhos] muito bem, fiz de tudo e hoje me vejo abandonada. Por todos não, Nelson não, mas, cadê que sentam para conversar comigo? Fazer companhia? Ninguém tem tempo.” (Dona Neide (87), escuta presencial).

Esse ciclo de cuidados pode ser mantido também pela lógica do cuidar hoje para ser cuidado amanhã, essa ideia imbuída nele é expressa na frustração de Dona Neide (87). Cuidar de alguém, muitas vezes, parece ser entendido por essas avós como sendo um “investimento cósmico”, uma “ação benevolente” ao universo e por isso, o cuidado deverá voltar para si em um momento de precisão. Então, a ação de cuidado no ciclo familiar é uma dádiva e investimento, que, moralmente, parece exigir retribuição, o que foi constatado na maioria das famílias pesquisadas.

Mas essa “retribuição” nem sempre vinha como o esperado. Dona Neide (87) relatava, sempre que nos encontrávamos, essa mágoa com relação às filhas e as netas, dizia que, as que coabitavam com ela, moravam apenas por necessidade e que não estavam ali para fornecer companhia ou cuidado. Segundo ela *“eu que cuido delas! Comem do meu pirão e moram na minha casa.”* E continuava *“já falei para você das minhas noites de costura, quase ceguei. Tem custo me buscarem uma água? Me levarem pelo braço para caminhar na calçada?”*. Ao fundo, a neta escutava a conversa e me dizia que a avó estava exagerando, a bisneta também sempre estava presente e ouvia tudo na espreita da sala. A bisneta, no alto dos seus quase 5 anos, não interrompia nossa conversa, mas também não dava muito ouvidos à bisá que, ao chama - lá, recebia em troca alguma *careta*⁵⁹. *“Tá vendo aí, minha filha?”* apontava Dona Neide (87), tentando me fazer entender seu ponto de vista. A bisneta Nayara (quatro anos e oito meses) sempre estava de *arenga* com a bisavó, presenciei algumas caretas, umas respostas atravessadas, momento que chegou a ignorar a presença e fugia das investidas *carinhosas* da bisá. Em certa oportunidade, quando Nádia (31) me disse que a filha chamava a bisá de “feia e chata” perguntei à menina o porquê dela achar isso, ela me respondeu *“porque ela é feia e chata!”* e continuou brincando com as bonecas ao redor da nossa conversa.

⁵⁹Careta pode ser entendida como modificações na expressão da face, contração dos músculos e/ou espasmos. No contexto da criança Nayara ela fez a careta para demonstrar repúdio ao chamado da avó. A careta pode ser usada também por brincadeira.

“Vó é muito abusada, chata, só quem sabe é quem está aqui. A gente cuida dela sim, agora não dá para parar tudo e ir buscar água, levar no banheiro, pegar isso e aquilo outro. E Nayara também é cheia de coisinha. É LUTA VIU? Eu cuido delas e esqueço é de mim e ainda não presto!!” (Nádia (31), escuta presencial).

A neta de Dona Neide (87), Nádia (31), interferia nas colocações da avó, defendendo que existe ali um cuidado, não só com ela, mas com a bisneta e com sua mãe. Afirmando que o problema entre elas não é a falta de cuidado e sim, uma alta expectativa de Dona Neide (87) que, segundo Nádia (31), lhe custaria a saúde e a vida pessoal. Nesse sentido, o cuidado pode até ser cíclico embora nem sempre seja harmônico e, segundo o que diz Dona Neide (87), pode ser descontinuado.

Em uma conversa com a neta mais velha de Dona Marta (70), Manuela (23), ela me contou sobre o Natal de 2021. Nesse Natal, em uma brincadeira de amigo secreto, Manuela (23), emocionada, falava para mim sobre a importância que esse presente de Natal, endereçado a avó, teve em sua vida, como isso marcou a porta de entrada para uma vida adulta/profissional. A jovem via materializado o desejo de retribuir o cuidado e dedicação que a avó teve com ela durante toda a sua vida, além da própria realização profissional, já que estava, enfim, ganhando a ponto de ajudar a família.

“Meu amigo secreto não é só um amigo e muito menos secreto, todos que me conhecem sabem do meu amor e admiração por essa pessoa, e quero poder um dia ser 1% da pessoa que ela é, o maior presente que podemos dar a alguém é algo que não podemos ter de volta, que é o tempo, destinar seu tempo para alguém é a maior demonstração de carinho que uma pessoa pode dar e ela sempre doou seu tempo para todos que a rodeia, hoje realizo um sonho que achei que seria algo muito distante e sem a educação que ela me deu, eu não seria quem sou hoje. Vovó, utilize esse presente para poder falar comigo independentemente da onde eu esteja, assistir meus *stories* e vídeos de trabalho [Manuela comunicação] e continuar acompanhando e estando presente em todos os momentos da minha vida, kkkk amo você.” (Mensagem enviada a Dona Marta (70) por Manuela (23), a qual foi lida durante a brincadeira de Natal. Manuela me enviou via *WhatsApp*).

O significativo acontecimento me foi relatado com emoção. Manuela (23) me encaminhou a mensagem por *WhatsApp* e reafirmou o quanto esse momento de retribuição era importante na vida dela. Segundo ela, provavelmente mais importante para ela do que para a avó. Manuela (23) assumiu como um objetivo de vida retribuir o cuidado e o investimento financeiro que seus cuidadores, principalmente a avó, ofertaram a ela durante sua criação. Inclusive, segundo ela, apesar dessa retribuição não ser algo cobrado por ninguém, é algo que a deixa ansiosa, que a impulsiona e faz uma cobrança pessoal

constante. A dádiva implícita no cuidado por vezes traz satisfação para as duas pontas: quem cuida e quem é cuidado.

A mensagem que acompanhou o presente, direcionada a avó, foi redigida enquanto estava a neta em outro Estado, passando um Natal atípico, longe de Dona Marta (70). A neta falava sobre a importância da avó em sua vida e quanto seu apoio é/foi fundamental para sua vida profissional. Manuela (23) descreve no texto o que me relatou nas conversas, ela fala sobre essa relação de cuidado e serviço que a avó exerceu em sua vida e que hoje ela vê sendo direcionada também aos netos mais novos.

A neta acredita que o cuidado exercido não é suficiente e diz se sentir em dívida com a avó e com a mãe, visto que fez/faz poucas atividades domésticas, dá pouca assistência à manutenção da vida, não cuidando como gostaria e como viu a mãe e a avó fazendo por ela. Por outro lado, ela se vê como membro útil da família quando se coloca à disposição para os cuidados “práticos”: levar ao médico, fazer companhia, dar presente, ajudar financeiramente, brincar com a sobrinha e afilhada.

Ao começar a falar sobre o suporte dos avós maternos, emocionava-se. Na ausência da presença paterna, no distanciamento e até na indiferença entre a família paterna e ela, Manuela (23) afirmava que a avó escolheu amá-la, já que em comparação com outra família, nada teve organicamente. Ela não via esse cuidado das avós com os netos como algo implícito nessas relações pois, segundo ela, as ligações sanguíneas não são suficientes para amar ou cuidar de alguém. Ela não se sentia pertencente ao ciclo de cuidados da família paterna, foi e é no núcleo materno que ela se sente cuidada e se comprometeu com o cuidar.

Esses relatos de troca e retribuição não ficaram restritos a família de Dona Marta (70), embora também houvesse relatos de como essa “obrigação” implícita de retribuir o cuidado afetava a vida dos envolvidos. Essas declarações sobre o “peso” e a excessiva cobrança em “retribuir” o cuidado com os membros da família estavam mais presentes nos sujeitos que compõem o “meio” do ciclo, por assim dizer; as mães das crianças, filhas das avós, as madrinhas e os tios,

“Mainha me sufoca às vezes, eu faço de tudo, forneço apoio financeiro de todas as formas, mas, sempre que possível ela me empurra uma nova obrigação. Pago a escola de Iago, ajudo com as despesas dele, compro roupa, dou presente, fora a ajuda de custo para ela mesmo. Mesmo assim, ela cobra! cobra e faz cara de decepção quando não posso fazer alguma coisa [...] se eu não puder ir encontrar

ela por conta do trabalho, ela reclama, se eu estiver em João Pessoa, tenho que ir com ela ao médico, do contrário, sou ingrato.” (Ivan (39), escuta presencial).

“Passa na cara tudo o que fez e não vê o que fazemos por ela, eu não sei o que vó quer mais. Já me deu vontade de sair daqui, jogar tudo para o alto [...]” (Nádia, (30), escuta presencial).

“Nega ajuda sempre, mas vai eu não passar Natal, Ano Novo, feriado, dia santo com eles!? Mainha muda na hora, quer ver colocar cara feia? É eu resolver alguma coisa sem ela, Mainha é controladora demais. Tem que estar ali, com ela.” (Élida (32), escuta presencial).

“Essa semana dei 3 viagens, no mesmo dia, até a cidade vizinha para levar e buscar encomendas de Dona Lúcia, coisa que o próprio filho não faria. Mas se eu não fizer, se eu insinuar que não quero fazer, começa a ladainha de Lúcia “ah porque Mainha faz tanto por nós, não custa nada”, “você acha bom quando ela vem nos ajudar, ela pede ajuda uma vez na vida” e Dona Lúcia fecha a cara, passa logo o dia soltando piadas sobre não poder contar com ninguém [...] Ter família perto é bom, mas tem umas coisinhas.” (Lúcio (41), escuta presencial).

“Minha família é muito unida, digo assim, todos estão sempre se ajudando. Eu me sinto culpada quando não posso fazer alguma coisa, muitas vezes sacrifico algo que planejei para atendê-los.” (Vânia (31), conversa via *whatsapp*).

A manutenção do ciclo parece ter um preço, um peso. Cabe aqui também os depoimentos de Dona Eva (53) e meu exemplo pessoal, com minha tia Velha (72), que acredita ter perdido a oportunidade de construir a própria família em prol dos cuidados com o núcleo familiar materno. Dona Eva (53) e tia Velha (72) foram criadas para cuidar de *algum alguém* e, segundo elas, isso fez com que sacrificassem suas vontades individuais. Aparentemente a liga que une e mantém o ciclo é subjetiva; não são apenas as relações afetivas, nem tão somente, as obrigações morais com os parentes. Ora, a liga é alimentada por afetividades, moralidades, gratidão, obrigação legal, necessidade econômica, laço consanguíneo e tantos mais.

O estabelecimento de ciclos de cuidados sólidos no cerne dessas famílias me pareceu ser a resposta da pergunta que Debet (2014, p. 36) traz: “Quem no futuro irá empurrar as cadeiras de roda dos velhinhos?” Bem, um ciclo construído sob a lógica da troca e da retribuição, tende a colaborar com os futuros cuidados desses “velhinhos”, já que essa é uma preocupação justa frente ao “aumento da longevidade acompanhado do decréscimo das taxas de natalidade, fatores que colocam de imediato a questão de saber qual força de trabalho poderá se ocupar dos programas sociais voltados para a velhice” (DEBET, 2014, p. 36).

Segundo Molinier (2014) o cuidado é, em primeiro lugar, um trabalho, que depois gera afetos bastante ambíguos ou ambivalentes. Segundo a autora, os cuidadores, que no

contexto de sua pesquisa são remunerados, não precisam amar os que recebem o cuidado, mas os sentimentos de afetividade surgem nos seus discursos de quem cuida. Aqui, os cuidadores que são familiares, apontam os problemas, mas não sem antes afirmar o amor por quem cuidam, Nádia (31) e Dona Neide (87) se alfinetavam sempre que possível apesar de anunciarem “um amor” entre elas, apesar de terem também discurso de afeto. Assim como Molinier (2014), não afirmo que eles só cuidam dos parentes que amam, mas pontuo que eles afirmam que retribuem o cuidado, sobretudo, por amor e gratidão.

Durante os encontros e conversas, todos os netos falavam do amor e da dedicação das avós; logo no início dos papos, os depoimentos eram direcionados à descrição das afetividades entre eles. Se minha pergunta era uma espécie de pedido para que falassem sobre a avó ou avô, era certo que o depoimento começaria com alguma declaração e/ou agradecimento. O “amor” nesse contexto de cuidar de alguém, volta regularmente e se destaca sobre um pano de fundo mais indefinido (MOLINIER, 2001, p. 22). Vejamos que ele precede, no discurso dos colaboradores, atos de cuidado ao longo da vida, talvez um amor não só subjetivo, mas condicionado? Pensemos. Molinier (2001) pesquisou com cuidadoras de um EHPAD (Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas Dependentes) da região parisiense. A autora chama a atenção para a ética de assumir os *dizeres* dos colaboradores, deve-se atentar para o significado dado ao “amor”,

O significado da palavra amor não é o mesmo para as cuidadoras e para o quadro dirigente [do EHPAD]. Para elas essa palavra designa aquilo que viabiliza o trabalho, que o torna possível. Quando lhes perguntei o que significa “trabalhar bem”, as cuidadoras me responderam: “é trabalhar com o seu coração”. Elas concordam quanto a fazer do “amor” ou do “coração” aquilo que conta. Tomar o partido do cuidado, fazer com que a “voz diferente” seja ouvida, significa, antes de tudo, não desqualificar ou descartar a palavra sobre “o amor”, mas também não dar como certo que as cuidadoras sabem exatamente o que querem dizer. (MOLINIER, 2001, p. 28).

No discurso de meus entrevistados, era o amor que justificava o cuidado mútuo, porém de diferentes formas e níveis de comprometimento. Observei esse “ciclo de cuidado e serviço” nos depoimentos como o de Manuela (23), onde o exemplo familiar de cuidado exprimia a obrigação/necessidade devolutiva, seja a figura da avó, da mãe ou dos membros mais jovens da família. Lembremos da família de Dona Inácia (60) e o neto Iago (12), que hoje ajuda a avó a cuidar dos netos mais novos e, através da companhia, também cuida dos avós no alto dos seus 12 anos. Ou mesmo a família de Dona Duta (86), onde 3 gerações coabitam com ela e, mesmo com casa própria, não saem de lá, na eminente obrigação de

fazer companhia e “olhar” a senhora que passa dos 86 anos. Dona Duta (86), porém, se vê como a cuidadora, a responsável pelo bem-estar de todos.

“Vejo minha filha pra lá e pra cá, trabalhando a noite no hospital, esses meninos também trabalhando fora, ao menos aqui eles chegam e tá a comida pronta, uma coisa ou outra que eu consigo fazer, eu faço. Tem dia que eu passo o dia sozinha, nega, eu me tranco e pronto. Pode chegar aí no portão e me chamar que eu nem saio[...] eles que falam que não posso estar sozinha.” (Dona Duta (86), escuta presencial).

Na família de Dona Marta (70), pude visualizar os ciclos familiares de cuidado envolvendo todas as gerações e, inclusive, através do apadrinhamento dos parentes. O ciclo de apadrinhamento começou no nascimento da primeira neta e seguiu assim: A tia Mônica (35) é madrinha de Manuela (23), Manuela (23) é madrinha de Melissa (4 anos e 11 meses), Mariza (39) é madrinha do sobrinho, o Tio é padrinho de Manuela (23) e agora, o tio e a esposa são padrinhos do bebê que acaba de nascer. Completando a linha do tempo e reforçando a importância desses laços também a partir do batismo, Manuela (23) me adiantou que se chegar a ter filhos, Melissa (quatro anos e 11 meses) será madrinha, dando continuidade à tradição familiar.

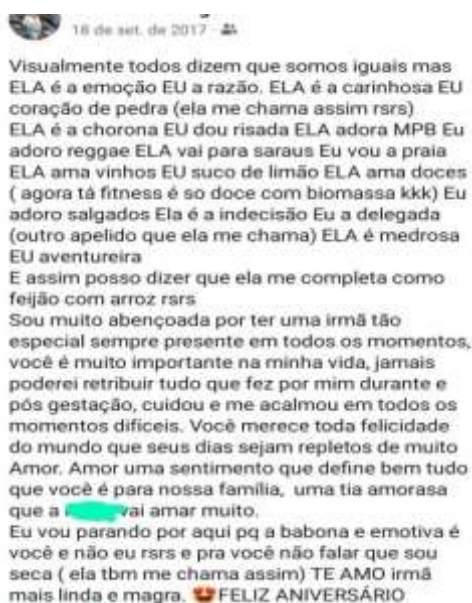
O apadrinhamento é algo muito forte nas famílias ouvidas, dentro dessas relações familiares esse movimento de apadrinhar o/a sobrinho/a, prima/o etc., reforçava o compromisso com os cuidados direcionados à criança. O tio Ivan (39) é padrinho de Iago (12), Lígia (33) e Lúcio (4) são padrinhos de Letícia (11), Élide (32) e o marido são padrinhos de Elisa (quatro anos e nove meses), Vânia (31) é madrinha de Vitória, Darlan é padrinho de Dandara e Gerlane é madrinha de Gabi (11). Vejam que, entre as dez famílias da pesquisa, sete possuem relações de apadrinhamento em seu ciclo.

Os ciclos também podem ser invisíveis ou invisibilizados. Dona Eva (53), por exemplo, assim como Dona Neide (87), nega receber cuidados dos familiares, característica que foi criticada pela filha. Dona Eva (53) não entende cuidado como sendo algo que precisa receber, mas sim fazer, já que cresceu em uma linearidade nesse sentido. Mas, ao conversar com a filha, constatei que no contexto familiar de Dona Eva (53) também é possível observar um ciclo do cuidar, negado, mas presente.

Dona Eva (53) se responsabilizou pelo pai e irmãos, depois pelo avô, depois pelo marido e filhos, hoje ainda é responsável pelo filho e neta não sanguínea e, em contrapartida, recebe ajuda financeira e apoio da filha e do marido. A filha Élide (32),

assim como Manuela (23), exerce um cuidado “prático” voltado à resolução de problemas e de ajuda na subsistência, auxiliando desde as compras no mercado até consultas médicas e solução de problemas burocráticos. E, assim como Manuela (23), Élide (32) também acredita que colabora pouco, acredita que a mãe é pouco recompensada mediante todo trabalho dedicado à família.

Figura 21. Declaração



Fonte⁶⁰: Registro fornecido por Mariza (39), 2022.

Os ciclos podem ser vistos entre os tios, sobrinhos, afilhados, parentes consanguíneos e não consanguíneos, mas acontecem, sobretudo, dentro dessa lógica de dar e receber, de ajudar e de ser ajudado. Um acordo [moral] familiar parece implicar esse compromisso de colaboração contínua com os membros.

Contudo, os ciclos de cuidado não estão presentes em todas as famílias, há também, rompimento da linearidade ou frustração por não receber o cuidado que presume que deu e que merece receber. É o caso de Dona Neide (87), bisavó de Nayara (quatro anos e oito meses) que, em um encontro, me dizia,

⁶⁰ Depoimento/declaração feito por Mônica para a irmã Mariza. No post na rede social Facebook, ela agradece à irmã pelo cuidado com ela e com a filha recém-nascida. No texto, ela fala da impossibilidade de retribuir todo cuidado que recebeu.

“eu chamo ela para perto de mim. Eu digo: chegue minha filha, dê um abraço em vovó e eu dou em você, venha me acalmar, eu lhe acalmo também. Mas a menina já está *avaroçada*, não chega perto de mim. É uma coisa triste. A gente poderia se acalma para viver esse inferno aqui.” (Dona Neide (87), escuta presencial).

Dona Neide (87) fala com pesar da situação doméstica que está vivendo, a neta estava se separando do então marido, a bisneta sofrendo com a situação e a filha que não aceitava aquela situação. O clima era de brigas constantes e, naquele dia, mais cedo, tinha acontecido uma briga generalizada entre a neta, o marido e a sua filha. Tudo na presença dela e da bisneta Nayara (quatro anos e oito meses). Dona Neide (87) acreditava que a falta de carinho da menina com ela era fruto do ambiente de brigas constantes ao qual estavam sujeitas. “Eu não tenho idade pra isso, essa menina também não deveria ser criada assim”, me dizia ela. Ela, na altura dos seus anos sabia que precisava de cuidados e via na menina de quase cinco anos o cuidado que queria: o afeto. A dádiva, naquele contexto, era o abraço que ela poderia dar, a companhia e a retribuição dos cuidados que tanto Dona Neide pedia para receber.

Dona Neide (87) cobrava a manutenção do ciclo de cuidado sobre ela e a criança. Apesar da idade, ela era a principal provedora da casa, mediante a sua aposentadoria, fator que colaborava para que todos coabitassem com ela até hoje. Ao ouvi-la, pensei sobre a edificação dos ciclos de cuidado, pensei sobre o que os mantêm juntos quando não há comprometimento afetivo entre os envolvidos. De acordo com Saad (2004) os períodos cíclicos de crise econômica costumam levar um número crescente de filhos adultos (e aqui, suas famílias), de dependerem, em algum nível, dos recursos de seus pais idosos. “Nesses casos, a casa própria do idoso ou mesmo seus diminutos rendimentos de pensão ou aposentadoria estariam se transformando em valiosos, se não únicos, proventos familiares” (SAAD, 2004, p. 170).

Dona Neide (87) não se sentia cuidada, tanto que se esforçou para deixar isso claro em nossas conversas e alto o suficiente para que os familiares também tivessem ciência de suas queixas. Por outro lado, a filha e a neta, achavam que estavam cuidando dela já que moravam na mesma casa, faziam as compras (com a aposentadoria de Dona Neide) e eram responsáveis pela limpeza, banho, gerência da casa. Algumas informações sobre o contexto familiar de Dona Neide (87) e como estão hoje, após o fim da fase de pesquisa de campo, são pertinentes aqui. Os familiares coabitantes viviam em clima de discussão, sua neta e sua filha também reclamavam das faltas da matriarca da família, reclamavam do trabalho

que a idosa dava. Nádia (31), que morava com então marido na casa de Dona Neide (87), separou-se, a contragosto da mãe e da avó. Na sequência, ela deixou a casa e foi viver com um novo companheiro, em primeiro momento, ela levou consigo Nayara (quatro anos e oito meses). Sua mãe, avó da menina e combinada com o pai da criança, retiraram-na da mãe, ambos alegavam que ela estava morando em um ambiente inseguro⁶¹ para a criança. Agora, a menina fica de segunda a sexta na casa da bisavó, sob a responsabilidade do pai e das idosas, no final de semana ela vai para a casa da mãe.

No nosso último encontro, Dona Neide (87) se emocionou, chorou, ficamos em silêncio e tivemos longas pausas para contemplar a parede de sua sala. Nossa conversa era sobre sua infância e os significados do cuidado. Pensando sobre tudo, ela concluiu que os familiares que moram com ela só estão ali por falta de opção e, caso tivessem alguma, não lembrariam dela ou teriam “consideração”, como ela diz. É Dona Neide (87) que sustenta o cuidado na sua família, nesse contexto familiar, não há ciclo, há uma linearidade e há um elemento visível que o sustenta: econômico. Como menciona Dona Neide: “Tem dias que eu me pergunto o porquê de estar nessa situação, o que foi que eu fiz, meu Deus do céu, para viver nesse apertado. Nenhum se preocupa em me dar paz[...] é tanta falta de consideração.”.

Dona Afrodite (66) disse que aprendeu a cuidar com sua avó, que tomou conta dela e das irmãs, sua avó também cuidou do filho e da casa, que estava cheia de pequenas netas. Dona Afrodite (66) cuidou dos filhos, do marido, cuida dos netos e diz já receber os cuidados vindos do neto Augusto (12). Seguiu esse processo ritmado na casa de Dona Lúcia (62), Dona Inácia (60), Dona Eva (53), Dona Duta (86), Dona Vera (62), Dona Paula e Dona Marta (70), mas é leviano generalizar. Há famílias que não conseguiram estabelecer esse ciclo e há pessoas que não se sentiram pertencentes, outras que entraram em um ciclo de cuidado que não é familiar ou consanguíneo, por exemplo.

Nesse sentido de ciclos de Cuidar e Servir, quem cuida, de alguma maneira, espera ser cuidado. Ciclos assim, de cuidado e serviços, foram observados em nove das dez famílias, entre parentes e agregados, entre diferentes gerações, sejam crianças ou adultos; todos têm uma função com/no cuidar da família. As relações entre avós e netos e entre os

⁶¹ Na verdade algumas situações familiares e atitudes de Nádia (31), após a separação, endossaram essa decisão. Problemas como risco de violência doméstica, abuso psicológico e insegurança alimentar foram relatados em tom de desabafo, durante uma visita recente à família. Por ser tratar de conversas fora do contexto de pesquisa e por falar de potenciais crimes não denunciados pela família, deixarei essas informações detalhadas fora do texto.

próprios familiares permeiam as questões de cuidado e apoio, construindo uma lógica cíclica para as interações dessa natureza. Entretanto, multifatores colaboram para que os ciclos sejam construídos e mantidos, não há como falar que a liga é o amor, a moral, a gratidão, o sentimento de pertencimento; talvez e com muitas ressalvas, um dos elementos seja o comprometimento com a família.

3.4 Quando as Crianças Falam sobre Cuidado

As crianças são sujeitos ativos e participantes no seio familiar, são peças importantes para conseguirmos situar essa relação entre elas e as avós a partir do cuidado. Procurei ouvir as crianças sobre aquilo que elas vivenciam, ouvi sobre o mundo que se constrói em volta delas para “encarar as vidas das crianças estudadas como uma realidade complexa, marcada por luzes e sombras, potencialidades e criticidades” (COLLONA, 2012, p. 4). A escuta e a observação das interações me conduziram ao entendimento do modo e significado do cuidado entre eles e proferido por eles. Entendemos que o cuidado pode adquirir características diferentes quando sujeitos diferentes desempenham e quem recebe também lhe atribui significados únicos.

Ao perguntar diretamente sobre cuidado às crianças, percebi três questões comuns nos depoimentos: primeiro, o significado dado ao cuidado, segundo, as formas como e se eles cuidavam de alguém e, terceiro, os tipos de cuidado que recebiam, quem eram seus cuidadores e como eles percebiam esse cuidar.

Mesmo em contextos onde existiam vários cuidadores diretos, as crianças faziam uma distinção clara entre eles. Elas sabiam bem quem era a avó, a mãe, os tios e concebiam o papel de cada um não só no cuidado, mas no contexto familiar. Falei anteriormente que as avós tinham uma preocupação com relação à possível situação de “ocupar” o lugar da mãe e/ou pais na vida dos netos, a preocupação era com relação a não trazer prejuízos à criança e não ter problemas com os pais visto que as diferenças no modo de “criação” é um dos principais motivos de desavenças entre as avós e as mães (CAVALCANTE, 2018).

Para meus colaboradores, era primordial que, apesar de todos cuidarem, não se misturassem os papéis sociais de mãe, pai e os outros. Bem, essa questão também me pareceu ser uma preocupação das crianças, que quando perguntadas sobre a relação com a avó e com a mãe, em contexto de cuidados, procuravam deixar bem claro como o “amor” e

a “predileção” eram termos igualmente dirigido às duas. As crianças pontuavam as diferenças entre os cuidados proferidos pela avó e pela mãe, mesmo que ambas fizessem a mesma função, como levar à escola e comprar remédios; a mãe sempre era citada como aquela que toma as “decisões”. Essa visão das crianças pode ter sido alimentada pelo próprio discurso das avós que, com frequência, afirmavam não ser a “mãe” e não “decidir” as coisas.

“Cuido, cuido, mas eu não decido nada. A mãe é que sabe como educa, evito me meter porque cada um é que sabe o melhor para os filhos. Eu ajudo, fico com ela, mas a responsabilidades é dos pais.” (Dona Vera (62), conversa via app *Google Meet*).

“Amo mãe e minha avó. Eu acho que sou mais carinhosa com minha avó porque ela é mais assim, minha mãe é toda ignorante [voz mais baixa], eu gosto das duas, [você perguntou sobre quem cuida de mim né?] respondendo sobre cuidado, acho que elas têm um cuidado igual... não! Minha mãe é toda assustada, mas fora isso acho que o cuidado são os mesmos.” (Gabi (11), escuta presencial).

Diálogo entre Nayara, sua avó Nilza e eu (presencialmente)

“Dona Nilza: fale para ela quem é que toma conta de você, quem ajeita suas coisinhas.

Nayara olhei lateralmente para nós e não respondeu

Dona Nilza: Quando sua mãe está trabalhando ou ocupada, quem fica com você?

Nayara: Zaza, respondeu a menina em claro desconforto.

Dona Nilza: É, e quando a mãe está sem paciência também. Porque ela não tem paciência com a menina, e olhe que ela não foi criada assim não, viu? Nunca, nunca gritei, falei palavrão, nada disso.”

Ao longo da pesquisa procurei fazer escutas livres e em contextos de brincadeira. Os relatos trazidos nesse subcapítulo são de escutas presenciais e, em sua maioria, feitas depois que já havia conversado com os adultos da família. Sendo assim, eu conhecia e sabia de algumas preferências das crianças, o que facilitou minha aproximação, algumas crianças já me conheciam e/ou me ouviram conversando com avó e mãe.

As crianças se apresentaram não apenas como companhia dos avós, elas se colocaram também cuidadoras, ao passo que estar com eles, sob os olhares atentos, conhecendo as demandas dos avós e seus limites pode fornecer auxílio frente as atividades do dia a dia. As crianças cuidam ao lembrar de um remédio, ao acompanhar em uma saída de casa, ao ensinar a manusear o celular ou outro aparelho tecnológico, ao tirar dúvidas, ao forçar a avó ou avô se movimentar mais, interaja mais, fique atento, além da inegável contribuição afetiva, principal contribuição observada pelos avós.

Algumas pesquisas (COLONNA, 2012; PIRES, 2012) mostram como, no contexto familiar, muitas crianças realizam atividades de cuidado. As atividades vão além do trato com outros parentes e podem ser consideradas como algo necessário para a

formação individual de cada um. Essa lógica de “desempenho de tarefas e realização de cuidado como sendo parte necessária da formação pode ser vista na pesquisa de Pires (2012) com as crianças de Catingueira – PB e na pesquisa de Colonna (2012) onde podemos observar as práticas colaborativas das crianças de Maputo-Moçambique com a família, através do cuidado com os irmãos mais novos.

Figura 22: Brincando para escutar, escutando para aprender.



Fonte⁶²: Autora, 2022.

“você sabia que esse é meu jogo predileto? Você quer jogar? Olha. Você pode jogar uma vez e eu outra porque o vovô vai atender [o avô estava esperando uma cliente para atendimento holístico], o vovô jogou errado porque não entendeu que é assim [demonstração].”. (Gabi, 11 anos, escuta presencial).

A escuta das crianças, na segunda fase da pesquisa, não aconteceu da forma como eu gostaria, pois, apesar da pandemia ter dado uma trégua, a vacina e os números de contaminados só foram diminuir significativamente quase dois anos depois. Minha preferência era estar com elas como na época do CREI, se possível fazer uma espécie de grupo focal, reunindo-as. Diferente do que fiz com as avós e com as mães, descartei a

⁶²Registro do meu encontro com Melissa, na sala de sua avó. Na imagem ela me ensinava a jogar *Talking Tom*, jogo virtual, em seu celular. Minutos antes ela também propôs uma aula ao avô Manuel.

escuta virtual. As crianças, expostas a telas tanto nos momentos de lazer como para as aulas virtuais, já demonstravam sinais de impaciência e falta de concentração com as conversas virtuais então, optei por ouvi-las presencialmente, quando possível. Além disso, a excessiva pesquisa através da tela denunciava o provável; observar o colaborador no seu meio enriquece a experiência de pesquisa.

Entre as crianças das dez famílias que compõem a pesquisa, apenas uma não estava em idade de comunicação oral, portanto, nesse caso, priorizei acompanhar sua circulação no espaço doméstico e como ela se relacionava em um ambiente onde estavam a mãe e a avó. Visitei essa família três vezes com fins de pesquisa. Duas vezes na casa da mãe e uma vez na casa da avó. Retornei à casa da avó em outro momento, não para a pesquisa, mas confesso não ter conseguido desvencilhar a pesquisadora, da visita.

Esse movimento de encontros espaçados foi interessante para observar como a menina se apropriava dos espaços de ambas as casas e ver sua circulação entre os cuidadores familiares. Observei que nas duas casas tinha um lugarzinho na sala pra ela, seus brinquedos estavam espalhados no chão, roupas e sapatos em cada lugar, utensílios de uso pessoal como pratinho e copos também puderam ser vistos, na sua casa e na casa da avó. A dinâmica das coisas foi desenhada para que a menina se sentisse tão confortável na casa da avó quanto em sua casa; além disso, ter as coisas nas duas residências facilitaria a vida da mãe, já que não precisaria arrastar as coisas de uma casa para a outra praticamente todos os dias. A casa da avó não era um lugar de visita, era um lugar também dela, um lugar com suas coisas, com rotina, com seu jeito de ser.

A família em questão é a de Dona Afrodite (66), sua neta, Atena (um ano e cinco meses), circulava entre a sala, o terraço e a varanda como fazia em casa: ligeira e proprietária do espaço. Quando estive em sua casa e na casa de seus pais, a menina recorria com frequência aos braços da mãe ou a ajuda do irmão para alcançar alguma coisa. Na casa dos avós maternos, estando a avó e a mãe presentes na sala, a menina optava pelos braços da primeira, as vezes lembrava que o irmão também estava ali e o solicitava, o menino ficava próximo a nós, em um quarto que ele já habitava como seu. Ficávamos conversando na varanda e entre nós os netos aconteciam: o menino no celular, depois na televisão, dali a pouco, juntos, Atena (um ano e cinco meses) e Augusto (12) brincavam de alguma coisa, entravam e saíam da sala, a menina chegava no colo da avó, uma puxada no braço da mãe, a vida se fazendo em torno da pesquisa.

A avó foi solicitada para trocar o desenho, pegar o brinquedo, servir um lanchinho. É possível que Atena (um ano e cinco meses) soubesse diferenciar de quem era a casa, sabia que naquele ambiente, seria cuidada/servida pela avó. Mas ali, naquele contexto, o apego físico à mãe, relatado por Artemis (38) e observado por mim, existia, embora certamente compartilhado com a avó. Caso eu me aproximasse fisicamente da mãe ou avó – falar mais perto, registrar uma foto, mostrar um registro antigo do campo- a menina prontamente corria para marcar seu território, de longe, me soltava um olhar desconfiado como se dissesse “esse aí é o meu lugar”.

Dona Afrodite (66), orgulhosa, sabia que eu estava percebendo as solicitações da menina. Envaidecida me dizia “ela não faz isso com todo mundo, só troca o braço da mãe pelo meu” e completava “minha alegria é ver essa sala cheia assim, brinquedo por todo lugar, cheia de vida”. Dona Afrodite (66) pensava as palavras, conversava quase que em verso, fazia sua descrição sobre as relações com os netos e a própria avó paterna que, segundo ela, são de amor, dever, responsabilidade. Coisa que os filhos e netos já sabiam e eram sutilmente lembrados “Estou aqui por eles e eles por mim”, me disse ela no nosso primeiro encontro.

Antes da pandemia, o combinado entre Dona Afrodite (66) e Artemis (38) era o de que Atena (um ano e cinco meses) ficaria com a avó durante o expediente da mãe, isso aconteceria antes da criança completar um ano. A pandemia chegou e Artemis (38) pôde trabalhar de casa, ficando com a menina em horário integral e sem precisar da ajuda ativa da mãe, o que em nada pareceu afetar o vínculo entre avó e neta.

Atena (um ano e cinco meses) e Augusto (12) cuidavam da avó a partir da presença, da companhia e do carinho. Augusto, com seus 12 anos, já ajuda com pequenas tarefas, esforço reconhecido pela avó que descrevia o menino como sua “alma gêmea e companheiro”. Augusto, em um comentário discreto concordou com a avó:

Afrodite: Ele me entende só pelo olhar, não preciso falar nada, não é Augusto?

Augusto: É sim.

Pergunto sobre como ele se sente na casa da avó

Augusto: Me sinto bem [um pouco de silêncio] é bom estar aqui

A avó, tentando esticar a conversa com o menino, completou

Afrodite: Nós somos grudados, grudados

Augusto, timidamente, acenou positivamente com a cabeça e continuou mexendo no celular. (Conversa presencial, setembro de 2021).

O que vem a ser “o cuidado” é muito relativo e até o se sentir recebendo ou não, é relativo. Dona Afrodite (66) se sente cuidada pelo neto, pois esse se faz presente na vida dela, o neto sabe que essa relação faz bem aos dois. Augusto (12), a medida em que foi crescendo, foi assumindo pequenas tarefas e colaborando com o cuidado para os avós além das contribuições com sua presença física. O menino dizia que também cuidava da avó vindo para a casa dela, apenas com o fato de estar lá também cuidava.

O cuidado, a partir do olhar das crianças, vai além da simples companhia ou carinho físico, embora essas sejam as principais contribuições apontadas pelas avós, as crianças também entendem os atos de serviço como mecanismos de cuidar das avós.

“Eu cuido da vovó fazendo carinho e dando massagem nos pezinhos dela. A vovó gosta muito porque eles doem, não é vovó? [Interrompo perguntando se ela também cuida do avô] Siiim! Eu cuido dos dois e do meu irmãozinho [a conversa sobre o irmão estava vivida]” (Melissa, quatro anos e 11 meses, escuta presencial).

“Durante a semana eu fico olhando e brincando com Leandra enquanto minha tia e minha avó fazem outras coisas. Eu também atendo o telefone do meu avô com os pedidos, coloco a comida da minha cachorra e faço as minhas tarefas. Agora também tenho a minha lojinha virtual, daí ganho dinheiro para minhas canetas. É isso.” (Letícia (11), escuta presencial).

“Acho que cuidado é quando você lembra o horário das coisas, ajuda assim... sair do carro como faço com minha avó ou também aviso a minha mãe de que ela está comendo o que não pode... essas coisas. Eu acho que a vó Paula cuida mais de mim porque eu fico na casa dela, ela cuida mais de mim do que eu dela porque eu ainda sou criança.” (Pietro (11), escuta presencial).

Diálogo com Leandra (três anos e cinco meses) “Peço que a menina me fale sobre sua família. Leandra prontamente começa a enumerar a mãe, o pai, a prima Letícia, os avós, os tios. Quando perguntei quem cuidava dela, a menina enumerou mamãe, vó, papai, Letícia... [desviou a atenção para os brinquedos].”.

A significação que elas vão dando ao cuidado remete às mesmas preocupações e responsabilidades que levam as avós e/ou outros adultos a cuidar delas. As crianças se dizem cuidadoras quando olham as mais novas, quando se responsabilizam por algum serviço doméstico, quando mantêm os avós em segurança, quando se sentem responsáveis, em alguma medida, por eles. Assim, as avós dizem que cuidam dos netos para auxiliar os filhos, cuidam para amenizar os afazeres domésticos e cuidam para que as crianças estejam em segurança. Nesse jogo de relações avó-netos as crianças exercem um papel social tão significativo quanto o desempenhado pelos adultos. São também responsáveis pela manutenção da vida.

O desenvolvimento humano está atrelado a questões biológicas, ambientais e sociais. O cuidado, ora ministrado, ora recebido, é essencial para nosso desenvolvimento. As crianças entendem esse sistema, principalmente, porque elas se colocam como cuidadoras de sujeitos, à priori, necessitados de cuidado e/ou sujeitos para quem eles podem fornecer cuidado como outras crianças menores e velhos.

As crianças pequenas, como Atena (um ano e cinco meses) e Leandra (três anos e cinco meses), me mostravam essa relação próxima com as avós de forma materializada; o que estava no discurso, poderia ser visto na prática. No compasso em que foram estabelecendo essas relações, no crescente da vida, no cotidiano, elas parecem aprender sobre os atos de cuidado, sobre os papéis sociais e, principalmente, sobre a dinâmica da família da qual fazem parte.

Leandra (três anos e cinco meses), neta de Dona Lúcia (62), por exemplo, mudou a ordem que apresentou os familiares quando perguntei sobre quem cuidava dela. Percebi que a mãe foi colocada em primeiro lugar, coisa que também aconteceu no discurso dos netos mais velhos, ambos atribuindo à mãe um papel de cuidado “diferente” do cuidado das avós. A mãe é a cuidadora das funções burocráticas – matrícula de escola, levar ao médico, dar permissão para determinadas coisas -, além das outras funções que as avós também assumem, como preparar a alimentação, higiene e estabelecimento de rotina.

Leandra (três anos e cinco meses), apesar da pouca idade, parece ter compreendido que a mãe é a sua principal cuidadora, responsável, por exemplo, pela permissão para algumas atividades, como presenciei. Contudo, estamos falando de contextos familiares onde as crianças têm relação próxima e contínua com a mãe e a avó, o que, certamente, influencia na concepção delas.

É sabido que a presença das avós e dos avôs na criação dos netos é algo comum em várias regiões brasileiras e esta tendência tem relação com questões financeiras, mudanças sociais e até socioculturais. Essa aproximação entre netos e avós tem crescido diante de fenômenos comuns e recorrentes na sociedade contemporânea, como apontei anteriormente.

[...] durante a primeira infância, quando os pais trabalham fora do ambiente doméstico e muitos meninos e meninas não têm acesso a instituições de Educação Infantil, os avós constituem-se como um recurso familiar importante na guarda das crianças, ensinando-lhes as primeiras palavras, as primeiras letras e os primeiros passos. Por isso, os avós não são apenas ‘representantes da

família' das crianças: eles são figuras centrais, que contribuem diretamente para o seu crescimento e desenvolvimento. (RAMOS, 2014, p. 782).

“Minha avó gosta de fazer as coisas dela sozinha, sei lá, ela não tem paciência e assim, eu não ajudo com as coooooisaaas [ênfase] de limpeza e tal, mas eu ajudo sim, principalmente com as coisas de tecnologia ou com Leandra.” (Letícia(11), escuta presencial).

“É assim [cuidar] como faço com minha boneca, dar a comidinha dela, botar para dormir, dá banho e trocar a roupinha, assim [trocando a roupa da boneca].” (Nayara, quatro anos e oito meses, escuta presencial).

As falas das crianças mostram a avó como companheira, a avó como amiga, a avó como cuidadora, a avó como a responsável pela casa, alimentação e família, a avó como segunda mãe, a avó como alguém que se opõe a receber cuidado, alguém que precisa ser cuidada. Demonstram que a construção da avoternagem está ligada a experiência e relacionamento que eles têm ou não com essa figura. Se a avoternagem é também um compromisso com o desenvolvimento pleno da criança, é a participação efetiva na vida dela e em prol dela, o cuidado efetiva essa avoternagem.

“Na casa da vovó eu faço tudo! Eu pulo no sofá e também ela me deixa jogar as almofadas para cima. [pergunto se ela não liga com a bagunça] Ela briga só um pouquinho, mas a mamãe reclama mais.” (Melissa, quatro anos e 11 meses, escuta presencial).

As crianças percebem que precisam colaborar com os avós em determinadas funções, entendem os limites e particularidades não só na diferença de regras entre “a casa dos pais e a casa da avó”, mas também nos limites físicos das avós cuidadoras. Melissa (quatro anos e 11 meses), por exemplo, entendia que na casa da avó ela deveria passar mais tempo assistindo televisão e que para brincar com os avós ela deveria trazer os brinquedos para cima do sofá, já que eles “tem as costas todas doloridas”. A menina me dizia sobre as diferenças entre a casa da tia e da avó: “Fico mais na casa da vovó, mas a casa da titia é muito legal. Você quer ver os jogos que eu tenho no meu celular? [assentei com a cabeça e tentei voltar com o assunto].”.

Atena (um ano e cinco meses) e Augusto (12) vão para a casa dos avós quando a mãe vai trabalhar, ficam com a avó no contraturno da escola. Melissa (quatro anos e 11 meses) vai para a casa dos avós ou da tia quando a mãe vai trabalhar, tempo referente ao contraturno da escola. Iago (12), seu irmão Ivo e o primo Ícaro vão para a casa dos avós quando a mãe vai trabalhar, no contraturno da escola. Pietro (dez) vai para a casa dos avós quando a mãe vai trabalhar, também no contraturno da escola. Leandra fica em casa na

companhia da prima, também criança, porque os pais das duas estão trabalhando e a avó materna pode ficar em sua casa para fornecer suporte aos filhos. Gabi vai para a casa dos avós quando a mãe e o pai tiram o final de semana só pra eles, Vitória passa pelo mesmo que Gabi (11) e fica com a avó quando os pais viajam. Elisa (quatro anos e nove meses) e Nayara (quatro anos e oito meses) coabitam na casa das respectivas avós porque os pais precisam de apoio financeiro. Todas as crianças ouvidas aqui têm as relações com os avós intensificadas pela necessidade de cuidado, elas precisam ficar sob a vigilância de alguém e os avós foram a solução.

Já falei sobre a relação complicada entre Nayara (quatro anos e oito meses) e a bisavó Dona Neide (87). Entre elas, de fato, não existe uma relação de cuidado mútuo consciente. A bisavó considera que cuida da menina por causa dos provimentos financeiros; por outro lado, a menina inviabiliza até as conversas que sejam referentes à bisavó. Todas as vezes que tentei perguntar sobre a relação das duas, ou ela me ignorou ou me respondeu com duas-três palavras. Se eu perguntava sobre brincar com a bisá, a menina dizia apenas “não”, se eu insistia com um “por quê?” ela não me respondia mais.

Com as crianças pequenas observamos que a relação se estreita a partir do momento em que as mães, principalmente, precisam trabalhar ou realizar uma tarefa/compromisso onde a criança não poderia estar presente. Com o passar dos anos, podemos observar que esse papel vai se equiparando e, até, se invertendo. As crianças maiores como Gabi (11), Letícia (11), Augusto (12), Iago (12) e Pietro (dez) já se percebem enquanto cuidadores e assumem a premissa de que cuidar é ajudar, seja a ajuda com os avós ou com as crianças mais novas.

Para as crianças, o cuidado e a ajuda são termos que se complementam. O cuidado é a efetivação da rede de apoio, as crianças parecem ter entendido e, por enquanto, aceitado fazer parte do ciclo.

3.5 O que Dizem as Avós sobre as Infâncias?

Nesse subcapítulo trago os apontamentos com as falas das avós sobre as infâncias que tiveram e a que viram/veem os netos experienciando. A partir das narrações dessas infâncias vividas, foi possível traçar um paralelo entre o que elas dizem da infância que tiveram e o que dizem da infância dos netos, a qual elas puderam acompanhar de perto e ajudar a construir.

Ariès (1981) aponta que as crianças só passaram a ter algum valor para a família durante a sociedade industrial, no século XVII. Segundo o autor, foi nesse contexto que nasceu a emergência de uma construção da infância e de uma família que entendia a importância dessa fase da vida, porém, me pergunto se essa construção da infância foi/é vivenciada por todas as classes. Refletindo sobre isso, Hermida (2021) provoca; as representações de infâncias e crianças feitas por Ariès, foi sobre quais crianças? Qual era o recorte de classe? Segundo o autor, as colocações de Ariès dizem respeito a crianças nobres e aristocratas, as quais tinham uma realidade bem diferente das crianças proletárias, nas palavras do autor. Hermida (2021) procura apontar o lugar que as crianças proletárias tiveram nas representações dos conceitos de criança e de infância nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa, especialmente na obra de Philippe Ariès. Para tanto, ele desenvolve uma pesquisa histórica e documental, de inspiração analítica marxista.

O que quero dizer trazendo isso? Quero lembrar que, de fato, as infâncias são situadas, mas, sobretudo, que o entendimento do “ser criança” é situado e, portanto, impossível de ser definido ignorando outros conceitos. Essas avós, nascidas quatro séculos depois do “despertar” para a infância exposto por Ariès (1981), parecem ter vivido em universos completamente diferentes, mesmo se algumas pertencentes à mesma geração. Elas se aproximam e se distanciam considerando a estrutura familiar, situação econômica, educação, regionalidade etc. Os depoimentos das bisavós e avós falam sobre as infâncias vividas nas décadas de 1940, 1950 e 1970.

“Minha infância foi no interior e teve muito trabalho, mas eu brincava e muito com meus irmãos. Subi tanto em pé de árvore que minha mãe dizia que só bastava olhar para cima e me achar. Repara mesmo na minha astúcia, teve uma vez que eu fiz xixi no meu irmão Pedro [risos], ele bem embaixo do pé de manga e eu com a minha astúcia, fiz xixi.” (Dona Neide (87), escuta presencial).

“Casei muito nova, 12 anos! Então eu nem lembro muito. Eu tinha minha irmã que já era maior, mas brincava comigo no terreiro. Eu casei logo, né, então naquele tempo não tinha essas coisas de agora, as coisas são muito diferentes.” (Dona Graça (76), escuta presencial).

Dona Neide (87) e Dona Graça (76) têm idades próximas e as duas foram criadas no interior da Paraíba, ambas pertencentes a extensas famílias de trabalhadores rurais. Trajetórias bem parecidas, mas, uma enfatiza o lúdico vivido na infância, enquanto a outra diz que quase não viveu a infância. Dona Neide (87) casou aos 23 anos, segundo ela, já “velha” aos olhos da sociedade, Dona Graça (76) estava casada aos 12 e cuidando da

primeira filha aos 16 anos. A primeira, ainda criança, aprendeu a costurar com a mãe, quando pequena fazia das bonecas modelos e a costura de roupinhas para as bonecas passou de brincadeira para trabalho, aos 15 anos Dona Neide (87) já tinha clientes. Dona Graça (76) me disse que pouco brincou, pois estava “presa” cuidando dos afazeres domésticos, cuidando dos irmãos e depois que casou, no primeiro instante da adolescência, foi cuidar da própria família.

Dona Guta (50), filha de Dona Graça (76), afirmou em um dos nossos encontros que a mãe “não teve infância” porque uma “pessoa que casa aos 12 anos não tem como ter tido infância”. Antes que eu falasse algo, Dona Graça (76) interrompeu: “eu tive, só não é assim, como é a de vocês”. Dona Graça (76) disse “como é a de vocês”, ela disse no presente, em uma sala onde estávamos sua filha Guta (50), a bisneta Gabi (11) e eu, colocando todas nós num balaio de crianças, embora as idades sejam 50, 11 e 29 anos. Talvez, para Dona Graça (76), infância não seja mesmo sobre idade, coisa que também vi na fala de outras avós.

Franch (2018) fala do “tempo vivido” ao se debruçar sobre a questão do tempo nos estudos juvenis. A autora aponta os processos como: Transição, passagem, geração, futuro, disciplina que são relacionados a essa fase da vida, e que têm a ver com questões como o fluxo do tempo e suas discontinuidades, os tempos que também são históricos e trazem impacto nas experiências dos sujeitos, os horizontes temporais, as formas de ocupação do cotidiano e os conflitos em torno delas (FRANCH, 2018, p. 101). Franch (2018) procura ir além dessas noções iniciais sobre o tempo e procurou priorizar a análise do “tempo vivido”, ou seja, a experiência dos jovens em suas interações cotidianas, algo que julgo necessário para entender o que essas avós dizem sobre suas infâncias. Aqui podemos falar de fases e não de tempos, mas considerar a subjetividade de ambos. A infância de muitas delas não respeitou a ordem cronológica do tempo, aos processos de transição e passagem por determinadas idades.

Percebi, assim como Santos e Pires (2018), uma negação da infância entre algumas avós, não todas. Essa negativa estava presente, sobretudo, nas entrevistas e conversas com as avós e bisavós que, ao ativarem suas memórias de infância, destacavam as marcas que evidenciaram a forma como a infância foi vivenciada por elas e como a infância vem sendo vivida atualmente (SANTOS; PIRES, 2018, p.158).

Ainda que “a infância seja historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas,

normativas e referenciais do seu lugar na sociedade” (SARMENTO, 2005), as relações sociais e situações econômicas fazem com que não seja difícil uma criança experienciar uma infância diferente daquela que é socialmente idealizada. E esse ponto evidencia as diferenças dentro das mesmas gerações; toda criança nascida em 2015 terá a mesma infância? Toda criança que nasceu na década de 1970 teve a mesma infância ou foi o mesmo tipo de criança? Toda pessoa que foi criança no interior da Paraíba na década de 1960 teve a mesma infância? Para todas essas perguntas, a resposta categórica é não. Portanto, *A infância, em termos estruturais*, assume formas diferentes como resultado das transformações sociais (QVORTRUP, 2010).

Dona Marta (70) ao falar de sua infância enfatiza, a experiência de viver no interior, ela cresceu em uma vila de italianos onde muitos dos seus familiares viviam, lugar onde, segundo ela, as portas não eram fechadas e as crianças circulavam de casa em casa, por onde passavam eram cuidadas e alimentadas. Ela disse que descobriu a existência de pessoas sem casa, pessoas que passavam fome, roubo e pobreza apenas no início da adolescência, quando foi morar na capital. Para ela, durante a infância, a vida era resumida em ir à escola, brincar e circular pelas casas da vizinhança.

“Eu acordava e corria para a casa da minha avó, quando eu chegava lá, ela gritava: Menina! Você já chegou e ainda está com remela nos olhos!! Eu pulava da cama e ia para lá, lavava o rosto e a boca lá[...] olha, eu tive uma infância muito feliz, era uma alegria de vida, cê entendeu? Não tinha essas preocupações, era uma vida simples e feliz.” (Dona Marta (70), escuta presencial).

Dona Marta (70) teve uma infância bem diferente de outras avós ouvidas na pesquisa, como é o caso de Dona Eva (53) e Dona Neide (87). No início dos anos 1950, Dona Marta (70) tinha uma infância nos moldes que entendemos hoje como sendo algo próximo ao ideal: com educação, alimentação, afeto, ludicidade. A família, naquele contexto, tinha condições financeiras de manter os filhos na escola e bem alimentados, fatores que Dona Marta (70) julgou como essenciais para que ela pudesse ter tido uma “infância feliz”, experiência que ela diz ter sido modelo para a criação dos filhos. Mesmo morando em uma das maiores capitais do Brasil, Dona Marta (70) disse que tentou dar aos filhos a mesma vivência que teve, mas, reconhece que a falta de tempo, a violência, o contexto urbano e social da época não permitiu que ela ofertasse tudo que gostaria. Sobre a infância dos netos, Dona Marta (70) não fala sobre liberdade, mas fala sobre

oportunidades, privilégios, despreocupação, lazer, desenvolvimento pleno, respeito, coisas que ela também identificou na infância que viveu nos anos de 1960.

A senhora também falou da importância de sua avó, ainda hoje ela se recorda das brincadeiras e comilanças na casa da velha senhora, lembrança que diz querer despertar como avó.

Embora ache que a ideia central da infância permanece a mesma desde a infância que viveu até a infância dos netos, para Dona Marta (70), o avanço tecnológico e o processo de urbanização trouxeram mudanças. Para ela o que há de diferente entre a sua infância para a infância dos netos são os avanços e prejuízos trazidos pela modernização e tecnologia.

“O que eu vejo hoje é que as crianças não têm mais aquela liberdade de estar na rua, mesmo em cidade pequena. Também estão presas às telas, ora apegadas ao celular, ora à televisão, por mais que tentemos evitar. Na infância dos meus [filhos] também tinha desenho e televisão, mas eles brincavam na rua, circulavam por ali. Agora assim, a violência urbana interfere aí (na infância vivida), você entendeu? Fora isso, acho que são infâncias parecidas, eu fui uma criança feliz e acho que meus netos também têm essa oportunidade.” (Dona Marta (70), escuta presencial).

Apesar de terem experiências de infância completamente diferentes, Dona Eva (53), Dona Graça (76), Dona Neide (87) e Dona Marta (70) partilham da máxima sobre uma infância ideal: Uma boa infância é aquela onde as crianças são crianças, ou seja, não têm obrigações sérias. Duas chegaram a essa conclusão depois de ter passado, na idade biológica de criança, por uma experiência de infância dolorida, as outras chegam a essa conclusão após terem usufruído de experiências boas e felizes, quando crianças. Todas se juntam às outras avós que entendem infância como a fase das não responsabilidades impostas aos adultos.

As teorias psicológicas do desenvolvimento humano e da socialização clássica associaram, respectivamente, a responsabilidade à ideia de maturidade, apontando a relevância dos processos sociais que normatizam e institucionalizam a sua aquisição da infância à vida adulta. Assim, as crianças ainda seriam incapazes de assumirem responsabilidades, e/ou seriam consideradas irresponsáveis, sendo os adultos, estes sim, os detentores de responsabilidades e/ou indivíduos considerados responsáveis. (LARA E RABELLO, 2016, p.219).

A construção da infância foi dividida entre momentos em que as crianças não eram consideradas diferentes dos adultos (ARIÈS, 1981), momentos onde a biologia e a psicologia consideravam as crianças como sujeitos completamente incapazes e o processo

de invenção/reinvenção das infâncias e do ser criança na contemporaneidade, o qual infere algum tipo de responsabilidade às crianças. Concorro com Lara e Rabello (2016) que a construção da noção de responsabilidade da criança e da sua representação enquanto um indivíduo responsável na sociedade contemporânea segue a tendência que reconfigurou o campo dos direitos e passou a considerar a criança como uma cidadã, tentando inscrevê-la numa relação de igualdade em relação ao adulto. Um exemplo disso foi Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, que reconheceu as crianças com direitos e liberdades que até então eram destinados apenas aos adultos (LARA; RABELLO, 2016, p.222).

Dona Eva (53) relata uma infância marcada por responsabilidades que muitos na “adulterez” não assumem, ou melhor, ela executou atividades que requerem mais desenvolvimento físico e psicológico do que uma criança poderia ter. Para ela, se o indivíduo tem responsabilidades (com os outros) não vive a infância bem, por esse motivo, chegou a dizer várias vezes que não teve infância e se teve, foi depois dos seus 15 anos. Embora tenha me dito que os irmãos tiveram infância, logo, para ela, não era uma questão de contexto social, mas sim do “trabalho/responsabilidade” com a casa, com a família, com os outros. A noção de infância para Dona Eva (53) não tem a ver com a idade ou fase da vida, para ela, a infância é diretamente ligada às experiências que se vive.

“Fui ter liberdade para fazer alguma coisa com meus quinze anos. Aí foi infância porque eu passei a ter menos obrigação com meus irmãos. Eu ia aqui, ali, só nessa época mesmo... que *em um instante* acabou.” (Dona Eva (53), via aplicativo Meet).

Essa mesma ideia é defendida por ela hoje em dia, isso pôde ser observado quando ela falava do filho mais novo, que hoje tem 23 anos. O filho, apesar de pai biológico de uma menina e padrasto de outra, é visto pela mãe como alguém que vivência uma eterna infância/adolescência porque, segundo a mãe, não assumiu grandes responsabilidades. Ele é uma criança porque “*não sabe nem cozinhar, se brincar não come porque tem que cozinhar*” e adolescente porque “*é irresponsável com tudo, não se compromete com nada*”. Para ela, as ações do filho (como bater o carro, precisar morar com ela, não criar a filha biológica e faltar ao trabalho) só reforçam a incapacidade dele de cuidar de si ou de outro, o que válida sua necessidade de cuidar dele. Segundo Élidea (32), é a mãe que procura manter o filho “*debaixo das suas asas*” e a culpa pelo eterno estado de infância/adolescência do irmão.

Dona Eva (53) não acredita ter vivido uma infância, nem como a dos filhos, nem como a das netas. Apesar disso, ela me dizia saber o que era ser criança e dizia que tinha essa consciência desde menina, ao olhar os irmãos mais “livres”, “brincando”, ela ficava confusa entre o se ver criança, mas ter obrigações de adulto, e nessa confusão de ideias, acabava deixando de ser criança.

Segundo Santos e Pires (2018) muitas vezes a conclusão dos adultos de não terem tido infância deve-se a ausência de momentos de ludicidade quando pequenos. Na pesquisa das autoras, as falas nativas negavam a vivência da infância em decorrência do trabalho precoce. As negativas da infância foram reafirmadas pela lembrança de uma ausência total ou parcial da escola e pelo pouco tempo exclusivo das brincadeiras e atividades que elas julgavam como sendo características da infância. As pesquisadoras mostram como o trabalho tomou grande parte do tempo na vida dessas gerações que hoje são avós, tempo que deveria ser ocupado pela formação educacional, pelo lúdico, pela despreocupação. Nesse contexto, a “não vivência da infância” relatada por Dona Eva (53) também é a partir da ótica do trabalho, pois, o exercício do cuidado é um tipo de trabalho.

Segundo Dona Eva (53), ela se encontrou numa vivência de infância quando já era adolescente, de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), aos 15 anos. A ideia de infância é, quase sempre, sustentada pelo recorte de idade, como se existisse um “tempo de infância”, “um momento do brincar”, “uma fase de ser livre”, talvez tenha um tempo certo para essas coisas. Um adulto, no alto dos seus 30 anos não pode agir como uma criança de dez anos, tão pouco o contrário, mas, como ficam casos como o de Dona Eva (53). Talvez ela não tenha vivido a infância aos 15 quinze anos, mas tenha sentido um “sentimento de infância” que, assim como as outras avós disseram, é lugar de *liberdade, despreocupação e ludicidade*.

É impossível não comparar os depoimentos das outras colaboradoras ao de Dona Eva (53). Dona Lúcia (62), por exemplo, falava da rigidez e até grosseria do pai, mas, sem tom de pesar. Ela falava dessa relação com o pai como sendo algo que, em certa medida, poderia ser contornado e que passou, ficou na infância. E logo a conversa com Dona Lúcia (62) estava às voltas das traquinagens dela junto aos irmãos. Dona Eva (53), por outro lado, falava de tudo com pesar, as dores perpassavam todas as fases da vida, o que fazia com que as reclamações viessem primeiro na descrição das suas memórias.

Dona Lúcia (62) me falou de uma infância dividida entre as brincadeiras e a escola, a ajuda aos pais no comércio que tinham e a responsabilidade com os irmãos. Eram sete irmãos com idades próximas e morando em uma cidade com contexto rural

“Minhas netas não sabem o divertimento de brincar no mundo. Na minha época a gente vivia livre. As meninas na chácara, e eu incentivo a pegar no barro, nas plantas, acho lindo! Mas não tem aquele monte de menino correndo, aprontando no meio da rua.” (Dona Lúcia (62), via aplicativo *Meet*).

Dona Vera (62) me dizia que teve uma infância mas, não como pôde ofertar para as filhas e muito menos como a que a neta está vivenciando, longe disso. Apesar de relatar as brincadeiras com os irmãos e as poucas traquinagens, já que a mãe era extremamente rígida, lembra que pôde ser criança porque faziam do trabalho brincadeira e trabalhavam brincando.

“Ainda de madrugada eu acordava. Meus irmãos mais velhos e eu pegávamos nossas coisinhas e íamos para o roçado. Não lembro se tínhamos mais de seis/oito anos quando começamos a *estalar fumo*, comíamos por lá e na volta, íamos para a escola... se desse tempo e mamãe deixasse, brincávamos. Era com o dinheiro do fumo que podia comprar roupa, brinquedo, doce. Não foi fácil e as lembranças são de muita luta.” (Dona Vera (62), via aplicativo *Meet*).

Dona Vera (62) revela que o caminho para o roçado e as atividades domésticas eram oportunidades de diversão, ela e os irmãos inventavam brincadeiras, faziam apostas, corriam entre os *lerões*⁶³ e, nessas aventuras, ela identifica a infância que teve. Segundo ela, apesar de ter tido uma infância pobre, não lhe faltou comida nem estudos, o que hoje é motivo de agradecimento. Nesse contexto, o trabalho não obliterava as brincadeiras (SOUSA, 2008). O trabalho compõe o ciclo da vida de muitas crianças, seja ele no roçado ou em casa e nos seus arredores, com muita seriedade ou travestido no lazer, com ou sem a supervisão dos adultos (SOUSA, 2008, p. 5).

Conversar sobre as infâncias delas levava as avós a um lugar de comparação, principalmente sobre as ausências e os sacrifícios que marcaram suas infâncias. As comparações evidenciam o trabalho no lugar do brincar, a responsabilidade no lugar das possibilidades de acertos e erros, o compromisso de apenas cuidar no lugar de também ser cuidada, as carências afetivas, as dificuldades financeiras. As considerações sobre as infâncias dessas avós vão de acordo com o achado de Santos e Pires (2018, p.167) na

⁶³As fileiras de plantação, divididas entre finos espaços de terra, são chamados de Lerões/ lerão.

comunidade de Feira Nova (PE), o ideal de infância dessas avós percorre a tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho.

No contraste entre as infâncias que tiveram e a que os netos estão vivendo, as avós vão costurando as diferenças e refletindo o quanto suas próprias vidas mudaram. O gozo da infância livre, lúdica e despreocupada dos netos também é resultado visível da melhoria e/ou mudança de vida delas.

Na pesquisa, tratei de avós, bisavós e netos que convivem cotidianamente, havendo uma constante troca e reconstrução do cotidiano da família, a se considerar às referências de vida dos mais velhos e as novas experiências dos mais novos. Para Barros (1989, p.34) “Os avós reconstroem suas vidas, lembrando a trajetória familiar e estabelecendo, na lembrança, o espaço familiar, a representação da família e suas relações internas”. Portanto, para a autora, tanto a família como as relações de parentesco ganham outros significados, acompanhando as mudanças sociais. As memórias dessas infâncias são, também, construídas a partir do contraste, a partir do que elas foram entendendo como sendo infância, do que viveram com os filhos enquanto crianças e do que hoje vivem com os netos.

“não tive nada disso [com relação a brinquedos]”, “na minha época não existia essa conversa de escolher [com relação à comida]”, “o que o mais velho falava tinha que ser respeitado [com relação à obediência]”, as ausências de suas próprias infâncias, muitas vezes, eram acentuadas quando vistas em comparação as infâncias de hoje. Não que falassem sempre com pesar sobre as infâncias que tiveram, mas sempre remetiam a ideia de que “se isso é infância, não vivenciei como deveria”.

As avós e bisavós trouxeram referências diretas sobre suas infâncias e a forma com que lidam com os netos. Suas infâncias foram e são referências para o trato com os netos e com as singularidades da própria vida, em qualquer uma de suas fases. Os depoimentos mostram que, apesar dos anos, salvo as particularidades de cada geração, os conceitos de infância trazidos por elas convergem ao mesmo lugar: um lugar plural, caracterizado pelas vivências individuais.

CONSIDERAÇÕES (NÃO FINAIS)

Este trabalho de tese buscou analisar as relações estabelecidas entre gerações distintas, avós e netos, considerando aspectos como valores morais, culturais e

afetividades, com o intuito de entender a construção de laços simbólicos entre esses membros da família. Escutei as “avós próximas”, aquelas que tinham uma intensa convivência com os netos; ouvi e observei crianças e adultos sobre o que mantém/constrói/sustenta as relações entre eles. Durante o caminho investigativo me deparei com Ciclos familiares de cuidado e serviço.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tratou-se de uma análise empírica de experiências constituídas por crianças alunas de uma creche pública da cidade de João Pessoa-PB e por membros de dez famílias paraibanas. Chego a essas Em Conclusões a partir da observação participante; visitas às residências das famílias e conversas via *Google Meet* e *WhatsApp*, recursos que foram imprescindíveis e indissociáveis pois se completaram frente aos impasses que encontrei no campo.

Ao ouvi-los sobre a influência da infância vivida pelas avós para a infância vivida pelos netos e co-experenciada por elas, escutei relatos sobre o cuidado como elemento compartilhado por essas distintas gerações e mantenedor das relações. Os atos de serviço e cuidado apresentaram-se como a liga que junta esses grupos. Conclui que é através da necessidade de cuidar e ser cuidado que crianças-crianças, crianças-adultos, adultos-adultos, crianças-velhos, velhos-adultos convivem com intensidade e mantêm o vínculo.

Compartilho da constatação feita por Guimarães e Hirata (2020) de que nós, como seres humanos e integrantes de uma sociedade, somos necessários uns aos outros, somos frágeis e em nossa vulnerabilidade, precisamos cuidar e sermos cuidados ao longo da vida. Ainda que não seja de maneira clara/inata/pensada/objetivada, exercemos e sofremos as consequências do cuidar. Meus interlocutores confirmam a essencialidade dos cuidados.

Na amostra, as avós e bisavós cuidam dos netos junto com os pais, sendo assim, nenhuma delas se responsabilizava integralmente pela neta (o). São senhoras que, em sua maioria, entendem o cuidado dispensado a/ao neta/o como uma forma de colaborar com toda a família, principalmente com as filhas. Nesse movimento de cuidado, elas também são beneficiadas pelo convívio com os netos e pela assistência deles para com elas. Sendo uma convivência motivada pelo cuidado pelo querer cuidar e pela necessidade dos adultos, a responsabilidade pelas crianças só era percebida de forma positiva. Embora tenha acompanhado avós e bisavós que sentem/sentiam e sofrem o peso da responsabilidade, principalmente quando, além do cuidado com a criança, são responsáveis economicamente pela família.

Destaca-se ainda que esse grupo espera que o cuidado ofertado volte como uma espécie de dádiva. Quando isso não acontece, as gerações que já cuidaram sentem-se injustiçadas, como é o caso observado na família de Dona Neide. Há, no cuidado prestado, a motivação do amor/afeto/pertença familiar, mas imbuído nele também está a esperança de que um dia o cuidado “volte”, se não voltar pelos filhos, que volte através dos netos, ou até “que o universo retribua as bondades feitas” como Dona Neide e Dona Duta diziam esperar.

As bisavós, as avós, as mães, os cuidadores e as crianças que participaram dessa pesquisa, cada uma dessas gerações, tiveram experiências de infâncias e cuidados diferentes. Apesar disso, a pesquisa mostrou que a relação dessas avós com suas próprias avós e dessas avós com seus netos hoje, não são tão diferentes assim. Em ambos os contextos, as duas pontas estão alinhadas no provimento do bem-estar mútuo e na “esperança” do retorno do cuidado, além do discurso em prol da valorização do cuidado familiar. É possível que cuidem para serem cuidadas.

A maternagem apresentou-se como um termo nativo e chego ao conceito de avoternagem como resposta para o cuidado realizado pelas avós. Foi possível observar uma diferença – que pode até ser entendida como sutil para uns -, entre a maternagem e a avoternagem. O que diferencia um conceito do outro é o lugar que essa avó ocupa e como ela quer ser vista pelos netos, é a preocupação da avó em não ocupar o lugar da mãe, é a ação da criança vê-la como sua avó. As crianças não confundiam os papéis sociais das cuidadoras, ainda que desempenhassem as mesmas tarefas, cada um era visto exatamente pelo que era legalmente do infante: mãe, avó, tia, madrinha, avô, padrinho, tio etc. As avós da minha pesquisa praticam a avoternagem ao cuidar dos netos, procurando, contudo, não substituir esse fazer com o fazer da mãe, buscando não se apropriar do lugar da maternagem genitora, guardiã legal, ligação biológica.

Conceituar e perceber a existência da avoternagem é algo relativamente novo apenas no universo acadêmico. No dia a dia, dentro das relações familiares, essa atividade vem sendo desenvolvida há muito tempo, a avó enquanto extensão da mãe é algo observado em várias culturas e recorrente em contextos de famílias matrilocais, como vimos nas pesquisas citadas ao longo do texto. As avós da minha pesquisa tiveram avós maternas e/ou paternas que participaram e exerceram papéis importantes em suas vidas.

A investigação também mostra que existe avós que cuidam, avós que não cuidam, avós que não acham que precisam cuidar, avós sem netos, netos que se consideram sem

avós, avós por adoção e/ou consideração. Incontáveis modelos de avós foram citados por minhas colaboradoras, muitos com certo tom de julgamento. Elas conheciam avós “diferentes” e isso causava estranheza ter netos e não dar assistência, por exemplo, era algo inconcebível para a maioria da amostra, já que “jogaria” a/o neta/o aos cuidados de desconhecidos.

Aprendemos que há ciclos de cuidados que são perpetuados por décadas, há família com cuidado linear, cuidado não retribuído e famílias onde nem mesmo se veem como instituição familiar. Nem toda avó exerce a avoternagem, nem toda mãe pratica a maternagem, nem todo parente é presente, nem todo cuidador tem relação consanguínea, nem todo cuidador constrói laços afetivos com quem cuida, nem toda pessoa quer ser cuidada. Aqui, essas avós e esses netos, reafirmam não só a pluralidade do ser avó, mas também o impacto dos processos geracionais no ser e fazer algo, como o cuidar e o ser família.

Ouvi a expressão “Olhando as crianças” “olhando os avós” muitas vezes ao longo da pesquisa, principalmente dando nome ao ato de cuidar proferido pelos mais idosos e crianças pequenas. “Olhar” tinha a função de amenizar o valor/peso/responsabilidade que o cuidado carrega, se você está “cuidando de alguém tem que ter responsabilidade”. Observei que as crianças mais novas e os avós mais velhos não são vistos como capazes de assumir o cuidado integral, eles ficam com a tarefa de “olhar” os netos enquanto são olhados, um complementando a tarefa do outro. Acho a troca de termos um eufemismo frente a todas as responsabilidades do ato de *olhar*.

As mães, sempre me diziam que haviam deixado os filhos sob o olhar dos avós, mesmo os filhos “grandes”, como Gabi (11), Augusto (12), Letícia (11) e Manuela (23), pois esses já estavam aptos a “olhar” as “avós próximas”, que agora eram alvo dos olhares de cuidado/atenção dos netos e, apesar de “grandes” ainda não eram dignos de confiança suficiente para ficarem sozinhos em casa.

O “olhar” reafirma que o ato de cuidar é formado por pequenas ações que se complementam; as crianças também cuidam das avós na medida em que são cuidadas, as crianças e as avós se “*olham*” mutuamente. O cuidado pode ser encontrado nas duas pontas, as crianças também cuidam das avós na medida em que são cuidadas. Fixei minha observação sobre uma dinâmica estabelecida entre esses sujeitos que reverbera em algo parecido com um *ciclo*, que se movimenta a fim de tornar a *pessoa cuidada* em futuro *cuidador*.

As avós, moralmente, se colocam nesse lugar de “responsável também pela criança”, porque se sentem responsáveis pelos descendentes dos filhos. Já os outros familiares assumem esse papel de forma menos compulsória, ligados pelo laço afetivo e a ideia de pertencimento à família. O cuidado desses outros familiares, muitas vezes, é reforçado pelo vínculo “extra” do apadrinhamento das crianças.

Acompanhei o arranjo de famílias inteiras para atender as necessidades das crianças. Sendo assim, poderíamos falar de uma familiaternagem? É possível? Bem, entre algumas famílias com quem conversei, acho que o termo correto para o cuidado estabelecido entre eles pode ser esse: familiaternagem. Boa parte se compromete em prol do pleno desenvolvimento do grupo, considerando melhorias na qualidade de vida, em aspectos profissionais, formação acadêmica, ascensão financeira e amenização de responsabilidades.

É possível que um dos maiores acontecimentos da sociedade, a partir do século XX, tenha sido a mudança da mulher na sociedade e os desdobramentos que esse fato trouxe e, principalmente, como esse novo/futuro lugar da mulher parece ter causado grande impacto nas discussões sobre o parir, o maternar, o cuidar – sem embargo, podemos falar de mudanças nas discussões e nas práticas? Há efetividade nesse discurso?. A cada década os processos culturais e as dinâmicas da sociedade vão mudando com mais velocidade, embora essas mudanças não atendam à urgência das reivindicações do/para o direito feminino. Dizem muito por aí que *Ser mulher é um ato político*, concordo, a luta é antiga, constante, cansativa e talvez nunca acabe. Podemos encontrar outros cuidadores para as crianças e a família, mas ainda é a mulher a principal responsável. Acredito que a peleja feminina é tão antiga quanto a nossa própria existência... Começou desde o registro histórico religioso de nascimento da *primeira mulher* que foi descrita no *primeiro livro* como sendo feita para o homem, a partir do homem, a serviço do homem e definida como retrato da desobediência e do pecado.

Apesar disso, as mulheres ainda são cobradas e ocupam o lugar principal no cuidado com as crianças e a família. Percebi, assim, como tantas outras pesquisadoras antes de mim, que as mulheres, mães e avós, são envolvidas em uma teia moral que as leva para o cuidado compulsório com os membros da família, pois o cuidado transcende às crianças. Não é apenas a obrigatoriedade de que a mulher se torne mãe, há uma obrigatoriedade que essa mulher se torne “mãe de todos”, é dela a responsabilidade de

manutenção da vida de toda a família, quiçá do mundo. Isso é o estabelecimento infinito do Ciclo do Cuidar e do Servir.

A boa verdade é que não estou falando de nada novo ou diferente sobre o que é ser mulher e mãe.

Por fim – agora por fim mesmo-, acredito que um dos motivos que justifica o estudo das gerações seja o de reconhecer nosso eterno processo de transformação, pois admitir os processos geracionais é negar a estaticidade da vida e da sociedade. As experiências de infâncias, as variadas formas de maternagem, avoternagem e cuidado com e a partir das crianças requerem mais e contínuo aprofundamento empírico e teórico. Deixo o convite para o diálogo.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, M. R. J. **Maternidade**: sim ou não? Por quê? Rio de Janeiro: FGV/ISOP. 1990.
- BATTHYÁNY, Karina. Miradas latinoamericanas al cuidado. In: **Miradas latinoamericanas a los cuidados**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2020. p. 11-52.
- ALDERSON, Priscilla. Crianças como Investigadoras: Os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com Crianças: perspectivas e práticas**. Ed: Escola Superior Paula Frassinetti, 2005.
- ALANEN, Leena. Teoria do Bem-estar das crianças. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.751-775, set./dez. 2010.
- ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Rev. Dep. Psicologia**. UFFn°19 (2) • Dez 2007.
- ALVES, Joana Margarida Pimentel Mateus. **Vidas de cuidado (s): Uma análise sociológica do papel dos cuidadores informais**. 2011. Tese de Doutorado. FEUC.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AGUIRRE, Rosario et al. Los cuidados en la agenda de investigación y en las políticas públicas en Uruguay. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, n. 50, p. 43-60, 2014.
- BARROS, Myriam M. Lins. **Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Zahar, 1987.
- _____. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, Direitos de edição da obra em língua portuguesa, no Brasil, adquiridos pela Editora Nova Fronteira S/A. 1980.
- BADINTER, E. **O conflito** – a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BATTHYÁNY, K., PERROTTA, V., SCAVINO, S. (2019). El trabajo remunerado de las mujeres madres a lo largo de tres generaciones ¿un camino hacia La igualdad de género? **El Uruguay desde La Sociología**, 17, 67-80.
- BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; SCAVINO, Sol. Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil en Uruguay. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, p. 292-319, 2017. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/3710>> acesso em 15/03/2022.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia clínica**, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/X3dyWtRFFFfy8wnyZMgzgYd/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 16 junho 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. v. I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIASOLI-ALVES, Zélia M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BISPO JR., J. P. & SANTOS, D. B. Covid-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 37(10): e00119021, 2021. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2022.

BONET, Otavio. Itinerações e malhas para pensar os itinerários de cuidado: um propósito deTimIngold. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 327-350, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223838752014000200327&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. de 2021.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CAEIRO, Ana. Mães solteiras: um breve olhar sobre a construção social da realidade. **Fórum sociológico**, 2ª série, 3/4. 2000.

CARNEIRO, RosamariaGiatti;MULLER, Elaine. Afinal,quanto de extraordinário a pandemia da Covid-19 soma na vida das mulheres mães? **Áltera**, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 441-450, jan./jun. 2020

CARNEIRO, Rosamaria. **Cartas de um puerpério em quarentena** s/n. In: Antropológicas-Epidêmicas. Disponível: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/cartas-de-um-puerpério-em-quarentena-s--número>. Acesso em: 28 agosto 2021.

CARNEIRO, Rosamaria. Dilemas de uma maternidade consciente: a quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso? **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 4, p. 181-198, 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv> acesso em 03/05/2021.

CARNEIRO, RosamariaGiatti. **Cenas de parto e políticas do corpo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 327p.

_____.Assim como nasce um bebê, nasce uma mãe? Para além da depressão pós-parto. Resenhas • **Sociedade e estado**. V. 36 (03) • Sep-Dec 2021.

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes. **Mãe – bebê – avó**:Dilemas geracionais da maternidade na adolescência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2018.

CASTRO, Lucia Rabello de. **O futuro da infância e outros escritos** / Lucia Rabello de Castro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

CASTRO, Lúcia Rabello de; NASCIMENTO, Emília Matos do. Politizar as relações entre jovens e adultos? A construção da experiência escolar pelos estudantes. **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013, 359-367.

CARVALHO, Ana Maria A.; MULLER, Fernanda (Orgs.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. In: FREITAS, Aline Nascimento. **INFÂNCIA E FAZ DE CONTA: EPISÓDIOS INTERATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2013.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Tradução Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante. Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro. **São Paulo: FEUSP**, 2021.

COLONNA, Elena. “**Eu é que fico com a minha irmã**”: vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo. Braga. Universidade do Minho. Tese de doutoramento em Estudos da Criança – Sociologia da Infância (2012) Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20793> Acesso em 06/09/2021.

CRONEMBERG, Lorena; FRANCH, Monica. **Ser mãe é padecer no paraíso?** Narrativas de depressão pós-parto. João Pessoa: Editora UFPB, 2020

DEBET, Guita. Arenas de conflito em torno do cuidado. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, pp. 33-45, 2014.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

DEL PRIORE, M (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. A influência dos avós nas dimensões familiar e social. **Revista Symposium**. 2002, vol. 6, n. 1 e 2, pp. 34-38. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5743/5743.PDF> > acesso em 03 de janeiro de 2020.

DINIZ, G., COELHO, V. Mulher, família, identidade: a meia idade e seus dilemas. IN: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC/Rio e Edições Loyola, 2003.

DINIZ, G., COELHO, V. A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. IN: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC/Rio, 2004.

DINIZ, Debora. Researchethics in social sciences: new challenges. **Ciênc. Saúde coletiva [online]**. 2008, vol.13, n.2, pp.417-426. ISSN 1413123.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000200017>.

DONATH, Orna. Madres arrependidas: Una mirada radical a lamaternidad y sus falácias sociales. Barcelona: **Reservoir Books**, 2ª ed. 2016.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. ed. 17. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

GEORGES, Isabel P. H.; SANTOS, Yumi Garcia. Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 47-60, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Tradução: Antônio Escobar Pires. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

GOODMAN, C. C. Family dynamics in three generations grandfamilies. **Journal of Family Issues**, London, v. 28, p. 355379, 2007.

GROPPO, Luis Antônio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

GUEDES, Núbia De Barros Ferreira. **Maternidade e crianças encarceradas: Etnografando o dia de domingo no presídio Maria Julia Maranhão (João Pessoa-PB)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Paraíba, pp. 199, 2020.

GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena S.; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias de juventude. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, v. 64, 2021.
<https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>.

FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. **A Participação infantil**: discussões teóricas e metodológicas, 2011. Disponível em:
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15495/1/Participa%c3%a7%c3%a3o%20infantil_Discuss%c3%b5es%20te%c3%b3ricas%20e%20metodol%c3%b3gicas.pdf.
 Acesso em 08 de ag. 2022.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), sessão especial 13, subárea 5 (GT07, GT10, GT13, GT15). **Revista Brasileira de Educação** v. 21 n. 66 jul.-set. 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarisse Pereira. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, n. 42, p. 122-135, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n42/n42a11.pdf>>. Acesso em 13 junho 2022.

FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahi Guedes de. A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. **Revista AntHropológicas**, abr. 2018.

FONSECA, C. **Concepções de família e práticas de intervenção**: uma contribuição antropológica. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago. 2005.

_____, Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cad. Pagu**, nº 26 Campinas Jan./June 2006 <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100002>. acesso em 10 de maio de 2021.

_____, Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, 2002, Vol. 13, No.2, 49-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000200005&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas de nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A.T. **Família em Processos Contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

FRANCH, Mônica. De Tempos em Tempos: Reflexões sobre a Categoria Tempo nos Estudos sobre Juventudes. **Revista TOMO**, núm. 32, Janeiro-Junho, pp. 99-128, 2018.

FOOTE-WHYTE, W. Treinado a observação participante. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora. 1980.

GUTMAN, L. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Rio de Janeiro: Editora Best seller, 2013.

HARTMANN, L. (2020). Como fazer pesquisa com crianças em tempos de pandemia? Perguntemos a elas. **Revista NUPEART**, 24, 29-52. <https://doi.org/10.5965/23580925242020029>.

HERMIDA, J. F. Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis – as crianças proletárias. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 17–38, 2021. DOI: 10.5216/rp.v32i2.70888. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/70888>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HIRATA, H.S. O desenvolvimento das políticas de cuidados em uma perspectiva comparada: França, Brasil e Japão. **Revista de Políticas Públicas**, 16 (Número Especial): 283-290. 2012.

_____, Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 11, 2º Semestre de 2010.

KIPPER, C. D. R., & Lopes, R. S. O tornar-se avó no processo de individuação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 29-34. 2006 doi:10.1590/S0102-37722006000100004

JENKS, Cris. **Constituindo a criança**. JENKS, Chris. Revista Educação Sociedade e Culturas, nº 17, p. 185-216, 2002. Disponível em <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC17/17-arquivo.pdf>. Acesso em 16/05/2017.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.

LACERDA, Marisa Fernandes lima; ANTONIASSI, ALINE MARIA. DA SALA DE AULA AO AMBIENTE VIRTUAL: ADAPTAÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE AO CENÁRIO DA COVID-19. **Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**, São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1105>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

LARA, J. S. de, & CASTRO, L. R. de. (2018). As crianças no encontro com o outro: uma perspectiva relacional e afetiva da responsabilidade. *Latitude*, 10(2).

LEMIEUX, Cyril. A escrita sociológica. In: PAUGAM, S. (org.). **A Pesquisa Sociológica**. RJ: Vozes, 2015. p. 307-324.

LECCARDI, Carmen. 2005. *Por um novo significado do futuro mudança social, jovens e tempo*; **Tempo Social**, v. 17, n. 2.

LONGHI, Marcia Reis. “EU CUIDO DELA E ELA CUIDA DE MIM”: reflexões sobre o cuidado a partir de narrativas de casais homossexuais sorodiscordantes. In: **Política & Trabalho**, nº 42, Janeiro/Junho de 2015, p. 13-28. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/25251/14154>>. Acesso em: 15 jun. de 2019.

LONGHI, Marcia Reis et al. **Etnografando o cuidado**: observando o cuidado com o idoso nas relações familiares e no serviço de saúde a partir de uma etnografia na comunidade de Nossa Senhora da Guia no município de Lucena/PB. Edital universal. 2014.

MACHADO, J. S. de A., Penna, C. M. de M., & Caleiro, R. C. L. (2020). Cinderela de sapatinho quebrado: Maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. *Saúde em Debate*, 43(123), 1120–1131. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>.

MANNHEIM, Karl. The Sociological problems of generation. In: **Essays on the sociology of knowledge**. Londres. Routledge & Kegan Paul, 1952. p. 286 – 312. Tradução de Claudio Marcondes.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida. In: Martins, José de S. (Coord.) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991. p.51-80.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **O Anel Mágico: O Repasse entre as gerações**. 2000, Rio de Janeiro, Razão Cultural.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003[1935].

_____. **Três considerações sobre a infância**, disponível em <
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a14>> acesso em 09/11/2018.

_____. [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp. 1974.

MEAD, Margaret; BATESON, Gregory. Balinese Character. A Photographic Analysis. **New York**: The New York Academy of Sciences, 1942.

MINUCHIN, S. (1980). **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MILLS, Charles Wright; DUTRA, Waltensir. **A imaginação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 246p.

MOTTA-MAUÉS, Maria Ângela. Na "casa da mãe"/na "casa do pai": Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças. **Revista de Antropologia**. Vol. 47, nº 2. São Paulo. Julho/Dezembro de 2004. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477012004000200003&script=sci_arttext> acesso em Dezembro de 2019.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014.

MOTTA, A. B. da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5531>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: **Cadernos Pagu**, n. 42. Campinas, janeiro-junho de 2014, pp. 201-248.

MULLER, Elaine. Chambliss Hoffnagel, Judith. **A transição é a vida inteira**: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MÜLLER, Elaine. O mundo pós pandemia: Vamos reconhecer que o cuidado tem que ser um bem coletivo? **Revista Dilemas**. Reflexões na Pandemia, Texto 18. Publicado em: 15/05/2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-18>.

MÜLLER, Elaine. **Memórias de um corpo que pare**: O que nos dizem as narrativas de mulheres mães? UnB, 2019. Disponível em: <www.sebramusrepositorio.unb.br>. Acesso em 23 de jul. 2020.

MÜLLER, Elaine.; RODRIGUES, Laís.; PIMENTEL, Camila. O tabu do parto: Dilemas e interdições de um campo ainda em construção. In: **Civitas: Revista de Ciências Sociais** (Impresso), v. 15, p. 272-293, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1996.

PAUGAM, Serge (Org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PARRY, Scott. O Homem na matrifocalidade: gênero ,percepções e experienciado domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 73, p. 38-47, 1990.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**. RIO DE JANEIRO, VOL.17, Nº 2, p. 31-41. 2005.

PIRES, Flávia Ferreira. **Quem tem medo do mal assombro? Religião e infância no semiárido nordestino**. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB, 2011.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. Tradução de Fatima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v.4, n.141, p. 729-750, set./dez.2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. S. de S.; DEMARTINI, Z. B. F. (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008. P. 15-34.

_____. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. S. de S.; DEMARTINI, Z. B. F. (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008. P. 15-34.

QUEIROZ E SILVA, K. . CUIDADOS E CUIDADORES: OS OUTSIDERS EM TERRITÓRIOS URBANOS MODERNOS E PÓS-MODERNOS. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 9, n. 3, p. 1-15, 14 dez. 2012.

QVORTRUP, Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011. p. 323-512.

_____. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, 2010. _____. **Visibilidades das crianças e da infância**. Tradução de Bruna Breda. Revisão técnica de Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 23-42, jan./abr. 2014. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/9308>. Acesso em 5/08/2017
acesso em 25/04/2019.

RAMOS, Anne Carolina. Sobre avós, netos e cidade: Entrelaçando relações intergeracionais e experiências urbanas na infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 128, p. 629-996, jul.-set., 2014.

RAMOS, Keyla Queiroz e Silva. **Os corpos enrugados e meus outros espelhos etários**. Tese de Doutorado, PPGS/UFPB. João Pessoa. 278 p. 2008.

REIS, José R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RICHARDSON, Roberto Sarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985-1999.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil*. UFRJ. **Temas em Psicologia da SBP**.12, 2004.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. M. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43- 51.

SAAD, Paulo M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. (ORG.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** IPEA, 2004.

SANTOS, P. O. S. dos, & Pires, F. F. A invenção da infância: Mudança geracional na comunidade de Feira Nova (Orobó – PE) a partir do Programa Bolsa Família. **Revista De Antropologia**, 61(2), 156-186, 2018.

SANTOS, P. O. S. dos. **Infância, políticas e mudanças geracionais: um estudo socioantropológico na zona rural de Orobó**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

SARMENTO, M. J. PINTO, M. **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em: 09/11/2017.

_____. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARAIVA, Marina Rebeca; Carneiro, Rosamaria. **Bebê e Políticas de cuidado em tempos de pandemia**. In: Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do *podcast* ao livro. / Organizadores Marcia Aparecida Gobbi, Juliana Diamante Pito. São Paulo: FEUSP, 2021. 192-201 p.

SETTON, M. D. (2011). **Sociabilidade juvenil, mídias e outras formas de controle social**. Em M. I. Juarez Dayrell, Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades (pp. 67-79). Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

SOUSA, Emilene Leite de. **Uma análise comparativa entre distintas experiências com a infância**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 37. 2013, Águas de Lindóia. Anais online. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013.

_____. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância**. Florianópolis, tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

_____. “Que trabalhais como se brincásseis”: trabalho e ludicidade da infância Capuxu. Campina Grande, 239p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.

SCAVONE, L. Motherhood: transformation in the family and in gender relations. In: **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

STELLIN, Regina Maria Ramos et al. Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos da Clínica**, v. 16, n. 1, 2011, p. 170-185. Disponível em: <[Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades \(bvsalud.org\)](#)>. Acesso em 17 jun. 2022.

TASSINARI, Antonella. Múltiplas Infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. **Anais online**. Caxambu: ANPEd, 2009.

TOREN, Christina. Antropologia e psicologia. Revista brasileira de ciências sociais; **Caxambu**, vol. 27, nº 80, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

YUEN, Kit-San et al. SARS-CoV-2 e COVID-19: as questões de pesquisa mais importantes. **Cell & Bioscience**. Tradução Brenda Malucelli Rocha et al. **Medicina**,

Toledo/UFPR, 2020. Disponível em <file:///C:/Users/mohan/Downloads/SARS-CoV-2-e-COVID-19-as-questoes-de-pesquisa-mais-importantes.pdf> acesso em 19 de maio de 2021.

TRONTO, J.C. 2009. *Un monde vulnérable: Pour une politique du care*. Paris, La Découverte, 240.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações em Mannheim. In: Revista **Sociedade e Estado**. V.25. N.2. Maio/agosto, 2010, p. 205-224.

APÊNDICE A - Tabela como perfil e composição das famílias⁶⁴

Família Dona Inácia (coabitam)

Informações da família	Dona Inácia é aposentada, possui renda de um salário-mínimo, renda que ela complementa com a venda de artesanato feitos de crochê e produtos de beleza de porta em porta. A família possui casa própria em um conjunto habitacional na grande João Pessoa. Seu Inácio ainda não é aposentado e corrobora com as despesas domésticas realizando bicos como ajudante de pedreiro. Ivan é professor há alguns anos, possui pós-graduação e é funcionário público em outro Estado, tem uma renda em torno de 5 salários mínimos e possui casa própria. As filhas de Dona Inácia trabalham, uma como vendedora no centro de João Pessoa e a outra, mãe de Iago e Ivo, é manicure, trabalhando como autônoma. Os netos estudam em uma escola particular do bairro, o tio Ivan ajuda com os custos da educação dos meninos.
Dona Inácia	60 anos e avó
Seu Inácio	61 anos e Avô
Iago	12 anos e neto de Dona Inácia
Ivan	39 anos, tio e padrinho de Iago
Isla	Mãe de Iago e Ivo (4 anos)
Ivo e Ícaro	Irmão e primo de Iago (4 anos)

Família Dona Afrodite

Informações da família	Dona Afrodite e Seu Adão são aposentados, possuem casa própria e mora apenas os dois em uma casa confortável na capital da Paraíba. Dona Afrodite tem curso superior e especialização, trabalho fora de casa até aposentadoria.
-------------------------------	--

⁶⁴ A pesquisa se estendeu entre 2020 e 2022, então as idades dos colaboradores mudaram ao longo dos anos, optei por informar as idades que estavam na primeira escuta.

	A filha Artêmis é funcionária pública e tem formação de nível superior com pós graduação, mora com o marido e os filhos em casa própria. O neto Augusto passou a estudar em escola pública durante a pesquisa e a neta Atena ainda não ingressou na escola.
Dona Afrodite	66 anos e avó
Seu Adão	64 anos e avô
Augusto	12 anos, neto
Atena	Um ano e cinco meses, neta
Artemis	38 anos, Filha do meio e mãe de Augusto e Atena
Apolo	41 anos, genro e pai de Augusto e Atena

Família Dona Marta

Informações da família	Dona Marta é aposentada pelo Estado e Prefeitura e possui formação superior. Seu Manuel não é aposentado, trabalhou a vida toda como autônomo sem ter contribuído com o INSS e ainda exerce atividades remuneradas, sua renda é variável e fica em torno de um salário mínimo. A filha Mariza, mora em casa própria com o marido e a filha, tem formação superior e pós-graduação, não está exercendo a profissão, pois, está concluindo um doutorado e é remunerada por isso. A filha Mônica possui formação superior e é funcionária pública mora com o marido e os dois filhos. Os netos de Dona Marta em idade escolar, estudam em instituições privadas.
Dona Marta	70 anos e avó
Seu Manuel	74 anos e Avô
Mariza	39 anos, Filha de Dona Marta e mãe da neta 1
Manuela	22 anos, neta um
Melissa	Quatro anos e 11 meses, neta dois
Mônica	Filha de Dona Marta e mãe da neta dois

Família Dona Lúcia (habitam no mesmo terreno)

Informações da família	Dona Lúcia e Seu Lázaro possuem casa própria, ainda não são
-------------------------------	---

	aposentados e sobrevivem da comercialização de produtos essenciais, sendo assim, a renda é variável e fica em torno de dois salários mínimos e meio. No mesmo terreno da casa de Dona Lúcia, existem algumas quitinetes onde os filhos moravam. Recentemente Dona Lúcia e Seu Lázaro mudaram para uma região na grande João Pessoa. Quando retornam a capital, coabitam na casa da filha Lúgia. A filha Lúgia está sem emprego no momento, seu marido Lúcio trabalha como autônomo e possui uma renda de em média, quatro salários mínimos, os dois moram em uma casa alugada no mesmo bairro de toda família de Lúgia. O filho e a nora trabalham de carteira assinada e, embora tenham um apartamento financiado, moram na casa de Dona Lúcia na “cidade”. As duas netas estudam em escolas particulares.
Dona Lúcia	62 anos e avó de Letícia e Leandra
Seu Lázaro	60 anos e avô de Letícia e Leandra
Lúgia	33 anos, filha de Dona Lúcia, mãe da neta 22, e madrinha da neta um.
Lúcio	41 anos, genro, pai da neta dois e padrinho da neta um.
Letícia	11 anos e neta um
Leandra	Três anos e cinco meses, neta dois
Larissa	30 anos, nora e mãe da neta um
Lucas	31 anos, filho de Dona Lúcia e pai da neta um

Família Dona Neide (habitam na mesma casa)

Informações da família	Dona Neide é aposentada, divorciada e possui uma casa própria. Sua renda é de um salário mínimo, e é o principal subsídio da família. Dona Nilza é divorciada, nunca morou longe da mãe, não exerce função remunerada a mais de 20 anos e sobrevive da aposentadoria de Dona Neide e da bolsa auxílio que
-------------------------------	--

	recebe do governo federal. Nádia trabalha como autônoma, não possui renda fixa além do auxílio que recebe, seu marido Neto presta serviço para a prefeitura e recebe em torno de um salário mínimo. Todos moram na mesma casa. A bisneta estuda em escola particular.
Dona Neide	87 anos e bisavó de Nayara
Dona Nilza	58 anos e avó de Nayara
Nádia	30 anos, neta e mãe de Nayara
Nayara	Quatro anos e oito meses, bisneta, neta e filha de Nádia
Neto	30 anos, genro e pai de Nayara
Nelson	41 anos, tio e padrinho de Nayara

Família Dona Eva (coabitam)

Informações da família	Dona Eva possui casa própria, nem ela, nem seu esposo estão aposentados, ambos vivem principalmente do trabalho como feirantes há mais de 25 anos. Sendo assim, não sabem precisar a renda mensal do casal. A filha Élide mora em uma casa financiada, ela e o marido trabalham possuindo uma renda de três salários mínimos e meio. O filho Eliton ajuda os pais na feira e recentemente mudou-se da casa da mãe para uma casa alugada, mas, continuou vizinho da mãe e fazendo as refeições na casa da mesma. As meninas estudam em escola pública.
Dona Eva	53 anos e avó de Ema e Elisa
Seu Edson	56 anos e avô de Ema e Elisa
Élide	32 anos, filha de Dona Eva, madrinha de Elisa
Emerson	45 anos, genro e padrinho de Elisa
Elisa	Quatro anos e nove meses, neta postíça
Ema	Neta consanguínea de Dona Eva
Eliton	28 anos, filho de Dona Eva, padrasto de Elisa e pai de Ema

Érica	25 anos, nora e mãe de Elisa
--------------	------------------------------

Família Dona Graça (coabitam vespertinamente)

Informações da família	Dona Graça possuía casa própria, assim como a filha Guta e a neta Gisela. Dona Guta é funcionária pública e possui renda de três salários-mínimos. Gisela não exerce trabalho remunerado, seu marido Gian possui um pequeno comércio. A neta Gabi estuda em uma escola particular.
Dona Graça	76 anos, bisavó e in memoriam (dezembro, 2020)
Dona Guta	50 anos, filha de Dona Graça e avó de Gabi
Gisela	30 anos, filha de Dona Guta e mãe de Gabi
Gian	35 anos, genro de Dona Guta e pai de Gabi
Gerlane	26 anos e filha de Dona Guta
Seu Gerson	50 anos, avô de Gabi
Gabi	11 anos e neta de Dona Guta

Família Dona Duta (habitam na mesma casa)

Informações da família	Dona Duta é aposentada, além da aposentadoria recebe um auxílio deixado pelo marido após a sua morte, sua renda fica em torno de três salários-mínimos e possui casa própria. Sua filha Denise mora com ela há mais de 15 anos e apesar de ter casa própria, vive com os filhos e o marido na casa da mãe. Denise possui formação técnica e trabalha de carteira assinada, recebendo um salário-mínimo. Seu marido é aposentado. O filho de Denise, Danilo, trabalha em regime CLT e sua renda não foi informada durante a pesquisa. Já na reta final das entrevistas a neta Dandara passou a frequentar uma creche particular em turno integral.
Dona Duta	86 anos e bisavó
Dona Denise	48 anos e avó de Dandara

Danilo	28 anos, filho de dona Denise e pai de Dandara
Darlan	33 anos, filho de Denise, tio e padrinho de Dandara
Deborah	28 anos, nora e mãe de Dandara
Dandara	Dois anos e um mês, bisneta de Dona Duta
Durval	Genro de Dona Duta, marido de Denise

Família Dona Vera

Informações da família	Dona Vera é funcionária pública, possui formação superior com especialização, é divorciada e tem casa própria. Sua renda é em torno de três salários-mínimos e meio. Mora em companhia de uma irmã mais velha. Dona Vera e as filhas moram em cidades diferentes, sendo necessária a locomoção das mesmas para convívio com a neta. Suas filhas Virgínia e Vânia possuem formação superior, são casadas e não ficou claro se possuem casa própria. Sua neta Vitória está em uma escola particular desde 2021.
Dona Vera	62 anos e avó de Vitória
Virgínia	28 anos e mãe de Vitória
Vagner	36 anos, genro, pai de Vitória
Vitória	três anos e dois meses, neta
Vânia	31 anos, tia e madrinha de Vitória

Família Dona Paula (coabitam vespertinamente)

Informações da família	Dona Paula não é aposentada, nunca exerceu atividade remunerada e mora em casa própria em companhia do marido. Paloma é a única filha do casal. Dona Paula e Paloma moram no mesmo bairro popular na cidade de João Pessoa e as casas são relativamente próximas. A renda de Dona Paula é proveniente, principalmente, da filha. Paloma tem formação superior, trabalha como contadora em um
-------------------------------	--

	empresa onde é sócia e mora com o filho e o marido em uma casa própria. O neto Pietro sempre estudou em escola particular.
Dona Paula	64 anos e avó de Pietro
Petrônio	69 anos e avô de Pietro
Paloma	40 anos, filha de dona Paula e mãe de Pietro
Pedro	41 anos, genro e pai de Pietro
Pietro	Dez anos e neto de Dona Paula